

**Maria Jackeline Feitosa Carvalho**

# **PARA ALÉM DA PEDRA E CAL**

**Discursos e imagens de  
Campina Grande (1970 a 2000)**





Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor-Adjunto*

Conselho Editorial

***Presidente***

Luciano do Nascimento Silva

***Conselho Científico***

Alberto Soares Melo

Cidoval Moraes de Sousa

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta



Editora filiada a ABEU

**EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500  
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: [eduepb@uepb.edu.br](mailto:eduepb@uepb.edu.br)

Maria Jackeline Feitosa Carvalho

**PARA ALÉM DA PEDRA E CAL:  
Discursos e imagens de  
Campina Grande (1970 a 2000)**



Campina Grande - PB  
2017

Copyright © EDUEPB

*A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.*

*A EDUEPB segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.*

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | ***Diretor***

Antonio Roberto Faustino da Costa | ***Assistente editorial***

Cidoval Moraes de Sousa | ***Assistente editorial***

### ***Design Gráfico***

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

### ***Comercialização e distribuição***

Danielle Correia Gomes

Layse Ingrid Batista Belo

### ***Divulgação***

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

### ***Revisão Linguística***

Antônio de Brito Freire

Elizete Amaral de Medeiros

### ***Normalização Técnica***

Jane Pompilo dos Santos

**Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB**

**C331p**

Carvalho, Maria Jackeline Feltosa.

Para além da pedra e cal: discursos e imagens de Campina Grande (1970 a 2000) [Livro eletrônico]/ Maria Jackeline Feltosa Carvalho. - Campina Grande: EDUEPB, 2017.  
28.390 k – 384 p.: il.

**Modo de acesso:** Word Wide Web <http://www.uepb.edu.br/ebooks/>

ISBN 978-85-7879-454-5

ISBN EBOOK 978-85-7879-453-8

1. História. 2. Campina Grande/Pb. 3. Mudanças urbanas. 4. Urbanização e arquitetura. 5. Historiografia. 6. Biografia. I. Título.

21. ed. CDD 900

À minha mãe Raimunda e meu pai Benito (in memoriam), por me  
fazerem entender o valor da generosidade;  
A Roberto por proporcionar o amor e a palavra certa em todos os  
momentos desta caminhada;  
Àqueles(as) que ousam, cotidianamente, reinventar  
Campina Grande para além da pedra e cal.

## AGRADECIMENTOS

Frente às valiosas contribuições recebidas, agradeço a uma parcela das pessoas e instituições que muito me ajudaram na construção desse caminho:

À minha família que, mesmo a distância, sempre esteve próxima pelo incentivo compartilhado;

À Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia por prefaciara este livro e que, enquanto Orientadora da tese, ajudou a encontrar as pistas e o caminho nos momentos de maiores dúvidas;

À Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB) por creditar esta publicação;

À SEPLAN por disponibilizar, em diferentes momentos da pesquisa de campo, a documentação oficial;

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPG);

Aos funcionários do Jornal Diário da Borborema (DB) e Jornal da Paraíba (JP), por dividirem os conhecimentos do trabalho com arquivos;

Aos funcionários das Bibliotecas da UEPB pela paciência em garimparem comigo, literalmente, a instituição em busca dos arquivos DB;

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Urbano (GEUR), por me inspirar ao ofício da pesquisa;

À turma 2007 do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em especial, à Angelina Duarte;

A Elizete Amaral de Medeiros pela cuidadosa e competente revisão deste livro.

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO , 9**

**INTRODUÇÃO, 15**

**O ITINERÁRIO DA PESQUISA: DE ONDE PARTIMOS... , 15**

## **CAPÍTULO I**

**IMAGENS SEDUTORAS DE CAMPINA GRANDE , 35**

IMAGENS HISTÓRICAS DOS DISCURSOS SOBRE CAMPINA, **35**

AS IMAGENS DE CAMPINA EM SEUS SIGNIFICADOS

CONTEMPORÂNEOS , **45**

IMAGENS DA *CIDADE DA CRISE*: “É PRECISO REPENSAR  
CAMPINA!” , **56**

OBSERVAÇÕES ESPARSAS DE OUTRAS MARCAS DA CIDADE, **70**

A IMAGEM *TECH CITY* – NO ESPAÇO DA TECNOLOGIA

CAMPINA SE REINVENTA, **83**

## **CAPÍTULO II**

**CAMPINA GRANDE: A CIDADE UNITÁRIA , 111**

O DESENHO INSTITUCIONAL E OS DISCURSOS DO

PLANEJAMENTO URBANO, **111**

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE CAMPINA GRANDE: PDLI E CURA,

**118**

A IMAGEM DA CIDADE NO PDLI, **118**

SENTIDOS E ENFOQUES DO PROGRAMA CURA, **138**

NOVOS DISCURSOS, VELHAS PRÁTICAS — RETÓRICAS DA

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO DE  
CAMPINA GRANDE , 158**

### **CAPÍTULO III**

**IMAGENS DE CAMPINA GRANDE NO ESPAÇO PÚBLICO: OS  
AMBULANTES E A RUA , 173**

**CAMPINA SE REMODELA: O CENTRO COMO ESPAÇO PÚBLICO  
E DE LAZER, 173**

**RUAS DA CIDADE E SOCIABILIDADE PÚBLICA: OS CALÇADÕES,  
190**

**A CENOGRAFIA DOS AMBULANTES EM SEUS CONTRA-USOS, 214**

### **CAPÍTULO IV**

**DISCURSOS DA REVITALIZAÇÃO: O “PROJETO CAMPINA  
GRANDE DÉCO”, 240**

**“REVITALIZAR” O CENTRO: “CAMPINA DE CARA NOVA”?, 240**

### **CAPÍTULO V**

**IMAGENS DA POBREZA EM CAMPINA GRANDE, 274**

**A DIMENSÃO SOBRE OS POBRES, 274**

**USOS E CONTRAUSOS DOS POBRES EM CAMPINA GRANDE, 309**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS, 331**

**REFERÊNCIAS, 340**

## APRESENTAÇÃO

A PUBLICAÇÃO DO LIVRO *PARA ALÉM DA PEDRA E CAL: DISCURSOS E IMAGENS de Campina Grande – PB (1970 a 2000)* é uma excelente notícia e motivo de satisfação. É o resultado de quatro anos de estudos e pesquisas para a elaboração da tese de doutorado de Maria Jackeline Feitosa Carvalho, defendida junto ao Curso de Doutorado em Sociologia do PPGS/ UFPB. Eu tive o prazer de acompanhar Jackeline nessa pesquisa.

Publicizar nossas produções acadêmicas, pesquisas, orientações de teses e dissertações, atividades em parte financiadas por órgãos públicos nacionais voltados para promoção da educação e da cultura, é parte do trabalho docente em universidades públicas. Este livro resulta, assim, de um trabalho de pesquisa e de reflexão crítica sobre a cidade contemporânea, marcado pelo rigor metodológico e conceitual, centrado em uma temática sociológica com fronteiras fortes e amplas com o campo da sociologia urbana, do urbanismo, da geografia urbana e da antropologia urbana. Liminaridades necessárias ao pensamento crítico sobre a cidade nos séculos XX e XXI, em especial. Urge investigar e refletir sobre a cidade contemporânea, seus usos e apropriações, suas imagens e discursos, suas reestruturações físicas e simbólicas e suas representações hegemônicas e contra-hegemônicas.

Esse livro trata da cidade e do urbano ao refletir sobre as estruturas e instituições sociais que conformam, reproduzem e representam sociedade e território, objeto singular que obriga o cientista social a trabalhar com ferramentas e táticas específicas, mas também a lidar com relações precárias, instáveis, com a produção infinita de centralidades, muitas vezes, invisíveis, interações e situações sociais esporádicas, embora, por vezes, intensas, e um conjunto escassamente coeso de componentes

grupais e individuais. A cidade dotada de vida e de espírito, lugar do cotidiano e campo representacional no qual se projetam os princípios identitários que supostamente deveriam sustentar pactos sociais e interesses incompatíveis, por vezes, hostis e indiferentes.

Dessa forma, a cidade é tratada nesta pesquisa como um objeto complexo e interdisciplinar. A partir de um olhar transdisciplinar e da pluralidade de sentidos sobre a cidade de modo geral, e sobre a cidade de Campina Grande mais especificamente, este texto reforça a compreensão de que a cidade é irredutível a uma única interpretação, olhar ou ao apenas “visível”. Destaca-a enquanto objeto de estudo polissêmico revelador da dinâmica contemporânea, plural e instável, tanto na pesquisa científica quanto na prática urbanística.

Neste sentido, perpassa esse texto, de um lado, a ideia da cidade contemporânea como resultante de um conjunto de cenários e discursos controversos que inventam e reinventam imagens a serviço do *marketing* político e, de outro, de corpos em ação, usos e *contra-usos* demarcados pela presença dos pobres e dos ambulantes como aspectos dissonantes, desmistificadores do discurso ordenador das elites e dos poderes instituídos. Nesse caminho, destacam-se as estratégias culturais e político-econômicas de revitalização ou requalificação urbana que, em grande parte dos estudos sobre gentrificação e sobre usos e apropriações de espaços públicos, parecem promover o espaço urbano enquanto marca, na linguagem especializada, uma espécie de *branding* urbanístico, tipos expressos nos equipamentos culturais e espaços públicos, bem como nas arquiteturas monumentais, nas obras de arte nas ruas, nas festas, na nova e na não tão nova periferização dos conjuntos e condomínios habitacionais, na patrimonialização, banalização e idealização, uma espécie de “ficção simulada de uma utopia” que, segundo P. B. Jacques, ultrapassa os limites da “sociedade do espetáculo” enquanto território de exibição cultural.

A escolha da análise dos discursos pressupõe o discurso dos jornais como opaco, não transparente, mas pleno de possibilidades de interpretação enquanto um artefato pelo qual cronistas e analistas assentam a percepção das disputas e apropriações dos recursos do espaço em Campina Grande e ao fazê-lo legitimam um modelo de cidade instrumentalizado pela afinidade técnica, política e conceitual que legitima

velhas/novas práticas de higienização da cidade. O discurso veiculado em jornais locais e documentos oficiais, bem como no estudo das imagens produzidas em processos de planejamento e em políticas de requalificação urbanas passam a alterar estruturalmente a cidade de Campina Grande bem como sua imagem por meio de projetos e discursos fundados no ideal de progresso e desenvolvimento. Estes foram identificados concomitantemente nos documentos oficiais produzidos por órgãos institucionais desde os anos 1970 até os anos 2000, quando se destaca a entrada da cidade no circuito global de produção de um *city marketing* centrado no discurso de gestão participativa e democrática e na intervenção patrimonial como eufemismos para ampliação dos mecanismos de higienização, de consumo e manutenção de *status quo* das elites, ao mesmo tempo em que se acirram os processos de segregação socioespacial em termos territoriais seja no sentido das novas periferias habitacionais seja na limpeza do centro para revalorização do patrimônio *Art déco* via expulsão dos ambulantes e dos pobres da área central da cidade.

Trama bem urdida no texto da Jackeline destacando discursos e imagens que historicamente procuram reinventar Campina Grande. Ela destaca o modo como a cidade é abordada nos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba entre os anos 1970 e 2000 confrontando com planos e políticas institucionais e com a ação social de indivíduos e grupos nos espaços públicos em especial nas ruas do centro. Este livro expõe problemas, visões e perspectivas, paradoxos e fundamentos de um espaço dinâmico sobre modos de viver e interpretar a cidade.

Nesse sentido, a autora procura mostrar a relação entre esses discursos e as práticas sociais também registradas nos referidos jornais de forma menos explícita ou nas entrelinhas, pondo em suspeição o substrato que tenta homogeneizar o modo de significar a cidade. Com efeito, o discurso jornalístico se insere no espaço discursivo que mapeia diferentes vozes e inscreve diferentes sujeitos na cidade, para produzir um sentido pela notícia a partir de uma *apropriação dirigida do espaço*. Ao difundirem certas imagens de Campina Grande, os jornais expressam opiniões e visões de temas, problemas, conflitos e posições construídas para conformar o discurso hegemônico definindo *como, onde e quem falar*.

Assim, como instrumentos de análise, jornais, projetos e imagens (fotografias, desenhos, publicidade) passam a mostrar como se constitui Campina Grande em meio aos embates e disputas mobilizadas em seu espaço urbano. Sem esquecer que o discurso dos jornais é sempre atravessado por outros discursos que elaboram e estruturam uma tensão entre ordem e desordem, seus modos de produção e os valores que lhes são atribuídos. Por exemplo, segundo as análises que compõem este livro, os ambulantes e pobres urbanos são considerados no Diário da Borborema e no Jornal da Paraíba como (seres) congelados na vivência que fazem da cidade, como personagens que negam as imagens de Campina e são evocados sempre por uma tensão entre a Campina desejada e a cidade realizada, que polariza também a Campina moderna e a da crise.

Ler a cidade por meio da demarcação de seus conflitos e tensões define o urbano em uma resultante de diversidade de situações. Como nos ensina Ítalo Calvino, a cidade material, visível ao primeiro olhar, pode esconder muitas outras cidades... uma vez que para além do espaço urbano, a cidade conforma sonhos, desejos, projetos inacabados e não realizados. Precisamos lê-la para além de suas pedras.

Além dos discursos textuais, a análise das fotografias orientam a leitura sobre Campina Grande e revelam conteúdos que atuam de modo a reconhecer imagens-sínteses da cidade em contraposição à ordenação de um padrão de sociabilidade hegemônica presente na prática social. A imagem não meramente ilustra o texto, nem o texto explica a imagem, ambos se complementam, concorrem para propiciar uma reflexão sobre o tema em foco. A autora também procurou superar a mera descrição dos acontecimentos percebendo as significações atribuídas ao método da pesquisa sociológica com jornais, não privilegiando a documentação oficial. Procurou articular as imagens-sínteses, o desenho institucional e os *contra-usos* da cidade de Campina Grande. As imagens-sínteses seriam as atualizações das ideias-chave que articulam projetos hegemônicos das Campinas existentes: do trabalho, da pujança, do progresso, da crise e a própria reinvenção da cidade presente na síntese da Campina *tech city*.

Jackeline percorre o desenho da cidade instaurada, instituída por meio do planejamento urbano, em seu desenho institucional

pressuposto da tentativa de resolver questões urbanas em um discurso marcadamente autoritário. Modos de significar as imagens de Campina, as intervenções e seus discursos em práticas presididas e suportadas por um tipo de “olhar vigilante” sobre a cidade.

A autora analisa os *contra-usos* frente à cidade instaurada. Imagens que se colocam no processo de requalificação urbana através da presença e das ações dos ambulantes e pobres que ocupam os espaços públicos da cidade e que a habitam em suas periferias e centralidades visíveis e invisíveis. Estes últimos, na contracorrente das imagens-sínteses, destacam-se nos jornais quando entram nas disputas pelo espaço público e/ou reivindicam um lugar para morar.

É sem dúvida a partir dos anos 1970 que os discursos sobre Campina Grande passam a apresentá-la como cidade “única”, promovendo um discurso hegemônico, parte de um processo de espetacularização e produção da ideia de cidade-mercadoria indissociável das estratégias de marketing, mais recentemente se configurando em imagens sedutoras da cidade no intuito de transformá-la em uma cidade *top model*, a semelhança do que diz Manuel Delgado sobre Barcelona, em *A cidade mentirosa, fraude e miséria do modelo Barcelona*.

Essas imagens-sínteses processam uma escrita marcada pela cidade não-visível, oculta, permitida, negada, em seus usos, lugares e territórios, distante da vida que pulsa cotidianamente nas ruas, praças, edifícios, monumentos.

Nesse sentido, as imagens de Campina Grande precisam ser compreendidas enquanto processo de significação dos discursos que a projetam como elemento de diferenciação socioespacial, como atributos disseminados enquanto leituras para constituir Campina como *urbe* e como modelo em um esquema de construção de um *branding* estratégico.

As implicações desses discursos e imagens precisam ser buscadas na forma pela qual se articulam os agentes sociais no seio da comunidade. São identificadas a partir da história recente, dos atributos e símbolos identitários gestados desde a formação de Campina. Criados, inventados e reinventados. Símbolos que não cessam em constituir a cidade em sua reafirmação enquanto moderna, progressista, nova, contemporânea, pioneira e detentora de uma posição de centralidade no território geográfico que comporta o estado da Paraíba e suas interconexões com

os Estados vizinhos.

Rainha da Borborema, *Liverpool* do sertão, Campina *high tech*, bonita, orgulhosa, empreendedora e destemida... *é como se ela fosse a própria pátria. Tu és brasileiro? Sim. Sou campinense.* Cidade singular, cidade-líder, cidade-exemplo... *Tech city*, cidade do maior São João do Mundo, cidade da crise, Campina Déco... Campina Grande.

**Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia**<sup>1</sup>

---

1 Docente e pesquisadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU-UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPB). Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Cidades, Culturas e Urbanidades (LECCUR-UFPB) e pesquisadora PQ do CNPq.

# INTRODUÇÃO

*Alô, Alô minha Campina Grande, quem te viu e quem  
te vê, não te conhece mais,  
Campina Grande tá bonita, tá mudada  
Muito bem organizada, cheia de cartaz.  
Recebe turista o ano inteirinho, ao seu visitante trata  
com carinho.  
Quem vai a Campina, pede pra ficar, (...).  
E se visita Zé Pinheiro não sai mais de lá, ô não sai mais  
de lá, ô não sai mais de lá. (...) (Alô Campina Grande  
— Jackson do Pandeiro).*

## O ITINERÁRIO DA PESQUISA: DE ONDE PARTIMOS...

A presente obra é fruto de um esforço em socializar os resultados de pesquisa de tese<sup>2</sup> que teve por objetivo analisar as imagens e discursos projetados sobre Campina Grande (de 1970 a 2000) interpretados a partir da leitura presente em documentos oficiais da Secretaria de Planejamento (SEPLAN - Prefeitura Municipal de Campina Grande/PMCG) e nos jornais *Dário da Borborema (DB)* e *Jornal da Paraíba (JP)*. *Imagens-sínteses* que articulam os discursos hegemônicos e que inauguram a Campina competitiva, moderna e *tech city*.<sup>3</sup>

- 2 Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2011.
- 3 Recorreremos a Campina Grande também apenas prenome Campina; uso bastante comum localmente ao se referir à cidade. Originalmente o nome *Campina Grande* “(...) foi inspirado na topografia excessivamente plana e com muitas baraúnas, pau d’arco, aroeiras, angicos e mulunguzeiros. O que lhe dava a característica de uma campina (campo extenso e pouco acidentado) grande”. Cf.: DE TROPEIROS a

Essa análise nos leva a entender o modo como o planejamento urbano e seus discursos irão ressignificar o conjunto de transformações socioespaciais que inauguram, de 1970 a 2000, a Campina contemporânea. Pois, os discursos são pensados a partir das intervenções do planejamento que produziram e difundiram determinadas imagens que visaram modernizar, conferir novas qualidades e privilegiar Campina Grande através de uma leitura que, a cada tempo e ao seu modo, tenta “regenerar” a cidade desigual e tecida socialmente.

Por outro lado, coube ao planejamento oficial transformar a estrutura urbana e, conseqüentemente, o viver em Campina Grande. Visto que as transformações urbanísticas passam a impor, no período analisado, um nítido processo contemporâneo de higienização e desigualdades ao redesenhar o traçado urbano de Campina ativando concepções e valores que, diretamente, atingirão suas áreas centrais e a periferia com a disciplinarização, hierarquização e requalificação desses espaços.

Há tempo, gostaríamos de deixar claro que, ao falarmos neste processo como requalificação, estaremos situando uma crítica às intervenções que supõem uma concepção de espaço público norteada por padrões da criação de novas centralidades. Centralidades que, em termos gerais, acentuam um processo distinto sobre o espaço público e remetem a uma valorização econômica do patrimônio como consumo e lazer ao transformarem a imagem de Campina pelo fortalecimento do turismo e de novos arranjos socioespaciais.

A questão que nos chama a atenção é a de sabermos em que medida os espaços públicos tradicionais de Campina Grande encontram-se, hoje, fragmentados. Ruas, praças, parques... passam a ser substituídos por processos contemporâneos de higienização — *gentrificación, disneyficação, patrimonialização*<sup>4</sup>. Cabe apontar que o espaço urbano, a depender das ações constituídas nos lugares com sentidos e dimensões propriamente políticos, pode ou não resultar em espaço público (SCOCUGLIA, 2009; LEITE, 2009).

Essa compreensão nos possibilita, *primeiro*, compreender as transformações urbanísticas contemporâneas de Campina Grande e, *segundo*, perceber a ordenação dos discursos que constituem, pela requalificação,

---

polo de informática. JP, 11 out. 2003 (Caderno Cidades — Karina Araújo).

4 A esse respeito, cf.: SCOCUGLIA (2009); LEITE (2009; 2002).

a imagem desta cidade. Visto que a imagem é uma construção, traduz o vivido na cidade, “(...)”, uma lógica e a um valor presente em uma época, *captado e interpretado por aquele que construiu essa imagem*(PE-SAVENTO, 2008, p.104, grifo nosso).

Dessa maneira, a leitura sobre as imagens de Campina Grande processa uma atualização de algumas ideias-chave que articulam os principais discursos que sustentam a percepção de uso e apropriação desta cidade. Ao tomar por base as relações sociais que diferentes sujeitos estabelecem com Campina na tentativa de torná-la viável, moderna e reafirmada em seu dito potencial, verificamos que as modificações expressam distintos referências para quem nela vive.

Essa perspectiva possibilita penetrar no discurso que visa legitimar a *significação de Campina Grande* e que tem, por intuito, neste percurso (1970 a 2000), a tentativa em interpretar as imagens que a constituem. Desse modo, o processo contemporâneo de transformação urbana de Campina Grande deve aqui ser lido a partir das imagens e discursos que o constituem enquanto entrelaçamento e lugar de escrituras, de *diferentes cidades* instauradas e reproduzidas em uma espécie de luta articulada em torno de suas principais imagens.

Assim analisaremos os discursos sobre Campina Grande — o modo como os campinenses distinguem, ocupam, usam, projetam e distribuem os lugares na cidade a partir de uma configuração (oficialmente) instaurada. Configuração erigida em torno do que seja Campina, do que a interpreta, das práticas que abrigam a cidade e seus personagens. É importante percebemos que, mesmo parecendo contraditória, há uma continuidade entre imagens e discursos compartilhados, diferentemente, como representação de Campina Grande.

Em um passado reinscrito no tempo, a imagem da cidade, assim, corresponde a um significado que se constrói. Já o discurso é o processo de imagens construídas: o que nos interessa perceber é o que sugere intenção, hierarquização, poderes e ligações entre diferentes modos de como Campina Grande estabelece práticas sociais e as recria em espaços, tempos e lugares, através de distintos discursos que simbolizam a sua textura contemporânea. Por essa compreensão, Campina Grande é analisada nesta obra por um processo que tem a ver com a sua invenção discursiva: entreposto comercial estratégico ao desenvolvimento

do próprio estado da Paraíba; cidade polo, cidade tecnológica, dentre outros.

Desse modo, as significativas transformações urbanas que caracterizam Campina Grande entre 1970 a 2000 surgem por objetivos, tanto econômicos quanto políticos, de proporcionar a construção de discursos e imagens que ressaltam certos espaços e conferem os rumos tomados pelo (rápido) crescimento urbano de Campina. É interessante observarmos que, somente a partir da década de 1970, Campina Grande experimenta uma “ordenação” fundada no planejamento urbano, propriamente dito. Em um contexto que situa o conflito, ainda existente entre novos discursos e velhas práticas na sua gestão urbana.

Cabe situar que a escolha do período (1970 a 2000) se coloca porque *primeiro* é nesse percurso de tempo que Campina Grande vivencia sua urbanização, em sentidos que abrigam outros modos de se vivenciar a cidade pelo objetivo de atrair e projetá-la através da introdução de novos elementos urbanos. *Segundo*, por outro lado, também se inaugura uma série de conflitos advindos de mudanças em seu espaço público, ao colocar outros referenciais que permitem *repensar os lugares* em Campina.

Tais circunstâncias acirram a luta pelo espaço público em Campina Grande, em vista a cumprir os imperativos de transformações tão radicais, em um curto período de tempo. Pois, Campina irá se deparar com intervenções de um planejamento que definirá não apenas pela significativa transformação física e urbana, mas, particularmente, pelo que tais intervenções geram nas imagens de uma *Campina em movimento*.

Nesse movimento, os conflitos são pensados através dos impactos ocasionados no âmbito do espaço público e do potencial de embates entre planejadores, ambulantes e pobres urbanos em Campina Grande. Pois são concepções e projetos impressos na forma como, diferentemente, se partilha Campina: a cidade desejada, a cidade ideal, a cidade adversa. Ou seja, as imagens e discursos, bases do nosso recorte temporal, vinculam-se ao contexto social e político no qual teve lugar a requalificação como projeto de remodelação urbana de Campina Grande, conduzido pelo poder público.

As mudanças urbanas observadas remetem a tempos e espaços que nos obrigam a trabalhar, com aproximações e recuperação, os

referenciais de *como e de onde Campina é retratada*. Nesse sentido, mesmo reconhecendo a atuação de outros agentes na produção do espaço urbano, a exemplo dos incorporadores imobiliários privados, priorizamos, como recorte, as intervenções do setor público, através da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Pois, a reestruturação urbana aqui tem por conteúdo os principais investimentos públicos no período pesquisado, observados enquanto estratégias de diferenciação econômica e social de Campina Grande.

Associamos tais reflexões ao planejamento urbano público de espaços economicamente dinâmicos dos empreendimentos destinados à moradia, tecnologia, recreação, lazer, expressão do consumo intensivo do espaço, advindos de uma segregação socioespacial. Reflexões características de um outro tipo de fragmentação do espaço urbano denominada<sup>5</sup> como a segunda urbanização de Campina Grande. Tal fenômeno vem ocorrendo com mais intensidade nos últimos dez anos em alguns bairros<sup>6</sup> que passam por um processo de reconstrução em seus significados, marcados pela fragmentação e dispersão com crescentes contrastes socioespaciais.

Resultada por dois processos inter-relacionados — a requalificação advinda por investimentos públicos e a orientada pelo mercado imobiliário — é perceptível a relação entre os diferentes agentes na orientação e compreensão do processo de transformação urbana de Campina Grande, no período pesquisado. De modo que o recorte e o tipo de análise propostos aqui são apenas mais um elemento posto para pensar a intrincada teia de relações sociais que formam a estrutura socioespacial urbana de Campina Grande.

Campina, enquanto lugar vivido e palco de tensões, será aqui percebida através das imagens e discursos de diferentes agentes, componentes e elementos articulados em relações sociais de poder, de práticas materiais, crenças, valores, desejos e instituições... que juntas configuram Campina em sua multiplicidade. Para tanto, a presente obra busca, inicialmente<sup>7</sup>, entender as relações sociais através das transformações ocorridas no ambiente construído de Campina Grande, por uma

5 De acordo com MAIA (2010).

6 A exemplo dos Bairros Catolé, Mirante e Itararé.

7 Vide Capítulo 1.

leitura que possibilite pensar *os discursos hegemônicos* que são alçados, estrategicamente, para produzir a construção social da imagem da cidade.

Dessa forma, a requalificação revisa as funções urbanas de Campina e, enquanto intervenção física, modifica a morfologia e impulsiona a sua periferação. Analisada aqui como intervenção urbana segmentada, voltada à ressignificação do espaço pela estratégia discursiva em vender as imagens de Campina por intervenções localmente caracterizadas como processo de criação da cidade mercadoria, a ser comprada e consumida. Tal intervenção pensa a condição urbana de Campina Grande na formulação de um discurso que a nomeia por características, qualidades e singularidades. De tal modo, possibilita perceber a sua experiência urbana contemporânea.

Segunda maior cidade do estado da Paraíba, Campina Grande está localizada no Agreste da Borborema — com uma área territorial de 594,18 km<sup>2</sup> (IBGE-2010). Exerce uma influência geoeconômica em limites que transpõem fronteiras estaduais, tornando-se uma das mais importantes como referências de centro submetropolitano da rede urbana nordestina (IBGE-2000), ao lado de Caruaru (PE) e Feira de Santana (BA). Campina Grande ainda tem a característica de entroncamento e porta de entrada para as regiões do Cariri, Curimataú e Sertão paraibano.

Por essa tendência, a população urbana de Campina Grande vai, entre as décadas de 1970 a 1990, crescer a uma taxa superior à esperada. Conforme observado nos últimos Censos e contagens da população (IBGE) pelos seguintes percentuais: 85,8% em 1970; 92,07% em 1980; 94,31% em 1991; 94,57% em 1996 e 94,98% em 2000. Isso indica a tendência crescente da população na Sede do Município, que conta com uma população rural de apenas 5,02% (IBGE-2010), pela apresentação das seguintes evoluções populacionais: 1991: 326.307 hab.; 1996: 343.196 hab.; 2000: 355.331 hab.; 2007: 371.060 hab. e 2010: 383.764 habitantes.

Polo de oito microrregiões que compõem o chamado Compartimento da Borborema, através da Lei complementar n<sup>o</sup>. 92, de 11 de dezembro de 2009, foi criada a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG)<sup>8</sup>. Campina se experimenta assim competitiva em seus

8 A RMCG é a maior região metropolitana do interior do Nordeste e a 4<sup>a</sup> maior do

diferentes modos de ser, em face de outras cidades, por significados que estão por trás das suas formas materiais.

Esses traços nos revelam a necessidade de perceber como Campina Grande se produziu no sentido preciso da palavra, ao se destacar em posição geográfica estratégica no conjunto da Paraíba e estados vizinhos. Desse modo, ao nos referir ao sentido desempenhado por Campina, estaremos nos remetendo não apenas ao recorte espacial de região<sup>9</sup> mas à compreensão das relações sociais imbuídas neste processo enquanto um espaço vivido, palco de relações sociais e culturais.

Cabe assinalar que as imagens de Campina surgiram para nós como interessante campo de exploração dado por disputas que, como veremos ao longo da obra, são produzidas por uma noção que nos possibilitou entender o quê, quem e quais processos sociais, econômicos e urbanos nela são admitidos e/ou reconhecidos. Daí a opção em trabalharmos a metodologia da *análise do discurso*, através da leitura presente em documentos oficiais e jornais.

A partir da análise do discurso, passamos a ter um olhar sobre o *lugar de onde se narra Campina*: se do lugar de mudanças; das relações entre espaço e tempo; se por fatores que definem suas localizações, investimentos e unidades produtivas ou se de *partes da cidade e territórios* marcados pela tensão entre ordem e desordem, moderno e antigo, dentre outros pares, daquilo que tem oferecido por desafio a contestação ao oficial.

Foi nesse sentido que desenvolvemos nossos posicionamentos e as opções metodológicas, quando da então pesquisa de campo, em face do diálogo entre as diferentes imagens de Campina Grande. Isso também orientou e refletiu as escolhas do processo de investigação e o arranjo teórico-metodológico, de onde partimos e constituímos o *corpus* da pesquisa.

---

interior brasileiro, com uma população estimada em 687.545 habitantes, segundo dados do IBGE (2009). A RMCG é integrada, além de Campina, por 22 Municípios: Lagoa Seca, Massaranduba, Alagoa Nova, Boqueirão, Queimadas, Esperança, Barra de Santana, Caturité, Boa Vista, Areal, Montadas, Puxinanã, São Sebastião da Lagoa de Roça, Fagundes, Gado Bravo, Aroeiras, Itatuba, Ingá, Riachão de Bacamarte, Serra Redonda, Matinhas e Pocinhos.

9 A esse respeito, consultar: GOMES, 2007; SANTOS, 2006; FREMONT, 1980.

Buscamos, portanto, cotejar questões e escolhas guiadas pela perspectiva da pesquisa qualitativa.<sup>10</sup> Este pressuposto se apresentou para nós através das imagens e discursos que (re) desenham o espaço urbano de Campina Grande entendido nesse percurso, através da leitura da imagem visual da cidade (SOUZA, 2008).

Por esse percurso, chegamos à *hipótese* de que as transformações urbanísticas não apenas ressignificam as imagens de Campina Grande, no discurso político e social. Pois, ao lidar com conteúdos descontínuos e contraditórios, a requalificação, reelabora a prática viva e mítica de significados sobre Campina em sua condição urbana contemporânea.

A hipótese exigiu o desafio teórico-metodológico em interpretar as imagens e discursos plenos de expressão e significado de territórios que, enquanto instância social, instigam à reflexão da *cidade como lugar de falas* que (re) significam o espaço urbano de Campina. Dois deslocamentos metodológicos se fizeram necessários à organização da pesquisa, propriamente dita: o *primeiro* refletiria a intervenção pública em Campina; e um *segundo* analisaria as maneiras de fazer e práticas ordinárias na cidade, ambos interpretados a partir da leitura presente em documentos da SEPLAN e, posteriormente, dos jornais DB<sup>11</sup> e JP, através de seus editoriais e cronistas. A análise sobre Campina Grande se manteve atenta à polifonia e multiplicidade de vozes.

Desse modo, ganharam perspectivas os conceitos de *competência discursiva*<sup>12</sup> (MANGUENEAU, 1997) e o de *usuário* (CERTEAU, 1996;

10 A esse respeito conferir: MIELE, Neide. Diálogo entre o qualitativo e o quantitativo nas ciências sociais no Brasil. In: DINIZ; BRASILEIRO; LATIESA (Orgs.), 2005.

11 Fundado em outubro de 1957 por Assis Chateaubriand (Grupo Diários Associados), o DB é o mais antigo jornal impresso da cidade. Juntamente com a Escola Politécnica de Campina Grande e a TV Borborema representava, na década de 1960, o imaginário da síntese de uma Campina Grande progressista e moderna.

12 Gostaríamos de deixar claro que, quando da discussão sobre as condições de *produção* (contexto) do discurso (situação) e sua relação com o *sujeito*, não nos interessava identificar se o sujeito era percebido como *porta voz* ou *assujeitado*. Pois esta questão já foi amplamente posta pelas críticas teóricas, no interior de um debate entre a *Análise de Discurso* de linha francesa (AD) e a *Análise de Discurso Crítica* de linha inglesa (ADC). Nessa perspectiva, deslocamos qualquer possibilidade de analisar a

1994), pois percebíamos que o discurso construído sobre Campina Grande somente poderia ser compreendido se levássemos em conta como este foi tecido e articulado pela relação entre *o contexto social, o lugar e o extradiscursivo*.

O conceito de *competência discursiva*, ao postular a ação estratégica que tem por espaço o lugar praticado pelo sujeito, acionou para nós os discursos institucionais tecidos através do planejamento urbano. Conduzido pela articulação do discurso com o contexto social, ao se evidenciar de onde se desenvolve o desenho institucional da cidade, essa foi uma indicação metodológica relevante. O que nos proporcionou a percepção da recusa de um discurso que tivesse de emanar de um sujeito individual. Os discursos e seus sentidos não poderiam ser lidos desvinculados do conteúdo das instituições que os produziram, isto é, sobre o qual os definiu como legítimos e consensuais. Espaço próprio, no exterior do interdiscurso, característico de modos de apreensão de uma posição; ‘aquilo que pôde ser dito em uma conjuntura específica’.

Nesse itinerário, chegamos ao recorte de documentos como o *Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)* e o *Programa Complementação Urbana de Recuperação Acelerada (CURA)*; considerados por nós as mais importantes intervenções do planejamento urbano no período pesquisado, devido às alterações que juntas impuseram ao tecido urbano e social de Campina Grande.

A compreensão do desenho institucional que encontrou lugar na produção social do espaço urbano em Campina Grande teve por suporte, prioritariamente, as diretrizes e ações definidas pelo PDLI e o CURA. Pois nos fizeram perceber como Campina Grande se materializa no PDLI e no CURA ao incorporar em suas concepções a problematização do *projeto de cidade* que foi submetida à relação do fenômeno urbano com o cotidiano de Campina Grande — as disputas, embates, lutas pelo espaço urbano e maneiras de viver esta cidade.

Inscritos no interior da percepção de Maingueneau (1997), recomendamos os termos fundamentais do PDLI e do CURA como tentativas em perceber conflitos, ao analisar o modo como tais documentos foram expressos para repensar o ambiente construído de Campina e (re)colocar a questão urbana sob ênfase.

---

relação entre discurso e prática social como externos.

Em linhas gerais, os documentos oficiais consultados não poderiam ser retratados a partir da descrição de um simples texto, tomado consensualmente por um único sentido e formulado em termos de fechamento ou neutralização. Chamamos à atenção da circulação as significações múltiplas e contraditórias, atribuídas como plenas de possibilidade de interpretação do discurso presente nos documentos, do discurso tencionado por palavras e extraído na interpretação e descrição que não podem ser unívocas. Desse modo, colocou-se a importância em nos ater aos processos sociológicos do discurso.

Por outro lado, a noção de usuário nos ajudou a ler as práticas cotidianas, as astúcias, a vida ordinária, singular, a inventividade de ambulantes e pobres urbanos; pessoas comuns e praticantes; em composição de uma arte de fazer onde a ordem espacial dos ordinários foi analisada a partir dos ambulantes e pobres urbanos. Visto que ambulantes e pobres urbanos possibilitaram para nós analisar os modos pelos quais a ordem constituída do espaço (físico e simbólico) é alterada, por práticas maneiras dos usuários de Campina Grande em se apropriarem da cidade; em cruzamentos e desdobramentos que aí se estabelecem. Por essa ordem, a imagem de Campina Grande em seu desenho urbano foi observada pelos sentidos do espaço citadino, pelos conflitos de apropriação física e simbólica *entre e de* diferentes agentes que proliferam astúcias e combinações de poderes (CERTEAU, 1996).

Astúcias expressas no recorte, domínio e articulação que perpassam o discurso como uma prática social que se torna possível pelos usos e *contra-usos* sobre Campina Grande, como espaços sobrepostos a um discurso oficial que demarca e nomeia lugares e territórios, marcos e fronteiras que simbolizam a separação espacial, a nomeação do próprio e do outro.<sup>13</sup>

Essa discussão descreveu e interpretou para nós a apropriação do espaço público em Campina Grande como significação de lugares onde as “falas desorganizadas, fora da ordem” de ambulantes e pobres urbanos, pedaços da cidade remetem a uma inversão espacial hegemônica. O que estimula a reflexão sugestiva de aprender a ler as imagens de Campina, de modo que o texto escrito e o visual aparecem apontando a compreensão mais ampla das intencionalidades de tais imagens, tanto

13 Cf. MUNIZ DE ALBUQUERQUE, 2007.

as oficiais como as de *contra-usos*.

Com base nisso, a dimensão imagética da linguagem visual-sobre a cidade, evocada através das fontes documentais por nós trabalhadas, foi utilizada para captar e interpretar Campina Grande de 1970 a 2000. Essa reflexão foi trabalhada como recurso metodológico em entender a *imagem visual*, situada por contextos sociais específicos que nos ajudaram a realizar a leitura dos discursos construídos para, juntos, significarem a Campina Grande contemporânea. Por este percurso, definimos como referência e corpus da pesquisa a documentação oficial da SEPLAN/PMCG e dos jornais DB e JP.

A escolha pelo DB e JP foi empregada se levando em consideração o fato de ambos serem os mais antigos jornais, à época, em circulação diária em Campina; e, pelo fato também de traduzirem para nós pistas que desvendassem o entendimento dos significados aparentes de conflitos, interesses e ambiguidades presentes nos documentos consultados. Pois, em nossa compreensão, dado seus formatos, os jornais estariam abertos às múltiplas interpretações das leituras que orientavam os documentos da SEPLAN.

Porém, tentar entender por quem DB e JP estão falando, o quê e como é dito sobre Campina num determinado tempo e espaço — o contexto, a intensidade em que são produzidas a percepção, a visão e os significados que têm sobre as questões e o cotidiano de Campina, foram, tranquilamente, nossas maiores justificativas pela escolha destes jornais. Em nossa compreensão, DB e JP promovem uma integração de suas visões na forma com que os conteúdos manifestos (visíveis) e latentes (ocultos, subentendidos) definem Campina e seus símbolos em imagens e discursos que sistematicamente são inferidos sobre o formato, enquadramento e identificação que ambos empregam.

Os discursos e imagens presentes nos DB e JP nos ajudaram a entender, com melhor precisão neste aspecto, as condições de perspectivas do processo de requalificação urbana de Campina. Reside aqui também a força, se assim pudermos falar, a fidedignidade, a validade e a visão higienista por trás das matérias acerca dos fatos ocorridos no período pesquisado. A despeito de como pensam Campina Grande — suas paisagens e imagens como lócus de interpretação entre diferentes sujeitos; os jornais revelam, por trás de uma aparente polifonia, o funcionamento

de um discurso em sua essência monofônico, ao tentarem silenciar outros sentidos e vozes. Cabe apontar que mesmo o discurso jornalístico sendo um trabalho de interação entre sujeitos, DB e JP ressaltam a voz hegemônica sobre Campina Grande.

Portanto, silencia e ausenta desse espaço discursivo os usuários da cidade (aqui, pensados através dos ambulantes e pobres urbanos). O foco proposto por DB e JP, na análise, que fazem dos acontecimentos em Campina Grande, manifesta a linguagem visual e textual que tem por suporte a retórica de um discurso bem construído e, estrategicamente, conduzido. Ou seja, acreditemos que, embora com algum ajuste, a linguagem se coloca pela incorporação de vozes que falam a partir de uma posição de poder, de um lugar de circulação configurado como *campo* (BOURDIEU, 2007).

Os jornais passaram a se destacar para nós como lugar de produção de práticas, imagens e discursos situados na dispersão entre o oficial e as resistências de ambulantes e pobres urbanos de Campina Grande, pois deixam entrever coerência e regularidade no tipo de olhar que têm sobre Campina, na forma de ler e decifrar seus (possíveis) significados. Sob ótica e registro que funcionam como um discurso sobre Campina, em sua multiplicidade de eventos e personagens, a partir do ponto de vista contemplado por DB e JP.

A maneira, comum aos dois jornais, de enxergar Campina Grande nos fez realizar o perspicaz trabalho de construção dos meandros e sutilezas dos discursos presentes em seus conteúdos, em uma interseção de linguagens das coisas tratadas nas matérias e preenchidas, em páginas e páginas, pela escrita textual e visual de Campina em seu espaço urbano. Entendemos que as intenções presentes no DB e JP são práticas sociais, em que o texto (jornal) não existe por si mesmo, pois as imagens são provenientes de vozes hegemônicas que se configuram como discursos entre sujeitos, em uma porosidade dos modos de ver e constituir Campina Grande.

Cientes do registro das transformações presentes na cidade, os jornais apoiam-se no discurso dos seus próprios textos, embora muitas vezes se apresentem, ou assim desejem aparentemente se desvincular deles em incursões que descrevem e analisam Campina e suas imagens itinerantes. Essa perspectiva do discurso nos remeteu a um amplo e

árduo<sup>14</sup> trabalho de catalogação do material institucional junto à SEPLAN durante um ano e mais um outro com a leitura e seleção de matérias do DB<sup>15</sup> e JP. A vasta documentação da SEPLAN, juntamente com os jornais, propiciou o entendimento das intervenções públicas sobre o urbano em Campina Grande.

Outros acervos, de tal modo decisivos à pesquisa do DB, também foram utilizados na pesquisa, a saber: *Biblioteca Central da Universidade Estadual da Paraíba* (UEPB, Campus I); *Biblioteca Átila de Almeida*; *Biblioteca do Curso de Comunicação Social*, todas essas vinculadas à UEPB. Ainda pesquisamos no *Setor de Documentação e História Regional* (SEDHIR), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFGC). Por esse mesmo intuito, também, recorremos ao *Arquivo JP* do período 2000-2009, pois, nos acervos pesquisados do DB, somente encontramos as edições das décadas 1970 a 1990. Foi dessa maneira que optamos por fazer uso dos dois jornais.

Esclarecemos que como recursos de investigação DB e JP assumiram igual relevância, embora com temporalidades distintas na pesquisa, mas de mesma profundidade no plano da compreensão dos discursos presentes em suas dobras. Foi pela fonte dos jornais que a imagem, elemento do discurso institucional que hierarquiza o espaço urbano de Campina Grande, delimitou a seguinte indagação: como as imagens

---

14 Digo árduo, visto, à época, inexistir na SEPLAN um local específico de acervo. De modo que precariamente o organizamos para, somente assim, darmos início à pesquisa propriamente dita.

15 Cabe situar que, em relação à pesquisa nos jornais que, após três meses de trabalho especificamente no DB, fomos surpreendidas pelo lacre deste arquivo, com sua posterior indisponibilidade para consultas. Nesse meio tempo, os Diários Associados passaram por uma reforma em seus quadros, em todo o Brasil, com mudanças significativas em vários setores e direção. Após 03 anos fechado o *Arquivo DB* local, em 2012, passou a ser de responsabilidade da Sede (em Recife-PE), tendo sido lacrado e colocado indisponível para pesquisa. Essa decisão contribuiu para inviabilizar o acesso, não apenas para nós, mas a todos os pesquisadores, desse riquíssimo acervo. Um desrespeito à memória do DB, e à própria cidade de Campina Grande. Atualmente o *Arquivo DB* se encontra sob a responsabilidade da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

(textuais e fotográficas<sup>16</sup>), operadas a partir do DB e JP, pensam e constituem o processo de requalificação de Campina Grande no período de 1970 a 2000?

As imagens visuais e textuais, presentes nas crônicas e matérias do DB e JP, revelaram para nós as mudanças urbanas ocorridas, a percepção sobre Campina e a perspectiva do poder sobre o espaço urbano neste locus. As imagens nos jornais têm uma intencionalidade do processo de requalificação de Campina Grande, problematizada aqui a partir da compreensão do lugar construído pelos jornais DB e JP como *ethos*, que realiza intenções e diferencia os discursos da “Campina que deu certo”. Seja pela forma de representá-la, como tentativas de disciplinar e ordenar o espaço urbano, ou ainda de excluir determinadas imagens que, na perspectiva dos jornais, não conferem ou colocam em risco as transformações ocorridas como mediações que fazem do modo de se vivenciar a paisagem urbana de Campina.

DB e JP trazem um olhar (não neutro) sobre a cidade que se transforma, em realização de um esforço de construção das *imagens-sínteses* que projetam Campina como moderna. Há um padrão regido pela imagem (oficial) inventada, que constrói Campina Grande a partir das modificações ocorridas em sua organização espacial que, ao se metaforizar em discurso, pontua e traça o percurso da cidade, um sistema de ordem que comunica um código, um modo de entender, avaliar e valorizar a cidade<sup>17</sup>.

A condição da imagem inventada, inerente à fotográfica, permitiu-nos melhor compreender as nuances da reflexão sobre Campina em reconhecimento capaz de tornar visíveis transformações que fornecem à cidade uma pretensa estrutura espacial racional, eficiente, desejada e requerida oficialmente, por diferentes contextos e com diferentes conotações. DB e JP se entrecruzam na forma de destacarem os acontecimentos da cidade no modo que a imagem de Campina é inventada, em contraposição a outra ordem presente na cidade (os ambulantes, a

16 Toda a catalogação documental (textual e visual) se deu com a identificação de arquivos que foram consultados, fotografados, digitalizados e fichados constituindo um rico banco de dados.

17 Como bem chama à atenção FERRARA, 2008.

pobreza); ordem não reconhecida como exigências aos proveitos econômicos e sociais, de que os jornais são guardiões. Reconhecemos assim as relações, bastante instigantes, entre a Sociologia e as fontes jornalísticas em suas dimensões.

Reforçamos que os elementos que constituem os discursos dos cronistas do DB e JP, regras de produção e circulação das notícias elaboradas, são idênticos aos dos documentos oficiais enquanto *campo* (BOURDIEU, 2007; 1997) o que exige e requer representações de conflito e poder que revelam fatos que privilegiam a “visão de cima”, regulam um discurso público e conduzem à imagem hegemônica da cidade. Neste sentido, não há lugar sem posição, pois todo lugar que o agente se coloca é estruturado em espaços diversos, que têm por efeito articular as práticas dos agentes que vivem nesses espaços. As projeções sobre os usuários na cidade serão aqui apresentadas pelas falas de cronistas e analistas que, através do espaço jornalístico, sustentam a (estratégica) intenção de “falar por aqueles” em posição que traduz, capta, interpreta e privilegia a imagem hegemônica de Campina Grande. Todavia, ressaltamos que as reações dos usuários em Campina foram analisadas a partir da interpretação produzida pelos discursos presentes em documentos e jornais trabalhados<sup>18</sup>.

Assim foi realizada a leitura do DB e do JP quanto aos usuários da cidade, vista por nós por uma clara hierarquia que não possibilita nenhum espaço aos contradiscursos. O que, também, justificou para nós a motivação para pensarmos o processo de requalificação urbana de Campina Grande problematizada pelas imagens fotográficas produzidas e utilizadas da cidade, de seus acontecimentos e tempos urbanos. A intenção, esboçada pelo DB e JP, manifesta a extensão das práticas dos ordinários de Campina Grande através de uma perspectiva de limpeza,

18 Em consonância com o tema, optamos por trabalhar a partir desta dimensão, pois há toda uma extensa produção local pensada a partir dos discursos e reações de usuários e resistências na cidade. Com destaque às contribuições de Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (2006; 2005; 2001), com a discussão sobre as reformas urbanas no início do século XX, Antônio Clarindo Barbosa de Souza (2006), com a discussão sobre lazer e sociabilidade em Campina e a de Angelina Duarte (2010; 2006) sobre o grafite em Campina Grande, dentre outras.

remodelação e embelezamento, postos no processo de requalificação urbana. Elemento para entendermos o porquê dos usuários serem referenciados como algo que desorganiza, na percepção de cronistas e jornais, os destaques anunciados, aos olhos do poder público, como lugares por excelência da desordem (ZALUAR; ALVITO, 2006).

Para escolha do material jornalístico trabalhado, fizemos um recorte de leitura priorizando as notícias a partir do que era remetido pelos discursos presentes nas seguintes seções: *Editorial*, *Caderno Cidades*, *Crônicas*, *Caderno Cotidiano*, *Caderno Variedade* e *Coluna Opinião*. As *Crônicas*, presentes em distintos espaços nos jornais, tiveram importante papel, ao remeterem a acontecimentos específicos que, pontuados como pontos de vista sobre a cidade, representam o pensamento e o discurso (econômico, político, cultural e educacional) da elite local. Por outro lado, os escritos representavam os posicionamentos dos jornais, a partir da rubrica do ofício jornalístico.

Consideramos, pois, o modo como a cidade é instalada nestes jornais, as abordagens que fazem sobre Campina e o discurso que é posto como domínio e compreensão do urbano que expõe problemas, visões, perspectivas, paradoxos e fundamentos em um conflituoso espaço sobre os modos de viver e interpretar Campina Grande de 1970 a 2000. Nestes termos, o discurso dos jornais é opaco, não transparente e pleno de possibilidades de interpretação. É um artefato pelo qual cronistas e analistas assentam a percepção que consubstancia as disputas e apropriação dos recursos do espaço em Campina, e legitima um modelo de cidade pelo recurso instrumentalizado de afinidade técnica, política e conceitual que substantiva a prática de higienização da cidade.

Essa compreensão fortaleceu em nós a necessidade de perceber a relação entre discurso e prática social em um diálogo que, paradoxalmente, põe em suspeição o discurso que tenta homogeneizar o modo de significar Campina Grande. O uso do jornal, como fonte de pesquisa sociológica, foi tratado e delimitado pelo que instaura, ordena e classifica como uso do espaço urbano em disputa. Recurso capaz de caracterizar a dinâmica constitutiva das práticas e experiência urbanas em Campina Grande pelos deslocamentos, tramas e trajetos que transcorrem a ordem — ao mesmo tempo, social, espacial e física da cidade.

O discurso jornalístico inseriu o espaço (discursivo) que mapeia

diferentes vozes e inscreve diferentes sujeitos na cidade, para produzir um sentido pela notícia a partir de uma *apropriação dirigida do espaço*<sup>19</sup>. Ao difundirem certas imagens de Campina, os jornais expressam opiniões e visões de seus temas, problemas, conflitos e posições construídas para conformar o discurso hegemônico. Em um espaço discursivo que define *como, onde e quem* deva falar.

Como instrumento de análise, os jornais e suas imagens passaram a nos mostrar como se construía Campina Grande sobre os embates e disputas mobilizadas em seu espaço urbano. DB e o JP reforçam, ou apagam acontecimentos e elementos relativos a um discurso oficial acerca dos conteúdos da “desordem”. E, neste mesmo sentido, dos registros que munem a percepção da cidade, a partir de como estão posicionados os cronistas e matérias presentes nos jornais; trata-se aqui em analisar os conteúdos, a identificação e visibilidade de determinados atores nos jornais como jogos de linguagem e dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos.

Os jornais se instalaram na pesquisa enquanto recurso metodológico de ler a cidade pela demarcação de seus conflitos e tensões, inserem a paisagem urbana da Campina Grande contemporânea pelo estabelecimento de uma reflexão (criteriosa) da dinâmica local, recuperada na diversidade de situações registradas. Por meio deste recurso, fomos impulsionados a pensar o discurso do urbano, como forma de significar a materialidade da cidade, suas paisagens e sujeitos.

A forma urbana e a interpretação realizada sobre Campina Grande nos jornais se constituíram para nós, enquanto analista social, importantes dispositivos de interpretação, trabalhando esta cidade como espaço de interpretação e, neste sentido, “inventada” a partir de um discurso já dito. DB e JP exprimem, pelos seus discursos, que espaços e personagens devam ser interditados na cidade e, por excelência, através de suas matérias e imagens, estabelecem padrões de *lugares, fatos e usuários* que exigiriam um olhar específico sobre Campina.

É entendendo como se dar o registro dos usuários nos jornais que a recolha da imagem e a utilização da linguagem visual, como fontes de pesquisa das ciências sociais, foram tratados por nós. Ao apropriarmos a fotografia, como instrumento ou técnica de pesquisa, inserimo-la como

---

19 A esse respeito cf. Sánchez García (2008) e Coradini (1995).

elemento do discurso e parte integrante do texto. Lida no contexto da análise, a dimensão da fotografia nos auxiliou a fazer emergir algumas pistas que permitem melhorar a compreensão da pesquisa em si.

Rica em informações, a fotografia depende diretamente da leitura da imagem, pois deve ser capaz de captar e perceber as nuances presentes em textos e discursos contextualizados. Elemento do discurso, enquanto tal, a fotografia expressa não apenas imagens, mas evoca a imagem específica de um conjunto-padrão de imagens, aquém e além da visualidade material. Essa leitura varia a análise não apenas segundo o olhar da espectadora (aqui autora-pesquisadora), mas também decorre da própria natureza construída pelas imagens trabalhadas a partir do DB e do JP. O que criticamente reflete o cruzamento entre as ciências sociais e a linguagem visual, a fotografia apresenta riqueza de detalhes, do indizível, pois não é apenas o visível que se lê em uma foto, mas também aquilo que está fora do campo fotográfico e que, no entanto, está nele circunscrito.

Por essa perspectiva, as imagens visuais presentes nesta obra, através das figuras, são situadas pela interlocução da fotografia com o implícito processo de rupturas e contiguidades que indicam a leitura da requalificação urbana de Campina Grande, em uma compreensão da relação da imagem fotográfica com o visual e o textual enquanto registro possível de significar o período aqui analisado. Como extensão, a fotografia acolheu significados sociais muito diferentes produzidos na correlação com discursos, capazes de requererem os conteúdos sociais das imagens de Campina Grande. Ou seja, de processos vivenciados que, visto aqui sob a ótica dos jornais, exprimem os acontecimentos da cidade. Pois há dimensões ocultas na situação fotografada, onde o verossímil não é necessariamente o verdadeiro.

Nestes termos, a fotografia aparentemente “congela” um momento, sociologicamente, mas, de fato, “descongela” esse momento ao remetê-lo para a dimensão da história, da cultura e das relações sociais, cabendo-nos decifrar o que se esconde por trás do visível e do fotografável. Elemento essencial para problematizar o discurso sobre Campina, o flagrante jornalístico e a fotografia possibilitam orientar o olhar do *artifício da cidade* (PESAVENTO, 2008), contraposto ao deslocamento e reações dos ordinários. Olhar expresso à intencionalidade de imagens

e discursos onde os jornais, por modos não neutros, marcam a forma, conteúdo, pensamento e textos correlatos que avaliam a apropriação social dos espaços em Campina pelo seu esquadramento.

Não é, pois, de se admirar que a fotografia presente no DB e JP gere a expectativa do que ser valorizado em Campina Grande e como deva ser fotografado, dando a impressão de que nada mais há para falar sobre esta. Enquanto texto, a fotografia pode ser considerada uma relevante possibilidade de conhecer e situar a cidade. Cabe situar que houve em nós uma sensação de estranhamento provocada pela forma como os lugares, espaços e personagens são descritos para atrair e projetar Campina, por outro lado, as fotografias de algum modo consagram e, diferentemente, identificam “imagens invertidas” de Campina.

Essa observação do olhar nos fez entender que as fotografias do DB e JP, como um dos principais meios de expressar Campina, têm perspectivas diferenciadas pelas imagens documentadas, através de suas lentes, como registro de espaços e acontecimentos mais significativos que, em outra tendência, envolvem a face de Campina Grande dada por paisagens e modos de ver e registrar a pobreza, as desigualdades e a luta pelo espaço urbano. São perceptíveis as leituras dos jornais em relação à pobreza, às desigualdades e à luta pelo espaço urbano ao mostrarem tais manifestações desvinculadas do que até então era falado sobre Campina.

As fotografias presentes no DB e JP alardeiam a situação caótica da cidade, mas, ao mesmo tempo e de modo sutil, conferem a leitura hegemônica do olhar fotográfico sobre ambulantes e pobres urbanos, ao construir e consolidar a imagem da cidade disciplinada e higienizada. Por essa leitura, percebemos o percurso social, no qual se encontram inscritas posições, táticas e modos de praticar a cidade, o que nos coube passar a apreender o jogo da interpretação e encontrar outros modos de dizer do trocadilho da ordem do discurso urbano; “discurso que fala” pelas possibilidades de sentidos.

A diferenciação na obtenção da investigação e do tipo de discurso gerado quando da análise nos proporcionou um interessante material posto pela ampliação da fonte de pesquisa e da própria documentação escrita. A análise do material consultado, via documentos e jornais, colocou a compreensão da necessidade de superar a mera descrição dos

fatos percebendo as significações atribuídas ao método da pesquisa sociológica com jornais, em um percurso o qual associamos, quando da análise dos documentos e jornais, três discursos relacionados entre si enquanto leituras de Campina Grande: 1) *as imagens-sínteses*; 2) o *deseenho institucional* e, por último, 3) *os contra-usos*. Estes discursos se destacam como marcas distintivas de Campina Grande, em suas sínteses: reúnem, resumem e comportam sentidos, táticas e estratégias que se dispõem enquanto imagens de Campina. Por esse percurso, organizamos este livro.

No Capítulo I, realizamos a leitura das *imagens-sínteses* que se processam como atualização das ideias-chave que articulam os projetos hegemônicos da(s) Campina (s) existente(s): a do trabalho, a da luta, do progresso, da crise e a própria reinvenção da cidade, através da síntese presente na Campina *tech city*. No Capítulo II, percorremos o desenho da *cidade instaurada*, instituída através da intervenção do planejamento do urbano, em seu desenho institucional pressuposto da tentativa de resolver as questões urbanas em um discurso marcadamente autoritário. Discurso por nós compreendido enquanto modo de significar as imagens de Campina, as intervenções e seus discursos em práticas presididas sob forte suporte de certo tipo de “olhar vigilante” sobre a cidade.

Os Capítulos III, IV e V analisam os *contra-usos* à cidade instaurada, imagens que se colocam no processo de requalificação urbana através dos ambulantes e pobres urbanos que, ao contrário do que colocam as imagens-sínteses, passam a se destacar através de disputas ocorridas no interior do espaço público. Estes Capítulos (III, IV e V) enfatizam a leitura que jornais e documentos realizam sobre diferentes territórios de Campina Grande como disputas regidas, entrecortadas e ordenadas por ambulantes e pobres urbanos em suas práticas de ocupação e resistências no interior do espaço público — como veremos, das concepções inerentes à ocupação dos Calçadões, das intervenções propostas pelo *Projeto Campina Grande Déco* e, por último, da luta por moradia na periferia da cidade.

# CAPÍTULO I

## IMAGENS SEDUTORAS DE CAMPINA GRANDE

(...) poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado (...). Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladura (CALVINO, 1990, p.14-15).

### IMAGENS HISTÓRICAS DOS DISCURSOS SOBRE CAMPINA

Pensaremos neste capítulo as sínteses hegemônicas de Campina Grande que, enquanto imagens sedutoras da cidade, acionadas em contextos históricos precisos, remetem ao processo de requalificação urbana pela tendência de conflito entre a múltipla Campina e suas reduções.

Pois sem que se compreendam as imagens de Campina, torna-se difícil perceber a requalificação ocorrida, a partir dos anos 1970 em discursos que visam apresentar a cidade como única, imagens-sínteses que constituem a condição contemporânea de seus significados, por

um trabalho hegemônico, de reconhecimento à sua dimensão pública.

Antes mesmo de propriamente discutir as imagens sedutoras de Campina é relevante entendermos como historicamente tais imagens foram construídas<sup>20</sup>, em sua dimensão pública, que discursos a produziram, sustentaram e renovaram a cidade como significado espacial.

Lugar proeminente de onde, de modo irresistível, se tece a singularidade da forma de pensar Campina Grande através das marcas de uma linguagem (urbana) que habita no passado e no presente. Tempos referenciados como leituras hegemônicas de contextos sociais, culturais, econômicos e históricos aqui foram adotados como imagens específicas sobre a cidade:

Em tempo, resalte-se a importância da própria evolução histórica da cidade, que conheceu momentos de crise e de pujança, definindo-se, afinal, como uma cidade que, embora surgida no passo das boiadas e sob o signo do comércio, soube enfrentar os novos tempos e migrar da agricultura para o comércio, deste para a indústria e deste para a ciência e a tecnologia (...) (LIMA, 2010, p.33).

Desse modo, a requalificação urbana ocorrida a partir dos anos 1970 deve ser percebida pelos modos como historicamente foram pensados os discursos sobre a cidade. Em uma escrita que também expressa a cidade (não) visível, oculta, permitida, negada, crível em torno dos seus usos, (des) usos, lugares e territórios.

Nesta direção, as imagens de Campina Grande somente podem ser compreendidas enquanto processo de significação dos discursos que a projetam como elemento de diferenciação socioespacial; atributos disseminados como leituras que constituem Campina como sinônimo de urbe, progresso e modernização. Onde as explicações para a singularidade de Campina Grande há de ser buscadas em tais discursos.

É identificada assim, a partir da história, a memória de atributos e

---

20 Cabe ressaltar que a tentativa de entendermos historicamente de onde vêm tais imagens foi observação da professora Dr<sup>a</sup> Tereza Queiróz (PPGS/UFPB), quando da Banca de Qualificação, em sugestão bem aceita por nós.

símbolos identitários, próprios de Campina. Símbolos que incidem em constituir a cidade em sua reafirmação como urbe moderna. Historicamente, Campina Grande tem sido idealizada como progressista; nova, contemporânea, pioneira e detentora de espaços ligados à compreensão incompleta que marca o seu ininterrupto processo de modernidade urbana:

É possível entender tal *compreensão incompleta* do fato urbano como corolário da idealização de um período próspero da história da cidade [o ciclo do algodão, o ouro branco] associado à arquitetura em questão, representativa, tanto localmente quanto no plano nacional e mundial, *de uma modernidade otimista, harmoniosa e acrítica* (...) (LOUREIRO DE CARVALHO et. al., 2007, p.01, grifo nosso).

Como pontuávamos na *Introdução*, historicamente Campina Grande tem sido marcada pela forte atratividade exercida em sua função polo, em razão da posição geográfica estratégica de entreposto, no passado e, hoje, centro universitário e tecnológico de destaque. A cidade tem assim uma história permeada por ações comerciais, que anunciam a vocação urbana através das contribuições de índios, mascates e tropeiros, em uma história que, amplamente retratada e divulgada pela música “Tropeiros da Borborema”<sup>21</sup>, tem por referência a “riqueza da terra que tanto se expande” comumente utilizada para reiterar os significados entre as imagens passadas e contemporâneas da cidade:

---

21 Imortalizada na voz de Luiz Gonzaga, a música foi escolhida pelos campinenses, no ano de 2000, como a que melhor representa a cidade em sua vocação: “Estala relho marvado, recordar hoje é meu tema. Quero é rever os antigos tropeiros da Borborema. São tropas de burros que vêm do sertão. Trazendo seus fardos de pele e algodão (...). Assim caminhavam as tropas cansadas e os bravos tropeiros buscando pousada. Nos ranchos e aguadas dos tempos de outrora. Saindo mais cedo que a barra da aurora. *Riqueza da terra que tanto se expande. E hoje se chama de Campina Grande. Foi grande por eles que foram os primeiros* (Grifo nosso!). Ó tropas de burros, ó velhos tropeiros. (...)”

Segundo contam os historiadores, o primeiro aldeamento surgiu com a tentativa de ligar o litoral ao Sertão e se pode aceitar 1697 como o ano da fundação do povoado. Seu núcleo inicial foi instalado em aldeamento de índios Ariús, ali fixados pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, durante a chamada “Guerra dos Bárbaros”. Em volta da aldeia surgiu uma feira nas ruas por onde passavam camponeses. Alguns autores são da opinião de que antes da chegada de Teodósio, o povoado já estava construído e que o capitão apenas teria desenvolvido e consolidado a região, pois a Paraíba necessitava de um ponto de união entre o Sertão e o litoral, entre a civilização da cana e a do gado.

(...), Campina Grande nada mais era do que um aglomerado disforme de casas de taipas entregues aos aventureiros que nela pousavam e era apenas um local de encontro e de troca de gado. Todavia, o processo de fixação de seus habitantes foi a fase mais importante do povoado. A partir daí, começaram a aparecer os pontos de referência e consolidam-se as feiras. Inicia-se a chegada dos tropeiros, almocreves, boiadeiros e tangerinos (sic). Nasce um mercado. A feira da cidade passa a ser o ponto de intercâmbio entre as frentes litorâneas e sertanejas. Campina Grande passa de um arruado de pequenas casas, poucas ruas, a ter as principais casas acampadas às estradas de acesso.

(...). Sua elevação à vila com o nome de *Vila Nova da Rainha* se deu em 20 de abril de 1790. Já em 1864 [em 11/10] a vila é elevada à categoria de cidade, (...). (...). Com a emancipação municipal, o núcleo urbano passa a ter mais importância, com isso mudou-se o centro de decisões em função de deslocamento de parte dos fazendeiros para a cultura e comercialização de algodão, o que implica em permanência mais constante na rua.<sup>22</sup>

---

22 HISTÓRIA começa no século XV. JP, 11 out. 2003 (Editorial — edição especial de

As sínteses de Campina Grande, “para além das suas formas perceptíveis e materializadas”, acompanham históricos significados amplamente reconhecidos e instaurados como discursos que representam as condições contemporâneas da cidade. As bases que podem explicar as imagens-sínteses sedutoras da Campina Grande contemporânea (vide Figura 1), tantas vezes caracterizadas apenas sob a denominação ufanista do *campinismo*<sup>23</sup>, têm assim a ver com a construção discursiva que, historicamente, constituiu Campina como cidade polo:



**Figura 1** - Monumento 'Os Pioneiros' - (Localizado às margens do Açude Velho, simboliza as contribuições de índios, tropeiros e do algodão ao desenvolvimento de Campina)

**Fonte:** [http://i186.photobucket.com/albums/x304/marcus\\_fn/monumento-pioneiros1.jpg](http://i186.photobucket.com/albums/x304/marcus_fn/monumento-pioneiros1.jpg).

---

aniversário da cidade).

- 23 *Campinismo* pensado como comportamento típico derivado por uma atitude de defesa sempre positivada de Campina Grande e do ‘*orgulho de ser campinense*’. Cabe destacar que o ‘*campinismo*’ também é posto por uma suposta competição bairrista com a capital (João Pessoa). Um reconhecimento, para a grande maioria dos campinenses, das condições de comando que a cidade tem no Estado da Paraíba, em um processo de desenvolvimento autônomo. A esse respeito interessante consultar as seguintes crônicas: BITOLA estreita. DB, 20 ago.1975; CAMPINA sem campinismo. DB, 14 jan. 1978; CAMPINA Grande e o desenvolvimento autônomo. DB, 11 out.1978.

Em meados do século XVII a cidade se configurava como um importante entreposto comercial de caminhos que conduziam gado e tropeiros. Já no século XIX, começa a se destacar economicamente através de setores mais abastados ligados inicialmente ao negócio do gado, comércio e, mais tarde, à produção do algodão.

A projeção de Campina como “Rainha<sup>24</sup> da Borborema” é demarcada, se assim pudermos falar, no exato momento em que uma série de comerciantes ligados ao ramo da exportação se radica na região da Borborema (vide Figura 2). O pioneirismo econômico de Campina, à época, já tão almejado por parte de sua elite, começa a se consolidar pelo caráter de pujança econômica do algodão, o ouro branco.<sup>25</sup>



**Figura 2** - A memória urbana (oficial) de Campina Grande

**Fonte:** DB, 11 outubro de 1995.

Sob o manto de empório algodoeiro, Campina dinamiza seu

- 24 Uma curiosidade: em 1790, Campina Grande passa a ser denominada de *Vila Nova da Rainha*, porém o novo nome não é de imediato acatado por grande parte da população, a não ser em documentos oficiais. Consta que até papéis forenses de 1831 referiam-se a *Campina Grande* ao invés de seu nome oficial. Disponível em: [http://www.achetudoderegiao.com.br/pb/campina\\_grande/historia.htm](http://www.achetudoderegiao.com.br/pb/campina_grande/historia.htm) Acesso: 10 mar. 2011.
- 25 A esse respeito cf.: UMA história em construção. JP, 11 out. 2000; O RETORNO do algodão. DB, 01 set.1991; A FARINHA e o algodão no comércio de Campina. DB, 13 jul. 1984.

crescimento urbano<sup>26</sup> com a implantação da estrada de ferro *Great Western of Brasil Railway* (1907) e a incorporação das sociabilidades trazidas. Em 1936, Campina já era considerada a principal cidade do interior nordestino, devido ao intenso comércio do algodão: produto cuja presença passa a marcar a cidade por um forte sentido simbólico desse empreendimento, que funcionará como cartão de visitas e sua principal porta de entrada. Os discursos ancorados nas referências sobre Campina Grande e seu *ouro branco* disseminam, mesmo que para poucos e por poucos, as novas formas de circulação, movimento e relações de dominação que ditariam os ares de progresso e modernidade da “Rainha”:

(...) uma experiência de reforma urbana que é caudatária dos chamados valores modernos e burgueses, que tinham como meta, segundo seus idealizadores, transformar uma das nossas cidades em um ambiente moderno e civilizado, o que lhe confere uma inegável dimensão universal, aproximando-o de diversas outras experiências ocorridas mundo a fora. Ao mesmo tempo, veremos como a universalidade das idéias (sic) que nortearam as mudanças em Campina Grande virou práticas múltiplas, assim compreendidas pelos seus moradores, fazendo dela uma cidade com uma história e trajetória peculiares (SOUSA, 2003, p.66).

Essa experiência se tornou referência<sup>27</sup>, pois, ao contrário do que caracterizou o advento das cidades modernas no Brasil, a propalada

26 De acordo com Aranha (2001), no período de 1907 a 1967, Campina teve um enorme incremento demográfico — sua população passou de 17.041 para 205.000 habitantes.

27 Vinculada às ações das administrações de Verginaud Wanderley (1935-1938; 1940-1945); essa reforma se tornou referência em termos de seu caráter singular, marcado pela teatralização do poder e de forte pensamento sanitarista. Em Campina Grande, ao contrário de outros municípios brasileiros onde os *bota-abaixo* foram referências por parte dos pobres urbanos, as peculiaridades se deram devido às perdas por parte das elites no processo de transformação de “dar à cidade ares de urbe moderna”. A esse respeito, conferir a ainda inédita contribuição de Sousa (2001).

*reforma urbana de Verginaud Wanderley* foi marcada pelo caráter singular em torno de tensões entre velhas e novas elites nas décadas 1940-1950, da tentativa em modernizar a imagem urbanística de Campina. O discurso da modernidade lança mão da imagem da cidade, por uma prática social que a invoca como lugar de civilidade.

Discurso esse que foi decisivo à eleição municipal de 1959. A candidatura do empresário Newton Rique, pelo então PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), lançou um Programa de Governo<sup>28</sup> que tinha por objetivo fazer com que Campina pudesse ascender como industrializada e moderna através da denominada *Revolução da Prosperidade*:

Para um candidato a prefeito em especial, o petebista Newton Rique, Campina Grande vivia um impasse: precisava desenvolver-se imediatamente, l. (...), este candidato lançou mão de uma iniciativa até então inédita na história política da cidade: fez divulgar um Plano de Governo (...). Este documento, intitulado de Revolução da Prosperidade, promoveu a canalização de todo um debate existente na cidade de forma desconexa e fragmentária e o articulou nos termos de um projeto desenvolvimentista amplo e voltado para todas as experiências de vida de Campina Grande (AGRA DO Ó apud TORRES, 2007, p.20-21).

É em consonância com esse imaginário de progresso tão em voga nos anos 1950<sup>29</sup> que se inicia o percurso, anos mais tarde, a formação da imagem *Campina tech city*, com a criação de instituições observadas pela elite local como as que levariam e multiplicariam o desenvolvimento ao

28 A título de informações: o Programa tivera a participação de um seletivo coletivo da elite local, denominado *Grupo Desenvolvimentista*, o qual participou no Governo Juscelino Kubitschek do GTDN (Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste) que originou a SUDENE; a ideia de um programa escrito teve como seu precursor JK, na eleição presidencial; Newton Rique somente foi eleito Prefeito de Campina Grande em 1963, tendo sido cassado em junho de 1964.

29 A esse respeito cf.: Torres (2007); Lima (2010); Lima (2004); Cardoso (2002) e Agra do Ó (1995); dentre outros.

Estado da Paraíba. Dentre essas instituições, citamos: Escola Politécnica (POLI), Escola Técnica de Comércio de Campina Grande; Faculdade Católica de Filosofia; Faculdade de Serviço Social, que mais tarde originou a Universidade Regional do Nordeste (URNE); Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima (SANESA); Companhia Municipal de Desenvolvimento (COMUDE); Banco de Fomento da Produção (BANFOP) e o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FADINI).

Em paralelo a essas transformações, passa-se a dar maior significado à posição geográfica desempenhada por Campina, o que “fez coro com os arroubos ufanistas da imprensa e de letrados locais, rasgando elogios ao crescimento e potencial da cidade, (...), de surpreendente movimento urbano, enfim, um centro admirável de trabalho” (SOUSA, 2003, p.62). Esse discurso está presente nos letrados e elite de bacharéis, médicos e políticos campinenses que, nessa época específica, associam progresso a investimentos de capitais na cidade.

As elites locais articulam o discurso que tem por estratégia, claramente, atrair mais capitais e investimentos à cidade. Isso vai configurar outra imagem da cidade, em que essa mesma elite elege aquela que melhor representaria Campina: *a cidade do trabalho*. Porém, Sousa (1994) nos lembra de que essa intenção, posteriormente, transforma-se no próprio paradoxo da imagem de Campina:

(...), na ânsia de atrair para a cidade dinheiro e investimentos o discurso das elites e da imprensa investe em propaganda que exalta as suas potencialidades de trabalho e a sua fama de “cidade do trabalho” e de prosperidade. Naturalmente que além dos objetos desse discurso, capitais e investimentos, são atraídas para a cidade populações pobres da zona rural e/ou urbana de áreas polarizadas por Campina Grande. E há durante a década de 70 reportagens e publicações de imprensa e de órgãos municipais que tentam chamar a atenção ou se mostrar “preocupados” com o afluxo desses contingentes populacionais para a cidade e das conseqüências e problemas que eles poderiam significar em termos de ocupação e organização do espaço

(SOUSA, 1994, p.40-41).

Essa imagem opera em um contexto de intenções e discursos que, diferenciados entre si, incidem para significar e representar Campina em suas características por atributos singulares e peculiares que, ao se relacionarem entre si, interpretam aquilo que baliza a sua espacialidade urbana. Todavia, como veremos mais adiante, ocorre uma perceptível mudança desse discurso na imprensa local, especialmente no final dos anos 1970 e por todos os anos 1980:

É um discurso que vai ser reproduzido e contado por todos os campinenses ilustres durante muito tempo e que só vai ser marcado por defecções mais sérias a partir da década de 1970. É principalmente no final desta década que cientistas sociais, representantes dos poderes públicos e alguns órgãos de planejamento local vão detectar a “crise” que atinge a economia da cidade. (...), O discurso em torno da “Rainha da Borborema” (...) foi tão competente que a cidade se tornou no âmbito regional uma referência (...). (SOUSA, 1994, p.37).

As imagens, ao variarem o ponto de vista do lugar de quem as vê e de quem as sente como aquilo que se apresenta, têm por base os significados que as interpretam e as produzem. Esse reconhecimento bem cabe a Campina Grande em sua experiência contemporânea: o que a significa e a valoriza e a constitui como projeto, ideário e perspectiva, elementos estes que estão por trás do processo de requalificação urbana em que a textura da cidade vai estar representada (vide Figura 3) através das suas imagens-sínteses.



**Figura 3** - Imagem histórica de Campina Grande

**Fonte:** JP, 23 abr. 2006.

É na apropriação dos discursos que compõem o cenário dessas imagens, as quais mudam sem nunca se fixarem, que se projeta Campina Grande como elemento de diferenciação. Esse processo é experimentado por características e fenômenos locais que chamam a atenção pelo significado, os quais nomeiam Campina Grande por *características sempre únicas e singulares*. A implicação do tratamento dado a Campina alcança a aproximação, real ou hipotética, do que se propõe sobre a cidade e suas paisagens e remete ao exercício de representá-la por um grau superlativo e, assim, revelá-la em sua tradução.

Isso nos faz perceber, em especial, como a cidade é inventada<sup>30</sup>, no sentido da cidade imaginável que tem sido pensada e alicerçada em um jogo de posições e interesses, tantas vezes confrontados com o desvelamento das contradições sociais ocorridas em Campina e legitimada em seus significados – a cidade do trabalho, da pujança, do progresso, da crise e *tech city*, por exemplo, em sínteses que, à luz das suas características históricas, (re) interpretam o processo de requalificação urbana ocorrido em Campina a partir dos anos 1970.

## **AS IMAGENS DE CAMPINA EM SEUS SIGNIFICADOS CONTEMPORÂNEOS**

O reconhecimento de Campina Grande, dado a partir de atributos e símbolos que a reforçam, pode ser observado em um trabalho

<sup>30</sup> A esse respeito, cf. FERRARA (2008).

circunscrito por imagens que a esta se refere através de relações sociais e que operam como compreensão do significado desempenhado pela cidade junto às demais de seu mesmo porte.

Em decorrência de tal compreensão, identificamos os elementos da diferenciação competitiva que destacam e constituem as imagens que distinguem Campina Grande; representações que significam o discurso da cidade como *lugar estabelecido por vários sentidos* e projetam a sua produção em um espaço urbano, econômico, social, cultural e institucional.

As referências reforçam a recorrência às imagens projetadas para acentuar e estabelecer sentidos diferenciados de qualificar Campina seja pela apresentação de um discurso *hiperbólico*, de como a cidade é vivenciada e identificada, ou enquanto síntese hegemônica de sua história. Há um estilo de vida próprio; entendido como estética do discurso que advém da caracterização do ritmo encarado por ares ufanistas. Basta observarmos como os cidadãos produzem e contemplam a cidade — “é como se ela fosse a própria pátria. Tu és brasileiro? Sim! Sou campinense”:

*Há um quê de místico no fato de viver e morar nesta cidade* (Grifo do autor!). Há um certo transporte espiritual que faz de Campina Grande mais do que uma cidade onde nasceu ou mora o cidadão, *é como se ela fosse a própria pátria. “Tu és brasileiro? Sim! Sou campinense”* diz Rômulo Araújo Lima, em seu estudo *Além de Bodopitá* (Grifo do autor!), refletindo um autêntico sentimento dos que nasceram e viveram nessa cidade. Campina Grande é pólo de cinco [oito] microrregiões que compõem o Compartimento da Borborema e exerce influência geográfica em cerca de 150 municípios (...), o que a torna uma verdadeira região metropolitana. Mas a história dessa cidade ainda está para ser escrita em definitivo. (...). Primeiro foram os tropeiros tocando a “civilização do gado”. (...). Em seguida vieram os fardos de algodão trazendo a reboque o capital estrangeiro representado pelas

grandes indústrias (...), entre elas a argentina Sanbra e a inglesa Anderson & Clayton. (...), Campina ganhou até apelido, “Liverpool do Nordeste”, uma referência à cidade britânica que antes da guerra [Segunda Guerra Mundial] dominava o mercado internacional do produto. (...). *Nesta síntese de uma história em construção constatamos que o destino de Campina Grande é se destacar no cenário onde foi plantada, a cidade que teve tudo para estagnar seu crescimento permanece de pé, vencendo as barreiras que lhe são impostas, administrando os revezes econômicos, reinventando seu futuro* (Grifo nosso!).<sup>31</sup>

Essa compreensão pontua simbolicamente Campina pela imagem que a aproxima da noção de paisagem, não apenas como delimitação física e geográfica, mas como ritmos e modos de vida, sobretudo de perspectiva e enquadramento (ZUKIN, 2000). Paisagem que remete a práticas e discursos de distinção, sentimento nativista de origem das suas coisas, sua gente e história utilizadas para defini-la:

Era final do século XVII, (...) começava-se (...) a ser tecida a teia de uma história (...). A história de uma rainha, uma cidade rainha chamada Campina Grande, (...). *O título de rainha não poderia ser tão oportuno se não fosse Campina Grande uma cidade de povo tão guerreiro, tão forte e corajoso.* (Grifo nosso!) (...). Aos pouco Campina Grande (o nome surgiu porque Teodósio de Oliveira Lêdo e seus colonos, ao chegarem... tiveram a visão de uma grande planície), foi crescendo e mostrando seu poder de Rainha. (...).<sup>32</sup>

A síntese do discurso da “*cidade de povo tão guerreiro, tão forte e corajoso*” reivindica modos peculiares de guias da *Cidade Rainha* pensadas por movimentos de sentidos articulados por formas, minuciosamente,

31 UMA história em construção. JP, 11 out. 2005 (Creusa Oliveira)

32 CAMPINA, há 300 anos rainha. DB, 07 dez. 1997 (Dilvani Alves).

operadas a partir da representação de uma grandeza:

Claro que é. Esta cidade que brotou cá, em cima da Serra, levantando dedos de cimento armado para os céus, crescendo e se agigantando pelos flancos da Borborema, ora, meu Deus! — só podia ser mesmo Campina Grande. *Ora se é! — Campina Grande (...), a sofisticação de uma cidade quase metrópole, sendo por isso cognominada de Rainha da Borborema. (...). É, em realidade, CAMPINA GRANDE (sic), mesmo!* (Grifo nosso!).<sup>33</sup>

O processo de transformação urbana de Campina Grande é observado por conteúdos e sentidos acionados nas imagens que estiveram e, ainda, estão por trás das práticas e discursos sobre a cidade; modo como Campina significa seus mapas simbólicos em um trabalho de reconhecimento e compreensão de sínteses hegemônicas que seduzem pelo que consigo carregam:

Quem vem acompanhando, nestes últimos cinco anos, o entusiasmo e o desejo de trabalhar do povo campinense tem observado o crescente progresso que vem se verificando em todos os setores, (...) ação dinâmica e profícua do desenvolvimento. (...). Surgiu, nesse lustro, como marco admirável do progresso de Campina Grande, aquilo a que se chamou de “arrancada para a industrialização”, (...). Começou, então, a fase decisiva da vida industrial de Campina Grande (...), tudo, enfim, vestiu roupa nova e se desenvolveu agigantadamente (sic) ao influxo poderoso do desenvolvimento. (...). E começaram a subir, vertiginosamente, na verticalidade do progresso, as chaminés das fábricas e dos centros fabris. (...). Sua realidade acabava de se firmar e transmitir ao País inteiro, especialmente aos investidores, a mensagem de trabalho e

---

33 CAMPINA Grande mesmo! DB, 11 out. 1975. (Leônia Leão).

progresso de Campina Grande (...), “terra *abençoada por Deus*”, *capital do trabalho, porta aberta de todos os caminhos do Nordeste* (...) (Grifo nosso).<sup>34</sup>

Em outros termos, a invenção da Campina contemporânea sob o signo de centro de primazia e progresso mobiliza a imagem do desempenho da cidade na região<sup>35</sup> e que, em sua totalidade ou em fragmentos, destaca os predicativos da cidade. O sentido recuperado por elementos e qualidades do passado expressa a cidade em vista da ‘*posição de liderança* regional, figuração da síntese *centro irradiador*’. Sentido que a faz, segundo os próprios campinenses, “lugar diferenciado e impossível de ser confundido com outros”, imagem evocada e identificada (LYNCH, 1997) por características que a tornam *admirável, notável e viva*:

Campina é mesmo iluminada. Tem na figura do tropeiro seu principal ícone. Na frase “a capital do trabalho”, seu alento e esforço. Não é a toa que Campina é o empório do interior do Nordeste. (...). *Cidade dos boêmios, da cultura, da pujança. Encorajada pelo povo absorve o progresso por acreditar no novo* Novo, palavra que cheira a vida. Vida, que pulsa no coração de um *povo ávido por conquistas*. Felizes os Tropeiros da Borborema antiga. Que abriram veredas entre os espinhos, para construir *a mais linda cidade menina... de ouro branco... de vila nova da rainha... da feira livre... da cantoria... (...)*, e o amor a ti é o mote que inspira as estrofes, amiúde. Campina é mesmo iluminada. (...). E o que envaidece é saber que no íntimo do lugar, há um sentimento mais forte que a própria felicidade que lhe é peculiar. (...), cidade eterna e divina, grande em tudo, de nome CAMPINA<sup>36</sup> (Grifo nosso).

---

34 O progresso de Campina. DB, 02 abr.1970 (Editorial).

35 Em um ideal desenvolvimentista dos anos 1950.

36 CAMPINA, há 300 anos Rainha da Borborema. DB, 11 out. 1998 (Editorial — Edição especial pelo aniversário da cidade).

É restabelecida, mais uma vez, na leitura que produz o discurso da Campina contemporânea, a cidade povoada pela histórica denominação de pujante, onde, sob a ótica dos elementos da modernização, industrialização e urbanização, renova-se estrategicamente a imagem sedutora *Campina, capital do trabalho*. Ambivalência e correspondência das significativas modificações em sua economia e da requalificação em sua estrutura urbana:

(...), nascida assim esta cidade sob o signo da criatividade e da capacidade empreendedoras de sua gente, foi (sic) esses mesmos desígnios, hoje ainda mais dimensionados, que Campina Grande tem sido chamada de “Capital do Trabalho”, forma designativa com que melhor se referem o espírito e o arrojo realizadores do seu povo, distribuído por um elenco das mais diversificadas atividades. (...). Campina Grande, honrando seu passado, consolidando seu presente e melhor sedimentando seu futuro de *cidade forjada na vocação para o trabalho*, (...). (Grifo nosso).<sup>37</sup>

A *capital do trabalho* (vide Figura 4) agora configura as marcas da ‘*metrópole interiorana*’, lugar criado e instaurado pela leitura das relações estabelecidas com seus cidadãos, pelos elementos que fazem de Campina a *cidade pujante, atípica* e “fiel ao lema ostentado em seu brasão: *única entre muitas*”<sup>38</sup>. O discurso sobre a modernidade serve para expressar o desenho que se deseja para a cidade e, em boa parte, para a sua vida urbana.

---

37 CAMPINA, cidade forjada na vocação para o trabalho. DB, 01 maio 1975 (Evaldo Cruz).

38 A esse respeito, cf. DOCE loucura. DB, 11 out. 1996.



**Figura 4** - Síntese da *capital do trabalho*

**Fonte:** DB, 11 out. 1984.

Desenho estabelecido em conexão com o significado de pujança e trabalho adquirido por Campina, a referência cosmopolita de urbe moderna não apenas insere Campina no tempo, mas reitera e precisa o discurso da capacidade inovadora, empreendedora e de vocação pioneira da cidade:

A importância de Campina Grande no consenso geral do país pode ser dimensionada pelos conclaves de âmbito nacional aqui realizados por deliberação dos mais destacados órgãos de classe ou de instituições oficiais, para estudo de problemas relacionados com as ciências, economia e administração, trazendo à nossa cidade as figuras de maior prestígio no mundo cultural, científico e econômico. Vem de muitos anos esta preferência de Campina Grande para sede de importantes conclaves de âmbito nacional, considerando a *posição de liderança que ocupamos no interior do Nordeste, como centro de onde se irradiam principais movimentos e para onde convergem todas as atenções desta imensa região brasileira* (Grifo nosso) (...).<sup>39</sup>

Esse processo ocorre mesmo com o declínio no ritmo de crescimento da cidade, constatado com a perda da posição estratégica e o deslocamento de investimentos a João Pessoa, que passa a exercer maior

39 IMPORTÂNCIA de Campina. DB, 27 fev. 1973 (Editorial).

centralidade a partir das políticas de Estado que, nos anos 1970-1980, priorizaram as capitais (MAIA, 2010; SILVA JR., 2009).

A relação de Campina com o mundo ainda é decantada pela visão do ambiente econômico, político, cultural e científico presentes de décadas passadas, onde a imagem da sua pujança relaciona a influência regional conferida e manifestada pela qualidade de ‘*tão efervescente, tão dinâmica e tão buliçosa*’, situada com vista à luz da *cidade imaginável*:

(...). *É a hipótese frisante desta Campina Grande tão efervescente, tão dinâmica e tão buliçosa que se projetou, de longos tempos a esta parte, como a mais transcendental metrópole interiorana* (Grifo nosso!), de todo o **interland** (Grifo do autor!) do norte/nordeste brasileiro. (...) Campina Grande não tem baqueado na sua trilha em face das multiplicadas adversidades (...), esta cidade singularíssima não se rende e sempre faz sobressair a capacidade de luta de seu povo que sabe preservar o seu **status** (Grifo do autor!) de *cidade-líder*, de *cidade-exemplo* (Grifo nosso!), a irradiar, aos quatro cântaros, tão somente o otimismo, bem como o mais inaudito atestado de persistência, de poder de fogo(...).<sup>40</sup>

É tomando por empréstimo a (re) apresentação do tempo que se hierarquiza em diferentes imagens que reforçam o estabelecimento de sentidos sobre Campina, a partir da reedição do ideal cosmopolita figurado como passado, mas, também, sendo dele distinto:

(...). *Desse cosmopolitismo da sua formação Campina Grande adquiriu o arrojo e a impulsividade que têm servido de alavanca principal de seu desenvolvimento* (Grifo nosso!). Cidade (...) que sabe colher com simpatia a quantos originários dos mais diversos recantos da terra a tem procurado, transformando-a em centro irradiador das suas atividades, Campina Grande tem sido o fruto da ação dos alienígenas, aos quais tem

---

40 SINOPSE de uma cidade exemplo. DB, 13 out. 1971 (Paulo Souto Camillo).

devido a sua imensa prosperidade. (...).<sup>41</sup>

As imagens que reinventam Campina, como centro regional pujante e cidade do trabalho (vide Figura 5), são as mesmas que contemplam e remetem sua associação à modernidade, à experiência expressa em termos das imagens que a traduzem como que por efeitos da vida urbana. “*Campina Grande, mesmo*” passa a ser traço distintivo de ordenação da “*cidade quase metrópole*”, em conjugações que organizam e exibem a sugestão da hierarquia que aprofunda, através dessas sínteses, as marcas simbólicas da sua modernidade.



**Figura 5** - Campina Grande e a pujança

**Fonte:** DB, 11 out. 2000.

*Cidade singularíssima, cidade-líder, cidade-exemplo* são alguns exemplos de sínteses que restabelecem o lugar de onde se narra Campina Grande. Lugar reforçado como *singular* e, sobremaneira, observado nas relações entre tempo e espaço, definido nas localizações de investimentos e em territórios marcados como suportes do que foi e continua sendo Campina — *um local singular* (conforme Figura 6):

---

41 DESTINOS de uma cidade. DB, 11 out. 1979 (Coluna Opinião).



**Figura 6** - Campina Grande, *local singular*

**Fonte:** DB, 11 out. 2005.

Duas imagens contraditórias e interdependentes — passado e presente — se produzem as relações de diferenças e disfarçados conflitos que a projetam, estrategicamente recuperadas naquilo que se coloca como leitura singular da cidade. A urbe expressa a alegoria simbólica de uma experiência, onde as imagens passadas não se entrelaçam como complementos, envoltos e meandros. Entrelaçamento visível em sua forma: “(...) desde os tempos memoráveis quando os tropeiros da Borborema, primeiros comerciantes viajores heróicos do destino do progresso, escreveram as iniciais dessa epopéica caminhada até os idos contemporâneos da tecnologia e da automação”.<sup>42</sup>

O discurso do cosmopolitismo, do arrojo e impulsividade (vide Figura 7), pensado como “alavancas principais de seu desenvolvimento”, nomeia a Campina contemporânea a partir da recuperação de suas imagens passadas.

---

42 Cf.: O comerciante campinense. DB, 08 set. 1993 (Itan Pereira).



**Figura 7** - Campina, grande por natureza

**Fonte:** DB, 25 nov. 2005.

É na articulação das sedutoras imagens do passado que se exercita a apropriação contemporânea das sínteses hegemônicas de Campina Grande. São imagens que se renovam, revelam conflitos, tensões, provocam rupturas, figurações e, conforme se queira ou postule a leitura idealizada da cidade, expressam o discurso da *Campina inovadora, criativa, original e centro irradiador*:

*Decididamente, há coisas que só acontecem em Campina Grande. Há lições que só quem dá é Campina Grande e pessoas existem que não poderiam viver em outro canto do mundo (Grifo nosso!). Aliás, já se disse com muita propriedade que ser campinense é um estado de espírito, (...). É o comércio, é a indústria, são os profissionais liberais, são os artistas, são os torcedores — enfim é uma cidade inteira que vive que curte sua terra, que se enche de brios quando alguém a menospreza, que infla o peito de orgulho quando alguém de lá se destaca na Paraíba ou no Brasil. Por sinal, é interessante como denominam as coisas e as pessoas de Campina Grande. Por exemplo, a TV é de Campina*

*Grande, o rádio é de Campina Grande, o jornal é de Campina Grande, a Universidade é de Campina Grande (...). Nada de dizer, como se diz, (...) "Da Paraíba". O que é de Campina, ela não divide com ninguém, (...). (Grifo nosso!).<sup>43</sup>*

As referências “formas satisfatórias de cidade” vão assim se dar por variados discursos, imagens-sínteses que acompanham o processo contemporâneo de mudanças nas vocações econômicas da cidade, tendo por base os discursos passados de práticas que teceram Campina, em combinações de diferentes significados. Como diria Michel de Certeau (1996), estas combinações são modos, representações institucionalizadas e prescritas oficialmente a partir do uso de discursos míticos e históricos, como imagens “disputadas” que se colocam na ordem imposta de sucessivas refundações da cidade.

Ou ainda, nas palavras de Lynch (1997, p.97), é como se o mapa da cidade fosse desenhado numa folha de borracha infinitamente flexível, com direções desvirtuadas, em distâncias aumentadas ou reduzidas em suas formas e com uma continuidade necessária; segundo o modo como as imagens estão dispostas e inter-relacionadas.

É pela utilização deste mapa, flexível em sua feitura, que as imagens contemporâneas expressam também, para além dos significados passados, implicações de transformações socioeconômicas e urbanas de Campina Grande. Como bem perceberemos, é em meio a tais transformações que Campina se vê lançada a revisar suas imagens históricas; discussão essa que trataremos na seção seguinte.

### **IMAGENS DA CIDADE DA CRISE: “É PRECISO REPENSAR CAMPINA!”<sup>44</sup>**

A partir da segunda metade dos anos 1970, pode-se observar que Campina começa a ter uma imagem contrastiva à sedução, pelo reforço de outro discurso: “*a cidade da crise*”. Expressa assim uma mudança onde a Campina outrora decantada como *capital do trabalho* é erodida em face

43 CAMPINA, sempre Campina. DB, 23 abr. 1980 (Editorial).

44 VEREADOR afirma que é preciso repensar Campina. DB, 10 fev. 1983(Caderno Cidades).

da crise que a atingirá levando a uma redefinição na forma de referenciar as representações e o discurso de sua modernidade.

É notório que os anos 1980 encerram a caracterização de uma forte crise econômica, com ampla intensidade de extensão e duração por todo o país. Localmente, ocorrerá em consequência desse momento a suspeição do que fora pensado como discurso e usufruto dos símbolos de Campina em suas imagens hegemônicas. Ao pôr sob questionamento o predomínio do viés relacionado à, então, auferida capacidade econômica de Campina.

Diríamos que a denominação da imagem impressa da “Campina Grande decantada em verso e prosa” é rompida, ao ser substituída, em razão do que implicará tentar entender a condição que “descambou para a decadência econômico-financeira” da cidade e, neste contexto, para o quadro de profundo questionamento dos pressupostos da *Campina do trabalho e centro irradiador*:

Falei em outra crônica em “salvar Campina Grande”. *Nossa cidade estará perdida?* É possível que tenhamos nos desviado do caminho certo, nestes últimos anos. *Há algum tempo a gente sabia, mais ou menos por onde ir. (...). Hoje a cidade está confusa, equivocada, ambígua, indecisa. (...). Campina precisa ser salva da incoerência, da improvisação, da descontinuidade. Campina precisa reencontrar-se com seu passado de trabalho* (Grifo nosso!), de decisão, de iniciativas, de inteligência e criatividade, de crença e esperança no futuro. (...). Fecham-se fábricas, firmas comerciais, (...), estabelecimentos de ensino, (...) — importantes e antigas instituições progrediram na esteira de nosso progresso. Ah Campina Grande! Estarias precisando de reativação e de retomada do seu ritmo de crescimento?<sup>245</sup>

A referência ‘*salvar Campina Grande*’ aponta para a natureza da cidade que parece alterada em suas práticas e cada vez mais operada por uma dualidade entre as representações passadas e as transformações

45 A SALVAÇÃO de Campina. DB 04 jan.1978 (Stênio Lopes).

socioeconômicas que exigiam, dentre outras coisas, a releitura de Campina. Releitura essa verificada sob ótica da crise que atinge a cidade e, por outro lado, da sua recriação expressa por uma conotação negativa.

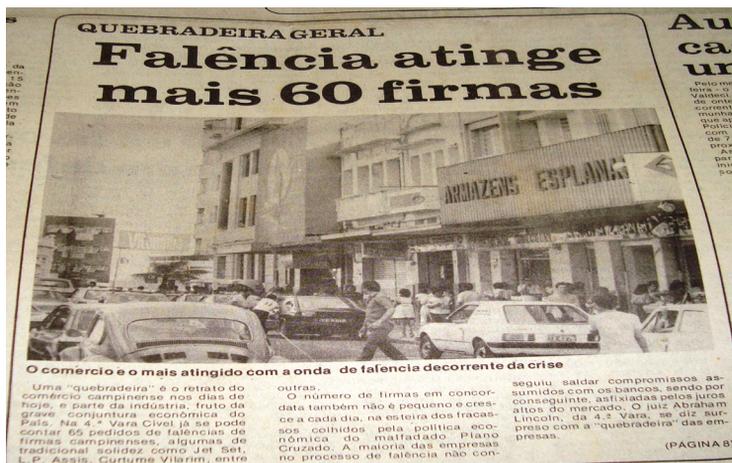
Isso incluirá a clara distinção entre as imagens reapropriadas, uma vez decantadas positivamente sobre a cidade e, a partir do contexto de crise, inscritas sob o efeito marcante de suas negações. São dualidades que têm por peculiaridade os conflitos no solo urbano, presentes nos fins dos anos 1970 e reforçados por toda a década de 1980, face à construção da ordem pública demandada com o surgimento de questões tais como o crescimento da informalidade na cidade, seja sob a forma de trabalho que caracterizará os ambulantes e suas práticas no espaço público da cidade, ou ainda através das ocupações de terrenos; questões urbanas que marcam e denotam *imagens da Campina Grande em crise* (vide Figura 8).

Esse processo acentua a consequência efetiva da mostra com que se deflagram os rumos da chamada 'década perdida'<sup>46</sup>, crise atinge Campina Grande pela promoção de uma imagem amplamente veiculada às mudanças de leituras operadas em seu espaço urbano e em sua economia<sup>47</sup>. Exemplos disso foram a acelerada ocupação do tecido urbano e o que ocorreria no Distrito Industrial da cidade, com o seu quase fechamento por duas décadas.

---

46 "Década perdida é uma referência à estagnação econômica vivida pela América Latina durante a década de 1980, quando se verificou uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo. Para a maioria dos países, a década de 80 é sinônimo de crises econômicas, volatilidade de mercados, problemas de solvência externa e queda de crescimento do PIB". Disponível em: <[www.pt.wikipedia.org/wiki/A\\_década\\_perdida](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/A_década_perdida)>. Acesso em: 08 maio de 2010.

47 A esse respeito, cf. NOSSO desenvolvimento. DB, 13 ago. 1978 (Opinião).



**Figura 8** - Imagem da cidade em crise

**Fonte:** DB, 17 set. 1987.

As metáforas sobre Campina Grande, neste momento, irão projetar o pressuposto de uma “ordenação” no plano do seu traçado urbano por um discurso que tenta reduzir, pela imagem de interesses atentos a questões “meramente técnicas”, à instauração de uma ordem social instável e conflituosa que configura a tensão permanente para com as formas apresentadas com a rápida urbanização de Campina. Processo de transformação que, em todas as suas consequências e imagens hegemônicas, sugere e acentua o quadro de conflito urbano:

A população campinense está assustada com as constantes invasões de terrenos pertencentes ao acervo municipal e a consequentecriação de inúmeras favelas em todos os recantos da cidade. (...). *Como ficar Campina Grande? (...), triste realidade... que se alastra por todos os recantos da antes tão decantada cidade de Campina Grande que, apesar de incravada (sic) em pleno Nordeste, apresentava foros de civilização, com um crescimento ordenado, dentro dos parâmetros necessários a qualquer urbe* (Grifo nosso!). Ainda há tempo. Que as autoridades façam valer a lei e as invasões parem de uma vez por todas. Não queremos ver nossa cidade

ser transformada numa “serra pelada” (sic) do dia para a noite.<sup>48</sup>

O ano de 1980 marca o fim do financiamento de projetos industriais para o Município de Campina Grande, via SUDENE. De acordo com Lima (2004, p.220), “entre 1974 e 1980 o Município foi beneficiado com apenas 09 (nove) projetos via SUDENE, sendo 06 (seis) de ampliação e modernização (...) e apenas 03 (três) projetos de implantação de novas indústrias, (...)”.

A exemplo da Wallig Nordeste que, fundada em 1967, representava o símbolo do Distrito Industrial de Campina Grande. Chegou a ser considerada a maior fábrica de fogões da América Latina, pois os fogões aqui fabricados eram exportados para todo o mundo. Em seu ápice no Município, empregou 2000 pessoas apenas na linha de produção.

Em 1975, a cidade contava em seu parque fabril com 263 grandes empreendimentos industriais e seu comércio participava com 32% do valor total das vendas efetuadas na Paraíba, atestado insofismável de sua pujança. Porém, passado o chamado ‘boom’ industrial, a cidade assistiria à desativação de vários destes empreendimentos. O que culminou com o fechamento da Wallig Nordeste, em 1979, (vide Figura 09), o que representará no discurso da cidade o maior símbolo da sua derrocada econômica, para muitos a frustração do sonho da Campina industrial.



**Figura 9** - Fechamento da WALLIG

**Fonte:** DB, 19 set. 1979.

48 FAVELADOS estão sendo usados por políticos à cata de votos. DB, 02 nov.1982 (Editorial).

Para alguns, a crise que se propagara neste contexto viria de um *esvaziamento de Campina Grande*, em termos de suas lideranças políticas e dos investimentos econômicos na cidade. Essa tese alertava para o que fora identificado como ausência de iniciativas governamentais às intervenções de grandes projetos na cidade, tal como ocorrera em décadas anteriores:

(...). O Governo do estado terá mais cedo ou mais tarde que vir em socorro de Campina Grande, para a retomada de sua industrialização. Se vier mais cedo, muito melhor. Se chegar tarde, a decadência de Campina Grande não será evitado nem mesmo pelo otimismo dos que pensam que somos uma cidade universitária que poderá gerar ciência e tecnologia... (sic) (...). E não podemos continuar sem indústrias. Ali onde estavam a sede e os armazéns da Anderson Clayton, hoje é comércio. Ali onde estava administração da SANBRA, mais adiante, está fechada. Ali onde se achava o complexo industrial de Cassiano Pereira é uma aglomeração de blocos de apartamentos, alguns armazéns, uma empresa de transportes, até uma pequena igreja evangélica. E a grande indústria de Araújo Rique? Era tão grande que competia com a SANBRA. Um dia fechou. (...). (...) A FRIBOCO, que houve com ela? (...). E a fábrica de bombons de Waldemar Cartaxo? E o grande curtume São Pedro? E o curtume da família Motta? *Ab! não. Chega de perder indústrias em Campina Grande* (Grifo nosso).<sup>49</sup>

Neste contexto, Lima (2004) destaca uma soma de outros fatores negativos de crise, que levou à quase insolvência o Município. A exemplo da redução da arrecadação de impostos, ao mesmo tempo em que a população urbana continuava em acentuado crescimento, pois: “(...) Enquanto a questão rural perdia força no município, o mesmo não ocorria com a questão urbana. (...) (LIMA, 2004, p.161).

49 O FUTURO industrial. DB 03, out. 1989 (Stênio Lopes).

A experiência de crise passa assim a definir uma porosidade de questões postas por um outro contexto o que, dessa maneira, redimensiona a imagem de Campina pela recorrência do quadro socioeconômico que se instala na cidade:

Somente no período 79-82 [1979-1982], o número de empresas industriais, em Campina Grande, decresceu de 444 estabelecimentos para 329, representando uma taxa negativa de 26%. (...).O fechamento de várias indústrias, nos últimos anos, representou cerca de três mil empregos diretos em nossa cidade. O exemplo mais contundente foi a paralização (sic) definitiva da Walling Nordeste, que ocupava 1500 operários. (...). Por outro lado, o outrora pujante comércio campinense, cujas atividades extrapolavam largamente os limites geográficos de nosso estado, atravessa uma grave crise, filha legítima da atual política econômico-financeira implantada no país. Estabelecimentos comerciais que, há poucos anos, ultrapassavam as fronteiras de nosso município e ocupavam espaços também em outras praças, reduzem o contingente de funcionários, quando não cerram suas portas.<sup>50</sup>

O questionamento do quadro peculiar ao momento vivido por Campina Grande reflete no anúncio da ordem urbana que se constitui pelo tom de crise e como tônica de impedimento ao crescimento da cidade, com a perda de importantes indústrias e o fechamento de inúmeros estabelecimentos comerciais. Tudo isso expresso em uma oposição entre imagens: a cidade decantada (desejada) X a *cidade em crise*:

A cidade está desacelerada. *Da primazia que gozava em épocas gloriosas, passou para a apatia e descambou para a decadência econômico-financeira* (Grifo nosso!), o que vem contradizer todas as formas de desenvolvimento

---

50 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Mensagem do Executivo Municipal à Câmara*. Campina Grande: Gabinete do Prefeito/ COPLAN, 1983 (s.p).

de uma cidade como Campina Grande, decantada em verso e prosa no mais puro lirismo nacional. (...). O que acontece de estranho nesta cidade? (...). Urge que se façam planos e se estabeleçam regras, capazes de viabilizar o progresso, (...) para todos.<sup>51</sup>

As mudanças ocorridas no crescimento urbano e na ordem pública de Campina associadas às ocupações e luta pelo solo urbano passam a corresponder a símbolos que atravessam as imagens-sínteses da cidade em crise como ambivalentes. Pois recorrerem à concretização de uma função normatizadora (“façam valer a lei e as invasões parem de uma vez por todas”; “urge que se façam planos e se estabeleçam regras”), voltada notadamente para os grupos sociais mais excluídos desse crescimento.

O passado é o dispositivo acionado na prática social, explícita e reconhecível, para identificar a cidade refeita por outras temporalidades e discursos. Recurso de evocação da memória de Campina, ordem projetada pelo dimensionamento da memória com a percepção da “ilusão de que era incalculável o destino de Campina Grande”:

*Por longos anos nutrimos a ilusão de que era incalculável o destino de Campina Grande. A sua situação geográfica incomparável, espécie de estuário comum das terras interiores, seus precedentes históricos, a influência decisiva de alguns homens hoje desaparecidos, o gênio construtor de sua população, a sua actividade (sic) comercial desmedida, a sua fé catholica (sic) inquebrantável eis ahi (sic) os elementos de convicção que robusteciam o nosso ponto de vista. Uma fatalidade de ordem cosmológica, a cuja inexorabilidade não há como fugir a eminente cidade sertaneja, em breve veio dissipar a phantasia (sic) em que por tanto tempo embalou a nossa imaginação<sup>52</sup> (grifo nosso).*

Nesta direção, as repercussões sociais da “cidade em crise” passam

---

51 CAMPINA Grande – caminhos viáveis. DB, 24 set. 1988 (R. R. Cavalcante).

52 NOTAS sobre Campina Grande. DB, 24 jan.1975 (Hortensio de Souza Ribeiro).

a identificar Campina pelo reconhecimento de questões como crescimento de fluxos e movimentos migratórios intrarregionais, pobreza, perda de investimentos locais e crescentes favelização, dentre outras questões, recortes que instalam um quadro de conflito urbano permanente expresso pelas transformações da cidade e pela revisão do olhar passado que caracterizava a pujança econômica e a industrialização na cidade.

Há um discurso que põe em evidência ordens diversas acerca dos usos na cidade – o comércio, os empreendimentos privados, os ambulantes, os apartados da cidade oficial e as intervenções governamentais – em clara contraposição às imagens da *cidade rainha*, *cidade do trabalho*, *cidade inovadora*, *cidade original*, *cidade única*, *cidade-líder*, *cidade-exemplo*, *centro irradiador*, *cidade menina*, *cidade do ouro branco*, *cidade de povo guerreiro*, dentre outras sínteses. A releitura do discurso do passado glorioso e sedutor de Campina é acionada como se assim fosse capaz de reverter às consequências e sequelas que se abatiam e, dessa forma, constituíam a síntese *cidade da crise* (Figura 10).



**Figura 10** - Ambivalências da *cidade da crise*

**Fonte:** 01 jun.1977

Dentro desse conjunto de questões, torna-se imprescindível

restabelecer a potencialidade de uma imagem que evoque novamente, por outras leituras, os rumos e as alternativas da ordem urbana em crise; ordem acentuada expressivamente em decorrência da decadência que se deparavam o comércio e a indústria campinenses.

A análise do processo da inserção de Campina Grande na dinâmica de síntese da crise nos anos 1970-1980 vincula fatores como industrialização e crescimento populacional, o que implicaria também em maior necessidade de intervenções na área urbana. Isso nos permite identificar o projeto de cidade desvelado, os significados conferidos em tais intervenções, como referências imprescindíveis ao entendimento da imagem contemporânea da cidade.

As transformações advindas pela crise questionavam principalmente os ideais da industrialização e da rápida urbanização em Campina para, em seguida e em maior proporção, requisitarem intervenções governamentais que, em sua maioria, “salvassem” e repensassem o crescimento de seu tecido urbano, onde o discurso da requalificação urbana será posto como eliminação de imagens negativas ocasionadas naquele momento (vide Figura 11), por exemplo, na representação do crescente número de ocupações e favelas na cidade.



**Figura 11** - Imagem da cidade “oculta”

**Fonte:** DB 05 mar.1989.

Por este caminho, comporta a justificativa do processo de alocação

da imagem de Campina Grande, que passa a ser relacionada à inserção de um discurso forjado pela melhoria da infraestrutura urbana, erradicação de favelas, expulsão dos pobres da cidade “formal” e promoção do seu tecido urbano pretensamente pensado enquanto racionalidade técnica da forma de pensar a cidade e integrá-la funcionalmente a um só corpo social<sup>53</sup>:

Devido ao seu comprovado e vertiginoso progresso é que Campina Grande rapidamente tornou-se, também, uma atração de investimentos em virtude, notadamente, de seu sólido potencial responsivo. (...). Ocorre, todavia, que em decorrência de tais fenômenos surgia uma nova necessidade. A de promover uma melhor organização do seu tecido urbano a fim de conter e satisfazer uma série de interesses, (...). *Era imperativo que se promovessem sérias e urgentes intervenções no espaço físico-territorial disponível, objetivando (enfaticamente)* (Grifo nosso!): a) ordenar as prioridades através de uma sólida política de racionalização; b) incrementar as vias de circulação e introduzir uma linha diversificada de equipamentos comunitários no sentido de adensar os vazios e evitar a ‘inchação’ populacional; c) fortalecer a arrecadação dos tributos municipais; d) alcançar, em última instância, seu Desenvolvimento Sócio-Econômico (...).<sup>54</sup>

Enveredam-se por uma prática, tantas vezes meramente ficcionais significados que expressem a perspectiva de Campina Grande retornar ao caminho ao qual teria pautado sua história; portanto, de um tempo a ser revisto. Revisão que pode ser apontada pela tentativa de retorno com a renovação dos atributos mais típicos que compunham a imagem *capital do trabalho*, pelo trabalho Campina poderia ‘retomar o caminho do progresso e do desenvolvimento com força total’ aos velhos e bons

53 Concepção esta presente em Programas, tais como o CURA.

54 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Proposta CURA II*. Campina Grande: COPLAN, 1980 (s.p).

tempos de *Rainha da Borborema*:

Os campinenses sempre souberam reagir garbosamente às crises que se abatiam sobre a cidade, retornando ao caminho do progresso e do desenvolvimento com força total. Nos últimos anos, a “Rainha da Borborema” desacelerou seu ritmo normal de trabalho, procurou novos rumos tentando se livrar dos equívocos e retornando ao caminho no qual tem pautado sua História. As nuvens do pessimismo estão se dissipando, respira-se um clima de confiança no arrojo que determina os campinenses (...). Os índices são animadores (...). *Campina Grande está vivendo um tempo de euforia*. Esta é uma nova realidade. (...). No Distrito Industrial, se anunciam três grandes fábricas a ser implantadas na cidade em curto espaço de tempo. (...). Novas avenidas estão surgindo todos os dias e com elas problemas de urbanização que estão sendo solucionados (...). *É a cidade se modernizando. Toda a infraestrutura (sic) foi fortalecida com uma preparação aos desafios do próximo milênio*. Possíveis cobranças pelo progresso já estão sendo atendidas pelo Poder Público e a iniciativa privada, sob o testemunho de que esta cidade soube encontrar o caminho da recuperação (...). *O otimismo voltou a ocupar o seu lugar, no coração do campinense*, que encara o futuro com seriedade e sem nenhum temor. Os empresários de todos os segmentos ingressaram na fase da modernidade. (...) *A “Capital do Trabalho” volta com força total aos seus velhos e bons tempos*. A Paraíba agradece<sup>55</sup> (Grifo nosso).

As “operações de reciclagem” da imagem *Campina capital do trabalho* reafirmam o otimismo trazido com a implantação de novos investimentos, tempo de euforia e preparação aos desafios da cidade que, mais uma vez, deveria se modernizar, tendo por necessidade ser repensada

55 CAMPINA reage. DB, 15 jan.1995 (Editorial).

em seu ‘destino de grandeza’:

(...), *diante do quadro sombrio que se opõe ao destino de grandeza de nossa cidade, (...), não relutamos em reafirmar: é preciso repensar Campina Grande!* No suceder das administrações, o planejamento urbano tem sido tratado por diretrizes confinadas em períodos constitucionais de governos, sem que se tenha vislumbrado, até então, a continuidade dos tempos, em evidente desprezo ao tão lesado e já imprestável Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, proposto nos anos 70, (...). A iniciativa de executar obras públicas que se impõe, natural e justificadamente, a presença de novos governos, veio, nos últimos anos, a perder, gradativamente, a sua função substancial: preencher a necessidade coletiva, mantendo em equilíbrio com o desenvolvimento físico, a cultura e as vocações emergentes locais. (...). Enfim: É PRECISO REPENSAR CAMPINA! (sic). O que fazer: - redisciplinar o parcelamento do solo – redefinir o zoneamento urbano – coligir normas, e reeditar diretrizes sólidas de desenvolvimento (sic). (...).<sup>56</sup> (Grifo nosso).

Evidencia-se a apologia de elementos que outrora povoaram o discurso sobre Campina; agora recriada por uma espécie de *destruição criativa*<sup>57</sup> de seus significados: traços distintivos que passam a ser relançados (vide Figura 12) sobre Campina para assim traduzirem as mudanças operadas e registradas enquanto procura e alternância de suas imagens-sínteses e, conseqüentemente, do urbano.

---

56 VEREADOR afirma que é preciso repensar Campina. DB, 10 fev.1983 (Caderno Cidades).

57 Aqui pensada como condição da cidade referenciada a *Dioniso* — “(...), o deus criativamente destruidor e destrutivamente criador”. A esse respeito cf. Bresciani (2008, p.16).



**Figura 12** - A recriação da Campina do trabalho

**Fonte:** DB, 01 out.1989 (Encarte – Propaganda governamental).

A recriação da “Campina, capital do trabalho”, projeta, simultaneamente, passado e futuro para abrigar aproximações e afastamentos que, de maneira ambígua, definiriam e incorporavam localmente as “novas formas de progresso”:

A cidade foi adquirindo novas conquistas, foi incorporando *novas formas de progresso*, porém nunca consentiu me deixar em segundo plano sua característica de centro industrial. Ficou indelével em sua memória viva aquela fase em que se elevavam nos céus de Campina Grande as chaminés das fábricas, (...). (...) consolidar Campina Grande como o maior centro industrial do interior do Nordeste. O sonho esmoreceu. Fecharam as algodoeiras, os curtumes, (...). Pouco se percebia, no entanto, que *novas formas de indústrias e novas atividades produtivas vinham sendo instaladas e davam novo aspecto a Campina Grande. Surgiram as confecções de roupas, as fábricas de calçados e artefatos de couro, (.) e um inesperado (...) núcleo da indústria da informática.* Vinham, ao mesmo tempo, os notáveis

avanços nos setores dos serviços, especialmente em educação técnica e em serviços de saúde (...)»<sup>58</sup> (Grifo nosso!).

Com olhos postos na produtividade econômica do seu passado, Campina vai sendo repensada e reinventada a partir da associação entre investimentos públicos e empreendedores privados. Isso implica em ajustar sua imagem a partir das rápidas transformações urbanas em curso, assim se perceber pelo crescimento de inevitáveis tensões às quais re-dimensionam outras marcas na imagem da crise que passava Campina.

### **OBSERVAÇÕES ESPARSAS DE OUTRAS MARCAS DA CIDADE**

Como alternativa à crise vivenciada por Campina nesse momento, há uma série de transformações que marca a cidade aos olhos de novas centralidades, dadas por empreendimentos públicos e privados e aqui observadas sob a ótica de intervenções tais como: a construção do *Parque do Povo*, o *crescimento dos espaços segregados postos por incorporadores imobiliários*, a *chegada do Shopping Iguatemi* e a *inauguração do Viaduto Elpidio de Almeida*. Juntas, essas intervenções, dentre outras aqui não destacadas, identificam marcas e discursos alternativos à composição da imagem *cidade da crise*.

Em termos gerais, acentua-se mundialmente, a partir da segunda metade dos anos 1980, um “novo tipo histórico de cidade” que começa a se colocar, em virtude de uma agenda em permanente valorização do modelo global na forma de pensar as cidades, conduzido com base em preceitos de mercado e por processos de desmonte da hierarquia centralizada que norteará os padrões de criação de novas centralidades na cidade contemporânea, apoiadas no tripé: mercado/consumo/segregação e com ênfase à descentralização administrativa, reestruturação produtiva e novos cenários políticos, onde o planejamento tecnocrático-estadista cede espaço para propostas que incorporem, quase sempre de modo tenso e conflituoso, a existência de novos atores no espaço cidadão.

Localmente, esse processo se reflete através da mudança ocorrida

---

58 EM BUSCA da industrialização. DB, 25 maio 1996 (Editorial).

na estrutura urbana e no processo de configuração espacial de Campina que, com base no que ocorria nas cidades brasileiras que geravam um desenho do território em substituição aos modelos de crescimento extensivo e intensivo característicos do período 1960-980 (LACERDA; ZANCHETTI, 2000), reforça a ocupação urbana pelo crescimento de um território fragmentado e bastante desigual.

Observa-se uma tensão que recoloca em termos mais gerais outras dinâmicas à ocupação do espaço urbano local, agora orientado e reforçado por práticas de mercado, consumo do lugar e reestruturação de centralidades, todas sinônimas de segregação espacial, fragmentação e encolhimento do espaço público de Campina.

Assim a construção do *Parque do Povo*<sup>59</sup>, em 1985, postula à cidade um espaço que abriga simbolicamente a ideia de Campina, através da realização em seu local de um mega evento – o *Maior São João do Mundo*. A sua construção contribuiu para a modificação da morfologia urbana, em uma região central da cidade, adjacente ao Parque do Açude Novo<sup>60</sup>, que passava a se voltar ao incremento e agregação do turismo pela espetacularização da cidade<sup>61</sup>.

Construído inicialmente em uma área de 27 mil metros quadrados, o *Parque do Povo* será posteriormente ampliado para 42 mil e 500 metros quadrados, visto o sucesso alcançado pelo evento. À sua construção foi erradicada, em uma perspectiva estratégica de esconder a pobreza acentuada no conflito pelo solo urbano, um dos cortiços mais antigo da cidade — a *Comunidade Coqueiros de José Rodrigues*, assim inserindo uma centralidade projetada no discurso governamental como revigoração da capacidade operosa da cidade.

Frente à clara alusão do momento histórico de dificuldades econômicas da cidade, o *Parque do Povo* e o *Maior São João do Mundo* passam

59 Essa discussão tem sido problematizada por inúmeras contribuições, a partir de análises sobre o uso midiático e político da festa por claros propósitos eleitorais e estratégicos que foram se avolumando nos anos seguintes em moldes de contínua sofisticação. A esse respeito consultar: LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **A fábrica dos sonhos**: a invenção das festas juninas no espaço urbano. João Pessoa: Idéia, 2002.

60 A ser trabalhado no Capítulo III.

61 A esse respeito, cf.: LUCENA FILHO (2009).

a ser eficazmente utilizados como palco de grandes eventos e novas marcas de Campina. O que ocorrerá com a transformação da manifestação popular da festa junina que, de genuína característica de alguns bairros, passa a ser caracterizada como maior evento da cidade.

A cidade passa a ser vendida e consumida em todo o mundo sob o marketing hiperbólico do ‘Maior São João do Mundo’, em um evento estrategicamente conduzido como fundação de dois mitos locais: o político e o simbólico, e por um tipo de uso que não esconde o signo político por trás da obra<sup>62</sup>:

Os elementos da autenticidade da cultura junino-nordestina já são enunciados na concepção inicial da festa, desde sua primeira edição, no plano simbólico discursivo de seus organizadores, devidamente ampliado pela mídia. Daí sua força de convencimento como projeção imagético-discursiva. O próprio criador do MSJM [Maior São João do Mundo], o político Ronaldo Cunha Lima (...), na época o prefeito (sic) de Campina Grande, na primeira edição do evento, (...), assim justificava a instituição da festa: “Nasce para responder a duas questões distintas, porém complementares: resgatar as raízes culturais comuns às festas juninas e abrir caminhos para a retomada do desenvolvimento econômico local, sob a forma de inserir a cidade no universo da indústria turística” (NÓBREGA, 2009, p.4).

Esses elementos estão presentes na expressão que consolida o *Parque do Povo* como lócus de festas e lazer, assim marcando uma apropriação dirigida do espaço urbano e incorporada como estratégia de tornar a cidade viável economicamente e visível ao mundo.

O discurso das transformações urbanas, aliadas da dita nova vocação

---

62 Cabe registrar o discurso proferido quando da inauguração do Parque do Povo, pelo então Prefeito Ronaldo Cunha Lima, idealizador do evento: “Vendo assim minha gente, feliz e toda contente, nasce um desejo profundo... Hei de fazer em Campina *O Maior São João do Mundo!*” in: DB. 03 jun. 1986.

econômica do Município, passa a oferecer marcos e cenários (incertos) dos referenciais da “nova Campina”:

(...). A nosso ver, mesmo entendendo que o turismo de eventos de Campina Grande é um ingrediente fundamental para a sua economia, contudo, o seu futuro ainda está desenhado naquela sua concepção em torno do desenvolvimento, a partir dos anos 60, ao final da fase áurea do algodão, do sisal e do couro. *A sua proverbial criatividade funcionou, então, na busca da educação universitária endereçada principalmente para a conquista de um pólo tecnológico irradiador por toda a Região. (...). O futuro da cidade, porém, se consolidará ao feitio mesmo de consolidação histórica, dividida entre a atividade produtiva e comercial* (Grifo nosso!). (...).<sup>63</sup>

Acentuam-se em Campina as práticas sociais de uso do espaço voltado ao turismo (vide Figura 13), expressas na implantação de novos padrões arquitetônicos, de consumo do lugar e guiadas por uma imagem que a vende pelo mega evento — *Maior São João do Mundo*, pensado como alternativa de constituição política e econômica da cidade.



**Figura 13** - Parque do Povo, cenário de novas marcas da cidade

**Fonte:** <http://www.helderdarocha.com.br/paraiba/campina/sjoao1.jpg>.

---

63 O FUTURO de Campina. DB, 06 dez.1994 (Itan Pereira).

Observa-se um modo ativo que passa a caracterizar outras marcas do espaço urbano de Campina por associação com o lazer, diversão e consumo intensivo do espaço, onde a cidade é consumida pelo turismo e vendida como produto e mega evento de espetacularização de Campina (NÓBREGA, 2009).

Ou seja, a partir de novos padrões de produção, circulação e disciplinarização dos usos no espaço urbano de Campina, a exemplo do que ocorre com a construção do Parque do Povo, delinea-se um reconhecimento que lança mão da existência de outra materialidade para a cidade remetendo a tensão de processos que buscam levar a homogeneização do tecido social neste espaço, tais como os empreendimentos privados.

Entretanto, o Estado mais uma vez será decisivo na produção de Campina, pois as desigualdades sociais dadas sob a forma de segregação espacial encontravam-se caracterizadas em políticas que dos anos 1970-1980 não tocaram na questão do solo urbano. Contrários aos objetivos iniciais terminam por favorecer atores e agentes privados que ditarão os empreendimentos amplamente voltados à configuração espacial excludente de Campina:

Nos últimos três anos, Campina grande vem experimentando um acentuado crescimento vertical, refletido na quantidade de novos edifícios que vêm sendo construídos na cidade, conferindo-lhe um novo visual ao seu tecido urbano. Quem circula pelas ruas campinenses, certamente perceberá os chamados “espigões”.<sup>64</sup>

Ocorre também, nesse momento, a acentuação de sociabilidades, advindas na malha urbana pelo crescimento de formas de morar e habitar discursivamente vendidas como modos de vida mais modernos e seguros. Em sociabilidades impulsionadas pelo crescente número de empreendimentos verticalizados ou horizontais de alto padrão e luxo<sup>65</sup>:

---

64 CONSTRUÇÃO Civil enfrenta queda por falta de verbas. DB. 07 jul.1988 (Editorial).

65 Podemos citar: Nações Residence Prive, Sierra Resort, Monteville Residence e, mais recentemente, a implantação do Alphaville (2009), dentre outros.

(...) Campina Grande tem na força de vontade e no espírito empreendedor de seus filhos, o esteio de seu inegável crescimento. Um claro sintoma disso são os empreendimentos nascidos da iniciativa privada, que conferem à cidade aspectos de metrópole interiorana. Paralelamente à pujança do seu comércio, à diversificação de suas atividades manufatureiras e à consolidação do seu vigoroso instrumental e prestação de serviços, *Campina Grande também assiste a um inquestionável crescimento imobiliário e já passa por um processo de verticalização urbana (...), o testemunho disso são as grandes obras em execução em diversos quadrantes da cidade.* No limiar do século XXI, Campina Grande, consciente da sua posição de pólo regional, com influência em vasta região do Nordeste, (...), vive a expectativa de superação de problemas comuns às cidades do seu porte (...).<sup>66</sup> (Grifo nosso!).

Logo, os anos seguintes marcam as profundas transformações nas esferas da economia e da política, entre inúmeras delas, podemos mencionar, em termos gerais, a intensificação do processo de globalização que interferiu sobremaneira na problemática social das cidades brasileiras e a identificação de novas formas de desigualdades e processos de fragmentação e segregação urbanas.

Rapidamente se consolida em Campina o padrão socioespacial expresso cada vez mais pela implantação de moradias autossseguradas. Como remete a passagem abaixo:

(...) É necessário que Campina Grande não cresça forçada pelas invasões e ocupações de sua periferia, pelos loteamentos de sentido econômico que têm sido feitos, enfim pelas favelas que quase cercam a cidade. O grande desenvolvimento da indústria de construção civil, por meio de belos... edifícios em vários pontos

---

66 CIDADE vive a expectativa do soerguimento econômico. DB, 11 out.1996 (Francisco José).

da cidade, tem de certa forma definido um sentido de expansão que deve ser levado em conta no planejamento a ser feito (...).<sup>67</sup>

A concepção dessa produção, destacadamente no domínio do espaço urbano de Campina, acarreta os desdobramentos que hoje se colocam na cidade como expressão mais acabada da ordem socioespacial segregada. A expansão se transmutou pela caracterização de uma estrutura urbana concentrada e articulada, com dominância assumida, com maior intensidade, a partir da segunda metade da década 2000.

O crescimento da promoção imobiliária de investimentos privados em Campina deu-se praticamente em áreas que tiveram toda a sua infraestrutura montada pelo Estado, e à espera de valorização. Em um movimento, criado por segregações espaciais marcantes, onde a cidade se expande e redimensiona territórios anteriormente percebidos como periféricos ou sem valor de mercado (vide Figura 14).



**Figura 14** - A promoção imobiliária modificando o tecido social de Campina

**Fonte:** DB, 01 jun. 2003.

A exemplo do que ocorreu com o Catolé, bairro que a partir de intervenções realizadas na área, em sua maioria públicas, passa a ser

67 PLANEJAMENTO urbano. JP, 18 jan. 2001 (Editorial).

redimensionado na malha urbana. Dentre essas intervenções, cabe destacar a transformação espacial que redefiniu o bairro dentro da malha urbana de Campina por grandes intervenções, tais como: construção do Estádio Ernani Sátiro (1974), do Terminal Rodoviário Argemiro de Figueredo (1985), do hoje Shopping Luiza Motta (1991) — inicialmente denominado de Centro de Compras Luiza Motta, do Parque da Criança (1993) e do então Shopping Center Iguatemi (1998):

(...). Atualmente o Catolé é considerado um Bairro nobre, cujas casas, terrenos e apartamentos são um dos mais valorizados e procurados da cidade. O crescimento, do qual o Bairro já dava sinais há muitas décadas, pode ser visto nos muito terrenos ainda a serem ocupados e nas inúmeras construções, principalmente de apartamentos. (...). No entanto, o Catolé apresenta contrastes em toda sua extensão, talvez não encontrados em nenhum outro Bairro da cidade de forma tão visíveis. O mesmo Bairro de avenidas largas e urbanizadas que dão acesso a shoppings e ao Aeroporto (...) ainda tem ruas sem pavimentação e infra-estrutura. Prédios modernos dividem espaços com moradias onde as pessoas vivem em condições subumanas (sic).<sup>68</sup>

Cabe observar que hoje há uma maior concentração populacional no eixo sudoeste e sul da cidade, representado pelos Bairros Malvinas e Catolé os quais, juntos, somam maior parte da população da sede do Município. Com relação ao centro da cidade, em conjunto com alguns outros bairros tradicionais (José Pinheiro, Santo Antônio e Monte Castelo), observa-se a diminuição da população residente em favor de novas áreas de expansão imobiliária ao sul da cidade. O que tem ocorrido nos Bairros Catolé, Mirante e Itararé que passam por um processo de transformação em sua estrutura urbana, com intensa valorização.

Tais dinâmicas incorporam novos traços na economia local,

68 CATOLÉ: do simples prado a um dos Bairros mais valorizados da cidade. DB, 01 jun. 2003 (Caderno Cidades –Karina Araújo).

identificados indistintamente como recurso sempre recorrente ao crescimento dos incorporadores como anúncio de outras marcas de Campina, pois “Campina não poderia ficar de fora” do cotejo de ideias e valores gestados como contemporâneos, modernos de fruição e uso da cidade.

Isso talvez explique o que representou na cidade o intenso debate ocorrido quando da definição e construção de um shopping na cidade, percebidas como de inerente necessidade, como importante recurso de modernidade de Campina. Falamos intenso devido às grandes polêmicas que envolveram a realização da construção de empreendimento desse porte na cidade: em 1988, com a proposta de construção de shopping na Bacia do Açude Velho, principal manancial e cartão postal da cidade; em 1989, com o Nordeste Pólo Shopping e, em 1995, com o Campina Shopping. Todos estes empreendimentos, sem sucesso, não saíram das intenções e avaliados.

Expressa-se uma espécie de frustração à Campina moderna; visto o atraso, em mais de 10 anos, entre a primeira intenção e a chegada *Shopping Iguatemi* (vide Figura 15, a seguir), apenas inaugurado em 1999, e amplamente lido na imprensa local como espaço cultural que passava a dispor a cidade, fortemente associado como moderno e arrojado.



**Figura 15** - Imagem dos grandes empreendimentos em Campina: a chegada do shopping

**Fonte:** DB, 13 mar.1998.

Esse debate visava estabelecer à cidade outras marcas, é como se fosse inconcebível, para tanto *Campina cidade polo* não participar dos espaços-símbolo de empreendimentos peculiares às urbes e dirigidos ao consumo por uma nova forma de perceber o espaço urbano. *E agora, Campina? Campina necessitava avançar!* “(...) Procuo o jornal, vem a notícia do Shopping Center... Nada feito, nada a fazer, as promessas continuam no papel. É a vontade de crescer? E o orgulho de ser campinense? Meu Deus como se admite uma cidade com ‘ares de rainha’ não ter um shopping center, (...)?”<sup>69</sup>

Dessa forma, a chegada do *Shopping Iguatemi* coloca uma (nova) maneira de experimentar tempo e espaço em um modo particular de interpretar Campina:

Quando o consórcio empreendedor do Shopping Center Iguatemi Campina Grande se der por inaugurado aquele moderno equipamento (...) uma nova página estará se abrindo para escrever as relações comerciais locais (...), implicando também mudança de hábito na população. (...), já se integra na paisagem da cidade e indubitavelmente modificará as relações (...), levando o comércio tradicional a uma repaginação (...). Igualmente com relação ao lazer, em razão dos instrumentos agregados que este equipamento proporciona<sup>70</sup>.

Introduz-se o discurso da ampliação de atividades que tenham por ênfase a produção, circulação e diversificação de serviços especializados (tecnológicos, educacionais, turísticos e de lazer) para, dessa forma, vender as vantagens locais de Campina Grande (vide Figura 16) como sentido de diferenciação atribuída à sua maior centralidade na articulação regional.

---

69 E AGORA, Campina? DB, 10 ago.1996 (Déa Cruz).

70 NA ERA DO SHOPPING (sic): Iguatemi mudará hábitos da população. DB. 17 out. 1998 (Editorial).



**Figura 16** - Novos referenciais a Campina

**Fonte:** JP, 29 abr. 2001.

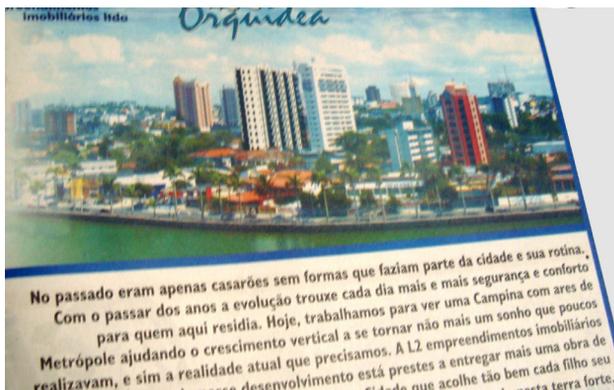
A presença dos grandes empreendimentos na cidade, dentre outras questões, passa a ser estratégica à constituição de novos espaços incorporados como valores de estética e lazer<sup>71</sup> na cidade. Sendo assim, a ausência do empreendimento do porte de um shopping era lida como retrocesso da imagem urbana e dos modos de identificar a Campina contemporânea:

Não dava para entender como Campina Grande, acostumada ao pioneirismo dos grandes empreendimentos que se realizam na Paraíba, e de uma certa forma em todo o interior do Nordeste, estava ficando pra trás. (...). Basta observar que obras de grande porte no estado (sic), em geral, começam por essa cidade. (...), muitas outras iniciativas de destaques, tiveram sua origem na Rainha da Borborema. Essa terra é conhecida por sua capacidade criativa e, por sua garra

71 Referência dirigida através do título de Campina como *Capital Mundial do Forró*.

pioneira. Aqui se inventa de tudo. No que tange ao fenômeno comercial que está invadindo as grandes cidades e as de porte médio conhecido como shopping center, realmente se tornava imperdoável a omissão de Campina. (...). O certo, porém, é que outras comunas menores e menos importantes do que a nossa desfrutam do seu shopping enquanto os campinenses vinham amargurando esse atraso. (...). Pelo visto, o Iguatemi associado à Embratex e ao Hotel Turístico [atualmente, Garden Hotel] prenunciam um auspicioso impulso no desenvolvimento de Campina Grande.<sup>72</sup>

Portanto, essas novas centralidades têm por base a celebração pública de grandes eventos, do lazer, do turismo, das (novas) formas de habitar. A associação de intervenções em espaços de consumo e do crescimento dos empreendimentos privados na cidade (vide Figura 17) conduz a outras maneiras de perceber Campina. Essa imagem é pensada para tornar Campina um grande ambiente aberto, propício aos empreendimentos privados, demarcada pela estética arquitetônica (excludente) pronta para ser consumida.



**Figura 17** - A operosidade do passado: leituras de novas marcas  
**Fonte:** JP, 11 out. 2005.

72 IGUATEMI em grande estilo. DB, 14 set. 1997 (Itan Pereira).

Apoiada por esse mesmo sentido chama-nos atenção à construção do *Viaduto Elpidio de Almeida* que, ao ser apropriado como imagem de modernização da mobilidade urbana de Campina, comporta assim o “seu mais novo cartão postal”.

É peculiar o teor político e simbólico que caracterizou a definição e construção do mesmo em uma intensa disputa, polarizada e alinhada entre as duas maiores e tradicionais forças políticas da cidade<sup>73</sup>, e percebida por alguns como estéril e, por outros, positivada ao angariar prestígio público e político.

Essa disputa galvaniza um maior aporte de recursos e obras à cidade, via Executivo (Estadual e Municipal) ou ainda por emendas orçamentárias do Congresso Nacional. A construção do *Viaduto Elpidio de Almeida* (vide Figura 18) justifica o discurso da modernidade, pois representa “uma forma de oferecer aos campinenses uma obra transformada, marco em termos arquitetônico e explicitamente político<sup>74</sup>, o que aponta para cada um que assim tenta, à sua forma, agregar e alinhar a imagem contemporânea de Campina por uma obra, à altura da cidade”.



**Figura 18** - “Uma obra à altura da cidade”

**Fonte:** JP, 07 out. 2007.

---

73 Disputa conduzida entre dois agrupamentos políticos locais – Maranhistas (PMDB) e Cunha Lima (PSDB) – como elemento dos respectivos projetos políticos. Base essa para estudos futuros.

74 A esse respeito vide: VIADUTO fica pronto em agosto. JP, 22 jul. 2007.

Paralelo a essas intervenções de novas centralidades, também se mobiliza significativamente toda uma demanda de incrementos e investimentos públicos voltados à criação de um campo científico na cidade. Despontava-se a vocação educacional e tecnológica de Campina Grande como alternativa à crise surgida na década de 1980, em um resgate da desejada posição privilegiada da cidade. Campina entra em cena novamente pela oporidade de seu passado, pois figurada como passado e sendo dele distinta (PESAVENTO, 2008), a cidade é reelaborada e inscrita sob nova imagem.

Coloca-se a materialidade e uso do espaço a partir da necessidade em consolidar o campo científico desenvolvido localmente, via universidades, e debater neste contexto, ainda de crise, a cidade. Campina precisava ser repensada e, quiçá, reinventada em seu caráter pioneiro, agora posto pela tecnologia de informação (TI). Em tempo, observa-se a criação de uma síntese repercutida na economia por outro rumo para a cidade. É recorrendo à imagem atrativa da tecnologia que Campina se reinventa, onde a noção visível e crível, da maneira de representar a cidade, e a ela se referir, passa a se dar pelo reconhecimento e forte presença de outra imagem, expressão do seu discurso contemporâneo: a *Campina tech city*.

Tal como os grandes empreendimentos, a *Campina tech city* sinaliza significativas transformações no ambiente construído, nos investimentos realizados, na construção dos espaços físicos e de traços que remodelam a cidade. Imprime assim um discurso urbano fundado em outras (e novas) maneiras de interpretar a cidade e seu pioneirismo. Com efeito, a imagem *tech city* estabelece por necessária a reinvenção de Campina, através da estratégia de se reportar à cidade pela histórica evocação do significado de suas sínteses, designadas *avant la lettre* com relação ao seu tempo!

### **A IMAGEM *TECH CITY* – NO ESPAÇO DA TECNOLOGIA CAMPINA SE REINVENTA**

A arquitetura de ler e projetar a cidade pelo fortalecimento do discurso da sua inserção na contemporaneidade produz destacadamente a Campina polo tecnológico, competitiva e abrigada sob o terceiro milênio. A intenção dessa projeção é exorcizar a imagem negativa, peculiar à

*cidade da crise*, para assim restituir seu lugar de destaque projetando-a por outro cenário, construído em função de peculiaridades da estrutura produtiva e das especificidades físico-espacial que remodelam distintamente o território construído, através de fenômenos como a globalização<sup>75</sup>. Concepção que interpreta a conformação da cidade do ponto de vista da técnica, meramente racional: “(...), a técnica é considerada como possibilidade infinita (...). É no interior desse marco teórico que se constitui a *questão urbana* (Grifo do autor!) (...): a serviço da boa finalidade de modificar melhorando o ambiente urbano” (BRESCIANI, 2008, p.14).

Essa concepção é identificada localmente a partir do final da década de 1970, por uma tendência que associa o discurso da inerente necessidade de uma nova vocação de Campina como perspectiva de ampliar as relações econômicas e superar a crise que caracterizava a cidade, a partir da projeção de outra imagem.

Nessa imagem, as universidades, principalmente as públicas, passam a ser os principais agentes que projetam a Rainha da Borborema no cenário regional e no país, em uma nova imagem de Campina:

*(...) o que seria Campina Grande sem a estrutura universitária que possui?*

*(...) creio que sem as Escolas Superiores Campina Grande teria soçobrado. A história de nossa comunidade tem sido feita de muitas incertezas. Se chegamos a ser um dos mais importantes comercializadores de algodão do mundo, chegamos também quase a cair no esquecimento (...). Foi essencialmente o nosso desenvolvimento educacional que nos restituiu o lugar de destaque que havíamos perdidos. Em feliz momento,*

---

75 Ao nos reportarmos à globalização, estaremos nos aproximando do conceito de *mundialização* trabalhado por Chesnais (1996), ao demonstrar o caráter vago e ambíguo de termos como mundo sem fronteiras’ (*bordeless*) ou ‘sem nacionalidades’ (*stateless*), pois estes não são neutros. Pensamos também a globalização como *mito justificador* (Bourdieu, 1998), que deva ser tomado pelo reexame do significado relacionado a uma época de grandes turbulências e problemas fundamentais de crise de confiança nas dinâmicas epistemológica e societária.

entendemos que a educação é um PRÉ-INVESTIMENTO (sic). (...).

*Então teria sido uma das grandes armas da nossa comunidade: descobrir novas alternativas quando tudo parece descaminho.*

*(...) Ora, se a Universidade garantiu a sobrevivência de Campina Grande, o atual estágio desta Universidade é grandemente responsável pela sustentabilidade desta sobrevivência, (...). As atividades de ensino desenvolvidas pelas várias instituições universitárias são tão essenciais, hoje, à existência de nossa cidade que se, de repente, essas parassem, Campina Grande entraria em um processo de anomia profunda (Grifo nosso).<sup>76</sup>*

O discurso da necessidade de reapropriar as universidades como agentes que reforçariam a nova vocação econômica de Campina e restituiriam o lugar de destaque que a cidade acentuatadamente perde nos anos 1980, situa-se em meio a uma série de mudanças pela qual passava a cidade, em termos econômicos e em suas características sociourbanísticas; mudanças que se colocam enquanto tentativa de aliar a organização territorial técnica à localização de uma nova imagem da cidade.

Dentre as formas de organização territorial e de localização dos indivíduos e atividades que despontam na cidade, em marcas apontadas anteriormente, vai se impor o crescimento do comércio informal e o acirramento das contradições e desigualdades de acesso à cidade “formal”. Juntas, tais mudanças colocam, por outras bases, as intenções veiculadas como perspectiva de preparar a cidade para os anos 2000.

A mudança ocorrida em Campina a partir do desenvolvimento científico- tecnológico operado em suas universidades, significativamente se fundamenta com a criação da POLI que, com seu curso de Engenharia Civil, abriu o caminho da arrancada universitária da cidade; “foi deste alicerce cultural e técnico-científico que Campina Grande partiu para armar o seu fantástico monumento universitário de hoje, (...)”.<sup>77</sup>

76 A ESTRUTURA universitária foi vital para Campina Grande. DB 06 ago.1978 (Trechos de entrevista realizada com o Prof. Moacir Carneiro).

77 A ESCOLA Politécnica de Campina Grande. DB, 11 out. 1987 (Itan Pereira).

Ao desdobrar a vocação criativa de Campina Grande, pelo desenvolvimento científico-técnico, José Américo, quando da entrega à cidade da Escola Politécnica de Campina Grande (POLI), assim prenunciava: “Estou procurando dar a Capital energia elétrica e iluminação pública. Mas em Campina Grande darei mais: dar-vos-ei uma luz que não se apaga”<sup>78</sup>:

A Escola Politécnica de Campina Grande (POLI) foi a primeira Escola Superior da cidade, criada no Governo José Américo, através da Lei Estadual no 792, de 06 de outubro de 1952 (...). Sua importância foi fundamental para a Região, não somente pelo que representou em termos de qualificação de mão de obra técnica, como também por ter sido o embrião do colossal empreendimento universitário que temos hoje com o “Campus” II da UFPB [hoje UFCG — Universidade Federal de Campina Grande] e com a Universidade Estadual da Paraíba.

Aos poucos Campina iria se constituindo em um destacado polo (sic) universitário com irradiação por toda a Região. Em 1955 foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas pela Prefeitura Municipal e que posteriormente se integraria a Universidade Federal, e juntamente (sic) com o Curso de Sociologia, formaria a FACE [Faculdade de Ciências Econômicas] (...). Entre 1956 e 1960 se criam a FUNDACT [Fundação para o Apoio da Ciência e da Técnica] pela prefeitura, a Faculdade de Filosofia (sic) pela Diocese e a Faculdade de Serviço Social (...). Em 1961 a POLI se diversifica com a instalação do Curso de Engenharia Elétrica, ao qual se seguiu um Mestrado em 1970, o primeiro em Campina Grande. O ano de 1966 marca a destemida realização da criação da Universidade Regional do Nordeste [atual Universidade Estadual da Paraíba]. Em 1967 é a vez da criação da ATECEL

---

78 Cf. Lima (2010).

[Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior], (...). E em 1968, o corajoso empreendimento da instalação da Faculdade de Medicina.<sup>79</sup>

A mudança ocorrida em Campina, a partir do desenvolvimento científico-tecnológico significativamente se fundamenta como vimos anteriormente, a partir da fundação da POLI, em 1952<sup>80</sup>, conforme previra José Américo. Necessário se fazia dar maior visibilidade ao que, em paralelo a esse processo, vai se colocar como estratégia de consolidar a cidade enquanto polo tecnológico e, nesse mesmo sentido, projetá-la transformando-a em centro universitário. Portanto, é interessante perceber como se norteia a criação da imagem *tech city*, pois:

Já estão distantes os tempos em que os relógios das populações pobres, e mesmo dos ricos, eram o apito da fábrica. Com a decadência do algodão e do sisal, as multinacionais como a SANBRA (sic) e a Anderson Clayton fechavam suas unidades industriais. Desta sorte, restou somente o Distrito Industrial fundado na década de 1960.

A importância de Campina Grande, no contexto paraibano e nordestino, não resulta mais da pujança de seu comércio, ou de suas indústrias. O avanço da telecomunicação e a pavimentação de quase todas as estradas do interior nordestino tornaram supérflua a existência de Campina Grande como centro abastecedor, (...). Surgiu, todavia, um novo rumo para a cidade e sua elite: a educação (...).

(...). Durante os anos de declínio da economia, Campina transforma-se em centro universitário. A

---

79 A ESCOLA Politécnica (II). DB, O6 out.1987 (Itan Pereira – crônica publicada quando da passagem dos 35 anos de criação da POLI).

80 Todavia, o primeiro vestibular da Politécnica ocorreu apenas em 1954. A ESCOLA Politécnica (II). DB, O6 out.1987 (Itan Pereira – crônica publicada quando da passagem dos 35 anos de criação da POLI). Todavia, o primeiro vestibular da Politécnica ocorreu apenas em 1954.

Universidade Federal de Campina Grande e a Universidade Estadual da Paraíba abrigam universitários de todo o Nordeste. Um número expressivo de escolas superiores isoladas e até centros universitários, vinculados à iniciativa privada, elevam o contingente da clientela atendida.

Por outro lado, o avanço da pesquisa acadêmica faz surgir, a partir dos anos 1970, vários cursos de pós-graduação em Campina Grande, o que traz inúmeros profissionais para atuar no seio da universidade. Na esteira da pesquisa acadêmica, surgem as empresas de base tecnológica.

Desta sorte, o apito da fábrica vai, gradativamente, cedendo lugar a sineta escolar como força propulsora do crescimento da cidade. O setor de serviços, especialmente os educacionais, passa a ser o principal motor de desenvolvimento de Campina Grande (LIMA, 2010, p.77-78).

Uma questão interessante a se registrar é que a base eloquente da pujança alcançada pela cidade no cenário tecnológico, através da existência das suas universidades, constituiu-se meio a uma disputa ocorrida na elite intelectual e cultural local, em relação a que tipo de imagem comporia o ensino superior na cidade (LIMA, 2010).

Deste modo, vai sendo construído um discurso através do qual o desenvolvimento da cidade passaria pela consolidação de sua base tecnológica e condições de crescimento desta área localmente. Neste mesmo percurso, passam a ser desenvolvidas escolhas lidas por nós como estratégias acionadas oficialmente para consolidarem a imagem *tech city* e o viés econômico que recolocam Campina na rota e importância do contexto regional.

Desde o início, irão se destacar dois projetos, duas visões de ensino, duas concepções de cidade<sup>81</sup> que a universidade e o conhecimento vão se tornar cada vez mais parte constitutiva e essencial às estratégias

---

81 A esse respeito conferir: Lima (2010); Torres & Montenegro (2007); Silva & Montenegro (2007).

bem-sucedidas não apenas dos investimentos em tecnologia, mas, acen-  
tuadamente, como promoção da imagem de Campina.

Ao tomar a cidade como base da imagem dos processos inovadores de referência mundial em tecnologia, a intensa atividade de P&D (Pes-  
quisa e Desenvolvimento), amparada em suas universidades e, por esse  
modo, reinventa-a através da instalação de um polo de tecnologia na  
cidade, em 1984.

Os efeitos supostamente esperados, pela implantação do Parque  
Tecnológico (Polo de Tecnologia), tiveram por propósito superar a  
'cidade da crise' com a construção de uma outra imagem que pudesse  
associar as potencialidades trazidas por novas vocações econômicas do  
Município. Essas vocações passaram a ser acionadas como protagonis-  
tas de um processo refletido em novos investimentos aqui realizados:

(...). Já se anuncia a implantação de novas fábricas e  
as démarches estão aceleradas (...). *Calçados, têxteis,  
celulose, artesanato e frutas. Nesses setores, as indústrias  
deverão florescer, respeitando-se assim a vocação da cida-  
de. Mas há ainda a disposição de sediarmos um pólo de  
informática* (Grífo nosso!), já que “know-how” (sic)  
temos de sobra (...). Façamos votos de que o “boom”  
dos anos 60, agora mais estruturado, avance em Cam-  
pina Grande para além do ano 2000.<sup>82</sup>

Por esse mesmo intuito, merece destaque aqui, sobretudo, a deci-  
são da PMCG em instalar no calendário de eventos oficiais da cidade  
a Feira de Tecnologia de Campina Grande (FETEC). Não é à toa ou  
coincidência seu surgimento e difusão segmentados como signifi-  
cativa realização de um grande evento científico da cidade<sup>83</sup>, a FETEC  
(vide Figura 19) será pensada como um canal que viria para fortalecer a

82 “BOOM” da industrialização. DB, 23 nov.1987 (Editorial).

83 A FETEC tinha como promotores a PMCG, a Fundação Parque Tecnológico da  
Paraíba e a UFPB (então Campus II; atual UFCG – Universidade Federal de Cam-  
pina Grande). Iniciada em 1988, teve dez edições, sendo extinta em 1999 por pro-  
blemas de gestão política local. Em outubro de 2014, por parceria entre a Fundação  
Parque Tecnológico com a UFCG e UEPB, a FETEC foi retomada.

imagem da *Campina tech city* e estabelecer a mediação da cidade com as universidades e seus agentes, mediação especificamente inscrita como estratégica na relação da cidade<sup>84</sup> e dos seus cidadãos com esta síntese.



**Figura 19** - A FETEC na imagem *Campina tech city*

**Fonte:** DB, 31 out.1988.

A FETEC passa a intervir como importante mecanismo na emissão de valores, práticas e afirmação da *Campina tech city* enquanto espaço e canal de convencimento de expressão e ampla adesão da comunidade local a essa imagem, ao ser representada pela apresentação e popularização de tecnologias geradas na própria cidade:

*Durante três dias, no Parque do povo, um evento atraiu a atenção de milhares de campinenses. (...), a 1ª FETEC (...). Qual o significado de um evento como este? (Grifo nosso!) Em princípio basta situá-lo no contexto geoeconômico em que se realiza no interior do Nordeste Brasileiro. Historicamente discriminada, para muitos condenada ao atraso e à pobreza a região nordestina teima em responder com a afirmação de*

---

84 Essas instituições abrigaram, sob a base da tecnologia, a incubação de diversas empresas na cidade, especialmente a então UFPB (Campus II) através do Parque Tecnológico.

sua viabilidade (...). *A 1ª FETEC carrega em si muitas dessas repostas, sinalizando o futuro, estabelecendo pontos do atraso para o novo, permitindo-nos imaginar que apesar de tudo não perdemos a sintonia com a modernidade* (Grifo nosso!) (...). (...), salientamos o momento local de realização da 1ª Feira de Tecnologia de Campina Grande. Na cidade, o clima é de efervescência (...), onde propostas diferenciadas se confrontam visando a retomada do desenvolvimento do município. *A 1ª FETEC vem demonstrar, de forma incontestável, a viabilidade de implantação de um Pólo de Tecnologia em nossa cidade* (Grifo nosso!). (...).<sup>85</sup>

Recorre-se à estratégia de diferenciar Campina Grande por sua vinculação a eventos científicos que, tal como a FETEC, passam a promover a composição da imagem *tech city*. Objetivo a ser alcançado com a inserção de Campina no calendário de grandes e relevantes eventos científicos internacionais e nacionais. Todos esses cogitados como canais que abririam o caminho para consolidar e transformar em consenso a estratégia localmente pensada – reivindicar Campina como polo de tecnologia:

A estratégia de “reivindicar para a cidade sua inserção em um movimento tecnológico mundial” impulsiona a criação pela PMCG em 1989 da Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia (SICT)<sup>86</sup> e do Departamento de Apoio à Ciência e Tecnologia (DACT). Essa estratégia, oficialmente, foi lida como tentativa em:

(...) buscar, junto às instituições de ensino e pesquisa, as soluções de pontos nodais da economia campinense e, quiçá, o seu crescimento. De forma que se passa a adotar novos conceitos a partir da área tecnológica, de organização e produção objetivando o

---

85 A FEIRA de Tecnologia de Campina Grande DB, 06 nov.1988 (Mário de Araújo Filho).

86 Secretaria extinta, em 1999, e somente recriada em maio de 2010.

Por esse intuito, serão notórias as alterações realizadas na paisagem social do espaço de Campina Grande, que terão a renovação e intensificação da dinâmica de uso e apropriação de porção do seu território urbano, agora voltadas para comportar os setores produtivos com destaque em tecnologia:

(...). Sua importância [POLI] foi fundamental para a Região, não somente pelo que representou em termos de qualificação de mão de obra técnica, como também por ter sido o embrião do colossal empreendimento universitário que temos (...) com o “Campus” II da UFPB e com a Universidade Estadual da Paraíba. Aos poucos Campina iria se constituindo um destacado polo (sic) universitário com irradiação por toda a Região. (...). Em 1961 a POLI se diversifica com a instalação do Curso de Engenharia Elétrica, ao qual se seguiu um Mestrado em 1970, o primeiro em Campina Grande. (...). Em 1967 é a vez da criação da ATECEL (Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior), (...). E em 1968, o corajoso empreendimento da instalação da Faculdade de Medicina.<sup>88</sup>

O discurso sobre a POLI condensa a imagem *tech city* como novo modo de compreender a cidade, suas potencialidades e a abertura de empreendimentos de base tecnológica reconhecidos como dinâmica econômica da cidade.

Sentidos constados como implicações de cunho científico-econômico advindas desde a criação da POLI, com o fortalecimento do ensino superior e do amplo crescimento de Tecnologia da Informação - TI na cidade.<sup>89</sup> Estes elementos comporão, neste contexto, o discurso e

87 A PALAVRA. JP, 12 dez. 1992.

88 A ESCOLA Politécnica. DB, 06 out. 1987 (Itan Pereira).

89 A respeito disso, merece destaque a reportagem da Revista VEJA que identifica os sete polos brasileiros de tecnologia da informação, com importância internacional

deslumbramento trazidos pela imagem *tech city* na representação de Campina Grande:

Alguns fatos importantes neste ano de 1994 vêm acentuando cada vez mais a consolidação de um pólo tecnológico na Paraíba, a partir, notadamente de Campina Grande. Essa parece ter sido uma vocação natural da cidade, daí se espalhando pelo Estado. Não poderia ser diferente, dado o seu caráter de liderança regional, e que tem aparecido com cores mais nítidas após a fase áurea da sua influência marcadamente comercial. *É preciso notar que esse arranco em direção ao horizonte de desenvolvimento tecnológico da Rainha da Borborema tem as suas inconfundíveis raízes na implantação, aqui, da Escola Politécnica. (...) Essa luz da Escola Politécnica é a base da iluminação dos caminhos tecnológicos da Paraíba de hoje* (Grifo nosso!).<sup>90</sup>

É o passado resgatado para reforçar o potencial tecnológico apresentado contemporaneamente pela cidade, ao veicular em sintonia com o projeto indicado por essa construção e como manifestação de um discurso, que vai além do oficial. De tal forma a mostrar que a população estaria não apenas receptiva a esta síntese, mas utilizando-a como espaço de práticas sociais. Passa assim a ser operacionalizada a requalificação de determinados espaços (conforme Figura 20), que resulta, sobretudo, pela adequação e intervenções físicas<sup>91</sup> que reforçam a composição e

---

fortalecida nos últimos dez anos. Entre os destaques, situava Campina Grande pelas suas 100 empresas no setor de TI, lugar do país com o maior número proporcional de PHDs — um para cada 669 habitantes, cinco vezes a média brasileira, e local da Universidade Federal de Campina Grande, uma das melhores do mundo em TI figurando entre as poucas dedicadas a avançar na área de computação quântica. A esse respeito, cf.: TODESCHINI, Marcos; BETTI, Renata. O Brasil da inovação. *Revista VEJA*. São Paulo, edição 2081, dez. 2008.

90 DA POLI ao CCT (sic). DB, 06 nov.1994 (Itan Pereira).

91 Dentre estes espaços, reforçamos a instalação, no então Campus II, do Sistema de Incubação de Empresas de Base Tecnológica.

exaltação da *Campina tech city*.

...velhos e que ganhou novo  
urbanístico, luminárias, e  
com maiores confortos para  
e papos do dia-a-dia.

Vista aérea de Campina Grande, vindo-se o Parque Eivaldo Cruz (centro da cidade)

## Depois do algodão, agora é a vez de investir em tecnologia de ponta

**PROGRAMA  
COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL**

Programa de Cooperação Inter-  
é considerado uma das mais  
ações da administração do  
Félix Araújo Filho. Esse trabalho  
em trazer para a cidade experi-  
e programas executados em  
aíses e que podem ser adapta-  
nicipio.

ma Grande, através de diversas  
as, mantém atualmente um es-  
acionamento com países como  
a, Alemanha, Japão e Cuba.  
importante aproximação com os  
centros internacionais inúmeras  
m sido realizadas em Campina  
do do Programa de Saúde da

que muito se  
Exemplo  
cado do co  
"Máquinas";  
forma do N  
Prefeitura  
dades vel

Campina Grande chega às portas do terceiro  
milênio com uma vocação diferente da que a  
marcou nos anos 30 - a da cultura do algodão.  
Campina agora é berço da ciência e da tecnolo-  
gia, graças ao Programa SOFTEX 2000, que há  
10 anos produz software para exportação, além  
de prestar assessoria técnica para empresas in-  
cubadas.

Junto com o Parque Tecnológico da Paraíba,  
a Prefeitura Municipal também tem emprestado  
seu apoio para que a produção tecnológica e de  
ciência cresceu cada vez mais.

Campina, graças ao trabalho de sua gente,  
quebrou o eixo São Paulo-Rio-Belo Horizonte na  
produção de software. Por isso, juntamente com  
outras 23 empresas do País, participará, em Las  
Vegas, em novembro próximo, da COMDEX 95 -  
a maior feira de informática do mundo.

Por sua potencialidade tecnológica, Campina  
realiza há oito anos consecutivos, a Feira de  
Tecnologia, reunindo empresas da cidade e dos  
mais distantes rincões do País. Uma feira que  
prepara o município para o futuro e que merece  
ano a ano o maior respeito e o apoio necessário.

Calçadão revitalizado no centro

**Figura 20** - A *Campina tech city* reinventa a cidade

**Fonte:** DB 11 out. 1995 (Encarte Propaganda PMCG).

Ao argumentar que Campina Grande comportaria a imagem sugerida no âmbito de releitura da configuração de sua economia e vocações passadas, a tecnologia vai despontando<sup>92</sup> como um potencial a mais da cidade. Sentencia-se a nova imagem em uma modernidade, reconhecida pelos vínculos com o passado da cidade, onde a *Campina tech city* reestrutura e reinventa a cidade.

O processo de reconstrução da imagem apreciará o privilégio de ter à sua inteira disposição espaços especificamente voltados à projeção e consolidação da cidade como polo educacional, de ciência e de tecnologia. Campina é preponderantemente preparada para aspirar aos avanços tecnológicos que catalisariam o potencial inovador já existente

92 Proliferavam na cidade as empresas, pequenas e médias, que passavam a trabalhar com TI, algumas delas com representação no Canadá e Estados Unidos; desenhase assim a perspectiva de valorização dos investimentos via Polo de Tecnologia de Campina Grande que passa a receber o apoio do SICT (Sistema de Incubação Ciência e Tecnologia) em articulação com o PAQTC / PB, via Sistema de Incubação e Associação de Empresas de Base Tecnológica (SIAEBT).

e imponentemente aplicável como decurso de seu crescimento pela imagem *tech city*:

(...) Campina Grande entrará para o terceiro milênio com uma forte base tecnológica. O desenvolvimento da cidade, inclusive, aponta para a sua consolidação como Polo (sic) Educacional de Ciência e Tecnologia. (...). Pequenas e médias empresas proliferam nas áreas citada algumas delas com representação no Canadá e nos Estados Unidos – desenhando a perspectiva da valorização do Polo (sic) de Tecnologia de Campina Grande. (...), Programa de interesse prioritário da Prefeitura Municipal, o Polo (sic) de Tecnologia hoje nascente é uma realidade (...). (...) Campina Grande é a primeira cidade do Nordeste a ser escolhida para sediar um núcleo de software para exportação – o software 2000. (...), coube este papel de relevante importância para Campina Grande como elemento catalizador (sic) de um potencial já existente e que projeta a cidade para ser a consolidação como pólo (sic) educacional e de ciência e tecnologia.<sup>93</sup>

Podemos nos referir à criação de alguns espaços físicos que juntos proporcionarão os espaços-símbolos da imagem de Campina como cidade vocacionada ao campo da ciência e tecnologia, a saber: a instalação do *Parque Tecnológico (PAQTC / PB)*,<sup>94</sup> em 1984; a inauguração, em 1992, da *Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ)*, com sede em Campina Grande, o então *Museu Vivo de Ciência e Tecnologia* (vinculado à PMCG) e, anos mais tarde, em 2002, o desmembramento da UFPB com a criação da Universidade Federal de Campina

93 CAMPINA já é destaque na área de tecnologia. JP, 19 dez. 1992 (Editorial).

94 Lima (2010) chama a atenção para o fato de que, nesse exato momento, o CNPq era presidido por um filho da terra – Lynaldo Cavalcanti, o que contribuiu também para reforçar a escolha por Campina Grande (a única do Nordeste!), dentre os primeiros parques tecnológicos no Brasil, localizados nas seguintes cidades: Brasília, Campina Grande, Florianópolis, Manaus e São Carlos.

Grande (UFCEG),<sup>95</sup> resultado de um luta da cidade em quase 20 anos<sup>96</sup>.

Estes espaços físicos serão relevantes à forma como a imagem Campina *tech city* organiza os significados que constituirão a leitura de Campina polo científico-tecnológico: informação, eventos científicos, grandes empreendimentos e cooperações internacionais passam a expressar a cidade em formas e figuras de novos discursos:

(...) Aparentemente poderia afigurar-se como mais uma obra entre muitas que são implantadas numa cidade do porte de Campina. Entretanto, cumpre observar que se trata de algo diferente, tendo em vista o contexto em que está inserido este Museu [da Ciência] (...). Trata-se, portanto, de uma *iniciativa entendida dentro do conjunto de outras que visam à consolidação de um pólo tecnológico na Rainha da Borborema. Tudo isso faz parte de um plano arquitetado pela atual administração municipal que pretende endereçar o desenvolvimento dessa cidade no rumo da produção científica e tecnológica.* (...). *Com certeza esta é uma alternativa econômica indispensável para Campina e que inclusive poderá mudar a fisionomia do seu desenvolvimento* (Grifo nosso!), (...) como incentivo ao estabelecimento de uma mentalidade científica que ajuda ao objetivo de pólo tecnológico que se vislumbra.<sup>97</sup>

Para tanto, reitera a cidade como sede de acordos e cooperações internacionais, correlatos à dimensão representativa e simbólica da busca de alternativas à implantação de empresas de base tecnológica e a prestação de serviços de elevado nível; criam-se referenciais suficientes para realçar a vocação de Campina em TI. Um dos mais importantes vínculos criados nesse aspecto será o *TecOut Center*:

Os Governos do Brasil e da China estabeleceram uma

---

95 Criada pela Lei nº 10.419 de 09 /04/ 2002.

96 Cf.: A UNIVERSIDADE de Campina. JP, 10 dez. 2001.

97 MUSEU da Ciência. DB, 25 out. 1992 (Itan Pereira).

cooperação no campo de TI em 2003, ocasião em que foram inaugurados o **TecOut Center** (Grifo do autor!) no Brasil e o Zhaoqing Software Internationalization Center (ZQSIC) na China. *O centro – denominado TecOut Center – é o primeiro do gênero criado no Brasil* (Grifo nosso!) para prestar serviços tecnológicos de mercado para as empresas brasileiras com potencial para operar o mercado oriental. Aproveitam a experiência e o networking acumulados desde 1993, quando se iniciou o relacionamento com parceiros chineses. (...). No lado brasileiro, estão envolvidos o MCT [Ministério da Ciência e Tecnologia], a Sociedade SOFTEX e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba. No lado chinês, o MOST (Ministério C&T da China), o ICT e o Birô da Indústria Informação de Zhaoqing. O TecOut conta ainda o apoio do SEBRAE, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Governo do Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal Campina Grande.<sup>98</sup>

O *TecOut Center* fará uso do discurso que insere Campina Grande como sede de um dos mercados mais promissores de tecnologia do mundo, ao lado do mercado chinês. O *TecOut* (vide Figura 21) tem por mercados-alvo<sup>99</sup> inúmeros países que já estabelecem vínculos de relacionamento com parceiros locais. Esse discurso estabelece a estratégia de nomear as cidades de Zhaoqing e Guangdong, na China, como *idades-irmãs de Campina Grande*, numa visão estratégica de estreitamento dos laços entre as três cidades.

Esse discurso coloca uma ordem de operações de apreciação da cidade, disposta a torná-la atrativa, reafirmada enquanto polo tecnológico e alterada em seus sentidos e qualidades, por uma produção ativa de lugares dotados de qualidades distintivas na cidade (SANTANA, 2007).

98 TecOut Center. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/TecOut\\_Center](http://pt.wikipedia.org/wiki/TecOut_Center) > Acesso: 10 jun. 2010.

99 Canadá, Espanha, França, EUA (Boston e Vale do Silício), MERCOSUL (Argentina) e Ásia (China, Japão e Emirados Árabes Unidos).



**Figura 21-** Campina *made in China*

Fonte: JP, 04 dez. 2003.

Convenientemente pensada esta operação é prescrita em uma apropriação dirigida ao espaço em reconhecimento da cidade e em apoio aos empreendimentos da síntese *Campina tech city*. Apropriação por nós pensada como apropriação dirigida do espaço, de tal modo que:

(...) manipula, intensamente, a associação entre a positividade do lugar e a positividade da identidade social coletiva. A exacerbação da positividade permite a defesa da identidade da cidade frente ao olhar externo, mesmo quando a realidade cotidiana da cidade existente, com suas contradições e conflitos sociais no espaço, encontra-se em franco contraste com qualidades presentes na imagem construída (SÁNCHEZ GARCÍA, 2008, p.171).

O caráter predicativo da apropriação dirigida à *Campina tech city* é construído por um sistema de ordem que comunica, organiza e faz intenso uso de um discurso midiático à tessitura dessa imagem:

(...). É certo que utiliza determinadas categorias como

a de “tecnopolo” (sic), muito disseminada nos meios acadêmicos, na análise de fenômenos como o que se processa em Campina Grande, parece, a princípio, resultar de um discurso ufanista, de uma reafirmação de indivíduos e /ou de segmentos da sociedade que vêmno *marketing tecnopolitano* (Grifo do autor!) uma maneira de mascarar o processo de declínio industrial, ou de desindustrialização. De fato, o marketing que tem como pano de fundo os tecnopolos, é produzido, em muitos casos, na tentativa de atrair capital, estruturas e empresas da base tecnológica, cujas externalidades produzidas por essa fertilização cruzada inserirão a localidade no contexto da economia informacional (SANTOS, 2008, p.59).

Mais uma vez, tudo o que fora dito anteriormente sobre Campina é recuperado para propiciar que a cidade surja por novas imagens, com semelhanças e continuidades manuseadas e conservadas em relação a seu passado. (Re) traduzir o trabalho, a operosidade, a pujança e os símbolos de grandeza à *cidade do trabalho*.

Deixar apercebê-la por qualidades expressas, sobretudo pelos investimentos em tecnologia, educação e serviços especializados, todos percebidos como “novas formas de progresso da Rainha da Borborema”:

Há sempre o saudosismo de certa época ainda recente, quando brilhavam no conjunto empresarial da cidade firmas inesquecíveis, na indústria e no comércio. Bastaria lembrar num tempo anterior Sanbra, Anderson Clayton, Araújo Rique, e Cia., Cassiano Pereira, Curtume Motta do Açude Velho, Curtume São Pedro de Bodocongó, Demósthene Cyrne, Renda Priori, Fibroco e em tempos mais recentes Wallig Nordeste, Fracalanza, Maquinor (...). Mas em lugar dessas importantes empresas, (...), vieram muitas outras, de muitas denominações que eram desconhecidas há dez ou doze anos, e que sustentaram a pujança do

comércio e das atividades econômicas de Campina Grande. (...) *Campina cresceu, principalmente em serviços* (...). (...) *Estabelecimentos especializados em ciência e tecnologia estão aí em vários lugares: a Embrapa, a Fapesq, a incubadora de projetos, o Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado* (...), o núcleo de empresas (Grifo nosso!). (...), são uma prova de que a cidade não está parada. E aí estão os novos empreendimentos em marcha, como dois shopping centers, várias fábricas de alta tecnologia (...), para se fazer uma idéia do que está acontecendo em Campina Grande.<sup>100</sup>

Conduzida pela *imagem tech city*, Campina é revisada a partir de transformações que a identificam como contemporânea e intensamente estimulada por estratégias afirmativas do city marketing, pronto para vender a cidade em torno de uma fabulação a qual “a cidade que se desenvolvia e estava dando certo”, de “novos empreendimentos em marcha” e em recuperação ao que fora no passado.

A modernidade da Campina *tech city* incessante e ininterruptamente reconstrói a síntese que conjuga a mistura de perspectivas econômicas de um desenvolvimento passado com o pioneirismo técnico-científico de hoje, aliada aos investimentos econômicos realizados na cidade.<sup>101</sup> Conteúdo ideologicamente observado como valorização da cidade empresarial *tech city*, fator de mudança no crescimento econômico e do avanço científico veiculados como desejo em conferir vitalidade ao encontro da expansão tecnológica com a vocação universitária de Campina Grande para então apresentá-la taticamente como rara e única:

---

100 A TENDÊNCIA é a mudança. DB, 24 out. 1996 (Stênio Lopes).

101 Neste sentido, a Lei Complementar nº 003 de 09 de outubro de 2006, que promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande, estabeleceu em sua Seção VI a criação das Zonas Especiais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – ZEDCT como forma de “incentivar a criação e estimular o desenvolvimento de empresas de base tecnológica, pelo sistema de incubação de empresas, cooperativismo e associativismo, e pela estruturação de pólos de tecnologia” (art. 124).

Dizer que Campina Grande é um dos maiores centros de informática do Mundo, parece utopia para muitos que, apesar de ouvirem falar, não procuram constatar a expansão tecnológica da cidade. Mas não é. A ratificação está no prêmio **Top Of The World** (Grifo do autor!), concedido pela revista americana **SCO WORLD** (Grifo do autor!), de Santa Cruz, cidade da Califórnia, a **Light Infocon** (Grifo do autor!), empresa de informática pioneira em Campina Grande, que conquistou esta façanha (...). (...) De sorte que este resultado transcende a empresa, porque é um orgulho para a cidade e *mostra novamente que Campina Grande está a nível do mundo* (Grifo nosso!), (...).<sup>102</sup>

A referência portada de ‘um dos maiores centros de informática do mundo’ torna importante para também situar a adoção da cidade nos investimentos em TI, intencionados para veicular o grau de influência da cidade em C&T. Objetivo de tornar visível a cidade como possibilidade de fortalecimento do turismo científico e do valor simbólico utilizado como recurso de relaboração do seu discurso urbano.

O sentido de “pertencimento” e inserção da cidade, nos anos 2000, vai se colocar por um movimento global de tecnopólis<sup>103</sup> que reivindica subjacentemente a cidade pela majoração de um espaço sistematicamente ocupado em atenção à mídia e incorporação da imagem *Campina tech city*. Expressa a necessidade de um desenho institucional estratégico no formato de apresentação da cidade:

102 EMPRESA campinense ganha prêmio nos Estados Unidos. DB, 18 mar. 1997 (Editorial).

103 De acordo com a *IASP (International Association of Science Parks)*, tecnopólis é uma “(...) unidade territorial (cidade, região, estado) com abundante capital humano e social, contendo estruturas, organizações e pessoas ativamente engajadas em gerar desenvolvimento social e econômico através da ciência, tecnologia e inovação e cuja interação proporciona a alta concentração de empresas baseadas em tecnologia e no conhecimento de empreendedores altamente qualificados. Disponível em: <[http://www.petropolis-tecnopolis.com.br/rubrique.php?id\\_rubrique=57](http://www.petropolis-tecnopolis.com.br/rubrique.php?id_rubrique=57)> Acesso em: 20 maio de 2010.

(...), a matéria veiculada em Veja [Revista semanal de circulação nacional], destacando a pujança de Campina Grande, principalmente no seu viés tecnológico, recoloca a cidade na rota da importância no contexto regional. Campina descobrindo novas vocações e sendo estimuladas – continua a locomotiva desenfreada na rota do desenvolvimento. *Não adianta ficar chorando os tempos idos, uma postura derrotista, típica das “viúvas do algodão”. Hoje, a conjuntura é diferente, num mundo globalizado, onde a tecnologia se impõe, notadamente, (...). Campina encontrou, entre outros usos, o da tecnologia para se inserir (...) neste mercado competitivo e globalizado. A consolidação do Parque Tecnológico teve importância preponderante nesta escalada* (Grifo nosso!). Mas a cidade, de grande vocação para o comércio, não deve se acomodar no hoje (...). Veja [Revista], como São Tomé, veio e viu (...). Há os que vêm e não enxergam.<sup>104</sup>

Campina é literalmente lançada, tal como um produto, pelas características e vantagens de localização, preço, qualidade na prestação de serviços, atributos e atrativos adequadamente trabalhados para impulsionar e canalizar grandes investimentos na cidade. Vendida pela imagem empresarial atrativa, eficiente, competitiva, de incentivos e bastante qualificada em sua força de trabalho:

(...), a descentralização econômica da cidade e a concentração geográfica provocam a existência dos pólos científico-tecnológicos, com mobilidade dos fatores de produção, dos homens, das mercadorias, do capital e das mensagens. É nesse sentido que se podem apontar três causas que determinam a criação e a localização das empresas de base tecnológica: a necessidade de interação com o setor de ensino e pesquisa, a lógica da organização industrial e as “deseconomias”

---

104 POSIÇÃO da cidade. DB, 10 jun.1999 (Geovaldo Carvalho).

de aglomeração.

Deste modo, notam-se conseqüências imediatas do modelo de crescimento da cidade: locação de área para alojamento e instalação de empresas; redução de 50% da taxa da Alvará (sic) de Funcionamento pela Prefeitura Municipal; repasse para o Programa do ISS (Imposto Sobre Serviços) recolhido nas empresas de base tecnológica (EBT's.) e, evidentemente, *fortalecimento do discurso da inserção na modernidade e no movimento global da sociedade(...)*. (CARDOSO, 2002, p.48, grifo nosso).

Pode ser observada assim uma transformação no tema da gestão territorial e da ação meramente municipal, o que caracteriza a combinação de opções assumidas por governos locais e concebidas em um *empresariamento urbano*, o qual se observa:

Em primeiro lugar, a implementação de vantagens específicas para assegurar a competição no quadro da divisão internacional do trabalho, (...), de ações de *marketing* (Grifo do autor!) para “vender” a cidade pela exacerbação de seus atributos e qualidades, garantindo a atração de novos investimentos (ROLNIK; SOMEKH, 2004, p.117).

É em torno da imagem da ‘Campina que deu certo’, da ‘Campina que é modelo ao mundo’ que as instituições de ensino e pesquisa locais passam a ser definidas como atores que engendram este processo, relevantes à incorporação de um conjunto de práticas e discursos que figuram a tecnologia e a representação da cidade pelo uso e desfrute dos seus sentidos de trabalho, pioneirismo e inovação. Campo favorável para identificar Campina em uma “mistura de China e Índia”, elemento impreterível à construção *tech city*:

(...) Nova arquitetura de crescimento está se firmando em Campina e em sintonia com as oportunidades

que se oferecem da economia globalizada: produtos de consumo de massa e alto conteúdo em trabalho, ao lado de serviços sofisticados de tecnologia computacional. *Promissora mistura de China e Índia* (Grifonosso).<sup>105</sup>

Essa mistura (local-global) aciona características que se diluem para destacar Campina e sua competição no empreendedorismo global, gerada pela realização dos investimentos em tecnologia e com destaque às ampliações das atividades em seu setor de serviços. Com transformações também ocasionadas em reflexo às manifestações do processo de urbanização na cidade, síntese talvez destoante da imagem *tech city*.

O processo socioespacial de Campina, presente também em outras cidades brasileiras do mesmo porte, configura-se assim em função da estrutura produtiva e das diferentes espacialidades no seu território o qual, de acordo com Santos (2006), passa a ter uma maior diversidade funcional e especialização dos serviços que, assim, criam um ambiente técnico-científico-informacional propício à atração de investimentos.

É por este olhar que a experiência urbana de Campina Grande será reivindicada à imagem *tech city*, capaz de impulsioná-la a escalas bem mais amplas e úteis à sua inserção no circuito da globalização. O que corresponderia em preparar a cidade para assentar a representação, incorporada suficientemente no movimento tecnopólis e anunciada como exemplo a ser seguido regionalmente.

Este elo identifica, pela recorrência, a adoção de um discurso que apresenta Campina ao mundo e a produz como ‘*cidade-mercadoria*’<sup>106</sup>. O alcance dessa construção é base do projeto de vincular a cidade em circuito global e identificar os avanços em TI, marcas imprescindíveis à elaboração da imagem e representação de um novo discurso.

Há uma imagem intensamente estimulada através do marketing, dos meios de comunicação e por afirmação da “histórica missão do projeto de modernização da cidade” que se situam como manifestações

105 A BARRAGEM de Campina. JP, 11 abr. 2006 (Adalberto Barreto).

106 A esse respeito, conferir: VAINER, Carlos B. “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano”. In: ARANTES; VAINER; MARICATO (Orgs.), 2000.

de um processo de aceitação de valores e ideias estimuladas para expressarem e representarem a Campina *tech city*:

Nas duas últimas décadas, Campina Grande tem se tornado um ambiente propício para o avanço na área científico-tecnológica e para a atração de novos empreendimentos como o shopping Iguatemi e Embratex, por exemplo, está relacionado diretamente à estrutura da cidade: boa localização, mão-de-obra qualificada, incentivos fiscais e qualidade de vida para a população (Grifo nosso!). Ao contrário do que se imagina, a tecnologia de ponta não é privilégio do Vale do Silício, na Califórnia (...). Campina Grande demonstra que inteligência e tecnologia independem do território. (...). *A cidade vai entrando no terceiro milênio com sua marca em evidência pelo mundo* (Grifo nosso!) (...).<sup>107</sup>

O procedimento de transformar a imagem de Campina pelo marketing do empresariamento urbano da inovação em tecnologia emerge pelos rumos que a cidade tomaria mundialmente, ao optar por uma vertente que a converte em polo de TI e atribui crescente relevância ao desempenho na cidade e dos já consolidados processos de inovação tecnológica. Conforme destacam as passagens abaixo:

Muitos leitores já tomaram conhecimento de importante matéria inserida na Revista norte-americana “Newsweek” sobre Campina Grande. *Nossa cidade foi citada entre nove cidades de todo o mundo que representam um novo modelo de centro de tecnologia*. Foram mencionadas cinco cidades dos Estados Unidos, uma da Espanha, uma da França, uma da China e a brasileira Campina Grande. O mundo onde foram identificadas as nove estrelas, é o mundo da informática.

---

107 CAMPINA Grande: referência em ciência e tecnologia. DB, 11 out. 2000 (Fernando F. Silva).

*E isto, sem dúvida, é muito mais importante do que ser, porventura, como se dizia, Campina Grande – Capital do Trabalho. (Grifo nosso!).*<sup>108</sup>

(...) Já houve tempo em que os campinenses se ufanavam quando ouviam as expressões “*Campina Grande, a capital do trabalho*”. *Mas há também um outro lema que a cidade está conquistando: “a cidade da tecnologia* (Grifo nosso!). Já nos referimos ao assunto em outras oportunidades. Voltamos ele diante de uma publicação “Computerword”, edição 362, que fala do desenvolvimento da informática na cidade sob o título: “Fortaleza e Campina Grande – eficiência em prol da tecnologia”. *Quanto a Campina Grande, a publicação recorda a classificação dada à cidade entre as nove ‘Tech Cities’ mundiais* (Grifo nosso!)., feita pela revista norte-americana “Newsweek” em abril de 2001. (...). Podemos alegrar-nos com a repercussão do São João de 30 dias em todo o Brasil, porém há outros motivos de entusiasmo (...) das empresas de alta tecnologia que funcionam em Campina Grande. (...).<sup>109</sup>

Carregado de significados, o discurso de consolidação da *Campina tech city* aponta para objetivos em organizar outras impressões sobre a cidade que se reforça pelo aporte de recursos, locação de investimentos e cooperações internacionais. Em outras palavras, em inserir novas marcas à cidade em sua demanda prioritária de divulgar e fazer-se conhecer mundialmente a tecnologia aqui produzida.

O discurso da Campina globalizada traz consigo a caracterização de um setor da economia local à produtividade expressa e alimentada em universidades e centros de pesquisas. Sobretudo, para afirmar Campina como ‘*cluster do conhecimento*’ e expandir a imagem trabalhada a partir da característica *high-tech* e da alta qualidade de sua mão de obra:

É também em Campina Grande que se prepara

---

108 CAMPINA em destaque. JP, 29 abr. 2001 (Opinião).

109 CAMPINA em foco. JP, 16 maio 2002 (Opinião).

mão-de-obra qualificada para desenvolvimento e execução de produtos na área tecnológica. São universidades públicas, faculdades particulares e escolas profissionalizantes que decidiram investir na formação (...) com interesse em atuar nas áreas de ciência e tecnologia. (...). *A cidade é conhecida por ser um “cluster do conhecimento”* (Grifo do autor!). *Aqui se desenvolvem formas de cooperação, colaboração, especialização e divisão de trabalho, onde instituições e empresas criam mercados de trabalho especializados, atraindo fornecedores e gerando um ambiente de disseminação de tecnologias e informação* (Grifo nosso).<sup>110</sup>

Todavia, ainda se faz por necessário, para tornar Campina Grande singularmente identificada pelo elo da TI, articular um conjunto de valores que compõe a ampla adesão à imagem *tech city* (vide Figura 22). Inclusive de setores mais tradicionais ligados ao seu comércio, pois o conjunto de processos articulados às qualidades presentes na imagem *tech city* ainda não impactou diretamente as formas de apropriação sobre a cidade em sua esfera mais cotidiana, enquanto afirmação de determinados grupos e práticas sociais no uso desse espaço.



**Figura 22** - Campina Grande no movimento global de tecnopolos

**Fonte:** JP, 07 maio 2002.

<sup>110</sup> CG tem mão-de-obra qualificada. JP, 11 out. 2006 (Editorial – Edição especial pelo aniversário da cidade).

Podemos facilmente assinalar a busca exacerbada de estratégias ordenadas de forma hierárquica, com destaque aos espaços e o tipo de conhecimento produzido para condensar a *tech city*, superficializada e distante em relação ao restante da cidade e seus problemas urbanos:

O sentido destas estratégias anuncia a total ausência de projeto no que diz respeito à política urbana, e aos seus inúmeros problemas que toda e qualquer cidade deve enfrentar. *Transformar a cidade em ilha da fantasia, seja das festas e da tecnologia, parece ser o elo principal de uma cadeia que dotará a cidade, e os seus habitantes, de um discurso que os insere na modernidade e na globalização.*

*Verifica-se em Campina Grande aquilo que Medeiros (1992) qualifica de ilhas de tecnologia, que de uma forma ou de outra estão envolvidas no processo de modernização das cidades. Com o surgimento de pólos de modernização tecnológica, os chamados setores tradicionais não incorporam os avanços tecnológicos e os esforços no sentido de transferir conhecimentos das instituições de ensino e pesquisa para o conjunto da economia. Neste aspecto, é preciso considerar que para os setores tradicionais deveriam existir formas diferenciadas de absorção e difusão de novas tecnologias (CARDOSO, 2002, p.49, grifo nosso).*

Recorre-se à associação de uma Campina vendida por ilusões e cores (MACEDO RIBEIRO, 2007) e por uma profusão de imagens que a vincula como ‘nova arquitetura de crescimento’ e a dispõe por usos e funções que exigem um tipo específico de arranjo socioespacial. Arranjo este que muito pouco comporta a presença de imagens articuladas como contradições sociais e problemas urbanos vivenciados na cidade desigual, ocultada e não figurada nos avanços e modernidade presentes na Campina *tech city*.

Por esse ponto de vista, os problemas surgidos em proporções da favelização, informalidade e segregação são expressos por preocupações

que visam dotar a cidade de novas alternativas de investimentos em TI. Em configuração bastante diferente, e muito mais complexa, que a própria concepção construída pela *Campina tech city*. Esse processo, não podemos esquecer, gera quase sempre uma reprodução acrítica presente na representação hegemônica da cidade, interpretada e preconizada em estreita associação entre investimentos e crescimento tomados enquanto afirmações do alcance global da *Campina tech city*.

Modelo distintivo da cidade que une competitividade e tecnologia, moldado em instituições que supostamente representam a nova equação da cidade, e impulsionado pela acentuação da imagem de processos inovadores de concorrência e competitividade entre cidades.

Entretanto esse modelo não consegue refletir, em extensão e ritmo, as tendências contraditórias presentes na cidade e as relações nela imbricadas e demarcadas em proporções que levam a um questionamento da imagem *tech city* convertendo as diferenças sociais presentes nas transformações mais gerais em curso na cidade. De modo a satisfazer as demandas de determinadas frações sociais da cidade por meio de valores e anseios mundiais, modernos e globalizados; mas não preponderantes à presença das imagens contraditórias na cidade. Isso na mesma medida em que o discurso dominante constrói a indiferenciação ilusória e a omissão das diferenças sociais na apropriação da cidade atinge o auge de seu êxito (AGRA DO Ó, 2009; SANCHÉZ GARCÍA, 2008).

É notório o descompasso havido entre a dotação da cidade pelo tecnológico, produto em circulação de uma Campina global semelhante às cidades de primeiro mundo e a Campina cotidianamente evidenciada pela repercussão de desigualdades e reconhecimento dos conflitos urbanos. Discussão essa inserida em um modelo de desenvolvimento técnico-econômico percebido como um aspecto típico no âmbito das cidades, em uma nova forma de desigualdade também resultante de uma *cidade factual* (MATTOS, 2004).

Isso reforça ainda a reinvenção de Campina a partir do sentido de assentar as representações da imagem da cidade a partir das aspirações de retomada e dinâmica da economia local e da sua consolidação como polo educacional de ciência e tecnologia. Trajeto este movido por uma fronteira que se insinua entre a imagem do distanciamento que aglutina e explica a cidade real e o discurso de uma nova maneira de pensar os

processos de inovação e as empresas de base tecnológica locais.

Fronteira que também permite expressar outras paisagens com uma incessante reconstrução do discurso sobre Campina. Exigência de pensar a *tech city* pela incorporação das imagens contrastivas ao provocar modificações, supor a constituição de outro *corpus* e ainda praticar a inclusão da cidade pluralista e contraditória não conduzida na fabulação *tech city*.

Esse desafio equivale para nós a necessidade de reflexão de práticas que se desenvolvam fora dessa imagem: resistências urbanas às sínteses hegemônicas da cidade, fusão e outros modos de expressar Campina Grande; como veremos nos capítulos seguintes.

## CAPÍTULO II

# CAMPINA GRANDE: A CIDADE UNITÁRIA

As cidades, (...) são plásticas por natureza. Moldemô-las à nossa imagem: elas por sua vez nos moldam meio a resistência que aparece quando tentamos impor-lhe nossa própria forma pessoal. Nesse sentido, parece-me que viver na cidade é uma arte, e precisamos do vocabulário da arte, do estilo, para descrever a relação peculiar entre homem e material que existe na contínua interação criativa da vida urbana. A cidade, tal como a imaginamos, a suave cidade da ilusão, do mito, da aspiração do pesadelo, é tão real, e talvez mais real, quanto a cidade dura que podemos localizar nos mapas e estatísticas, (...) (RABAN apud BARREIRA, 2003, p.332-333).

### O DESENHO INSTITUCIONAL E OS DISCURSOS DO PLANEJAMENTO URBANO

Buscaremos neste capítulo compreender o discurso sobre a orientação das intervenções do urbano em Campina Grande, no período pesquisado, de modo a perceber como a cidade é pensada e com base em que o debate das intervenções é fomentado. Caracterizaremos as intervenções públicas realizadas enquanto formulação de um discurso do planejamento sobre a cidade em sua renovação urbana e problematizada pelo projeto de urbanidade.

Ao nos referir à *urbanidade*, tomaremos por compreensão os sentidos e os significados que passam a atribuir as transformações dos

problemas urbanos ao que se processa na ordem social. Cabe, assim, chamarmos atenção à perspectiva de Louis Wirth<sup>III</sup> ao distinguir urbanismo de urbanização. *Urbanismo* é aquele complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades, e *urbanização* é o desenvolvimento e extensões destes fatores, incorporados em planos e Programas na relação da cidade com sua materialidade vivida.

Analisaremos assim em que consistiram, no período pesquisado, as concepções do planejamento na estrutura urbana, visto que essa estrutura também articula um arranjo que reflete as relações sociais vivenciadas na cidade. Podemos supor que as intervenções no espaço da cidade e, neste ínterim, discursos e práticas de planejamento só podem ser compreendidos na articulação que mantêm com a estrutura urbana e os seus arranjos, a exemplo da economia, da política e da cultura (VILLAÇA, 2001). O conceito *estrutura urbana* apresenta diferentes acepções, pois pós anos 1990,

(...), o termo estruturação urbana tem sido usualmente substituído por reestruturação urbana que se refere mais especificamente aos estudos que buscam compreender os processos de valorização capitalista do espaço enquanto movimento dinâmico de renovação de uso ou reutilização dos espaços da cidade (SPÓSITO apud GOMES, 2007, p.23).

Percebemos estes arranjos como escritas de uma cidade que vai dispondo em seu espaço urbano os lugares, equipamentos, intervenções e formas de significá-la em seu processo de estruturação e reestruturação urbana. São formas orientadas pelo planejamento urbano local como tentativas de disciplinamento do uso e ocupação do solo, em sua estrutura urbana. Para efeito desta reflexão,

(...) chamaremos de *estrutura* (Grifo do autor!) um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos

---

III A esse respeito, cf.: VELHO (1987).

e todas as demais relações. (...) São considerados elementos dessas estruturas o centro principal (...), os subcentros de comércio, e serviços (...), os Bairros residenciais, ou melhor, os conjuntos de Bairros residenciais segundo as classes sociais e as áreas industriais. Esta estrutura está imbricada a outras estruturas territoriais, como os sistemas de transportes e de saneamento. (...). (VILLAÇA, 2001, p.12).

Por essa perspectiva, perceberemos como se constituíram as imagens e discursos acerca de Campina Grande a partir das suas estruturas territoriais, localizações<sup>112</sup> e renovação em seu tecido urbano, de modo a perceber a dinâmica urbana do Município e as visões que caracterizaram a formulação de uma imagem do planejamento na cidade em seu desenho institucional.

Desde logo, ao que diz respeito ao planejamento, não nos parece correto nos prendermos aqui à discussão desse termo, comumente e exaustivamente examinado por diversos autores, ou ainda o enfraquecimento teórico e metodológico do planejamento nas cidades.

Apontaremos, por assim dizer, uma análise crítica de formas mais “mercadófilas” (SOUZA, 2006) e de privilegiamento do conceito de gestão em detrimento do de planejamento; endereçada ao pensamento da tradição dos estudos sociológicos funcionalistas a respeito do urbano. Ou seja, da condução do planejamento e da gestão urbana como mecanismos que visam ao gerenciamento da cidade pelo *empresariamento urbano* posto pelo discurso do planejamento estratégico<sup>113</sup>.

Torna-se interessante perceber como a cidade se projeta e como se configura através das relações sociais, no espaço urbano do período analisado. A ótica que orienta nossa leitura sobre o planejamento vai ao sentido de um esforço em promover uma análise do espaço urbano como prática social associada às modificações socioespaciais, da estrutura urbana e das políticas que a constituíram.

Nesse propósito, tendo em vista buscar não cairmos na

---

112 A localização são os espaços, onde os produtos são produzidos e consumidos (VILLAÇA, 2001).

113 Cf. VAINER, 2000.

incompreensão dos dois termos envolvidos, optamos por trilhar os caminhos de Castells (2006) e Harvey (2000)<sup>114</sup> ao proporem a renovação crítica da pesquisa urbana na Sociologia e pensarem o espaço e os 'problemas urbanos' manifestados na cidade como problemas sociais relacionados às dinâmicas das relações, inclusive às de poder.

Ou seja, relações sociais que estruturam este processo continuamente como complexo e diferenciado do qual especificamente tomaremos Campina Grande como expressão particular, pois cada cidade se inscreve num determinado sistema urbano, e numa certa dinâmica.

O que importa considerar no recorte aqui proposto, e por nós escolhido, é a compreensão dos discursos que deram suporte aos programas e planos que refletiram, por sua vez, uma imagem de Campina Grande. Imagem essa configurada a partir da preconização de uma concepção de planejamento, orientada em um discurso de uniformização dos interesses e sob a construção de consensos, em torno das questões refletidas na estrutura urbana local.

Planos, programas e projetos que, enquanto planejamento urbano local, traçam e definem um perfil econômico, social e espacial da cidade e, diante deste cenário, propiciam e registram intervenções e elaborações sobre o urbano em Campina. Orientam a nomeação de um discurso modernizador e desenvolvimentista que, a partir dos anos 1970, será capaz de apresentar e encaminhar a cidade por outro padrão de urbanidade, ao ter por base a idealização de um planejamento centralizado e calcado em um discurso racional, científico e técnico.

É este planejamento que, em seu padrão, rege as intervenções públicas e a compreensão da dinâmica urbana de Campina Grande. É a *produção dos planos* (MARICATO, 2000) que passa a projetar um discurso sobre a cidade, por nós lido como higienista e autoritário; o que também confirma o sentido e as tendências mais recentes da ação pública sobre o urbano em Campina Grande.

Registra-se o surgimento da predominância nas intervenções públicas, tal como no restante do país, e de procedimentos de um planejamento fundamentado pela imposição de grandes planos e obras urbanas que se caracterizam pela debilidade e pobreza das ideias operacionais.

114 Em obras como, respectivamente, *A sociedade em rede* (2006) e *Condição pós-moderna* (2000).

Debilidade no sentido da formação de uma racionalidade que contraditoriamente não se realiza: “(...), existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, *normatividade cidadã* (grifo do autor!) no discurso e *desigualdade prática* (grifo do autor!)” (MARICATO, 2000, p.135).

A instabilidade política e administrativa características do período ditatorial gerou uma inércia da política urbana local, praticamente inexistente até então. Porém é justamente neste momento que se tenta retomar a urbanização de Campina, através de uma política de racionalização preconizada pelos militares. Interessante reforçar que a ideia de intervenção urbana teve por tônica a industrialização, articulada pelo Grupo Desenvolvimentista nos anos 1950, e a marca dos financiamentos de projetos via SUDENE nos anos 1960.

A perspectiva dos planos obedecia a uma orientação de âmbito federal, de uma espécie de *modernização autoritária* das cidades brasileiras iniciada em 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). A esse respeito Ferraz coloca que:

Desde os tempos mais remotos as cidades sofrem adaptações e mudanças na sua estrutura física, seja porque em cada tempo cada sociedade apresenta suas próprias características estruturais, seja em função do seu próprio crescimento e desenvolvimento em um determinado período de sua história. Equipamentos vão sendo construídos, aumenta-se o número de moradias, abrem-se ruas, constroem-se pontes, ou ainda obras de infraestrutura (...).

Entretanto, as soluções encontradas para resolver os problemas urbanos de caráter físico não se reduzem apenas às questões técnicas, imediatas ou não, mas perpassam pelos campos político e simbólico, que lhe dão respaldo. (...). Trata-se de uma ação política, com interesses específicos, cuja intervenção deve atender aspectos ideológicos e tecnológicos (...) (FERRAZ, 2008, p.107).

Deste modo, nos anos 1970, Campina Grande passa pelo

ressentimento da ausência e articulação de um projeto mais amplo, que se dá em vista da desarticulação e do esvaziamento promovidos pelos militares a grande parte das lideranças locais opositoristas ao regime<sup>115</sup>.

Definhava-se a relação entre administradores locais e poder central, mas Campina continuaria a necessitar ser viabilizada como receptora de investimentos e reinserida ao processo de ampliação de recursos federais. De sobremaneira, busca-se uma ação, refletida nos arranjos políticos locais, mobilizada para adequar, mesmo que de forma ambígua, o discurso da cidade e sua formulação às ações desenvolvimentistas protagonizadas via governo central.

Campina passa a ser remetida pela engenhosa estratégia de sua inserção a critérios técnicos que, uma vez conjugados à orientação centralizadora, fundamentarão os princípios ordenadores do espaço urbano em nome de uma apregoada necessidade de planejar e sistematizar estudos técnicos sobre a cidade, o que exigiria olhar Campina Grande pelo estabelecimento de uma imagem de cidade ordenada, controlada e, em suma, planejada.

É assim que o PDLI, elaborado em 1973 e aprovado em 1975, será continuamente ajustado às metas dos governos de plantão. Para tanto, necessário se fazia melhorar a infraestrutura urbana da cidade, expandir a sua rede rodoviária, ampliar as atividades de comércio e serviços abrigados e barrar os movimentos migratórios intrarregionais nela instalados.

Busca-se apoio no discurso de que Campina necessitava de um planejamento funcional, contraposto à realidade densa e conflituosa que se deparava em seu território (vide Figura 23). Aprofunda-se a crença da possibilidade da técnica que passa a ditar a melhor solução para a cidade, na qual as questões urbanísticas devam ser pensadas pela implantação de um sistema local de ordenação e controle.

---

115 Basta observar que, no período de 1964-1970, Campina Grande teve cinco (05) Prefeitos e dois (02) Interventores Federais. A esse respeito conferir LIMA (2004).



**Figura 23** - Campina em seu desenho institucional

**Fonte:** PMCG/COPLAN, 1983.

Esses objetivos visavam consolidar o arcabouço político-institucional em direção à concepção da cidade como *forma integrada*, mantida em um corpo socialmente controlado e sadio, submetida a um conjunto de racionalidades oriundas da instituição estatal, cujo poder se efetivava pelo planejamento centralizador de diretrizes, planos e ações.

A concepção do desenho institucional se dirige a um planejamento que solucionaria os desequilíbrios gerados na cidade; o que, em sua maior parte, trará consequências drásticas a problemas que começavam a ganhar destaque como questão urbana local a ser enfrentada por uma imagem pública e peculiar de pensar o urbano em Campina Grande. É o caso, por exemplo, da favelização e a pobreza urbana passam a ser encaradas pelo viés de um planejamento que as percebiam como perigosas e débeis em suas formas, marginais em seus usos e atravessadas em suas práticas, dada suas ilicitudes.

PDLI e CURA se caracterizam como intervenções que se voltam à necessidade de resolução de crescentes problemas, cujos desafios mais visíveis localmente serão o precário padrão da reprodução social e a exigência em pensar Campina Grande a partir de outra ordem: a urbana. Constitui cada um, por formato específico, a representação de Campina Grande e as dimensões acarretadas no urbano, colaborando assim para a definição das imagens e significados sobre a cidade, como veremos a seguir.

## MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE CAMPINA GRANDE: PDLI E CURA

### A IMAGEM DA CIDADE NO PDLI

A imagem de Campina Grande em seu planejamento local torna-se emblemática ao ser apresentada por uma proposta construída, nos anos 1970, através de um plano explícito: o PDLI. Este pode ser tido como o primeiro Plano Diretor Físico de Campina Grande ao tratar, em seus 163 artigos aprovados em 1975 sob a Lei nº 176, do ‘Sistema de Administração do Município’ e crescimento urbano procedendo toda a revisão de legislações específicas da administração – finanças, urbanismo e obras, isto é, dos códigos então vigentes no Município (Obras, Posturas e Tributário)<sup>116</sup>.

Esta não foi a primeira experiência de planificação realizada na cidade, dentre as experiências anteriores, destaca-se a de 1930, com a execução de obras pensadas pelo arquiteto Nestor de Figueredo e as reformas urbanas de Vergniaud Wanderley. É interessante pontuarmos que data da administração de Vergniaud a primeira planta da cidade (1937), isto é, do que se preservou como dado do que seria a cidade antes de suas obras.

Em 1958, foi realizado o primeiro levantamento aerofotogramétrico da cidade e, em 1962, foi elaborado aquilo que se denominou de um Pré-Plano Diretor Físico de Campina, observado como uma tentativa de reorganização da cidade, porém os estudos para o referido documento foram interrompidos e restaram incompletos. Notadamente, é a partir dos anos 1960 que Campina começa a se deparar com problemas advindos pela urbanização. Podemos afirmar que:

Com relação aos aspectos físicos do contexto urbano de Campina Grande, a primeira tentativa de correção de ruas tortuosas, oriundas ainda do seu traçado original, se deveu ao prefeito Vergniaud Wanderley, na década de 30. (...), após sua administração, a cidade voltou a seu ritmo de crescimento desordenado,

---

<sup>116</sup> Em um contrato entre PMCG e a SERFHAU de financiamento total, em valores da época, de Cr\$ 1.250.000,00. A esse respeito conferir edição DB de 18/06/1971.

sem plano diretor, obedecendo ao mero capricho da especulação, até 1962, quando houve a primeira tentativa de implantação de um Plano Diretor Físico de Campina Grande, na Administração Severino Cabral. Entretanto, não se logrou ultrapassar a fase de diagnóstico (...).<sup>117</sup>

Essa característica, com relação ao contexto da implantação de um desenho institucional voltado a pensar Campina, torna-se significativa para percebermos os arranjos (históricos, políticos e econômicos) que favoreceram, no conjunto da cidade, o jogo de forças articuladas à formulação e execução do PDLI. Em intervenções que propunham algo mais amplo caracterizado pela abertura de ruas e avenidas, correção dos traçados originais e alargamento das existentes, justificadas como iniciativas que confeririam à cidade uma fisionomia mais moderna (SOUSA, 2001).

A dimensão que assenta o discurso político do PDLI é o da promoção da cidade, pela atuação de um discurso que orientaria a intervenção do poder público local no tecido urbano. Tem-se por perspectiva um planejamento pelo qual a administração pudesse se tornar moderna, por objetivos racionalmente identificáveis e, principalmente, em consonância com suas forças políticas. Este arranjo político está explícito quando do impasse envolvendo forças políticas locais,<sup>118</sup> definido por um embate entre Câmara Municipal e Executivo, ainda no período da Interventoria Federal de Manoel Paz de Lima:

Das mais movimentadas foi a sessão de ontem da Câmara Municipal, desta cidade, destacando-se o pronunciamento do vereador Argemiro de Figueirêdo

---

117 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diretrizes para Campina Grande (Diagnóstico e Proposições)*. Campina Grande: PMCG/COPLAN, 1983, p.19.

118 Apesar de extensa, a referida passagem vale a pena ser lida em sua íntegra. Pois, em relação ao PDLI, é interessante pontuar que pensado na Interventoria Paz de Lima coube ao Interventor seguinte, Luiz Mota Filho, a responsabilidade por sua elaboração. A esse respeito, consultar as edições DB datadas de 20 jan.1971; 17 mar. 1971; 23 mar.1971; dentre outras.

Filho, tecendo considerações sobre a administração municipal, que na íntegra transcrevemos (...):

Sr. Presidente,

Publicou o último número da revista FATOS E FOTOS<sup>9</sup> (sic) [publicação de cunho nacional], (...), uma nota sôbre Campina Grande, saída do gabinete do Interventor Paz de Lima, ilustrada com seu retrato, presumivelmente paga, de tal modo cheia de inverdades, que não podemos nos furtar ao dever de contestá-la nesta tribuna, para que conste nos anais da Câmara a que ponto desceu a gerência da coisa pública em nossa terra. Começa a nota oficiosa por declarar que ao assumir o interventor Paz de Lima a Prefeitura, em maio do ano passado, encontrou a cidade em sérias crises, (...). Seguindo a justa recomendação do Presidente Médici de adotar-se o “jogo da verdade”, vamos mostrar em poucas palavras que tudo isso que foi publicado na capital da República é simplesmente o inverso da verdade. A cidade não estava em crise. O povo por expressiva maioria elegeu meses antes os seus dirigentes, o prefeito e o vice-prefeito do município iniciam eles (sic) uma fase nova na administração municipal com o apôio (sic) e as esperanças da população. Com apenas 43 dias de governo (sic), por motivo não divulgado, foi o prefeito cassado pela Revolução. Passou ao seu sucessor o cargo com uma série de problemas em pauta para estudos e soluções. (...). Portanto, Sr. presidente, não encontrou o interventor federal a cidade em sérias crises nem a administração sofrendo os efeitos de um empirismo de outras gestões. (...). E mais adiante diz a nota, com total repúdio à verdade, que uma das primeiras providências do interventor Paz de Lima foi a urbanização da cidade, ruas alargadas, praças e jardins construídos, pavimentação generalizada. Nada disso foi feito. Nenhuma rua foi alargada, (...). Declarou no mesmo

tópico que fôra (sic) renovada tôda (sic) a iluminação do centro da cidade. (...). Nunca um prefeito em Campina Grande recebeu o cargo em tão favoráveis condições. E nenhum realizou menos do que o atual Interventor. (...).<sup>119</sup>

O impasse, aqui transcrito em meio a sua relevância no arranjo político local em definição ao PDLI em Campina, somente foi superado com a saída do cargo de Paz de Lima e a nomeação, em sua substituição, de Luiz Motta Filho<sup>120</sup>. Fato este percebido, à época, como “um grande passo em busca do maior progresso da cidade, alcançado com vista a uma perfeita estruturação da máquina administrativa municipal para bem atender as necessidades de Campina Grande”. Conforme reforça a passagem abaixo:

(...). O Interventor Luiz Motta Filho, campinense como nós, que sente na própria pele a vaidade de ser campinense como todos os nascidos nesta terra, em boa hora procurou colocar a máquina administrativa da Rainha da Borborema nos bons caminhos que a Municipalidade deve percorrer<sup>121</sup>.

Cabe pontuar que, neste momento, a rede urbana brasileira estava se tornando mais complexa com a configuração de diversas espacialidades, refletidas nas distintas articulações socioespaciais entre cidades, o que modelaria, mais tarde, o padrão de urbanização brasileiro. O processo de estruturação dessa rede apresenta nítidos sinais de transição para uma forma de *eixos de desenvolvimento* que redesenha a configuração territorial do país e redefine o sistema de cidade com impactos significativos na urbanização (MOTTA, 2004).

De tal maneira que o PDLI passa a ser amplamente vislumbrado, em um discurso que terá por intuito dimensionar Campina como polo

119 PAES DE LIMA novamente criticado na Câmara. DB, 31 mar. 1970 (Editorial).

120 Campinense, filho da terra como falariam alguns, nomeado Interventor pelo período de 07/1970 a 01 /1973.

121 DESENVOLVIMENTO Integrado. DB, 16 abr.1971 (Editorial).

e sua hegemonia na rede urbana estadual e regional. Fundamento este que vai se desenhar como indicativo da “necessidade do processo de desenvolvimento integrado da cidade”:

De há muito se falava em nossos meios, de estudos para implantação de um Plano Diretor da cidade, que *tomando como ponto de partida a função de Campina Grande como pólo (sic) de desenvolvimento capital regional, pudesse analisar as suas necessidades atuais e futuras, dimensionar as suas potencialidades dentro do contexto nordestino e paraibano* (Grifo nosso!), consultando as tradicionais aspirações de dinamismo e trabalho de seu povo e finalmente, fornecendo diretrizes seguras para o seu progresso. Eis que a oportunidade agora se vislumbra, com afirmativas (...) de análise da situação campinense, de diagnóstico de sua realidade e, principalmente, de segurança na execução de um plano de desenvolvimento integrado, (...).<sup>122</sup>

O PDLI propôs a visão integrada do sistema urbano em conjugação à estrutura urbana e o arranjo econômico local de tal modo que, em paralelo ao crescente grau de urbanização apresentado pela cidade, será o portador de um discurso que impõe Campina como cidade polo. As funções de Campina como polo sub-regional serão destacadamente preconizadas no PDLI, elementos estes que justificaram a legitimidade do PDLI em Campina:

Somente em Campina Grande, de fato, tomando-se conhecimento da gênese e da evolução da cidade, das suas funções como **pólo sub-regional** (Grifo do autor!) (...) seria possível apreender-se até onde se poderia aproveitar, naquele instante, a oportunidade de se desencadear um processo seguro de inserção política de planejamento de que careceria a comunidade

---

<sup>122</sup> PRESIDENTE da FIEP fala sobre (sic) o plano diretor de CG. DB, 23 mar. 1971 (Editorial).

campinense. Fatores conjunturais, tais como: a presença de um Interventor Federal jovem, portador de instrução de nível superior, nascido e radicado na cidade, empresário local e convencido da necessidade de encaminhar a sua administração através de um roteiro conseqüente (sic) de um processo de planejamento contínuo; o reconhecimento por parte das elites culturais da cidade de que se impunha fugir ao empirismo; o consenso da maioria de que se atingira a saturação quanto ao improvisado na administração da coisa pública; e, finalmente, o sentimento geral de estagnação e decréscimo das atividades econômicas do Município, constituíram, quanto a (sic) *oportunidade de se instaurar vigorosamente o processo de planejamento integrado, um ambiente propício a que se examinasse com mais cuidado se deveria seguir a rigor as instruções escritas que esboçam (...), preparando, mais solidamente, as bases para o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI (Grifo nosso).*<sup>123</sup>

O discurso do PDLI coloca a visibilidade que passa a ser dada ao nível que institucionalmente passa a caracterizar, a partir de então, o planejamento local e seu quadro técnico – atributo percebido enquanto vantagem da cidade em relação às outras. Conforme demonstra passagem, a seguir:

Campina Grande tem essa vantagem sobre a grande maioria das cidades brasileiras (...). E quando essas formulações acontecem, Campina já está apta a pleitear os benefícios delas decorrentes. Em outras palavras, quando a grande maioria está indo, Campina está vindo.<sup>124</sup>

---

123 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. Termo de Referência para o PDLI (Plano De Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande – Proposições. Campina Grande: PMCG. 1971 (p.1).

124 CAMPINA e a política urbana. DB, 20 set. 1978 (Evaldo Cruz).

Enfatiza-se, assim, o arranjo simbólico em reconhecer a cidade por recorrência a critérios técnicos, utilizados como argumentos favoráveis a Campina quando da submissão de projetos e programas de financiamentos junto ao Governo Federal:

(...) técnico do SERFHAU (...) se encontra presente em nossa cidade, a serviço da Prefeitura Municipal, para levantamentos de dados e elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Município, (...). (...), levado a uma posição discreta *quanto ao tempo que nossa cidade começa viver, sempre crescendo e se desenvolvendo, a ponto de necessitar, urgentemente, de um plano capaz de integrar definitiva e acertadamente no processo desenvolvimentista global da Nação* (Grifo nosso) (...).<sup>125</sup>

Desse modo é que se tornou referência o discurso de transmissão e posse do Interventor Federal Luiz Motta ao Prefeito Evaldo Cruz, por deixar bem claras as resistências e os obstáculos enfrentados frente à necessidade em adequar a cidade e a gestão local em uma leitura associada à racionalidade técnica de uma política integrada, centralizadora, desenvolvimentista e intensivamente praticada nas hostes do governo militar:

(...). Sabíamos que teríamos que enfrentar todos os obstáculos comuns às inovações que implicam em mudanças de hábitos, mas sabíamos também que estaríamos agindo em consonância com os propósitos do Governo Federal de encaminhar o país para galgar sua posição no conceito de nações desenvolvidas (...). (...). *Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará!* (Grifo nosso).<sup>126</sup>

---

125 TÉCNICO fala no Rotary sôbre (sic) Desenvolvimento Integrado. DB, 20 jan.1971 (Editorial).

126 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Pronunciamento de Posse e Transmissão de Governo*. Campina Grande: Gabinete do Prefeito, 1973 (p.12).

Foi em torno desse discurso técnico, percebido, naquele momento, como inovador, moderno e desenvolvimentista, que anteriormente também se dera a criação da Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA).<sup>127</sup> Fundada em 1972, a COMDECA sucedeu a Companhia de Industrialização de Campina Grande (CIN- GRA), criada em 1969 no Governo Newton Rique, e também o Conselho de Desenvolvimento de Campina Grande (CONDECA).

Empresa de economia mista, a COMDECA será a responsável técnica pela elaboração do PDLI em Campina Grande e tinha por objetivos planejar e fomentar o desenvolvimento integrado do Município, em consenso com a política da União e do Estado da Paraíba, além de administrar o Fundo de Desenvolvimento de Campina Grande.

A COMDECA surge pelo discurso de que o planejamento assumiria tal papel como forma de “harmonizar e acomodar”, por um viés meramente técnico, os diferentes interesses presentes na produção da estrutura urbana local. Balizava o PDLI como um plano capaz de integrar definitiva e acertadamente Campina Grande ao processo desenvolvimentista nacional.

Criada por uma Interventoria Federal, a COMDECA se estabelece como um marco na história do planejamento de Campina. Um aspecto que merece atenção reside no acúmulo de atribuições que, ao longo tempo, passam ser deferidas à COMDECA – origem essa de muitas das críticas que levaram à sua completa dissolução.

Símbolo de uma “Campina racional, moderna, competitiva e vinculada aos interesses nacionais”, a COMDECA se voltará para ações de atualização e profissionalização da administração pública local, em termos de sua estrutura administrativa e funções urbanísticas.

Ao lançar localmente o conceito de política urbana, a COMDECA retoma, por sucessivas gestões<sup>128</sup> e sob outros níveis de exigências, uma

127 Nos anos 1980, a empresa é gradativamente substituída pela Coordenadoria de Planejamento e Coordenação Geral (COPLAN), órgão municipal criado sob a Lei nº 495/79, que dentre outras competências objetivava “a promoção dos estudos globais, locais e setoriais de interesse para o planejamento das atividades do Governo Municipal de Campina Grande”. CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Relatório COMDECA – situação da empresa*. Campina Grande: PMCG, 1983.

128 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Relatório de Atividades COPLAN*

gama de atribuições e concepções de diferentes projetos, programas e processos decisórios empreendidos no espaço urbano, gerando um desenho exequível e combinado às exigências de uma suposta modernidade campinense:

(...) Campina Grande não é mais um pequeno burgo que possa ser dirigido ao sabor de interesses personalistas, principalmente hoje quando vemos a revolução [Leia-se, golpe militar de 1964!] implantando, em toda parte, em todos os setores da administração pública, *novos critérios de trabalho (...). Nada de obras de fachada. Antes de mais nada a pesquisa, o estudo dos problemas, o seu equacionamento em bases científicas, para que tudo possa correr sem prejuízo para o interesse maior da comunidade, que é o seu desenvolvimento racional. Dispondo de um órgão de planejamento da importância da COMDECA, que tem já elaborado um trabalho sobre o desenvolvimento campinense realizado a base de pesquisas, (...), promovendo uma política de desenvolvimento da cidade (...).* (Grifo nosso).<sup>129</sup>

COMDECA e PDLI passam a ser prenúncios de uma única imagem, produzida e inaugurada através do planejamento municipal e percebida como imperativo à formulação de políticas que propunham pensar Campina e seu crescimento e, paralelamente, a melhoria do aspecto urbanístico do Município, visto que o crescimento da cidade tomava novas direções, que necessitavam ser fomentadas:

O Município de Campina Grande sempre foi alvo de preocupação dos Governos Federal e Estadual, bem como das lideranças políticas e empresariais, interessadas em fomentar o seu desenvolvimento. *No decorrer dos anos, uma série de organismos foi instalada com a atuação das mais diversas atividades, enquanto a*

---

(1981). Campina Grande: COPLAN, 1982.

129 BAIRROS e Distritos. DB, 11 dez. 1972 (Editorial).

*implantação, modernização e ampliação de sua infraestrutura (sic) contribuíram, direta e indiretamente para o seu crescimento. Todavia, Campina Grande sempre se ressentiu de um instrumento eficaz de planejamento, capaz de orientar e promover o desenvolvimento harmônico em suas atividades.* Em janeiro de 1970, a Interventoria Federal criou em boa hora o GT-TR<sup>130</sup> Grupo de Trabalho para Elaboração dos Termos de Referência, o qual sob a orientação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo foi integrado por técnicos locais. Nesse diagnóstico os setores físico- territoriais, econômico, social e administrativo foram examinados quanto as suas condições, problemas e potencialidades e interdependências. Obteve-se deste estudo uma visão sistemática e dinâmica da evolução da cidade, identificando-se as possibilidades futuras de desenvolvimento a curto e longo prazos. Fundamentando na identificação dos problemas do Município, realizada neste diagnóstico, foram definidos os objetivos globais do Plano como medida preliminar à formulação das diretrizes para o desenvolvimento. (...). Procurando dotar a Administração Municipal de um processo contínuo de planejamento, os Termos de Referência propuseram a criação da COMDECA – Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande, a qual foi confiada a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI. A elaboração desse documento passou a ser tarefa não somente complexa e urgente como também ambiciosa, uma vez que pretendeu servir de instrumento orientador da ação dos vários escalões governamentais. (...) *O PDLI deve ser compreendido como um instrumento fundamental do processo de planejamento pelo qual a Administração*

---

130 Durante um ano e seis meses, foram elaborados todos os planos, o trabalho dividiu-se em cinco grupos: Geografia do Município e da área por ele polarizada; aspectos sociais; aspectos econômicos; aspecto físico- territorial; aspecto institucional.

*Municipal deverá orientar toda a sua ação. (...). (Grifo nosso).*<sup>131</sup>

Elaborado em atendimento às normas traçadas via governo militar, o PDLI estabelece um forte discurso sobre o planejamento que opera estrategicamente em uma nova percepção do espaço urbano de Campina Grande, tendo por eixos as propostas de uma legislação urbanística que será um elemento de reforço a mais nas ações municipais.

Dentre as ações do PDLI, cabe destacar a legislação urbana, a definição do zoneamento urbano diagnosticando Campina Grande como cidade globular e radial-concêntrica, as propostas de erradicação de favelas e cortiços, a expansão seletiva do centro pela implantação de equipamentos de recreação e cultura voltados ao incentivo do turismo, a elaboração do plano de hierarquização do sistema viário e a “correção racional de determinados setores”, dentre outras.

Foram definidas quinze artérias (15) de penetração no tecido urbano, radiais entre o centro e os bairros; assim como as de penetração secundária. Podemos afirmar que o tecido viário urbano se redefiniu completamente, fazendo com que a cidade passasse por uma reformatação do seu espaço, a partir da reestruturação do sistema viário. Exemplo disso se dará com a abertura, em 1974, das principais Avenidas da cidade – Canal, Almirante Barroso, Oswaldo Cruz e Elpídio de Almeida.

Por este quadro, o delineamento dos problemas relacionados às transformações sociais, que urgiam com o maior crescimento da cidade, passaria pela ocupação de espaços distribuídos irregularmente na área urbana e seria apresentado por contínuas e crescentes manchas de ocupação, que aos olhos do PDLI necessitariam ser erradicadas ao bom funcionamento de Campina, através de uma nova divisão física do Município em áreas homogêneas zoneadas.

Indicativos esses substanciais de como se daria o processo de urbanização, àquele momento, já bastante acentuado no Município, de tal forma que tal processo será pensado no PDLI enquanto diretriz que orientaria a pretensa intervenção racional do poder público no tecido urbano da cidade (vide Figura 24), tendo o PDLI como principal preocupação o disciplinamento do crescimento urbano em Campina.

131 CAMPINA Grande e seu planejamento. DB, 05 maio 1974 (Editorial).



**Figura 24** - O PDLI e seu significado em Campina

**Fonte:** DB, out. de 1974 (Material de Propaganda Governamental).

Em relação às proposições, consideradas unidades do conjunto dos *Planos Setoriais* que compunham a resultante operacional do PDLI, foram identificadas nove áreas como deterioradas. Destas, três estavam situadas na periferia urbana e seis incrustadas no centro da cidade. De modo que se propunha a “ocupação racional do centro pela erradicação de cortiços e realocação de comunidades”.

Nesse sentido, o PDLI também elaborou o *Diagnóstico da Economia Local* e os *Planos de Prioridades de infraestrutura* (água, esgoto, pavimentação e iluminação), assim como distribuiu treze (13) áreas em torno do seu centro urbano, destacadas exclusivamente como *Áreas para Fins Recreativos (APFR's)*. Passou-se a dotar Campina Grande de novos equipamentos voltados ao lazer, exclusivamente à recreação em sua área central, através de intervenções tais como: *Revitalização da Estação Velha*, *Plano de Urbanização do Açude Velho e construção do Açude Novo* (Parque Evaldo Cruz; vide Figura 25).



**Figura 25** - A construção do Açude Novo (PDLI / Material de Propaganda Governamental)

**Fonte:** DB, jun. 1974.

O PDLI também realizou o *Censo Administrativo* que, à época, aperfeiçoou a cobrança de impostos em conjunto com a *Implantação do Cadastro Imobiliário* e a realização de levantamento aerofotogramétrico com o estudo do sistema de avaliação dos imóveis, para inclusão nos Boletins de Cadastro Imobiliário (BCI's).

O *Plano Especial de Numeração dos Setores e Quadras* teve por efeito fiscal a revisão da nomenclatura de todos os logradouros públicos, as quadras foram uniformemente identificadas nas suas diversas faces, divididas em treze (13) setores básicos que projetaram a planta esquemática de Campina Grande. O PDLI estabeleceu prioritariamente o zoneamento<sup>132</sup> que passou a reger o espaço urbano por uma legislação municipal de zoneamento e loteamento e, ainda, elaborou a divisão do território do Município em zonas de uso.

Retoma-se aqui a tradição advinda de Haussmann como um autoritário estilo de administrar e embelezar a cidade, ao buscar a elitização de determinados setores como forma de disciplinar o seu crescimento e definir traçados e sentidos que a expansão futura de Campina deveria

<sup>132</sup> Classificando o espaço urbano em: Zona Comercial (ZC), Zona Residencial (ZR), Zona Universitária (ZU), Zona Industrial (ZI), Zona Residencial de Projetos Especiais (ZRPE) e Áreas Públicas para Fins Recreativos (APFR's).

tomar, com a área urbana efetivamente ocupada e os vazios urbanos disponíveis identificados.

Por esse desenho institucional, foi priorizado como solução mais viável para a expansão urbana o sentido Oeste do Sítio, sem maiores estímulos em outras direções. Lido por nós como tentativa de incentivar a modernização do acervo arquitetônico de áreas urbanas, à época, mais valorizadas. O discurso era organizado em vista da “necessidade de corrigir o tecido urbano da cidade” (vide Figura 26).



**Figura 26** - O PDLI e as imagens estratégicas de expansão da cidade

**Fonte:** DB, 06 jul. 1975.

Anos mais tarde, em 1979, esta tendência será revista, com a ampliação do perímetro urbano determinado pela Lei Municipal nº 531/79 e a constatação de que o sentido induzido pelo PDLI (Oeste) invalidaria o adensamento que se desenvolvia ao sul e sudoeste da área urbana; zonas previstas no PDLI para realocação de comunidades. Porém, a zona sul terminaria a partir dos anos 1990 por apresentar uma crescente e forte tendência de expansão, com o incremento de grandes e caros empreendimentos.

O que assim tornou por necessário a reestruturação do PDLI pela “compatibilização da política de zoneamento com as novas necessidades

do desenvolvimento urbano”<sup>133</sup>, tendo em vista que o crescimento urbano da cidade disciplinado no PDLI estaria provocando fortes distorções com a realidade urbanística. Deste modo, a revisão propunha estabelecer de maneira clara os limites das diversas Zonas e a regulamentação do uso do solo.

A imagem de Campina, incorporada aos estudos técnicos do PDLI, permite formatar o discurso que “integra harmonicamente um todo, que exprime o planejamento urbano funcional proposto à cidade no Plano”.<sup>134</sup> O PDLI, em suas diretrizes e discursos, passa a ser decisivo para as concepções do desenho institucional sobre as questões urbanas contemporâneas de Campina Grande:

*Vencer a inércia e saltar em curto prazo da administração improvisada para a administração planejada, (...). Preservar o futuro da cidade implica em procurar precatá-la (sic) contra fatores que possam transformar o meio urbano em ambiente repulsivo, agressivo ou inconveniente (Grifo nosso!) (...). Como um organismo vivo a cidade deve ter todas as suas funções e todos os seus órgãos saudáveis. (...). A deterioração do seu tecido sempre é obra da ação destrutiva premeditada e agressiva. (...) que podem abalar a saúde do organismo urbano. A deterioração do todo ou de partes do tecido urbano pela presença das formações denominadas favelas, mocambos, alagados, etc, em tendo as suas razões fundamentadas em fatores sócio-econômicos (sic) escapa ao controle do planejador tanto quanto do administrador municipal. O universo afluente e efluente daqueles fatores é bem maior do que o micromundo do município.*<sup>135</sup>

---

133 A esse respeito consultar: CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal *Proposta para Revisão do PDLI*. Campina Grande: COMDECA/COPLAN, 1981, p.3.

134 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Estudos Preliminares para o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande – Proposta*. Campina Grande: PMCG, 1969-1970 (p.10).

135 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Plano de Erradicação de Favelas e*

Chama-nos a atenção o delineamento dos agentes técnicos de planejamento, responsáveis pelo PDLI quando da definição e localização da distribuição dos investimentos na cidade. Tais agentes são sustentados por um discurso que os elege pelo discurso ‘daquele que pensa a cidade’. A representação regida na impessoalidade desses agentes urbanos se fará distante do protagonismo esperado nesse domínio. Permitindo-os colocar “acima de toda a sorte que entravava a ação municipal e interferia sobre a malha urbana”.

Basta observar que, ao buscarem dar legitimidade ao PDLI, os agentes locais inauguram um processo de planejamento denominado de ‘*digestão intelectual*’, o qual os urbanistas se colocavam acima das tramas e relações apropriadas por determinados grupos no espaço da cidade, pois:

O fracasso das reuniões para a chamada ‘digestão intelectual’ e das tentativas em geral para obtenção de um plano participado (sic) efetivamente pela comunidade encontrava-se, essencialmente, no propósito que norteava o PDLI. *Tratava-se, sobretudo, de captar alianças, de mitigar os problemas já postos e aqueles que o plano viesse criar e não de consultar a comunidade, de suas necessidades* (Grifo nosso!). (...) Renato Azevedo [Arquiteto responsável pelo PDLI em Campina Grande] defendia que o primeiro passo no processo de planejamento deveria ser a busca de opiniões da comunidade, de suas necessidades, e não como vinha sendo feito, convocando-se a comunidade para discutir idéias já estabelecidas. (GURJÃO, 1998, p.2).

Fica configurado, pois, o discurso dos agentes no PDLI em um planejamento que impõe e organiza a cidade ao seu modo e passa a reconhecer a imagem, até hoje bastante comum às intervenções públicas em Campina Grande, da implicação de um conjunto de questões advindas, por exemplo, de diretrizes e proposições elaboradas verticalmente.

Um desenho institucional, específico ao PDLI, foi a implantação de

---

*Cortiços e Realocação de Comunidades*. Campina Grande: COMDECA, 1973.

equipamentos de recreação e lazer distribuídos pelo centro da cidade como estratégia de expansão do território e, por efeito, instalados em justificativa à política de remoção<sup>136</sup> da população pobre do centro para áreas da periferia de Campina.

O PDLI define a imagem-síntese desconstituída de conflitos onde a população pobre deveria ser ocultada, escondida, remanejada e representada em uma sociabilidade de “indisciplinas e problemas à ordem urbana” instalada em contraposição a forma integrada da cidade:

(...), ocupando o próprio centro urbano, além de todos os conflitos, apresentam-se como manchas deterioradas que deturpam o tecido urbano, tornando-se frágeis vítimas para o processo espontâneo (sic) de desenvolvimento físico da cidade e especulação imobiliária. (...). (p.23).

(...) O que não pode ser admitido é a posição de expectativa, enquanto as áreas das favelas se adensam e a ocupação do centro se torna desmedida, (...). (p.23). É evidente a necessidade de um remanejamento urbano e de promoção do homem no meio em que vive, criando perspectivas capazes de fornecer melhores condições de vida. Isto propiciará a eliminação gradativa do estado de promiscuidade em que vive. (...) (p. 23).<sup>137</sup>

A representação expressa pelas imagens e concepções do PDLI em Campina teve por base uma leitura da cidade que tenta ocultar os interesses diversos presentes no Plano; ao situar a forma integrada de pensar o desenvolvimento da cidade em exigência entendida como “da mais alta significação para a Administração Municipal, considerada

136 O PDLI colocava como diretriz erradicar diversas comunidades, em sua maioria localizadas no centro da cidade, em destaque às ações do CURA. Como veremos na próxima seção.

137 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Programa de Erradicação de Favelas, Cortiços e Realocação de comunidades – PDLI (Plano De Desenvolvimento Local Integrado)*. Campina Grande: COMDECA, 1973.

um divisor entre a Administração Improvisada (sic) e a Administração Planejada (sic).<sup>138</sup>”

Tratava-se de projetar um discurso sobre os estudos do PDLI a partir das formas e estrutura urbana, ao identificar as tendências de crescimento e transformações futuras da cidade. Discurso que, em termos gerais, define a direção e de que maneira se poderia intervir sobre o espaço urbano, refletido na definição das tramas presentes como tentativa de organização do tecido urbano de Campina Grande. Entretanto, desconsiderava a complexidade da cidade:

O tecido urbano de Campina Grande caracteriza-se por 4 tipos de tramas:

O primeiro, produto da mancha, expressa as linhas diretrizes radiais, como produto da polarização linear, nas margens de antigos caminhos de acesso à cidade.

A outra trama constitui o resultado do adensamento espontâneo do centro, de compleição ortogonal vacilante.

O terceiro tipo é constituído pelas áreas de tecidos mais recentes, resultado de loteamentos traçados, muitas vezes, por leigos, traduzindo malhas ortogonais rígidas, muitas vezes em oposição à topografia. (...).

O último tipo de trama é o resultante da formação de favelas, inseridas no traçado urbano ou na periferia. (...).<sup>139</sup>

Campina Grande é, por essa trama presente no PDLI, retratada por pontos extremos de uma polaridade que representaria respectivamente o espaço planejado/racional e, em sua contraposição, o espaço degradado/irracional. O desenho baseado nesta verticalidade, setorial

138 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. Termo de Referência para o PDLI (Plano De Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande – Proposições. Campina Grande: PMCG, 1971, p.1.

139 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado)*. Campina Grande: COMDECA, 1973, p.37.



depara até hoje a desigual estrutura urbana de Campina Grande.

É com base em um discurso que enfatiza a integração do território e a modernização administrativa que o PDLI insere o Estado como principal agente modelador do tecido urbano (vide Figura 28), ao tentar regular a imagem de Campina Grande pela ação dos agentes de planejamento; acentuadamente percebidos como principais indutores da dinâmica urbana local.



**Figura 28** - O PDLI como imagem de desenvolvimento da cidade

**Fonte:** DB, 15 mar. 1975 (Caderno Especial).

O PDLI ilustra e reforça o caráter tecnocrático desenvolvido e sobreposto a um desenho institucional do planejamento que oculta e desclassifica outros atores e elementos dessa estrutura, tentativa essa de apropriar a cidade de modo autoritário, que carrega a ineficácia e a menor legitimidade enquanto plano que reforça a imagem técnica da cidade em dissociação à cidade real, vivida e em contraposição (MARI-CATO, 2000).

As propostas e planos setoriais concebidos e vinculados ao PDLI, enquanto desenho institucional, visavam orientar a cidade por um modelo em expansão, condizente em preparar Campina Grande para o desenvolvimento urbano almejado. O PDLI impôs, assim, uma forma compacta e concentrada de cidade em um discurso que ainda hoje representa a imagem-síntese oficial da produção, domínio, controle e

usos do espaço urbano: ao planejamento urbano local cabe racionalizar a cidade e disciplinar o seu crescimento.

O que assim nos permite afirmar que a constituição do urbano em Campina Grande se coloca distante do pretense discurso do PDLI; decorrência de um planejamento que se fará enviesado em seu discurso e inadequado à realidade local em sua prática.

## **SENTIDOS E ENFOQUES DO PROGRAMA CURA**

A partir do final da década de 1970, Campina Grande passa a ser beneficiada por uma série de programas federais que viabilizarão consolidar sua estrutura urbana, sintetizada a partir dos discursos presentes nos planos e estudos do PDLI. E, em particular, tomada por um conjunto de ações que enunciavam promover e complementar o adensamento urbano de Campina.

Dentre estes programas, priorizaremos para análise o CURA, pois evidencia uma das imagens mais fortes e concretas de Campina Grande como premissa da representação de um urbanismo que teve por marca o planejamento impulsionando a dinâmica da estrutura urbana da cidade e, por consequência, a distribuição desigual deste espaço inscrita na cidade por segregados efeitos.

Lançado em 1973 e financiado pelo Banco Mundial (BIRD) como recurso a fundo perdido, o CURA será administrado pela Carteira de Desenvolvimento Urbano (CDU), BNH e Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) via recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O Programa funcionou em caráter experimental de 1974 a 1976; até 1979, suas aplicações se limitaram quase que exclusivamente ao Sul do Brasil. Caracterizava-se por ajuda financeira às cidades de porte médio, voltadas a empreendimentos de infraestrutura e urbanização (vide Figura 29).

A concepção estabelecida pela PNDU (Política Nacional de Desenvolvimento Urbano) partira como necessidade de outro padrão de intervenção nas cidades e se orientava em torno de problemas urbanos, originados nos Municípios de médio porte – urbanização acelerada, transição demográfica, crescimento desordenado e demanda crescente de infraestrutura urbana.



**Figura 29** - O CURA em Campina Grande

**Fonte:** DB, 18 jan. 1978.

Ao investir nos médios centros se teria por propósito adequar o foco de imigração em seu nascedouro e garantir a ‘solução’ dos problemas urbanos, gerados nos grandes centros. Porém, ao invés de atuar sobre os conflitos que conduziam a um maior acirramento, a atividade do planejamento racional prepararia as cidades e os rumos do seu desenvolvimento; objetivo este alcançado apenas discursivamente através de uma modernização da gestão do urbano.

O CURA alinhava-se a dois grandes enfoques que situavam o Estado e a questão urbana no centro do debate. O *primeiro enfoque* se insere no âmbito dos ideais postulados como necessidade em incrementar a infraestrutura urbana das cidades médias para investir e criar polos regionais de desenvolvimento. Suscitava-se em expandir as áreas urbanas (leiam-se médios centros) em virtude do processo e do significado do impacto do fenômeno da urbanização e migração nas grandes cidades brasileiras, apresentando um quadro crescente de desigualdades sociais e pobreza urbana.

Um *segundo enfoque* colocava a promoção do adensamento urbano, recorrendo para tanto às diretrizes e soluções postas pelo PDLI em Campina Grande, naquilo que foi denominado de “proposta de racionalidade na distribuição do solo urbano”. O CURA estabelece uma

política de adensamento, integrada à implantação da rede de acessos dotada de equipamentos e infraestrutura na área central e em bairros periféricos.

Neste contexto, a orientação e atuação dos agentes públicos da cidade passam a se dar pelo intuito de “solucionar” os problemas urbanos, de modo que a lógica aplicada era a de que, tal como preconizava a PNDU, os investimentos em infraestrutura deveriam percorrer os mesmos caminhos dos investimentos econômicos. Localmente essa orientação se dará através de uma agenda política, refletida a partir da maior inserção de Campina Grande na PNDU.<sup>141</sup> É por essa perspectiva que Campina Grande passa a ser viabilizada como receptora de investimentos da PNDU<sup>142</sup> e integrante do II e III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Lima (2004) afirma que, a partir de 1977, a posse do Prefeito Enivaldo Ribeiro facilitará a vinda de recursos para grandes intervenções urbanísticas no Município, o que aumenta consideravelmente os investimentos realizados em Campina Grande via Governo Federal (vide Figura 30). Mesmo ocorrendo desde o início dos anos 1970 a ascensão e alinhamento de políticos locais ao projeto nacional, a exemplo de Luiz Motta Filho e Evaldo Cruz, é no Governo de Enivaldo Ribeiro que os recursos efetivamente aportarão em Campina.

---

141 O Município de Campina Grande teve o seu primeiro contrato CURA assinado em 1978, tendo por Agente Executor a COMDECA e como Agente Financeiro o Banco do Estado da Paraíba (antigo BEP). De acordo com Lima (2004), ao atualizar o valor das Unidades Padrão de Capital, o montante de recursos disponibilizados em Campina Grande alcançou a cifra de aproximadamente R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais).

142 Cabe pontuar que a primeira notícia da execução do CURA em Campina Grande, nos jornais locais consultados, data de 1973 e somente reaparecendo em 1978. A esse respeito, cf.: PROJETO Cura. DB, 26 ago. 1973.



**Figura 30** - Campina na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)

**Fonte:** DB, 01 set. 1981.

Mais uma vez, de acordo com Lima (2004), Enivaldo Ribeiro nutria uma amizade pessoal com o então Ministro Mario Andreazza de tal modo que por meio disso, o volume de recursos significativos que se conseguira trazer para a cidade,<sup>143</sup> passou a ser chamado, por alguns, sob a calhunya de ‘*o Prefeito dos 20 milhões de dólares*’. Lima (2004) destaca este como um fator relevante, pois:

(...), surgiu uma forte relação de amizade entre o ex-ministro Andreazza e o então prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro. Essa estreita relação existente entre eles facilitou, sobremaneira, a aprovação dos projetos urbanísticos de Campina Grande. (...). O que não deixa de ter fundamento, pois a burocracia era um dos principais obstáculos à aprovação desses projetos (...) (LIMA, 2004, p.236).

A partir de 1978, a gestão municipal passa a se vincular mais diretamente pela orientação de um discurso, propagado como projeto nacional, de que as grandes intervenções urbanas promoveriam as cidades

143 A esse respeito, conferir as edições DB de 26 mar. 1980 e 30 mar. 1980.

médias, dentre essas, Campina Grande. Visto que as cidades médias caracterizavam rápidas e profundas transformações econômicas e sociais e exigiam profundas mudanças, ao trazerem consigo uma complexa estrutura urbana percebida por uma diversidade de conflitos.

A gestão urbana local trataria de agir sobre esse discurso, como imperativo de crescimento urbano e de paralelismo às mudanças assinaladas na cidade, ao articular as zonas da sua malha urbana visando promover a “integração” de áreas periféricas ao tecido urbano. Conforme deixa clara a exposição de motivos elencados, quando da inserção de Campina ao Programa:

Devido, ao seu comprovado e vertiginoso progresso é que Campina Grande rapidamente tornou-se, também, uma atração de investimentos em virtude, notadamente, de seu *sólido potencial responsivo* (Grifo nosso!).

Ocorre, todavia, que em decorrência de tais fenômenos surgia uma *nova necessidade*. A de *promover uma melhor organização do seu tecido urbano a fim de conter e satisfazer uma série de interesses, dentre os quais os de sua própria densidade* (Grifo nosso!). (...).

Campina Grande efetivamente demonstrou seu febril entusiasmo em ajustar-se a outros níveis de Desenvolvimento, no afã de *flexionar sua própria estrutura urbana e dar maior mobilidade ao seu extenso contingente populacional* (Grifo nosso!). Ora *recheado de migrantes que demandam seus espaços, em razão de seus atrativos climáticos, geográficos, econômicos e comunitários*.

*Era imperativo que se promovessem sérias e urgentes intervenções no espaço físico-territorial disponível, objetivando (enfaticamente): a) ordenar as prioridades através de uma sólida política de racionalização; b) incrementar as vias de circulação e introduzir uma linha diversificada de equipamentos comunitários no sentido de adensar os vazios e evitar a ‘inchação’ populacional* (Grifo nosso!); c) fortalecer a arrecadação dos tributos municipais; d) alcançar, em última instância, seu Desenvolvimento

Sócio-Econômico (...).

(...).

Como o CURA I objetiva organizar racionalmente o tecido urbano da zona sul da cidade, dotando-a de infra-estrutura e de área destinada para a lazer, o CURA II será uma integração na zona oeste, se atentarmos para a verdade de que apenas fração da cidade usufrui dos benefícios do Programa.<sup>144</sup>

Em sua representatividade e claudicante concepção, o CURA favoreceu a relação do governo local com o poder central, pelo fortalecimento e repercussões relevantes no tecido urbano do Município de Campina Grande. Assim a cidade foi contemplada por três Contratos: o *CURA I*, que atendeu à Zona Sul da cidade; o *CURA II*, à Zona Oeste; e o *CURA III*, em sua maior parte, ao Nordeste da cidade. Partindo da área central, “a intervenção CURA deveria se estender a outras áreas abrangendo ao todo 771 hectares, dos quais 103,23 deveriam ser destinados a áreas para fins recreativos e paisagísticos”.

De tal modo que à medida que o crescimento de Campina Grande tomava novas direções, em termos de densidade urbana e disciplinamento de seu traçado, em paralelo, a cidade era beneficiada por um elenco bem maior de recursos e investimentos públicos; com a execução de Programas que visavam consolidar sua estrutura urbana e que teriam o Estado como maior agente legitimador e ordenador das ações executadas.

De acordo com as projeções do CURA, esta seria uma forma de racionalizar o uso do solo urbano pela melhoria dos serviços de infraestrutura de modo que, “respondendo às perspectivas de um plano mais amplo, (...) pretendia estimular o crescimento ordenado e rigidamente compatível com a realidade econômica e social do Município”.<sup>145</sup>

Em paralelo aos serviços de infraestrutura, foram também pensadas

---

144 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II* – Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira. Campina Grande: COMDECA, 1980, p.1-2.

145 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA III* — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira. Campina Grande: COPL, 1982, p.20.

e executadas ações de urbanização em apoio aos pequenos negócios, através da associação do CURA com outros Programas; a exemplo do Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio (PCCPM/MINTER).

Desse modo, os investimentos CURA, aliados ao PCCPM/MINTER, destacariam Campina Grande através de uma forte preocupação por escolhas técnicas e políticas com a urbanização de favelas, a potencialização de atividades econômicas nas áreas mais pobres da cidade e o desenvolvimento de propostas em apoio às capacidades produtivas locais.

Dentre as intervenções mais relevantes, situamos a modificação da rede viária e a requalificação do centro com a execução do *Plano de Urbanização da Área Central*, que desde 1972 passava por sucessivas requalificações em suas funções e uso: *Urbanização do Açude Novo*; *Urbanização dos Coqueiros de José Rodrigues*; *Construção do Centro Cultural*, *Melhoramento do Centro Comercial* e construção dos *Centros de Bairros* (Catolé e Santa Rosa).

Para tanto, todas as obras envolveram demolições, desapropriações e erradicações de áreas pobres e se sucederam como justificativas ao reordenamento do espaço urbano por ações que, situadas por nós como ‘cirúrgicas’ e higienistas, em seu conjunto redesenharam Campina Grande (vide Figura 31).

Sob essa ótica, o CURA aproxima a movimentação urbana e as impressões dos conflitos aí gerados, ao tomar Campina como labiríntica, no sentido de expressar ordens diferentes e estreitamente ligadas à imagem da cidade por uma sensibilidade estética do mundo urbano plural; dobras sinuosas que formam os lugares e se reconhecem os cidadãos (BRESCIANI, 2008).



**Figura 31** - Imagem CURA em Campina

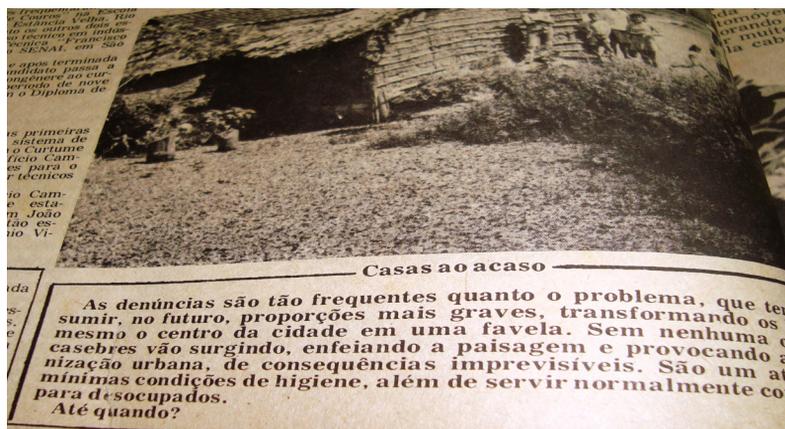
**Fonte:** DB, 29 fev. 1980.

Imagem ainda observada por nós como necessidade em “promover a organização de amplas áreas” (leiam-se favelas!) e fundamentalmente complementar seu adensamento. Em transformações que passam a percebidas como indispensáveis à articulação das diversas zonas da malha urbana oeste e à “promoção” de áreas periféricas ao complexo viário da cidade<sup>146</sup>.

Ou seja, o valor simbólico de repensar Campina passa a ser dotado como necessidade de combater as consequências da crise socioeconômica que afetava o Município (vide Figura 32), em vários de seus

<sup>146</sup> Integração que partia do Açude Novo seguindo para Siqueira Campos, Av. Manoel Tavares, Bairro das Nações, Jardim Alvorada e Jardim Tavares (Loteamentos), Conjunto Monte Castelo, Santo Antônio, Avenida Canal, Rua João Pessoa, Getúlio Vargas, Índios Cariris, Pedro II e Rodrigues Alves. Todavia, a execução do CURA não conseguiu executar importantes obras, preconizadas no Projeto inicial, mesmo com todos os recursos tendo sido previstos e liberados; algumas finalizadas anos mais tarde, dentre estas, citamos: Construção do Terminal Rodoviário; Construção do Matadouro Público, do Centro Administrativo (nunca realizada!), do Horto Florestal, do Centro de Bairro do Jeremias e a reforma da tradicional Praça Clementino Procópio. Cabe apontar que reside neste aspecto a maior parte das críticas direcionadas ao Programa em Campina Grande.

aspectos, era necessariamente uma orientação precisa para redirecionar seu crescimento urbano, sob a ótica da melhoria de sua infraestrutura aliada ao viés econômico.



**Figura 32** - A promoção do centro como extinção da pobreza urbana

**Fonte:** DB, 10 fev.1974.

Deste modo, o CURA se apoia localmente em um discurso balizado por três vetores prioritários: o *primeiro* relativo ao uso do solo; o *segundo* diz respeito ao sistema viário e, por *terceiro*, a dotação em áreas mais pobres de equipamentos públicos. Tudo isso tendo por intuito fazer com que estas áreas pudessem interagir “(...) harmonicamente visando à maximização dos benefícios no espaço urbano para sua ocupação racional.”<sup>147</sup>

Acena-se, assim, o discurso negador dos conflitos urbanos, ao perceber a questão urbana pela presunção de um “equilíbrio entre desenvolvimento físico e vocações emergentes locais” (vide Figura 33); discurso manifestado pela erradicação de áreas pobres e cortiços localizados na área central da cidade. Recorrência a uma imagem pela qual a cidade pudesse desfrutar em nível nacional, para alavancar a sua promoção pelas ‘soluções’ dos problemas urbanos.

<sup>147</sup> CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Proposta urbanística Programa CURA II* — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira. Campina Grande: COMDECA/BNH, 1980 (s/p).



**Figura 33** - Intervenção CURA na cidade

**Fonte:** DB, 02 ago. 1979.

Há um discurso que interpreta a cidade quando da execução do Programa CURA II e justifica estudos e projetos especificamente voltados às obras viárias e complementares que redesenham a cidade com a abertura de avenidas largas, pavimentação de novas ruas, abertura de novas artérias para o escoamento do tráfego e por intervenções que vão se colocar como indícios de uma ampla transformação do ambiente urbano de Campina Grande.

O CURA III realiza o prolongamento da Avenida Floriano Peixoto (vide Figura 34) que passa a cortar toda a cidade e se estabelecer como o principal corredor de acesso ao centro. Destacamos também a mudança do traçado viário e pavimentação asfáltica da Rua Vigário Calixto circunscrevendo os parâmetros da Zona Sul da cidade, de forma a

multiplicar a densidade da área em apreço e lhe proporcionar homogeneidade pelo consequente crescimento urbano, verificado a partir da década de 1990.



**Figura 34** - Imagens da mudança do traçado viário da cidade

**Fonte:** DB, 26 abr. 1979.

Deste modo, a ação CURA investiu na construção de obras de infraestrutura, na instalação de novos equipamentos urbanos e na urbanização de áreas periféricas. O que, em tese, viria garantir a utilização do solo urbano, amenizar a especulação imobiliária e fazer funcionar Campina Grande como barreira de contenção, em virtude do seu processo de urbanização acelerada.

Porém, mesmo impactando positivamente alguns aspectos da malha urbana da cidade, o CURA favorecerá os interesses especulativos e a segregação sociourbanística ao não tocar na questão do solo urbano e nem nos efeitos perversos do Estado como produtor de desigualdades. Localmente, os efeitos supostamente antiespeculativos não se cumpriram (vide Figura 35), mas, acentuadamente, aceleraram a valorização das áreas contempladas pelo Programa e as futuras condições de ocupação, uso e localizações em Campina Grande.



**Figura 35** - O ideário CURA no tecido urbano de Campina Grande  
**Fonte:** DB, 16 mar. 1978.

É nesse quadro que vai se colocar a entrada em cena do crescimento de bairros que, a exemplo do Catolé, após a intervenção do CURA, passam por sucessivas ações municipais que visavam consolidar os já atendidos pelo CURA através dos serviços de recuperação e melhoria de acesso, ao impulsionar a tendência da verticalização em tais áreas e a chegada de grandes empreendimentos, como se constata, mais tarde, com a chegada do Shopping.

A concretização das transformações substanciais pelas quais a cidade passou ao longo da execução do CURA se deu mais no sentido quantitativo, de grandes obras de infraestrutura, do que propriamente qualitativo. O que significa que, apesar dos melhoramentos introduzidos, não se produziu necessariamente a redução da pobreza urbana e a “integração socioespacial” da população beneficiária, à época, tão propalada. No exato enfoque em que se pensava a cidade pretendida pelo CURA, como política de uso do solo:

A política de uso do solo (...), aliada ao implemento de benfeitorias em super e infra-estrutura e da solução de transporte coletivo, atuarão como indutores do processo de crescimento organizado. *Estas medidas interagirão harmonicamente visando à maximização dos benefícios no espaço urbano para sua ocupação racional* (p.10).

O plano de Complementação Urbana objetiva preencher os vazios urbanos existentes, por meio de uma profíqua (sic) política de ocupação, que se fomentará com a concretização do elenco de proposta que a integra. Por conseguinte, tais propostas, afinal executadas, despertará o interesse da população da cidade pela área em referência, que terá amplas condições de recepção em função de seu potencial a ofertar a níveis de infra-estrutura e de equipamentos (p.45, grifo nosso).<sup>148</sup>

No decurso do CURA em Campina Grande, as intervenções executadas não consolidaram a imagem desejada e “harmonicamente justificada pela racionalidade que caracterizará a distribuição do solo na cidade”<sup>149</sup> Ao contrário, combinou-se a repetição do receituário de um planejamento centralizador e autoritário, visto que as intervenções do Programa passam a ter um peso decisivo na valorização das áreas então contempladas. Exemplo mais representativo desta dimensão é o que ocorreu no Bairro do Catolé que, atendido com mudança do traçado viário de seu principal acesso (Rua Vigário Calixto), passou a ser valorizado como zona de expansão da cidade.

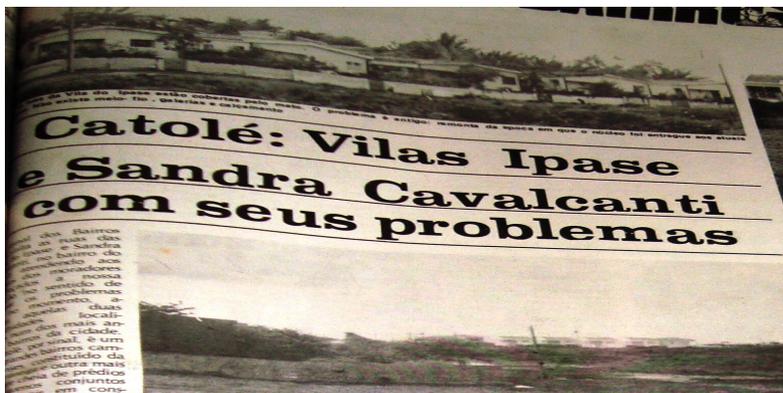
Esta expansão do Catolé motivou inúmeras medidas de desapropriações na abertura do leito em quase toda extensão do bairro, com a ampliação da faixa de rolamento que trouxe segurança, conforto e fácil escoamento, quanto com a chegada de investimentos que o redesenharam; outra intervenção do Programa foi a transformação do eixo da Rua Vigário Calixto, ao se limitar com o seu então recém- construído *Centro de Bairro*. Por outro lado, tais ações impulsionaram a expulsão dos seus mais antigos moradores, ao requalificar o Catolé em suas vocações.

---

148 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II* — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira. Campina Grande: COMDECA, 1980, p.1-2.

149 A esse respeito, consultar: Anexo III – Quadro Síntese do Projeto Cura In: CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II* – Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira, 1980.

Tais intervenções, dentre outras do poder municipal nesta área, podem ser lidas como marcos do crescimento econômico do bairro Catolé ao dotá-lo de significativas transformações que passam a despertá-lo como um dos bairros mais promissores de Campina Grande, lucrativos aos empreendedores privados nos anos seguintes (vide Figuras 36 e 37, a seguir).



**Figura 36** - Bairro do Catolé (Década de 1980)

**Fonte:** DB, 18 ago. 1988.



**Figura 37** - O Bairro do Catolé e a higienização do espaço urbano

**Fonte:** DB, 01 ago. 1992.

Basta verificar que, a partir dos anos 1990, o Catolé passa a ser considerado um dos metros quadrados residenciais mais caros e cobiçados pelo segmento imobiliário local: “(...), onde (...) foram inaugurados os shoppings Luiza Motta e Iguatemi, principais da cidade, também se tornou uma referência nos segmentos educacional e da gastronomia”.<sup>150</sup>

O CURA parte, portanto, da concepção de consolidar áreas ociosas pela urbanização e valorização dos investimentos realizados, mas se observa também a expansão dos bairros periféricos em Campina, que passam a alojar os que foram erradicados pelo CURA, onde tanto a pobreza da cidade como a de seus habitantes se fundem em uma só imagem.

É este sentido que passa a ser decisivo para a consolidação da imagem da *Campina Grande empreendedora*, onde as intervenções públicas incentivarão pela construção da infraestrutura novas centralidades e, conseqüentemente, novos padrões de segregação na cidade.<sup>151</sup> Foi isso que concorreu ao cenário suscitado pelo CURA em Campina Grande, em conseqüência do padrão de intervenção de suas obras na cidade:

Um (...) fator que merece destaque diz respeito (...) aos investimentos na área de moradia popular (...). Por exemplo, nos anos 70 e 80, o Projeto CURA I e II, (...), ao invés de acomodarem as carências no setor de moradia popular, terminaram por reforçar a especulação imobiliária com a descontinuidade das intervenções públicas.<sup>152</sup>

Em regra geral, as dimensões presentes como decorrência e condição do processo de expansão da urbanização na cidade foram articuladas pelo CURA, através de um discurso que inicialmente procurou reestruturar o centro como espaço diferenciado da cidade e implicar

150 CATOLÉ se consolida como polo comercial e de entretenimento: de sítio a Bairro nobre da cidade. JP, 11 jun. 2006 (Caderno Cidades).

151 Como trabalhado no capítulo I.

152 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diagnóstico urbano – habitacional de Campina Grande* (Programa Habitar Brasil BID-HBB). Campina Grande: SEPLAN, 2000, p.6.

uma relação deste como espaço público de lazer e diversão.

É desse modo que as áreas próximas ao centro vão sendo incorporadas visando promover a remoção dos cortiços presentes nestes espaços para glebas distantes do centro, ou até mesmo localizadas em áreas fora do perímetro urbano em uma estreita combinação ao que fora pensado e definido anteriormente, quando do PDLI<sup>153</sup>:

(...), é sabido que o CURA III integra-se, na medida de sua expansão, ao I e ao II, numa combinação precisa e abrangente, cumprindo e dando seqüência (sic) ao Plano Diretor do Município [PDLI] – promovendo o seu Desenvolvimento Global e, sobremaneira, uniforme se atentarmos para o fato de que, paulatinamente, vem estendendo e ampliando sua atuação a toda comunidade.

(...)

Adensar, pois, a área constitui meta das mais fundamentais, promovendo-se, concomitantemente com equipamento e intervenções de nível considerável, o desenvolvimento sócio-econômico setorial, (...).<sup>154</sup>

A requalificação do centro da cidade passa a ser apresentada como estratégica aos discursos do CURA, pois o centro contava com elevada concentração populacional formada em sua maioria pela presença de comunidades pobres em suas adjacências. Ao se priorizar o centro, recorria-se ao discurso da necessidade de requalificá-lo, pela diretriz da ocupação dos vazios urbanos e a desapropriação de terrenos localizados na periferia.

Os pobres urbanos seriam relocados em espaços amplamente utilizados não apenas pela finalidade de alojar uma “população deslocada

---

153 No sentido vigente ao 'Plano de Erradicação de Favelas e Cortiços e Relocação de Comunidades' (1973).

154 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA III* – Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira. op.cit., p.8-9.

do centro”,<sup>155</sup> mas, estrategicamente, erradicar a apropriação de ambientes acanhados e de edificações precárias que então revelavam o fenômeno da atração migratória constituída pelos pobres na principal área econômica de Campina Grande.

Esta intervenção se restringe a justificar uma clara postura de higienização da cidade, pela extinção de diversas comunidades pobres e cortiços localizados próximos ao centro, dentre os quais destacamos: Buraco da Jia (Bairro: Conceição); Coqueiros de José Rodrigues (Bairro: Centro – Parque do Povo); Cova da Onça (Bairro: Centro – Feira Central); Maloca (Bairro: Santo Antônio); Pé de Galinha e Tamandaré (Bairro: José Pinheiro) e São Joaquim (Bairro: São José).

Desse modo, a representação de como se encontrava estruturado o espaço do centro de Campina irá partir do princípio da necessidade de uma ordem pública, que devesse expressar o sentido à instauração de outra imagem de Campina Grande: “racionalmente organizada em seu tecido urbano” e expandida para *interditar determinados espaços e redefinir os lugares na cidade*.

Fundamentalmente, as propostas do CURA (I/II/III) foram consubstanciadas pelo discurso da necessidade que se teria em promover e complementar o adensamento urbano de Campina Grande, iniciado quando do PDLI. Para tanto, toma-se por base, aos olhos do erário público, a visão de que os vazios próximos ao centro da cidade teriam se tornado consideráveis ônus, em virtude de sua “ociosidade” e subutilização.

A estratégia do poder público foi definir em planos e programas, a exemplo do PDLI e do CURA, uma ordem simbólica da imagem de Campina Grande – racional em seu tecido urbano e moderna, mas em aguda e expressiva contraposição ao favelamento próximo ao seu centro, com fortes tensões nas práticas de uso e ocupação do solo. O CURA, tal como o PDLI, definiu e reforçou que espaços e vivências deveriam ser viabilizados ou, contrariamente, abolidos da cidade.

Na concepção CURA, dever-se-ia conduzir como eixo a ocupação dos vazios a partir da área central da cidade, com intervenções mais precisas identificadas por um complexo de equipamentos e de “tal modo interligados entre si que com outros existentes nas vizinhanças,

---

<sup>155</sup> Expressão bastante encontrada nos documentos, por nós consultados.

em conjunto, assumiriam a característica de “transição” entre o centro e a periferia”:

Este conjunto de áreas parcialmente desocupado e em processo de mudanças nas ocupações existentes, se apresenta quase como um anel envolvendo todo o centro da Cidade (sic), área de transição entre aquele dinâmico espaço e as zonas residenciais periféricas.

Se apossando daquela proposta no CURA, se objetivou intervenções (sic) mais precisas, identificando um complexo de equipamentos de tal modo interligados entre si e com outros existentes nas vizinhanças, que o conjunto de áreas assume uma característica de “transição” entre o centro e periferia, (...).

A intervenção neste espaço trará de imediato algumas repercussões importantes: — Humanizará o centro da Cidade; — Valorizará áreas em torno (sic), principalmente as de custo mais baixo que a média da zona; — Recuperação e apropriação de espaços ociosos em torno do centro; — Dinamizará as atividades culturais e recreativas latentes na Cidade; — Ofertará novas opções aos comunitários, na busca de lazer e cultura.<sup>156</sup>

Podemos, assim, pensar nas dimensões e obras da relação entre a materialidade da cidade e os referenciais apoiados como eixos de expansão da malha urbana de Campina, nos anos 1970-1980 e décadas seguintes. As intervenções CURA marcam e atravessam a dimensão representativa e simbólica da estrutura urbana de Campina Grande hoje, malgrado as imagens que passam a expressar as mudanças urbanísticas em meio às modificações impostas pelo Programa à cidade e seus habitantes.

Ao justificar a determinação da ocupação dos vazios para assegurar a “conservação do centro”, o CURA terminou por alojar uma considerável parte da população de Campina Grande em periferias, desprovidas de serviços e equipamentos urbanos; assim mobilizando uma imagem

<sup>156</sup> CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA* — Urbanização Coqueiros de José Rodrigues. Campina Grande: COMDECA, [s.d], p.03-04.

do quadro crescente da desigualdade<sup>157</sup> sociourbanística anos a fio acentuada na cidade.

Associado ao período das políticas centralizadoras e tecnocráticas, o CURA foi decisivo para produzir a imagem dos lugares na Campina Grande contemporânea. Imagem que configura a definição de zonas que devem ser adensadas, programadas e desenhadas como áreas de expansão da cidade e de onde ainda se possa definir um ideal de espaço urbano homogêneo. Por outro, nega a cidade em seu sentido primordial de dimensão representativa da diferença.

Ao analisarmos como se constituíram as concepções que nortearam os discursos e práticas do CURA, em Campina Grande, necessário se faz destacar que, ressaltando-se os aspectos temporais que caracterizaram a definição no período em que fora executado, há uma imagem da cidade ainda muito presente e reforçada como prática de um planejamento que permeia a justificativa dos investimentos pela ausência de determinados atores e agentes locais.

Nesse sentido, é interessante pontuar a crítica realizada no *Relatório de Avaliação do CURA* ao destacar as descontinuidades do Programa, que tiveram por causas a contratação de empresas com pouca ou nenhuma relação com as comunidades envolvidas no Programa e a exterioridade com a comunidade local.

Podemos, ainda, acrescentar a legitimação associada a certa modernização tendo como retórica a estratégia discursiva do Estado, a crença no planejamento global como elemento capaz de superar as contradições e conflitos tão somente a partir do espaço, a estreita ordem e funcionalidade das ações e, por último, o uso político a que se prestou o Programa. O que em tese não se permitiu que transparecessem as

157 Cabe mencionar que, em 1987, é criada a *Comissão Especial de Inquérito* (CEI) da Câmara Municipal de Campina Grande com o objetivo de analisar o crescente número de ocupações e diagnosticar os problemas urbanos na cidade. A CEI constatou que, até aquele ano, 32,5 % da malha urbana e da área de expansão da cidade estavam sob o domínio de apenas 20 pessoas. A esse respeito, consultar: CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. *Relatório da Comissão Especial de Inquérito (CEI)* — Invasões de terrenos, uso do solo urbano, déficit habitacional e situação atual do patrimônio imobiliário público municipal. Campina Grande: CMCG, 1987, p.45 e seguintes.

correlações de forças de outros agentes, se não o próprio Estado.

Ao que diz respeito à extensão que assume o CURA, ao revelar a instrumentalidade das intervenções em curso na cidade, as iniciativas estiveram dependentes das orientações e prioridades dos governantes de turno. De modo que, aliado ao uso político do projeto, com seu término somente agravaram as tensões e o enfrentamento das práticas de uso e ocupação do solo em Campina Grande. Ainda a esse respeito, Lima (2004) chama atenção para a constatação de que, passados todos esses anos de implantação, “(...) ficou comprovado que nas áreas beneficiadas com obras do projeto CURA (...), a votação de Enivaldo Ribeiro [Prefeito à época] supera todos os concorrentes. (...)” (p.264).

A imagem interpelada pela consolidação das intervenções CURA na dinâmica de Campina Grande teve por base as significativas transformações que impactaram positivamente o seu tecido urbano de Campina Grande. O que também, porém, não obstante os processos de segregação socioespacial que geraram, suprimiram a preocupação com a questão urbana, isto é, com as desigualdades sociais na cidade. Ao destacarem ações que tenderam ao não equacionamento de problemas relacionados ao acesso a equipamentos urbanos e serviços coletivos, tal como inicialmente projetado.

As intervenções CURA assumem a feição de uma dinâmica de segmentação dos espaços que muito interferiu nas condições de apropriação desigual do solo urbano em Campina Grande. A qual pode ser percebida pelas amplas diretrizes e recomendações que simplesmente não conseguiram dirimir “a cidade fora da lei e de qualquer plano” (MARICATO, 2000).

Paralelo a esse processo, vão se acentuar localmente as consequências do colapso da crença no controle racional e centralizado sobre a qual se fundamentava a ordem rígida, mecânica e redutiva espacial decorrente do urbanismo modernista presente na concepção do CURA. Ao tentar dissimular, pelo prestígio nas políticas de planejamento, o conflito e o caos urbanos apresentados pela cidade fora dos planos.

Em termos específicos, a imagem oficial da cidade e suas sínteses passam a ser modificadas por um cenário que consigo trará reflexões, no contexto da descentralização governamental e da valorização de diferentes atores e práticas. Imagens marcadas em face da crise do

planejamento tecnocrático-funcionalista e do avanço de políticas mais democráticas enquanto “(...) processo que propicia uma nova dinâmica na vida da cidade e de seus habitantes imbuídos em discutir e construir uma nova gestão” (FERRARI JÚNIOR, 2004, p.23).

Logo, nos anos 1990, o planejamento e a orientação das políticas para as cidades brasileiras passam a definir uma estratégia adotada de uma gestão pública democrática e descentralizada, na forma de pensar as cidades. Novos conceitos, novas ideias, novos atores se farão acompanhar pelas mudanças verificadas na relação sociedade-espaço.

As matrizes do planejamento e suas intervenções sobre a cidade são chamadas a mudar, “(...) pode-se perceber, no nível do discurso, um novo ideário de gestão assentado, de um lado, na inserção dos atores sociais, e de outro, na adoção de métodos gerenciais mais modernos: a participação (...)” (LEAL, 1995, p.102).

Ou seja, destaca-se o processo de democratização do poder local com a emergência da participação enquanto instrumento de planejamento. Nesse quadro, torna-se necessário assegurar uma outra representação do urbano e investigar a natureza e abrangência do que se entende por novo na dinâmica da vida na cidade. Assim, merecem destaque as condições da imagem posta pelas dimensões da participação no planejamento de Campina Grande, como mecanismo de gestão democrática da cidade.

## **NOVOS DISCURSOS, VELHAS PRÁTICAS — RETÓRICAS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO DE CAMPINA GRANDE**

Em relação a Campina Grande, a instauração dos mecanismos de gestão democrática permite apontarmos para uma nova imagem do planejamento municipal, propiciada pelas práticas de intervenção participativa que passam a ser expressas na gestão do urbano. É no contexto da organização política do poder local que a intervenção das práticas de planejamento municipal assume relevância, principalmente no que diz respeito às imagens que passam a orientar o planejamento da cidade através do componente da participação.

Este padrão de participação é observado, por exemplo, através daquilo que poderíamos demarcar como a primeira experiência da

participação no planejamento da cidade e que pode ser situada nos anos 1970 quando da criação do *Conselho de Desenvolvimento Comunitário* (CDC).<sup>158</sup> Como situava o Decreto que o criou (Lei 015/73), este Conselho se destinava a “assessorar o Chefe do Executivo Municipal, quando por este solicitado, nas decisões de maior significação para o futuro do Município, ou de suas instituições, em particular”.

O CDC funcionava dentro de uma estrutura setorial dividida em nove grupos, o mandato de cada membro era gratuito e pelo período de um ano, conferindo-lhe o Prefeito Municipal o título honorífico de “Consultor Comunitário”:

O C. D. C conseguiu alguma notoriedade no ano de 1971. Tinha um modo especial de agir, com um coordenador de um mandato de um mês apenas, e *cuidava de discutir os mais variados problemas da cidade e de sua gente*. A princípio suas reuniões eram bastante animadas. Delas participavam as principais entidades locais, desde a Federação das Indústrias e a Associação Comercial, até a União das Equipes Sociais dos Bairros. Chegaram a ser sessenta as entidades participantes. (...). O objetivo geral era o de reunir as *peessoas com alguma possibilidade de influir na vida da cidade*, para fortalecer e fazer vingar uma ação comunitária capaz de ajudar a solucionar problemas comuns. É possível que lhe faltassem ao C. D. C, objetivos mais definidos e mais claros. É possível que não tenha chegado a escolher os melhores métodos de ação. E *é possível também que não haja conseguido reunir exatamente as pessoas mais próprias para a ação que pretendia exercer*.

---

158 Identificamos na mesma época de criação do CDC uma outra instância que, ao que parece, teria basicamente os mesmos objetivos e perfil, denominada de Conselho Geral da Comunidade (CGC) que, ao que parece, surge em substituição ao CDC. Criado pelo Prefeito Evaldo Cruz através do Decreto de Lei 015/73, o CGC será praticamente dissolvido em menos de dois anos. A participação, como forma de inserção no planejamento da cidade, só será retomada vinte anos mais tarde, através do ‘*Programa Prefeitura na Comunidade*’.

*O fato é que (...) o C. D. C começou a declinar e quase desapareceu (...). A substituição das animadas reuniões plenárias, de todos os membros do conselho, pelas reuniões restritas de algumas Comissões (...) desagregou a maioria dos seus membros. (...). É possível que seus objetivos devam ser reformulados e adotada uma nova maneira de agir. É possível que novos participantes sejam convocados. O certo é que cada um sente a necessidade de tentar, de novo, reunir lideranças grandes e pequenas (se assim é lícito falar), das principais como das mais modestas entidades, para se procurar fazer algo de positivo em favor da comunidade campinense. O C. D. C foi uma experiência útil aos que lhe apontam erros e falhas, não deixam de reconhecer-lhe méritos. O importante é tomar o que passou como ponto de apoio (sic) para a renovação necessária. Mas primeiro é preciso que o Conselho reinicie as suas atividades.<sup>159</sup>*

O padrão da participação do CDC na produção de um debate sobre Campina Grande registra minuciosamente uma imagem elaborada sobre a cidade, a qual visava recuperar sua elite e os mais abastados. Através das entidades, ou ainda por ação de uma representação sobre Campina e sua elite.

Mesmo incorporando entidades como a “União das Equipes Sociais dos Bairros” (UCES), o CDC omite o espaço do popular e se estende na cidade como representação do que devesse ser nomeado e priorizado nas sínteses hegemônicas de Campina Grande, enquanto desenvolvimento desejável e sob a manutenção de sua elite.

Porém, isso também geraria disputas entre as próprias elites que passaram a competir, entre si, por uma representação da imagem da cidade que pudesse servir de guia aos seus pares e, conseqüentemente, para o restante da população. Este processo de disputa é avaliado, anos mais tarde, como característica do processo de discussão e formulação

---

<sup>159</sup> CONSELHO de Desenvolvimento Comunitário. DB, 26 ago. 1973 (Stênio Lopes).

da prática do CDC, o que contribuiu por constituir a sua própria dissolução:

*A gente campinense tem tentado, por várias vezes, fazer comunidade. (...), sem o ter conseguido com muito êxito. A cidade é bastante dividida. Surgem muitos donos de certo setor, de certa associação de interesses, até de certos assuntos. (Isto não é privilégio de Campina Grande, mas aqui tem traços fortes possivelmente oriundos de sua própria formação não só no passado, como no presente. (...). (...). Foi assim que surgiu, na gestão do prefeito Evaldo Cruz, o Conselho Comunitário de Campina Grande. Esse movimento teve efêmera existência, mas provavelmente consta dos arquivos Diário da Borborema. Sua concepção era a seguinte: dele participaria, através de seu dirigente principal, o maior número possível de organizações e associações da cidade. (...). (...). O tempo engoliu o Conselho Comunitário e é pena que dele não tenham ficado registros para a história de Campina Grande.<sup>160</sup>*

Identificado por um discurso de uniformização dos interesses e pela ideia de construção dos consensos em torno das questões urbanas locais,<sup>161</sup> o CDC não chegou a se constituir como um espaço de participação atestando, assim, a sua efêmera existência. Ao que parece, um Conselho composto apenas por pessoas de maior poder aquisitivo na cidade e não por representantes de entidades; sem mencionar que, ao contrário do que fora esperado, a ausência de participação se revelou um equívoco, pois o pouco tempo de atuação e o próprio contexto em que também fora pensado facilitaram a dissolução em torno de um “consenso político e social” dos objetivos do CDC.

Este desenho, da convocação da sociedade local para participar de um processo que fomentasse as intervenções sobre Campina Grande,

160 PARTICIPAÇÃO da comunidade. DB, 23 jan. 1997 (Stênio Lopes).

161 Tal como ocorrera, quando da nomeação do Interventor Federal Luiz Motta Filho, em 1971.

simplesmente foi arquivado sem maiores explicações.<sup>162</sup> O que agravou a compreensão de como as políticas urbanas historicamente foram gestadas, haja vista as intensas transformações na cidade.

Nesse sentido, o elemento comum com os processos seguintes será a utilização de um discurso que vai procurar se respaldar pela necessidade de repensar o urbano (vide Figura 38), compreender o quê identificar e priorizar como problemas de Campina Grande. O que passa a ser fundamentado através da institucionalização da participação, ao nível do planejamento local.



**Figura 38** - Imagens da participação no planejamento da cidade

**Fonte:** DB, 02 ago. 1993.

Inserida pela percepção do papel desempenhado pelas políticas de gestão participativa, e justificadas na mobilização de bairros e comunidades no planejamento de Campina Grande, essa nova escala de intervenção é objeto da implantação, em 1993, da experiência denominada *Programa Prefeitura na Comunidade (PPC)*. O PPC será posto pela imagem construída de um governo e planejamento advindos discursivamente com as mudanças democráticas, ocorridas com a implantação da Nova República na década de 1980.

Em seus objetivos, o slogan “*Venha Decidir com a Gente*” colocava

---

<sup>162</sup> Exemplo disso é o pouco, ou quase nulo, registro sobre o CDC.

uma imagem importante da ação da administração municipal (vide Figura 39), estabelecida no PPC enquanto “forma de democratizar o canal entre Prefeitura e cidadãos pelo combate à cultura autoritária, patrimonialista e clientelista”.



**Figura 39** - Retóricas do planejamento participativo em Campina

**Fonte:** DB, 21 mar. 1995. (Propaganda governamental).

Porém, desde o início da implantação do PPC, fica muito claro o resultado que se pode detectar: o Programa se voltou para revelar uma leitura homogênea da cidade, harmoniosa e conduzida de forma a consolidar a aliança entre participação e lideranças políticas locais conservadoras. Ao retratar o conteúdo do planejamento pactuado, a participação apenas serviu para legitimar e homologar intenções previamente definidas de relações clientelistas, de tutela e de concessão de favores:

O “Programa Prefeitura na Comunidade” nasceu da vontade política do prefeito (sic) Félix Araújo que delegou à SEPLAN a sua coordenação. Em outros termos, este Programa significa o coroamento de um processo democrático de gestão da cidade, iniciado durante os Governos de Ronaldo e Cássio Cunha Lima, que sem dúvida, romperam com

o autoritarismo que sobrevivia fortemente, desde os idos de 1964. (...). O impacto do Programa não se traduz apenas pelos “ganhos políticos imediatos”. (...), provocados pela presença efetiva do Poder Público na comunidade e na efetiva execução de obras, no dia seguinte à sua instalação. Na verdade, o impacto extralata (sic) o raio do “político” e penetra de modo benéfico às áreas administrativas e financeiras.<sup>163</sup>

É deste modo que o vetor da proposta de inovações associadas à nova dinâmica institucional do planejamento voltado às condições da comunidade a que se destinam, vai perdendo capacidade de ação na medida em que passa cada vez mais a se distanciar como um mecanismo efetivo de planejamento democrático. Não consegue, pois, imprimir a execução prática do que era gerado em nível das propostas e formulações com as comunidades envolvidas.

A concretização das propostas praticamente não se condicionou à capacidade financeira do Município, o que terminou por servir muito mais para legitimar uma imagem política do gestor da época do que propriamente de pensar a cidade. Os poucos investimentos planejados como indicadores da participação, em face às preocupações com as desigualdades sociais na cidade, foram incapazes de democratizar a gestão urbana através do componente da participação.

Ao se restringir em grande parte às ações pontuais, o *Programa Prefeitura na Comunidade* se envereda em dilemas provocados pelas dificuldades orçamentárias próprias e por pressões, inclusive de ordem política, o que leva à sua completa desestruturação, em 1995:

Desativado por ausência de verbas federais, o programa “Prefeitura na Comunidade” é, sem dúvida, uma das mais arrojadas ações da administração do prefeito (sic) Félix Araújo Filho. A iniciativa pioneira consiste em debater com a comunidade a execução dos serviços considerados prioritários. Coordenado pela Secretaria de Planejamento, o programa Prefeitura na

---

163 A PREFEITURA vai à comunidade. DB, 09 ago. 1993 (Noaldo de Souza Ribeiro).

Comunidade, rapidamente, ganhou destaque junto aos movimentos comunitários da cidade. Conforme declarações do prefeito Félix Araújo a expectativa é de que ainda este ano o programa seja retomado. Dependemos exclusivamente de verbas federais. Mas contatos nesse sentido estão sendo mantidos como os nossos senadores, Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna, bem como, os deputados Cássio Cunha Lima e Ivandro Cunha Lima para que junto ao governo federal, a gente consiga a liberação de recursos para que o “Prefeitura na Comunidade” tenha continuidade.<sup>164</sup>

Reafirma-se a imagem de um discurso que se coloca “democrático”, “moderno” e se promete transformador, mas, em termos práticos, vislumbra apenas um ponto de inflexão política ao defender a necessidade de se reformular a visão do planejamento em termos democrático. Marca diferenciada da administração local, mas sem nenhum impacto na dinâmica da cidade em seu desenho urbano real. De tal modo podemos afirmar que:

(...) essa experiência [PPC] proporcionou a participação dos comunitários em algumas decisões do governo e que estas foram tomadas e realizadas com certa transparência, mas, não foi capaz de criar canais institucionais permanentes de ligação entre o governo e a sociedade. (...) não obstante o programa tenha contado com a colaboração dos comunitários para sua realização, *o governo municipal não foi capaz de potencializá-la para impedir sua suspensão.* (Grifo nosso!) Esta decorreu da combinação de fatores diversos: a limitação dos recursos financeiros; a fragilidade institucional dos mecanismos e instrumentos para sua execução; e, principalmente, por um certo

---

164 “PREFEITURA na comunidade”, obras para Bairros pobres. DB, 11 out. 1995 (Editorial — material de propaganda governamental).

sentimento de desconfiança por parte do grupo político que elegeu Félix Araújo Filho, contribuindo para a desestabilização do seu governo, marcado até o final pela crise e pelo isolamento político (PEREIRA et al., 2004, p.01).

A instância da participação no planejamento da cidade é retomada em 1997 por uma nova roupagem, porém, mais uma vez, desencadeada por um conteúdo fortemente governamental que estabelece por Decreto (nº 2.621/97)<sup>165</sup> a instalação do Orçamento Participativo (OP). A cargo e coordenação da então Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

De modo bastante competente, recorre-se ao uso de um discurso que anuncia a implantação do OP como perspectiva de “colocar Campina na vanguarda da busca da história da cidadania”<sup>166</sup> e enquanto representação de um dos mais significativos marcos históricos do seu recente desenvolvimento.

De 1997 até 2011, o OP passou por três formatações: inicialmente, na sua primeira gestão 1997-2000, a qual se responsabilizou pela divisão espacial da cidade em 07 Regiões Orçamentárias (RO). Em 2001, através de uma reforma administrativa no governo municipal, o PCG ganhou nova estrutura ao obter status de Coordenadoria; de 2002-2004, a Coordenadoria do Orçamento Participativo passa a se subordinar (vide Figura 40) à Secretaria de Governo e Coordenação Política (SECOR) e, no ano de 2005, retorna à Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

---

165 Decreto alvo de inúmeras críticas, pelo fato de ter sido estabelecida a participação por meio meramente legal. A esse respeito cf.: OPOSIÇÃO diz que proposta é receita de bolo. DB, 08 maio 1997.

166 Cf: O POVO no poder. DB, 07 maio 1997; ORÇAMENTO participativo. DB, 17 ago. 1997.



**Figura 40** - Breves notas do OP em Campina Grande

**Fonte:** JP, 12 maio de 2005.

É como elemento estratégico importante que o OP surge no seio de governos aliados a projetos oligárquicos que tentam, ao seu modo, capitalizar a imagem da cidade democrática. Ao acenar ainda mais para os desafios no que concerne a um tipo específico da participação no planejamento da cidade – institucionalizada, por meio de um Decreto e, portanto, ambígua:

A participação popular (...) tendo como eixo o Orçamento é, acima de tudo, um princípio político (...). Desse modo, embora a institucionalização possa garantir formas mais objetivas de relacionamento entre a sociedade civil e o poder público, a implantação da proposta a partir de um decreto não garante o compromisso e postura democrática dos segmentos envolvidos (...). (...). *A experiência Prefeitura nos Bairros, na gestão do ex-prefeito Félix Araújo, se tivesse sido encarada de forma realmente séria e com fins e propósitos de participação popular, Campina Grande teria, com certeza, um referencial. Por outro lado, não percebemos,*

*por parte do Executivo, uma preocupação em cumprir o que se aprova nessas conferências. Parece considerar estas iniciativas apenas no sentido do cumprimento de uma exigência legal (Grifo nosso!). Por isto reafirmamos que a participação popular é um princípio político e que o governo deve ter credibilidade junto à sociedade civil.*<sup>167</sup>

Os deslocamentos ocasionados quando da democratização das discussões, decorrentes dos canais de constituição e funcionamento da intervenção conduzida pelo OP em Campina Grande, não propriamente democratizam a gestão sobre a cidade em meio aos limites de atendimento das demandas geradas nas discussões do OP.

Costa (2005) chama a atenção para o fato de que, considerado o período de 1997-2000, de um total de 174 demandas recolhidas pela comunidade desde o início do processo do Orçamento Participativo que foram incluídas na Lei Orçamentária Anual de 1998 (LOA/98), na Lei Orçamentária Anual de 1999 (LOA/99), Lei de Diretrizes Orçamentárias 2000 (LDO 2000) e na Lei Orçamentária 2000 (LOA 2000) apenas 33 demandas foram executadas. Isso atesta a fragilidade da imagem da participação no planejamento da cidade como insuficiente, ao enfrentamento na redução das desigualdades urbanas.

Não por acaso, a intermediação de interesses presentes no OP reporta-se a uma participação instrumental, com ênfase no uso de um recurso técnico que inegavelmente passa a exercer em determinados projetos políticos dos gestores de plantão.<sup>168</sup> O que reforça limites e dilemas, ao que tangem a imagem da participação no planejamento de Campina Grande:

A Secretária Municipal de Governo e Articulação Política, (...), garante que o orçamento participativo de Campina Grande — o primeiro da Paraíba — é um modelo para o país. Ela assegura que ele se constitui num instrumento de diálogo da população com

---

167 POVO e políticas públicas. DB, 31. jul. 1997 (Raimundo A. de Oliveira).

168 Dimensão esta interessante, mas que não reside no núcleo de nossa análise.

o governo, fortalecendo o exercício da cidadania. Ela rebateu as críticas formuladas contra o orçamento, assegurando que para o ano de 2001, foram cumpridas 70% das metas planejadas. Esclareceu que nem tudo pode ser atendido, devido ao problema da limitação de recursos financeiros. (...). (...), o nível de participação das comunidades tem crescido a cada dia, não havendo nenhuma tendência de esvaziamento das reuniões promovidas. (...).<sup>169</sup>

Podemos apontar o OP como sendo uma inovação político-administrativa em Campina Grande, em que gestores municipais têm procurado introduzir elementos participativos de gestão; porém, sem arriscar-se, no entanto, em práticas inovadoras de planejamento da cidade. Ao invés disso, ainda se reproduzem formas tradicionais de atuação da administração municipal que, simplesmente, não tocam no foco dos conflitos urbanos: a questão fundiária.

De tal modo que, mesmo exibindo uma imagem da cidade democrática e uma realidade promovida por consideráveis mudanças no desenho da intervenção pública municipal, o OP não conseguiu se colocar como instrumento participativo de pensar Campina Grande.

Destarte, evidenciam-se propostas de participação no planejamento da cidade que seguem a lógica perversa da redistribuição de recursos restritos, e ainda se caracterizam pela ausência de inscrição definida de políticas que efetivamente visem enfrentar a questão da ocupação e uso do solo urbano. Em razão disso, destacam-se as dimensões de ordem financeira (atraso na execução das demandas priorizadas), a ausência de intersetorialidade das ações e os fatores de natureza política e operacional (descontinuidade na execução das ações).

A inserção do componente da participação no planejamento da cidade, pensado a partir do OP, não incide sobre a integração espacial das populações pobres, pois não atua sobre os aspectos socioespaciais das comunidades pretensamente representadas.

Nestes termos, o que deve ser destacado nas imagens da participação

---

169 PREFEITURA de Campina Grande cumpriu 70% das metas do orçamento. JP, 23 jun. 2002 (Caderno Política – Timóteo de Souza).

do planejamento urbano de Campina Grande é, não obstante, espécie de acomodação entre o novo e o velho enquanto tentativa de redesenhar as políticas sobre o urbano e caracterizar reconhecidamente uma permanência que se faz pela intermediação entre *novos discursos e velhos problemas*.

É esta intermediação, definida por *novos discursos e velhos problemas*, que continua a desafiar a percepção dos conteúdos (políticos, técnicos e discursivos) que alimentam os discursos norteadores da intervenção do planejamento em Campina Grande, nas duas últimas décadas.

As reflexões sobre essas questões nos mostram que este cenário ainda impõe e cabem outros instrumentos de intervenção em Campina Grande, por uma maior capacidade local em estabelecer diferentes espaços de interlocução e em construir, por assim dizer, uma nova estética urbana<sup>170</sup>. O que deixa para nós inúmeras pistas de investigação do projeto de cidade idealizado, incorporado às propostas e planos urbanísticos e a sua relação com o complexo fenômeno urbano, isto é, com a cidade vivida em sua dimensão real.

Trata-se, pois, de acenar contemporaneamente com a possibilidade de enfrentar as peculiaridades da participação no planejamento em Campina Grande e as imagens destoantes de novas práticas, em que pese as suas relações com as concepções produzidas em fortalecimento ao que se concerne discursivamente como dimensão pública da cidade.

Dimensão essa percebida a partir da possibilidade de democratizar o acesso dos bens públicos aos que sempre estiveram fora dos planos e políticas urbanas; reconhecimento do caráter legítimo das imagens e existência de outra cidade: a dos pobres, dos ambulantes, dos ocupantes de terras e dos *contra-usos* na cidade. É o espaço urbano potencialmente disputado, como símbolo incorporado às diferentes práticas que passam a reestruturar as territorialidades urbanas tornando visíveis as táticas dos praticantes e ordinários que jogam com os espaços que não se veem (CERTEAU, 1996).

Conversão aludida à recriação de outra Campina, dinâmica que se realiza em torno da criação de novas centralidades e investimentos, imagens de um espaço formado por atração e repúdio, inclusão e exclusão, utopia e crise; imagens que produzem a noção de cidade através da

---

170 A esse respeito, vale cf. RIBEIRO; CARDOSO, 2003.

disputa de projetos e interesses que reinventam Campina como cidade em um processo de embates, ideias, símbolos e discursos.

Para tanto, a imagem empreendedora de Campina Grande passa a explicitar, sobretudo, as transformações advindas por uma dinâmica apresentada como sistema de distinção da nova estética; revelada sob o signo da revitalização do seu centro e pelos efeitos de relações sociais ainda mais desiguais no espaço urbano.

Passa-se a conferir uma estabilidade sobre o fenômeno urbano através do acionamento de um novo discurso da modernidade; novo naquilo que confere como criação de imagens-sínteses hegemônicas a despeito da experiência urbana recente de Campina Grande. Isso sugere a busca por um processo de “mudanças sem conflitos”, como se possível fosse neutralizar a imagem negativa da cidade.

Nesse processo, destaca-se no cenário urbano de Campina Grande uma contraposição como luta pelo solo urbano, operacionalizada no uso da rua e das imagens veiculadas sobre os pobres. Desenhos lidos e expressos em meio ao crescente anúncio de empreendimentos na cidade, ao desconsiderar parte dos investimentos e centralidades percebidas como sinônimo de higienização e tentativas de destruição de determinadas paisagens. A exemplo do que passa a ocorrer com os ambulantes e pobres urbanos, imagens contrastivas que contrapõem e surpreendem o anúncio de um cenário não adjetivado e nem tão pouco projetado para Campina.

Ambivalência de elementos e paisagens que passam a referenciar, por outra forma, a modernidade campinense, agora utilizada para viabilizar a cidade empreendedora através da menção ao conflito de uso do espaço público; ações que projetam a Campina contemporânea, com a inserção de uma imagem contra-hegemônica.

Tal imagem vai se consolidar por uma estrutura urbana segregada, com reflexos no espaço público e na forma de lidar com seu uso, destacando, *primeiro*, a presença de ambulantes no centro da cidade, sempre posta por um discurso de conflito; *segundo*, as itinerâncias dos pobres urbanos. Usos e *contra-usos* que colocam um modo particular de experimentar e interpretar Campina em contraposição ao desenho (oficial) do planejamento.

Ambulantes e pobres urbanos trazem outros sentidos à urbe, onde

a apropriação física e simbólica de Campina é observada a partir da crescente disputa de lugares e é marcada, como veremos a seguir, por um processo que, ao tentar espacializar distintas paisagens e atores de forma homogênea, redefine a rua pelo conflito que incita quanto ao uso do espaço público na cidade.

### **CAPÍTULO III**

## **IMAGENS DE CAMPINA GRANDE NO ESPAÇO PÚBLICO: OS AMBULANTES E A RUA**

Eu amo a rua. (...) a rua é um fator de vida das cidades, a rua tem alma! (...) A rua faz as celebridades e as revoltas, a rua criou um tipo universal, tipo que vive em cada aspecto urbano, em cada detalhe, em cada praça (...). Para compreender a psicologia da ruanão basta gozar-lhes as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos flâneur e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar. (JOÃO DO RIO [Paulo Barreto] apud JACQUES, 2004).

### **CAMPINA SE REMODELA: O CENTRO COMO ESPAÇO PÚBLICO E DE LAZER**

Parece relevante, neste capítulo, refletirmos a relação entre espaço público e imagens a partir dos usos dos lugares públicos na experiência urbana recente de Campina Grande, em parte constituída pelas disputas geradas sobre um determinado lugar da cidade e as relações sociais ali expressas: seu centro principal. O centro de Campina Grande marcará um cenário de discursos e disputas em seu espaço físico que, aqui percebido como território, permitindo-nos pensar como a cidade remodela (espacial e discursivamente) a dimensão pública e seu impacto na rua propriamente dita.

É no espaço da rua onde se inscrevem o discurso dos ambulantes e seu comércio como percursos de uma tensão entre os polos da “ordem” oficial e de práticas de resistência. A rua como lugar nomeado, campo

de forças entre poder público<sup>171</sup> e ambulantes,<sup>172</sup> que nos possibilita pensá-la como espaço público e categoria sociológica da cidade. Entendemos a rua enquanto agente de ação pública, espaço de vida pública, a qual “(...) a ‘rua que interessa’, (...), não é o espaço urbano em si, mas o espaço social da rua, os significados construídos pelas ações cotidianas” (LEITE, 2004, p.24, grifo nosso).

Por atributo público, a rua tem por repertório os significados que vêm expressar as escolhas e *contra-usos* acionados por ambulantes, usuários na cidade. Trabalhamos na perspectiva de pensar os ambulantes como praticantes ordinários na cidade que fabricam para si um uso próprio do espaço público, ao desmantelarem as correntes do aparelho urbano e imporem à ordem externa da cidade sua lei de consumo do espaço (CERTEAU, 1996).

Ao compreendermos as mudanças ocorridas no centro principal de Campina Grande,<sup>173</sup> traremos a hierarquização socioespacial em torno da qual se dará a tensão entendida pela disputa entre ambulantes e poder público; na composição de um relevante espaço público de Campina Grande – os Calçadões.

Para tanto, necessário se faz recorremos a um recorte que pontue do PDLI à construção do primeiro Calçadão em 1975 até a transferência dos ambulantes para as *Áreas de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre* (ARCCAS) e o *Shopping Popular Edson Diniz*, no ano de 2002. Demarcaremos a inscrição dos ambulantes no espaço público de Campina Grande, aqui representado através da trajetória de ocupação dos ambulantes nos Calçadões, com ênfase aos principais termos envolvidos nesta ocupação do ponto de vista da imagem projetada na cidade, isto é, em Campina Grande.

---

171 Esclarecemos que sempre que nos referirmos, ao longo do texto, à denominação ‘poder público’ estaremos nos reportando ao ente Executivo Municipal – PMCG.

172 Optamos por trabalhar com a classificação de *ambulantes*, ao invés de camelôs, por entendermos que os ambulantes praticam um tipo de atividade econômica característica de rua, onde a localização do comércio e serviços dependem exclusivamente do espaço público como os logradouros, calçadas e praças – locais onde montam suas barracas, bancas e balaios e realizam seu trabalho, praticamente ‘solto’ nas ruas (KITAMURA; MIRANDA; RIBEIRO FILHO, 2007).

173 Como vimos, iniciadas pelo PDLI e acentuadas quando da execução do CURA em Campina Grande.

A inserção dos ambulantes e sua prática econômica no centro principal da cidade<sup>174</sup> representam o surgimento de uma paisagem sociourbanística que consigo traz significativas transformações nas práticas culturais de uso do espaço urbano, marcado em conflitos que se originam no contexto de crise que passara Campina nos anos 1980 com baixos níveis de produtividade e elevado desemprego.

A ocupação mais intensiva do centro de Campina Grande é introduzida ainda, na década de 1970, com a inserção de uma incipiente política local voltada a construir, urbanizar e definir usos específicos de determinados equipamentos de lazer instalados na área central.

Aliada a esta ação serão conduzidas intervenções futuras que criam e definem o uso de determinados equipamentos localizados no centro, enquanto produção de uma imagem da cidade representada através de paisagens novas, construções modernas, asfaltamento dos principais acessos ao centro e construção de equipamentos de lazer.

É este o tom que, em conjunto com estas intervenções, visava provocar aos olhos dos citadinos ou visitantes campinenses uma imagem de remodelação de Campina Grande, em seu afã de se revelar moderna:

O interventor Luiz Motta Filho preocupa-se muito com grandes obras, haja vista ao início do asfaltamento da urbe em ritmo acelerado para atender a uma cidade que dispõe de péssimo calçamento, e muito breve terá as suas ruas asfaltadas, *o que vem justificar não só a sua tradição de império comercial, mas de um centro de cultura e de ciência em expansão (...) hoje o mais expressivo cartão de apresentação aos visitantes, (...) que constantemente chegam à metrópole interiorana* (Grifo nosso!).<sup>175</sup>

As intervenções na área central irão operar pelo intuito de produzir a (re) inserção da cidade sob o ponto de vista simbólico e transformá-la por um processo modernizador. Processo esse fortemente guiado pela linguagem planejadora e técnica do desenho urbano e preconizado

174 Aqui a compreensão do termo centro urbano vai além dos chamados centros tradicionais, como os CBD's (Central Business Districts), o centro expandido ou ainda a cidade central. A esse respeito, cf.: VILLAÇA, 2001.

175 A PERIMETRAL de Campina Grande. DB, 11 mar. 1971 (Editorial).

como embelezamento urbano. Questionaremos a destinação histórica dada a certas unidades do tecido no ambiente urbano e, neste contexto, situar o discurso de requalificação do centro de Campina Grande:

Campina Grande foi uma cidade que cresceu tão irregularmente, que ainda hoje, a respeito de alguns administradores, como o ex-prefeito Vergidinaud (sic) Wanderley, haverem-se preocupado com a sua fisionomia urbana, *continua até hoje uma cidade pobre de logradouros públicos, não havendo um único local de recreação para seus habitantes. (...). O PDLI, obedecendo às novas técnicas urbanísticas para as comunidades em processo de crescimento, cuida desse problema e pretende dar ao mesmo uma solução, planejando racionalmente a sua localização através de estudos técnicos, por especialistas no assunto* (Grifo nosso).<sup>176</sup>

Sob essa ótica, o centro principal da cidade será renovado em usos que, em consequência das intervenções neste espaço – mais à frente descritas, tenderão a projetar a cidade pela ocupação de seus principais espaços públicos que passam a ser destinados, exclusivamente, ao lazer e atividades econômicas; atividades que, em particular no uso desse espaço, não se encontravam reservadas para os ambulantes.

É enquanto elemento de expansão dos usos presentes no centro que Campina Grande se vê refletida por outras paisagens fortalecendo a localização da atividade econômica em seu tradicional comércio e descrevendo a transformação cunhada na cultura, artes, ócio e as forma de lazer presentes na cidade:

*Têm razão aqueles que acham que Campina Grande está se renovando. Está se transformando não só na sua paisagem urbanística, cada dia mais bela, com seus novos edifícios e suas novas e amplas avenidas, porém se renovando também na sua vida cultural e artística (...)* (Grifo nosso!). A antiga metropole (sic) comercial do Nordeste, a cidade dos tropeiros e dos caminhões trazendo

---

176 APOIO ao PDLI. DB, 22 maio1973 (Editorial).

e levando mercadorias para os centros consumidores da região, é hoje em dia, um núcleo de cultura (...), levando aos brasileiros de outros rincões da pátria a mensagem da cidade. (...). *A imagem que atualmente é apresentada de nossa cidade não é mais aquela referida com malícia e com tristeza por Luiz Gomes, quando afirmava que um fardo de algodão em Campina Grande valia muito mais do que um poeta e um jornalista juntos* (Grifo nosso!). Posto que nosso comércio tenha crescido. Que as indústrias estejam florescendo na cidade. Também já podemos nos orgulhar de sermos um centro de cultura, onde as belas artes têm também o seu ambiente favorito.<sup>177</sup>

Essa preocupação já caracterizara outros momentos, pois, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, a área central já era muito utilizada com o intuito de diversão e lazer:

(...). Até porque era ali que se concentrava grande parte dos cinemas, clubes, auditórios de rádio, igrejas, e teatros e mesmo praças e passeios que serviram durante muito tempo para o desfile das elites campinenses. Mas além destes lugares tidos como *locais de lazeres edificantes* (Grifo nosso!), a cidade possuía também um conjunto de bares, cafés, restaurantes e cabarés que atendiam tanto aos endinheirados quanto aos populares (SOUZA, 2006, p.156).

Deste modo, nos anos 1970, o PDLI priorizará dentre suas medidas de ação preparar o centro principal da cidade dotando-o de toda a infraestrutura pela imediata urbanização e requalificação de seus principais equipamentos e logradouros públicos — Pátio da Estação Velha, Açude Velho e Açude Novo (Parque Evaldo Cruz). Propõe-se a cidade como expressão de lazer, recreação e cultura.<sup>178</sup>

177 NOVA Campina. DB, 27 jan. 1971 (Editorial).

178 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de Campina Grande *PDLI – Plano de Urbanização do Pátio da Velha Estação Ferroviária* (Programa de Implantação

Durante o desenvolvimento do Plano Integrado [PDLI], mais se impôs a medida de dotar a cidade de equipamentos de recreação e cultura; tendo já, como medida de ação imediata, a urbanização da área compreendida entre o Açude Novo, Açude Velho e Estádio Municipal.<sup>179</sup>

Como proposta de revitalização destes logradouros e equipamentos, a PMCG elaborou e executou, em 1973, em parceria com o Governo do Estado, o *Plano de Urbanização do Pátio da Estação Velha* (vide Figura 41). A antiga Estação Ferroviária (hoje, denominada de ‘Estação Velha’) inaugurada em 1907, encontrava-se, à época, relegada ao abandono; pois, desde 1960, a então Estação e seus depósitos foram transferidos para outro local.



**Figura 41** - Estação Velha (1981)

**Fonte:** <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/10/top-10-algumas-imagens-de-1981.html>.

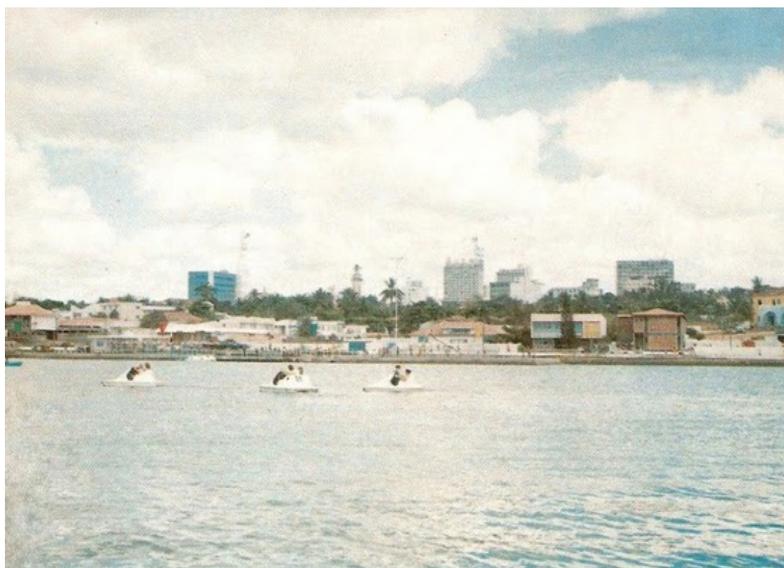
---

De tal forma que, juntamente, com todo o conjunto e acervo de Equipamentos de Recreação e Cultura). Campina Grande: COMDECA, 1973, p.31.

179 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de Campina Grande *PDLI – Plano de Urbanização do Pátio da Velha Estação Ferroviária* (Programa de Implantação de Equipamentos de Recreação e Cultura). Campina Grande: COMDECA, 1973, p.31.

arquitetônico de antigos prédios ao seu entorno, a Estação Velha passa a ser caracterizada como uma área de lazer e turismo da cidade. O *Plano de Urbanização do Pátio da Estação Velha*, executado com recursos solicitados via o então ‘Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste’,<sup>180</sup> objetivava transformar a antiga estação no primeiro Centro Turístico Integrado de Lazer da Paraíba, tendo recebido o nome de *Centro Turístico Cristiano Lauritzen*.

Construído em 1825, o Açude Velho será, por muitos anos, a principal fonte de abastecimento hídrico da cidade, até quando Campina Grande passa a ser atendida por este serviço. Sobre o aspecto do turismo e do lazer, o ‘*Projeto de Urbanização do Açude Velho*’ previa a construção de uma lanchonete no ancoradouro do açude, com a instalação de pedalinhos (vide Figuras 42 e 43, a seguir) e uma série de atrativos à população. É considerado hoje o principal cartão postal espelho d’água da cidade, ora se encontrando completamente desativado em suas funções.



**Figura 42** - Açude Velho (1981)

**Fonte:** <http://cgretalhos.blogspot.com>.

---

<sup>180</sup> Programa vinculado à, então, *Secretaria de Planejamento da Presidência da República*.



**Figura 43** - Açude Velho (2011)

**Fonte:** <http://cgretalhos.blogspot.com>.

Na execução desses planos, sobressai-se uma leitura higienista da cidade, todos propunham a erradicação de áreas ocupadas por habitações precárias e por uma população de pobres. A exemplo da expulsão de famílias que, há anos, ocupavam a *Praça da Concórdia*, nas imediações do pátio da Estação, para dar origem ao Centro Turístico, assim como a erradicação da *Comunidade São Joaquim*, para abrigar o *Parque do Açude Novo*, ambos expressam espaços (antes, ocupados por pobres urbanos!) que foram banidos para dar lugar à construção de equipamentos de lazer em Campina. Tal concepção, assim, justificada em função de que tais comunidades representariam “conflito e marginalismo social”:

A erradicação desta área, justifica-se independentemente da execução do plano da Estação Velha, *além de apresentar problemas de Saúde Pública* (ausência total de instalações sanitárias), *conflito e marginalismo social*, encontra-se enquadrada dentro do plano de erradicação de áreas deterioradas (...) (Grifo nosso).<sup>181</sup>

---

181 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de Campina Grande. *PDLI – Plano*

Datado de 1830, o Açude Novo (vide Figura 44, a seguir) fora completamente aterrado para dar lugar ao *Parque do Açude Novo*, inaugurado em 1976. A primeira tentativa de urbanizar este logradouro se deu em 1962, na administração de Newton Rique. Na Interventoria de Luiz Motta Filho (1971), também se projetou instalar o Centro Administrativo da PMCG e a sede da Reitoria da então Universidade Regional do Nordeste (URNE) neste local. Projetos estes que não saíram do papel.



**Figura 44** - Açude Novo (antes de ser transformado em Parque)

**Fonte:** <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/08/memoria-fotografica->

O Parque do Açude Novo<sup>182</sup> teve sua construção assegurada via recursos do Banco do Nordeste (FUNDURBANO/BNB), através do “Programa de Apoio à Infraestrutura dos Grandes Centros Urbanos do Nordeste”. A ocupação deste logradouro da cidade e o tratamento urbano dado ao mesmo como uma nova área de sociabilidade e lazer urbano os incorporavam na imagem de Campina Grande como símbolo de sua modernidade.

A construção do Parque Evaldo Cruz<sup>183</sup> representa um marco na

---

*de Urbanização do Pátio da Velha Estação Ferroviária.* 1973, p.61.

182 Em 1985, o Açude Novo passa a se chamar Parque Evaldo Cruz, após o falecimento daquele que o construíra quando Prefeito.

183 Importante situar o crescente conflito de interesses de usos que o Parque tem sofrido envolvendo comerciantes, ambulantes e poder público. De 2002-2003, foi

cidade em virtude do grau da intervenção no ambiente urbano (vide Figura 45) e a sociabilidade de lazer apresentada na área central da cidade. O Evaldo Cruz é um complexo constituído de três iniciativas, em um só espaço: o Parque, o Museu de Artes Modernas Assis Chateaubriand (MAAC) e o Monumento aos Índios Ariús – marco zero da cidade composto por um obelisco de 45 metros de altura, circundado por um lago centralizado e uma fonte luminosa sonora.



**Figura 45** - Parque do Açude Novo (no dia de sua inauguração)

**Fonte:** [http://cgretalhos.blogspot.com/2010\\_01\\_01\\_archive.html](http://cgretalhos.blogspot.com/2010_01_01_archive.html).

realizada uma grande reforma no Parque. A reforma consistiu na recuperação do obelisco e da fonte luminosa, implantação de pistas de patins, construção de bancos em concreto e construção de quiosques visando solucionar o problema de vendedores que se espalharam pela calçada; colocando-os em sua parte interna, anteriormente apenas destinada ao passeio público. Atualmente sua parte interna encontra-se totalmente tomada por quiosques de lanches e bares. Causa essa de muitas das inúmeras críticas à reforma do equipamento, devido a sua completa descaracterização. Em 2005, foi firmado um Termo de Ajustamento e Conduta (TAC) entre a Curadoria do Patrimônio Público e a PMCG, visando adequar o Projeto Arquitetônico, de modo a não comprometer a área destinada ao passeio público e o patrimônio paisagístico e ambiental apresentados originalmente pelo Parque. O que, infelizmente, pouco reverteu a situação, já que, em 2008, na área externa do Parque, foram construídos os Terminais de Integração de Transporte Público. A construção terminou por isolar o prédio do Museu de Artes do restante do Parque.

A clara dimensão da urbanização e o uso destes equipamentos na área central de Campina fizeram com que os mesmos passassem a ser valorizados e incorporados ao cotidiano de seus habitantes como elementos imprescindíveis à vivência do espaço público na cidade e grandes alternativas de diversões populares dos cidadãos, conforme abaixo se justificava:

Referimo-nos à bacia do Açude Novo, o mais importante logradouro da área urbana, cuja recuperação resultará no descongestionamento do tráfego urbano e permitirá a criação de extensa faixa de recreação e cultura, (...) de Campina Grande. O Açude Novo acha-se localizado no centro geométrico da área urbana, oferecendo um *vasto espaço físico que, urbanizado, se revestirá da maior importância devido à implantação de áreas para recreação, lazer e ao processo de recuperação urbana imposto à cidade* (Grifo nosso).<sup>184</sup>

O Parque e seu partido arquitetônico (vide Figura 46) serão tomados por um conjunto de representações de modernidade e dos modos de viver dos campinenses, espaço aglutinador da cidade em suas formas de diversão e lazer. O Evaldo Cruz trazia consigo, tal como anunciavam os jornais à época, “(...) linhas arquitetônicas modernas condignas com o desenvolvimento da cidade (...)”.<sup>185</sup>

---

184 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Ofício170*. Campina Grande: Gabinete do Prefeito/COMDECA, 1973 (s.p). Ofício endereçado ao Diretor Presidente do Banco do Nordeste, datado de 08 de outubro de 1973.

185 RECUPERAÇÃO do Açude Novo. DB, 17 jul. 1973 (Editorial).



**Figura 46** - Parque do Açude Novo (2011)

**Fonte:** <http://www.helderdarocha.com.br/paraiba/campina/acude-novo.jpg>.

Ao apresentar um novo código do viver e usufruir da área central da cidade, leitura está fortemente ancorada no discurso do então Prefeito [Evaldo Cruz], quando da inauguração do ‘Centro Turístico Integrado Cristiano Lauritzen’ (Estação Velha) ao ressaltar a importância da obra para a cidade: “(...), é a nova Campina Grande que surge mais moderna, mais consciente do seu passado, renovando-se em sua fisionomia urbana e acreditando cada vez mais no seu futuro”<sup>186</sup>.

Estes três equipamentos juntamente com o Museu Histórico, Museu Épico (hoje Museu do Algodão) e o Museu de Artes Assis Chateaubriand (MAAC) serão acrescentados prioritariamente à fixação de roteiros para os visitantes ao centro da cidade. Para tanto e a despeito dessa finalidade, o processo de ampliação dos espaços públicos nas áreas centrais de Campina Grande nomeia um novo discurso na relação com os cidadãos. Discurso que será dado pela expulsão de personagens e

---

<sup>186</sup> EVALDO na Estação Velha: “é a NOVA CAMPINA (sic) que surge: mais moderna e mais consciente do seu passado”. DB, 11 out. 1973 (Caderno Cidades – matéria de capa).

pobres urbanos visando “melhorar o aspecto ou as condições higiênicas e estéticas do centro” e se voltar à sociabilidade e lazer pela expulsão dessa população.

Durante muito tempo, as práticas diversionais dos campinenses serão interpretadas sob uma perspectiva que enfoca os signos de distinção social (SOUZA, 2006). Havia uma distinção entre os *lazers edificantes/ permitidos* (destinados às elites) e os *lazers proibidos*, ou vinculados aos “maus costumes” (característicos dos populares): “(...). Tais classes sociais [elites] produziam projetos diferenciados de como deveria ser organizada a cidade e de como cada grupo deveria ou poderia consumi-la nos momentos de lazer e diversão” (SOUZA, 2006, p.157-158).

As ruas centrais de Campina Grande passam a consolidar espaços públicos reservados a estes objetivos, e como possibilidades de acesso e usufruto da urbe. A centralidade, a urbanidade e os modos de vida modernos são incorporados, de fato, pelos habitantes como referências simbólicas de Campina Grande, definidas a partir desses espaços.

A cidade é pensada por intervenções que tiveram por propósito renovar determinados usos, ou mesmo criá-los, organizar e potencializar o centro principal de Campina Grande. Tudo isso empreendido sob uma nova imagem e um novo tipo de uso voltado ao comércio, à diversão e ao turismo.

Merece destaque no propósito do papel desempenhado neste mesmo período a construção daquele que veria a ser o principal espaço público de Campina Grande, fundamental ao desenvolvimento das sociabilidades e formas de entretenimento contemporâneas na cidade: o *Calçadão da Cardoso Vieira*<sup>187</sup>, inicialmente denominado de *Calçadão do Largo da Flórida*<sup>188</sup> (vide Figura 47). Palco privilegiado e espaço representativo das mudanças de sociabilidades da cidade, o *Calçadão* será o revigorado local de resistência dos ambulantes da Campina Contemporânea.

187 Inaugurado sob o nome *Calçadão Jimmy de Oliveira*, o local é hoje popularmente chamado de *Calçadão da Cardoso Vieira* ou apenas ‘*O Calçadão*’.

188 Tradicional largo da cidade que deve seu nome a uma antiga Sorveteria Flórida, localizada no mesmo espaço. Por muitos anos, a Flórida aglutinou os intensos e mais acalorados debates públicos e políticos da cidade. Após a construção do Calçadão, a Sorveteria ainda funcionou, até final dos anos 1980, bem próxima ao Calçadão (Rua Marquês do Herval), porém sem o mesmo encanto de outrora.



**Figura 47** - Largo da Flórida (1970)

**Fonte:** <http://cgretalhos.blogspot.com>.

O *Calçadão*, construído em 1975, na gestão de Evaldo Cruz, é descrito como o mais importante e emblemático espaço do cotidiano de Campina (vide Figura 48, a seguir).



**Figura 48** - Calçadão da Cardoso Vieira (1981)

**Fonte:** <http://cgretalhos.blogspot.com>.

Em 1982, através do Programa CURA (II), são construídos mais três “espaços verdes e livres adaptados para o lazer comunitário” no mesmo estilo: os *Calçadões das Ruas Sete de Setembro, Venâncio Neiva e Maciel Pinheiro*. Juntos, os quatro Calçadões cumpririam o objetivo de dotarem a área urbana de Campina Grande, o centro especificamente, com espaços voltados às atividades culturais e recreativas:

Notadamente, a área urbana de Campina Grande apresenta uma grande deficiência de espaços verdes e livres adaptados para o lazer comunitário. (...). E neles, se torna gritante a carência de áreas de lazer. Já no P. D. L. I (...), contava o diagnóstico sobre essa situação, tendo sido elaborada propostas de projeto para urbanização de uma vasta área em torno (sic) do centro da Cidade (sic), e integrando o Açude Novo, Açude Velho e margens do canal até o Estádio Municipal. Este conjunto de áreas parcialmente desocupado e em processo de mudanças nas ocupações existentes, se apresenta quase como um anel envolvendo todo o centro da Cidade (sic), área de transição entre aquele dinâmico espaço e as zonas residenciais periféricas. *Se apossando daquela proposta no CURA, se objetivou intervenções mais precisas, (...). A intervenção neste espaço trará de imediato algumas repercussões importantes: — Humanizará o centro da Cidade (sic); - Valorizará áreas em torno (sic), principalmente as de custo mais baixo que a média da zona; — Recuperação e apropriação de espaços ociosos em torno do centro; — Dinamizará as atividades culturais e recreativas latentes na Cidade; — Ofertará novas opções aos comunitários, na busca de lazer e cultura* (Grifo nosso).<sup>189</sup>

A construção dos três últimos Calçadões se deu em conformidade com as ações da requalificação que ocorrerá no centro através do

189 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA* — Contrato II. Campina Grande: COMDECA, 1980 (s.p).

Programa CURA, e teve como efeito o acirramento de uma tensão no espaço público marcada pela condição do trabalho informal na cidade (vide Figura 49).



**Figura 49** - Calçadão da Cardoso Vieira (2011)

**Fonte:** Arquivo pessoal.

A extinção dos Calçadões pode ser lida como uma estratégia do poder público em retirar os ambulantes, cabe situar a recorrência de um discurso segundo o qual tal medida teria *consensualmente* equacionado o problema percebido pelo poder público como o maior do centro da cidade – os ambulantes e sua prática econômica:

*Diferente de outros grandes centros, Campina Grande conseguiu equacionar, sem maiores traumas, a problemática da invasão dos camelôs no centro (Grifo nosso!), sem recorrer à violência (...). O Prefeito Félix Araújo manteve diálogo cordial e conseguiu retirar todos os vendedores ambulantes dos antigos calçadões das ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Cardoso Vieira. Antiga aspiração da comunidade, os velhos calçadões não fazem parte da vida do campinense. Todo o trabalho nasceu graças ao desenvolvimento do Projeto*

de Revitalização do centro comercial, (...). A desobstrução dos calçadões das ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva deu uma outra característica à paisagem urbanística da cidade. (...). Uma outra meta da administração do Governo de Fé é retirar todos os vendedores ambulantes do centro da cidade, construindo em Campina Grande um moderno “Camelódromo”, com total infra-estrutura para o trabalho do comércio informal. Uma coisa já é certa: as ruas centrais já respiram ares de revitalização, (...). Finalmente, pode-se dizer que isto é apenas o início do resgate do comércio campinense como principal vetor do seu desenvolvimento.<sup>190</sup>

Hoje, dos antigos Calçadões que então abrigavam os ambulantes, apenas o trecho da Rua Cardoso Vieira resiste; ainda que de forma residual.<sup>191</sup> Os demais foram extintos, em 1995, sob a justificativa da PMCG à execução do ‘Projeto de Revitalização do Centro’ e a abertura destes logradouros ao trânsito. Percebido como “local onde tudo acontece, ponto de irradiação da cidade<sup>192</sup> e famosa “boca maldita” de Campina”:

(...) Quem olhar como está Campina Grande, sentirá nem que não queira que ela está mudando muito e para melhor. A beleza urbana cada vez mais se aprimora e os serviços não param (...). Como é que está ficando o Açude Novo! Tudo está diferente do que era antigamente. O monumento erguido aos índios

---

190 ATRAVÉS do diálogo cooperativo, os camelôs já não são problemas. DB, 11 out. 1995 (Material de propaganda governamental).

191 Perspectiva essa por nós trabalhada, em continuidade à discussão da tese, através de Projetos de Iniciação Científica /PIBIC/ UEPB.

192 CALÇADÃO chega aos 25 anos e se mantém como centro de irradiação. JP, 29 set. 2003 (Caderno Cidades — Helda Suene). Chamamos atenção aqui para informação equivocada, presente nesta manchete, visto que a inauguração do Calçadão data de setembro de 1975.

cariris (...). A Rua Cardoso Vieira não tem mais aquele trânsito intolerável (...), e sim o “CALÇADÃO” — lugar de encontro e recreação de todos os campinenses, (...). (...) onde fica localizada a Estação velha, de nome antigo “Largo da estação”, onde se estendiam ao lado as históricas barracas, que naqueles tempos eram o recanto de serestas, cantorias de violas e pouso dos que pernoitavam em Campina, à espera do trem que descia do sertão ou vinho de Pernambuco (...). Novos prédios, novas escolas, o Parque Industrial em progresso, as novas gerações se preparando e Campina Grande crescendo com o seu povo. (...).<sup>193</sup>

Os Calçadões passam a compor a demarcação que os ambulantes reutilizariam, por quase mais de duas décadas, como possibilidades de uso destes espaços na organização de suas práticas econômicas e, sobretudo, na relação estabelecida pela imagem de Campina Grande (oficial) na natureza do seu espaço público.

Os ambulantes exercitam a condição de usuários que jogam por astúcias de forma a escaparem à disciplina de um espaço a eles terminantemente negado. O conflito entre ambulantes e poder público municipal descreve lugares, sujeitos, tempos e acontecimentos significativos aos modos de perceber o espaço público em Campina Grande, em distintos discursos da paisagem de que farão uso os ambulantes na rua.

## **RUAS DA CIDADE E SOCIABILIDADE PÚBLICA: OS CALÇADÕES**

Os usos dos Calçadões e do centro pelos ambulantes revelam como as territorialidades são definidas e retratadas no espaço urbano da Campina Grande contemporânea, através de uma tensão que promove uma nova imagem: o *ilegalismo* que marca a prática econômica dos ambulantes neste espaço, protagonistas de um fenômeno aqui pensado enquanto resistências urbanas.

O ilegalismo do ambulante, tal como o dos ‘sacoleiros’ e tráfico de drogas, dentre outros, é fundamental para entendermos o que tem

---

193 UMA nova Campina. DB, 05 out. 1975 (Apolônio Cardoso).

ocorrido nas cidades contemporâneas, em relação às fronteiras entre o mercado formal e informal, “(...) os modos como esses mercados se organizam e se distribuem nos espaços urbanos” (TELLES, 2009, p.54).

Ao refletir a imagem de resistência, denota-se a rua como espaço significado e disputado em virtude dos atributos sociais e das sociabilidades, ao qual recorrem os ambulantes. Ou seja, a rua é o lugar de relações de que se apropriam os ambulantes nas negociações realizadas para disputas de determinados ‘pontos’, práticas de vendas e organização e na ‘interação’ com a cena urbana.

As relações que se prestam os ambulantes à apropriação simbólica de um lugar – a rua – é tarefa difícil de explorar como prática de sobrevivência, *trabalho incerto* e “*sem forma*”<sup>194</sup> que territorializa os ambulantes e suas fronteiras (TELLES, 2009). É nesta incompletude das práticas econômicas que se insere a apropriação dos ambulantes no espaço público em Campina Grande.

Ttradução de modificação da paisagem social e urbana de Campina, pelaforma como se movimentam e distribuem seus produtos, quando da comercialização propriamente dita, ou ainda pelas resistências que se colocam na perspectiva de assegurar suas permanências neste espaço. Nos usos da rua, os ambulantes:

(...), envolvem a paisagem, a permanência ou o ajustamento de indivíduos, ali em ritmo regular, esporádico ou excepcional (...). Com tal conotação, a expressão “usos da rua” remete á movimentação física, ali, de tipos urbanos vários — com destaque, (...), para transeuntes, multidões, comerciantes de rua e andarilhos que aí vivem dia a dia (...). (FREHSE, 2009, p.153).

Os usos que os ambulantes dão à rua e ao espaço público em Campina Grande, em seu sentido mais representativo, parecem se associar à proporção em termos de seu crescimento, na ocupação do centro principal de Campina Grande e nas disputas operadas. Esse fator aponta o centro por uma imagem socialmente compartilhada como lugar de

194 Expressão utilizada para analisar os circuitos da dita economia informal na globalização. Cf. Telles, 2009.

plena utilização e amplo uso econômico, social e simbólico organizado em torno do ambulante e sua prática econômica.

Isto é, da rua como espaço público, visto que, “(...), os usos da rua são indissociáveis dos processos socioeconômicos e políticos mais amplos (...). A marca dessa equação é o imponderável de conflitos sociais (...)” (FREHSE, 2009, p.164).

Sob esse ângulo, é relevante inserirmos a perspectiva sobre o conceito de espaço público para, seguidamente, reforçarmos nosso lócus de análise, a partir da relação com as práticas empreendidas pelos ambulantes nos usos da rua. Podemos perceber que os ambulantes são constituídos por uma imagem que parte dos usos que os mesmos fazem da rua.

São práticas e intervenções contra-hegemônicas, microrresistências urbanas (JACQUES, 2004) que se configuram como formas de produzir, ocupar e apropriar um espaço público a partir de um lugar que sustenta e renova as diferenciações socioespaciais em Campina Grande, égide de uma lógica cuidadosamente organizada como territorialização da rua e processo da produção do espaço público na cidade.

É na rua que se compõe a prática dos ambulantes e os seus aspectos presentes nas imagens de Campina Grande, em lógicas que diferenciam o conflito entre ambulantes e poder público pelo que se destaca a rua; demanda dos Calçadões como lugar por excelência de manifestações da cena urbana local, espaço público “preenchido por cidadãos que desejam debater valores e discutir as leis que estão lá para guiá-los” (BAUMAN, 2001).

Os ambulantes tornam efetivo o uso da rua como lugar que, aparentemente homogêneo, constitui a característica de contestação, visibilidade política, lugar de vivências, vínculos e de reafirmação de diferentes usos do espaço público em Campina Grande. Sobre essa vivência em um espaço que é público,<sup>195</sup> há um debate, desdobrado meio a relevantes leituras, que assinala o que tem ocorrido em relação ao espaço público na cidade contemporânea.

195 Debate interessante que remete ao viver na cidade na contemporaneidade, com a redefinição do que tradicionalmente se constituiu o espaço público. Cf: Bauman (2007, 2003, 2001, 1999), Gomes (2002); Santos (2002), Arantes (2000); Sitte (1992), et al.

A rua é o espaço que gera controvérsias e diferentes pontos de partida, em um debate que abriga a variedade de perspectivas que falam da cidade associado-a à remodelação do seu espaço público. Como nos auxilia Rubino (2009, p.36), “(...) a linguagem sobre a cidade, seus cantos, antros e classificações, tudo isso é tanto vetor como indício de conflitos (...)”.

É a partir dessa compreensão que percorremos a leitura das táticas (CERTEAU, 1994; 1996), por ser imprescindível ao entendimento dos usos e *contra-usos* do espaço público pelos ambulantes. Essa imagem (extraoficial) atravessa os sentidos da rua em Campina Grande, dos conflitos e das ameaças que surgem neste interior, em conflitos com a orientação dada pelas intervenções públicas em compreensão de onde se desenvolvem as práticas dos ambulantes.

Nessa perspectiva, apontamos para a conjugação entre o conceito de espaço urbano com o de espaço público de resistência e *contra-usos*. É a experiência da rua que marca os *contra-usos* que realizam os ambulantes em Campina Grande, sob o ponto de vista da condição contemporânea de uma imagem da cidade respaldada como resistências a um discurso de requalificação do centro da cidade que encobre conflito, práticas autoritárias, curativas e tecnocráticas estabelecidas em consequência da relação entre os ambulantes e poder público.

A despeito disso, aqui nos interessa perceber como o espaço público configura e qualifica o acirramento de um grupo que age sob condições de ambivalência, conflitos e incertezas. Leite (2009) insere a pista a esse desafio ao situar que se deve reconhecer que essa noção só pode ser pensada pelo parâmetro da construção social da espacialização das ações sociais como práticas públicas, apropriação e uso social do espaço onde as diferenças se afirmam publicamente e o conflito é inevitável e “(...) nele estão possibilidades concretas da experimentação do imprevisível” (LEITE, 2009, p.200).

A discussão da imagem de Campina Grande em sua relação com o espaço deve refletir assim o atributo *público*, aberto a partir de uma leitura da rua frente a práticas interventoras que tentam extinguir o ambulante deste cenário. É por esta experiência singular de conflito que surgem os termos de um espaço praticado, do encontro entre diferentes, do encontro com o estranho, dos ambulantes com a dimensão da

rua. Os ambulantes abrigam a rua como espaço público por excelência que só pode ser demarcada enquanto, “(...) unidade básica da cidade, uma vez que é nela — não apenas no seu traçado físico, (...) — que se desenvolve o sentido de coletividade, de urbanidade” (LEITÃO, 2009, p.135).

Há uma hierarquia da rua a partir do lugar social dos ambulantes e a relação deste com o espaço físico ocupado, ao mesmo tempo espaço público que expressa uma hostilidade para com os excluídos desse ambiente que o tempo só parece ter acirrado. E em tal intensidade, uma vez construída a rua como espaço público, esta incidirá por tentativas de afastamentos e exclusões no espaço urbano delimitado pelo poder público.

Essa leitura se constitui para nós uma possibilidade de situar o debate de imagens e discursos produzidos sobre o processo particular de remodelação do espaço público, da rua, em Campina Grande. Ao tomarmos por cenário o embate entre ambulantes e poder público, perceberemos que Campina Grande tem encontrado dificuldades na produção de um espaço efetivamente público. Para tanto, a dimensão da rua e a prática dos ambulantes marcam a relação espaço-sociedade e as transformações recentes no espaço público em Campina.

Porém, a rua também marca a recusa ao encontro com o outro (ambulante), as relações de assimetria e as desigualdades de acesso em um espaço qualificado como público. Dimensão pública que tem a ver com as marcas identitárias que socialmente configuram a negação da rua aos ambulantes em seus modos de operacionalizar a rua como território e *contra-uso*.

O conflito de uso do espaço público e a face visível do ambiente urbano de Campina Grande podem ser lidos por traços do patrimonialismo que historicamente têm caracterizado a organização da sociedade brasileira em seu espaço público.

O patriarcalismo corresponde aqui à *definição ideal-típica de dominação tradicional* que se constitui legitimamente por conteúdos que contrastam, fortemente, com outra variante – a legal – e que tem a ver com a forma pela qual esse poder é exercido: pessoal e sem distinções entre os limites do público e do privado:

(...), fora das normas tradicionais, a vontade do senhor somente se acha fixada pelos limites que em cada caso lhe põe o sentimento de equidade (sic), ou seja, de forma sumamente elástica. Daí a divisão do seu domínio numa área estritamente firmada pela tradição e, em outra, da graça e do arbítrio livres, onde age conforme seu prazer, sua simpatia ou antipatia e de acordo com pontos de vistas puramente pessoais, sobretudo suscetíveis de se deixarem influenciar por preferências também pessoais. (...) (WEBER, 1991, p.131).

Nesse sentido, pensamos patrimonialismo a partir da Sociologia Política de Weber (1991), ao se referir às formas de dominação política em que não existem divisões nítidas entre as esferas de atividade pública e privada, onde a casa-grande é o símbolo sobre o qual se organizou a paisagem social brasileira, da colônia aos nossos dias. Temos, nesse caso, um tipo de dominação tradicional que conduz as raízes da dominação patriarcal desenvolvida a partir da autoridade do senhor sobre a unidade familiar, com apoio interno na aceitação de normas que derivam da tradição e crenças na sua inviolabilidade (FREYRE, 1997).

Em linhas gerais, o fundamento em que reside o patriarcalismo do qual se origina o espaço público, na sociedade brasileira, é relativamente instável às consequências de uma legitimidade que tem por base motivos pessoais graduados e modos estritamente vinculados segundo regras informais. Não obstante, a violação do conteúdo dessas ordens no espaço público, fixado pela tradição, põe em risco e perigo a própria legitimidade desse domínio e seu alcance.

Ou seja, a presença dos ambulantes no centro da cidade e em seus Calçadões, espaços públicos por natureza, põe sob questionamento a imagem pública que tem por referência a memória institucionalizada do comércio mais tradicional de Campina Grande; à luz do seu modo de estar na dinâmica tempo-espaço na cidade.

No âmbito de sua expressão pública, os ambulantes marcam os diversos indicadores da imagem-síntese da *cidade da crise*, de uma Campina Grande fragmentada em seu espaço público e, a todo tempo,

insistentemente ressignificada como *capital do trabalho*, percebida em contraposição e conflito aos valores e imagens históricas da pujança econômica apresentada pela cidade:

*A história do comércio de Campina Grande se mistura com a história da própria cidade. (...). O comerciante dessa terra é a imagem do próprio campinense, protagonista de uma aventura que Teodósio de Oliveira Ledo inaugurou no cenário da Borborema, apostando nesta encruzilhada da Serra (...). Os antigos registram que a povoação... daqui nasceu por causa do comércio e em nome dele cresceu, desenvolveu-se e se tornou a pujante e bela cidade que é hoje. (...). Desde os tempos memoráveis quando os tropeiros da Borborema, primeiros comerciantes (...), escreveram os capítulos iniciais dessa epopéia caminhada até os idos contemporâneos da tecnologia e da automação. Tudo gira em torno do comércio, marca inconfundível da vocação da cidade em sua versão econômica. (Grifos nosso!). (...).<sup>196</sup>*

Esse traço esboça a tentativa de reencontro e resgate com uma historicidade do comércio e se vincula às marcas da brasilidade na configuração espacial sempre excludente das cidades brasileiras, aqui registradas, sobretudo, a partir da instalação do ambulante e seu comércio informal no centro principal de Campina Grande. Parcela sociourbanisticamente excluída de um circuito formal de mercado, o ambulante vivencia o espaço público de Campina Grande através da rua e do encontro com o outro diferente de si – quer seja o poder público, comerciantes formais, transeuntes ou cidadãos.

De acordo com Coradini (1995), com base na leitura de Bakhtin, o centro da cidade – a rua – é desde a Idade Média um cenário público importante que caracteriza, juntamente com a praça, a igreja e as tavernas, o ponto de convergência de tudo que não era oficial, local do mundo de formas e manifestações do riso, do ambiente carnavalesco e da cultura popular.

---

196 O COMERCIANTE campinense. DB, 08 set. 1993 (Itan Pereira).

Mesmo com todas as mudanças nas cidades e da produção de novos significados sobre os espaços públicos, podemos perceber (CORADINI, 1995) que a cidade sempre esteve ligada aos seus espaços públicos e à forma como estes são apropriados como elementos representativos da vida pública cotidiana.

É desse modo que a função que o espaço público parece desempenhar na Campina Grande contemporânea e, nesse sentido, nas territorialidades dos ambulantes, tem a ver com as características sociourbânicas que historicamente fundaram a rua como espaço-símbolo de segregação referida à negação do espaço público nas cidades brasileiras:

(...), o desprestígio da rua brasileira em seu nascedouro – e ainda em nossos dias – isto é, o seu não reconhecimento como espaço fundamental da cidade, pode ser apreendido a partir de três pontos principais. O primeiro deles vem à tona quando se observa o *uso plebeu* (Grifo do autor!) que lhe foi dado. O segundo se evidencia na *função de circulação* (Grifo do autor!) que marcou o seu surgimento e, finalmente, o derradeiro dos pontos acima indicados pode ser percebido pela *forma residual* (Grifo do autor!), quase ao acaso, sugerida em muitos arranjos espaciais que as cidades brasileiras manifestam (LEITÃO, 2006, p.315).

Exemplo detalhado dessa marca de organização social da rua a brasileira, Campina Grande acompanha o cenário de embates de ordens diversas, de classificação social (CARNEIRO, 2009) de territorialidade, operador classificatório que os grupos elegem ao experimentar e vivenciar um determinado espaço e de disputas ancoradas em um espaço público que marca o intenso e acirrado conflito entre ambulante e poder público.

Essa fluidez pode ser tomada como uma explicação para uma ordem pessoal do universo da rua, onde os indivíduos, de acordo com Da Matta (1985, p.100), ficam “(...) à mercê de quem quer que esteja manipulando a ordem social naquele momento (...). Reinado do privado em detrimento à rua, esta já surge por um uso desvalorizado, desprezível,

desprestigiado, de função menor relegada à pobreza, à sujeira e feiúra”.

O olhar das imagens que nos oferece este espaço é expresso pelos *contra-usos* que fazem os ambulantes em Campina Grande, em contraposição ao modo hegemônico de pensar a cidade. Capacidade que demonstra a rua e Calçadões como práticas de resistências que se colocam, distintamente, frente à tentativa do poder público em esvaziar tais espaços:

(...). O Secretário de Serviços Urbanos, (...), disse que “os calçadões não foram feitos para a área de comércio. *Inclusive eu assumi um compromisso com os comerciantes e o povo para retirar toda venda ambulante. Inclusive de frutas, do centro da cidade. Precisamos ter em mente que os calçadões sejam o cartão de visita, e lutamos para isto. Campina é uma cidade bonita, temos que melhorá-la.*” Acrescentou Roberto Cabral que “estamos propondo aos ambulantes tranqüilidade e estabilidade, coisas que eles não têm (...).” Disse ainda Roberto Cabral que “a decisão já foi tomada e os camelôs têm de aceitar, porque nós estamos propondo o melhor para eles.” (...) (Grifo nosso).<sup>197</sup>

O espaço público dos Calçadões, embora tido aparentemente ‘para todos’, apresenta as relações sociais por um modo pessoalizante com a rua. A fluidez com que este espaço é operacionalizado, seja por ambulantes ou poder público, fortalece a percepção dos ambulantes como algo perigoso, agressivo e negativo à imagem de Campina Grande. Lugar de representações dos *contra-usos*, a rua possibilita ler Campina Grande e suas sociabilidades pelas experiências dos ambulantes neste espaço.

Uma parte importante nessa relação da ordem social dos ambulantes com a rua é a concepção que mobiliza o duplo movimento na área central da cidade e que, por conseguinte, acentua as experiências contemporâneas do espaço público em Campina Grande: fluidez e

197 AMBULANTES protestam e não vão para a praça. DB, 17 jun. 1982 (Caderno Cidades).

conflito; usos e *contra-usos*; estratégias e táticas; movimento constituído pelas reapropriações que os ambulantes fazem do território da rua enquanto questionamento crítico do significado do espaço público em Campina Grande. Isso evidencia que:

(...). Pensar a cidade e suas dimensões (...) significa refletir sobre o repertório de significados que alimentam seus usos e contra-usos, analisar as metáforas que povoam o imaginário construído sobre elas, enfrentar a memória e a história freqüentemente acionadas nas políticas e projetos urbanos (FRÚGOLI JR., 2006, p.11).

O centro e seus Calçadões visualizam a imagem de Campina Grande, fragmentada em sua forma urbana e apontam para o que é desejável ou não à imagem, referência de um lugar praticado – a rua. É a rua que estabelece a clara relação entre importância econômica e renovação física da cidade; transformações presentes em sua estrutura urbana com a produção das localizações e disponibilidade de infraestrutura.

Estas transformações implicam diferentes atributos às localizações deste cenário, é no centro que terminam por surgir processos socioespaciais bastante significativos, a exemplo do conflito entre espaço intraurbano e regional, dos deslocamentos polinucleados e da decadência dos centros principais, dentre outros.

O que não podemos esquecer é que o centro designa ao mesmo tempo um local geográfico e um conteúdo social, que só existem enquanto processo social de organização do espaço de modo que convém deixar claro que o centro se define pelo conteúdo social da centralidade urbana na relação que mantém com o conjunto da estrutura urbana (CASTELLS, 2009).

Portanto, a caracterização do centro representa um conjunto de relações dentro da estrutura urbana que exprime a correlação de diferentes elementos (culturais, econômicos, políticos, sociais e materiais) que operam a forma significativa do espaço urbano enquanto processo de transformação de relações sociais em uma dada estrutura urbana.

O centro é também espaço onde se situa uma memória do urbano,

depositária do passado de uma cidade. Dimensão física, geográfica e de intensa sociabilidade que só pode ser compreendida a partir de três elementos:

(...) primeiramente, os elementos, por assim dizer, estruturais que presidiram o traçado e organização do espaço físico e do espaço construído e que se revelam em termos de uma materialidade; a seguir, a apropriação deste espaço no tempo, construindo a experiência do vivido e transformando este espaço em território, dotado de uma função e onde se manifestam as relações de sociabilidade; por último, a dotação de uma carga imaginária de significados a este “espaço-território” no tempo, transformando-o em lugar portador do simbólico e das sensibilidades. (PESAVENTO, 2007, p.3).

Assim, as disputas geradas por ambulantes e poder público no centro de Campina Grande fazem parte de uma experiência urbana vivida por tais grupos como marcos temporais e espaciais de uma outra imagem sobre a cidade, construída e inerente à passagem do tempo e do uso social do espaço público por estes agentes.

A partir do que articulam, constroem e ressignificam no centro e, de acordo com o que experimentam e praticam nesse espaço, sublinham os Calçadões como principal local onde se concentrarão; esfera praticada a partir de um grupo, de um espaço e tempo. Em uma memória, como veremos adiante, acionada pelo poder público, como tentativa em “salvaguardar” o sentido histórico desse lugar.

Seja pela recorrência da estratégia de não reconhecimento dos ambulantes pelos *contra-usos* e escolhas táticas utilizadas por eles, as imagens expressam contradições que Campina Grande possa oferecer. O centro e os Calçadões têm sofrido, ao longo do tempo, várias alterações de uso, que tendem a imprimir um processo de consideráveis transformações no modo de concebê-los enquanto convivência social, lazer e espaço de trabalho e embates.

Portanto, o espaço público para os ambulantes se coloca como denúncia da imagem oficial de Campina Grande, demarcada em oposição

às intervenções hegemônicas que tentam obstaculizar os Calçadões através do argumento de uma visão “tranquilizadora” e consensual; paisagens de poder que sugerem deliberada suspensão da abstenção do encontro com o estranho.<sup>198</sup>

(...), o chefe do executivo municipal [Félix Araújo] *se comprometeu em resolver os problemas dos vendedores (...) sem deixar prejuízos para ninguém (...)*. Félix disse que manterá contatos com os representantes da Associação Comercial e da Câmara de Dirigentes Lojistas que reivindicam a mudança dos ambulantes para outra área que não seja (sic) as ruas principais do centro como ocorre atualmente. (...). O prefeito, no entanto admitiu que não se trata de um problema com resolução a curto prazo e disse que a Prefeitura já está desenvolvendo projetos que visam a proporcionar empregos e gerar renda para os trabalhadores, apontando essa como *saída definitiva para o problema do comércio ambulante* (Grifo nosso)<sup>199</sup>

É por um significado contrário ao que pretende sugerir o poder público, que os ambulantes constituem o território da rua a partir de quem vê e de como sente aquilo que se apresenta movendo a experiência de uma prática cultural de resistências ao discurso homogêneo de retratar o ambiente urbano:

Centenas de vendedores ambulantes estão mobilizadas para participar hoje pela manhã de um protesto pelas principais ruas do centro da cidade. O arrastão vai terminar na praça da Bandeira, com um ato público, (...). , a categoria está insatisfeita com as medidas adotadas tanto pela Prefeitura, como pelos fiscais da Receita Federal (...).<sup>200</sup>

---

198 A respeito da discussão sobre o estranho, cf: BAUMAN, 2001.

199 A NOVELA dos camelôs. DB, 25 jan.1995 (Editorial).

200 AMBULANTES se reúnem para novo protesto no centro. DB, 19 jan. 1996 (Caderno Cidades).

Entendemos que a relação que os ambulantes mantêm com o centro principal de Campina Grande [resistência e espaço do cotidiano] é apreendida através da experiência de reconversão da funcionalidade deste espaço, transformado em lugar de trabalho, sociabilidade, conflito e de sobrevivência.

A partir dessa compreensão, isso nos impõe definir que lugar é esse e que diferenças carregariam os ambulantes em suas práticas de resistências; percebidas por nós como distinções entre este espaço (compreendido como lugar) e o território por eles agenciado em práticas maneiras de subverterem as relações de poder impostas pelas intervenções públicas.

O lugar, ao contrário do espaço, tem por lócus a experiência de atribuir significados transformados pelo que é vivenciado. O lugar se liga de modo inexorável à realização da vida, enquanto condição e produto de relações e rede articulada de prática socioespacial. Os ambulantes remetem às resistências como uma mudança de funções dos Calçadões ao alterarem seus usos e permitirem a concepção desse espaço como lugar fomentado por suas atividades e práticas.

Em decorrência dessa compreensão, ganha importância a necessidade de entendermos as tramas que conduzem e acentuam o plano do lugar no espaço público de Campina Grande enquanto realização daquilo que é cotidianamente constituído pelos ambulantes, como formas de experienciar, pensar e fazer a cidade e sua representação sobre a rua. Duas questões empreendem este caminho.

A *primeira* diz respeito ao significado do lugar expresso pela montagem e desmontagem dos estilos de vida na cidade. Em termos clássicos, podemos citar a imagem de 'o homem do mundo' de Baudelaire (BENJAMIN, 2000): o *flâneur*, que vive na cidade e dela se deleita e se faz pela sua sagacidade na rua, a *flânerie* foi provavelmente o grande momento da confluência entre o homem e a urbanidade: o *flâneur* apaixonado com o traje onírico do poeta; a cidade virgem e seminua com seu véu de vidro.

Baudelaire afirma que, pela expressividade, o poeta transcende de si para o outro, ao incorporar todas as profissões e todos os passantes, ele acaba por se fundir com a cidade no nível das essências, pela via poética. De acordo com Benjamin (2000), isso explicaria a opção

de Baudelaire, por exemplo, em realizar a conduta do *flâneur* a partir de uma *embriaguez anamnésica* acometida por aqueles que longamente vagam pelas ruas, aparentemente sem rumos, e que transformam a cidade em paisagem – trapeiros, boêmios, prostitutas e transeuntes. Nesse sentido, a paisagem urbana, a cidade e a rua seriam os autênticos chãos da *flânerie* que se cingem pelo que é experimentado e vivido na cidade.

Não por acaso, o usuário faz das errâncias, aparentemente insignificantes, os sentidos da representação do urbano na medida em que a rua, em toda a sua diversidade e inesgotável riqueza de variações, se torna moradia para o *flâneur*: “(...) Sua indolência é apenas aparente. Nela, esconde-se a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor. (...)” (BENJAMIN, 2000, p.38).

A experiência de interpenetração na rua se consuma pelo que é vivido e tem por desdobramento um mapa que revela a cidade que se espelha e que se desloca em todos os seus reflexos, sobretudo o que convém aparentar uma indolência oculta, novas experiências da cidade dentro de velhas molduras: “(...), farejar rastros, descobrir correspondências, decifrar fisionomias, (...) é o próprio *flâneur* (Grifo do autor!) o desvio, o zigzague, o labirinto” (ROUANET, 2007, p.13).

Essa descrição é realizada como traços e labirinto através da qual se imprime na cidade a imagem de muitos dos seus usuários desconhecidos e, ao longo dos quais, potencialmente se move a cidade. Nisso, reside uma *segunda questão*, que diz respeito à leitura da cidade pelos que se encontram em sua contramão – vestígios e vozes dos praticantes ordinários tantas vezes negados e fragmentados.<sup>201</sup>

Os deslocamentos operados pelos ambulantes no território dos Calçadões se fazem por significados distintos aos seus contrários, em disputa entrelaçada na Campina Grande “planejada e visível” com a cidade vivida. Os Calçadões propõem percursos, deslocamentos e confrontos de práticas que os demarcam como lugar inacabado e sempre em via de fazer-se.

É nos Calçadões o lugar onde se tecem as resistências, histórias, movimentos e errâncias que alteram as percepções do ambulante e sua

201 Walter Benjamim (2000) os chama de sinais dos *cacos*, que se colocam sob a forma de imagens ou discursos presentes na cidade.

prática, na apreensão do que a cidade tende a oferecer. É enquanto espaço de convergência de parcela significativa de Campina Grande e de metáfora da sua sociabilidade que os Calçadões remetem a operações de “desvios” na espacialidade do centro.

E nessa medida irrompem os ambulantes a tática da necessária formulação de atuar “dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por este controlado” (CERTEAU, 1994, p.100). É neste espaço, relativamente ‘controlado’ pelo poder público, que os ambulantes se apoderam em um esforço de abrir brechas em lugares de vivências e reconduzir outras práticas na cidade, a favor do uso ordinário que elaboram:

Não satisfeitos com a localização na Praça da Bandeira para onde haviam sido transferidos pela Secretaria de Serviços Urbanos da municipalidade, os camelôs resolveram por conta própria abandonar o local invadindo novamente as ruas Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro, de onde haviam sido retirados (Grifo nosso).<sup>202</sup>

O território dos Calçadões é anunciado como negação a um discurso hegemônico, transgressão da imagem pautada por seus planejadores, denúncia de uma ordem pública no qual é possível se perceber a elaboração de uma bricolagem inventiva às tensões ali existentes; práticas de criação e produção de um território próprio aos ambulantes.

De tal modo que o discurso da extinção dos Calçadões passa a denotar, mais uma vez, a representação de um lugar que irradia as transformações mais gerais que repensam o passado e o presente de Campina Grande, em sua configuração econômica, cultural e política, e o que formula a manifestação de distintos territórios que (re) criam cenários identitários da rua em Campina Grande:

(...) é conhecido como o coração da cidade, o lugar onde tudo acontece e de onde tudo se vê. O Calçadão da Rua Cardoso Vieira é o tradicional ponto de encontro de aposentados, artistas, intelectuais, professores, políticos, (...), mas também onde acontece o “comércio negro” das

---

202 CAMELÔS. DB, 29 jun. 1983 (Opinião).

*armas, mortes, drogas, assaltos e prostituição.* É o palco dos artistas de rua, cantores de ocasião, pregadores do evangelho e contadores de piada. É o canto do fuxico e da fofoca.” *É a boca maldita.* “Boato bom e ruim, tudo começa aqui.”, como diz os mais antigos comerciantes do local. *O local parece ter encanto.* (...). Quem vê não acredita que o local possa ser o termômetro da cidade. É uma rua estreita e pequena, com alguns bancos para sentar e pequenos comércios (...). Pelo local diariamente passam milhares de pessoas (...) (Grifo nosso).<sup>203</sup>

As intervenções públicas que ocorrem neste espaço, desde a década de 1970, acirram o conflito entre a imagem de Campina Grande em seu espaço público de tal modo que confere ao Calçadão o significado que perdura, desde a sua construção: lugar identitário, relacional, histórico e político, operação espacializante que implica bem mais do que em outros equipamentos urbanos uma ordem de representação do lugar, pois o Calçadão desde a sua inauguração dispõe ao campinense e ao ambulante, de forma mais específica, a imagem da cidade associada à sociabilidade dos seus habitantes:

Tradicional local de bate-papos, conversas políticas, transações econômicas e generalidades íntimas da vida dos outros — autênticos confessionários público e coletivo de toda a cidade — com seus bancos e apetrechos, outros, o Calçadão é por igual outro elo desse complexo de recreação social de que Campina se utiliza, hoje. (...).<sup>204</sup>

O Calçadão se estabelece como o principal lugar de sociabilidade de Campina Grande que nomeia quase sempre a imagem positivada da cidade, vinculada às normas de convivência social, lazer, entretenimentos

---

203 CALÇADÃO chega aos 25 anos e se mantém como centro de irradiação. JP, 29 set.

2003 (Caderno Cidades — Helda Suene).

204 O CALÇADÃO. DB, 12 dez. 1975 (Editorial).

e sensibilidades que imprimem uma visão lúdica desse espaço.

O espaço do Calçadão estrutura a experiência definida pelas imagens que o demarcam também como operação dos *contra-usos* incorporados ao passado da cidade; representação de um templo faústico das práticas de domínio popular e associado por ideias de ócio, prazer, fofoca, trabalho e política presentes na rotina da cidade e nos modos cotidianos de conviver dos campinenses. Expresso como local lúdico que povoa o discurso de frequentadores e personagens que se fixam na representação da cidade:

O Calçadão tem personagens pitorescos que são o charme do lugar. Entre as “figuras” mais conhecidas está o “Gordo do Calçadão”, (...) que frequenta (sic) o ponto há mais de 20 anos (...). A rua tem o canto especial onde os garçons se agrupam, o local onde o pessoal do Fisco “bate o ponto”, o lugar onde as bandas costumam se apresentar, a ponta da feira de troca.” Cada categoria tem seu canto de bate papo e negociações”. Disse um “jurássico” do Calçadão, o Advogado Wellington Barbosa do Nascimento, mais conhecido como Wellington do Queijo. Ele é um dos mais antigos ocupantes da área e sua barraca é ponto de referência na área. Wellington classifica o Calçadão como catedral da política, do futebol e da fofoca, onde “qualquer boato se espalha feito um rastilho de pólvora” (...). Outra figura folclórica da área é “Biu do Violão”, fã ardoroso de Roberto Carlos. De chinelo no pé, boné na cabeça e um violão na mão, o “Roberto Carlos do Calçadão” dedilha seu violão enquanto entoava velhas canções do rei aos fregueses que tomam calmamente seu cafezinho, num dos pontos mais tradicionais do Calçadão, (...). Tem também Toinho do Triângulo, que apesar de ser analfabeto, desenrola nos bancos todos os “pepinos” que os comerciantes da área lhe pedem. Tem Ronaldo, o Seresteiro, (...). É comum encontrar também por lá “Edvaldo Coto”.

Ele anda sempre com uma Bíblia debaixo do braço, (...). Para todos esses frequentadores (sic), o Calçadão é um lazer (...).<sup>205</sup>

Ao metaforizar a imagem de Campina Grande pelos usos e vivências neste espaço, o Calçadão assume a relevância jamais ocupada no contexto da cidade, como espaço econômico e social mais ativo. Espaço público mais significativo da cidade, de onde os usos e as relações nele praticadas se tornam mais propícios a tensões, permite-nos formular a ideia de que o Calçadão, paradoxalmente, já nasce em conflito com os usos<sup>206</sup> da rua:

A construção do calçadão da Flórida, que a Prefeitura deverá iniciar ainda este mês, constitui obra de primordial importância no plano urbanístico da cidade, destinada à recreação das pessoas, numa cidade pobre de lazer como Campina Grande. Contra esta iniciativa louvável do Prefeito Evaldo Cruz, levantaram-se, porém, alguns motoristas de táxis pelo fato de terem ali os seus pontos de estacionamento. Não procede, entretanto, o protesto dos motoristas (...). A Prefeitura é que não deve nem pode submeter-se a exigências de quem quer que seja, quando precise realizar obras de reconhecido interesse público.<sup>207</sup>

É o Calçadão que, enquanto lugar e por uma mesma dimensão, usa e interroga o modo pelo qual se organiza, transforma e articula a relação entre os ambulantes e a cidade. Padrão de referência da construção de

---

205 CALÇADÃO chega aos 25 anos e se mantém como centro de irradiação. JP, 29 set. 2003 (Caderno Cidades — Helda Suene).

206 Cabe observar as inúmeras polêmicas que os jornais traziam, á época, sobre a necessidade, ou não, da construção do Calçadão da Flórida. Executado em apenas 03 meses, a ideia de sua construção, de acordo com alguns relatos encontrados nos jornais, surgiu a partir de uma visita realizada pelo então prefeito Evaldo Cruz à cidade de Curitiba - PR.

207 CALÇADÃO da Flórida. DB, 09 ago. 1975 (Editorial).

uma imagem de Campina Grande, o Calçadão se faz a partir da sua importância na cidade enquanto lócus exclusivo das sociabilidades de domínio popular; da rica experiência urbana que pauta.

É o que o define como espaço público constituído por uma *ambivalência dos lugares*, de um espaço que nem é privado, nem é público (BAUMAN, 2000). O Calçadão aporta um território, uma pertença de significados visíveis à imagem de Campina Grande e suas partes.

São significados muitas vezes constatados pela negação, eliminação ou ocultamento da vitalidade do espaço mais popular da cidade. É por esta ambivalência que os ambulantes dotam o Calçadão de um valor que se remete às disputas ocorridas na cidade, abrange arranjos e tensões que se supõem para além deste espaço.

Isso em uma dinâmica que aponta para o agenciamento e uso de determinada parte da cidade, onde se entrelaçam os ambulantes em sua territorialidade ao comporem o lugar de onde se movem. Maneira de se nomearem e demarcarem seus espaços por uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço (HAESBAERT, 1997).

Neste sentido, território tem a ver com poder, dominação, e com o sentido mais simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2005), de modo que a própria dinâmica de ocupação do Calçadão e da relação do ambulante com a cidade insere uma territorialidade, expressa pelo lugar que comporta a ordenação<sup>208</sup> de um espaço, apropriado e correlato às desigualdades, contradições, movimentos e tensões.

O território carrega consigo as experiências que o sujeito, o grupo e a história do grupo naquele espaço tiveram: “(...) processo de interação que permite a convivência de diferentes grupos no mesmo ambiente. (...), formas de interação social cujo eixo se funda no sistema de classificação de território, (...)” (CARNEIRO, 2009, p.220).

Tal classificação funda um dualismo, inscrito nas representações de determinados grupos sociais sobre a cidade (ambulantes, poder

---

208 Nestes termos, e a título de registro, interessante destacar a forma em que se dá a ordenação do espaço do ambulante quando da instalação dos “pontos” e posicionamentos do vendedor — sua postura, vestes e proximidades com outros que disputam uma mesma calçada ou ‘ponto’ para negociar.

público, comerciantes, transeuntes) e se opera pelas “distâncias” e oposições. É por estes “distanciamentos” que os ambulantes são entendidos e avaliados pela cidade e seus agentes hegemônicos, a exemplo do poder público e comerciante formal, agentes que lançam mão de um discurso que refere *o que é, e quem é quem na cidade*:

Em ofício enviado o Prefeito Enivaldo Ribeiro, o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado da Paraíba, por exemplo, *destaca como “nefasta a presença dos camelôs nas ruas centrais da cidade, fazendo uma concorrência desigual e provocando prejuízos aos que fazem o comércio legal.”* O Clube de Diretores Lojistas de Campina Grande, por sua vez, (...), diz o seguinte: “Diante da problemática existente no Centro Comercial de nossa cidade, com os *transtornos causados pelos vendedores ambulantes, desfigurando nossas principais ruas*, vimos solicitar providências imediatas para a *retirada dos vendedores* (...) (Grifo nosso).<sup>209</sup>

Em contraposição a esse distanciamento e não correspondência ao que guarda a relação acima, os ambulantes potencialmente movem as imagens de Campina Grande por um arranjo que, competindo ou se complementando com outras partes<sup>210</sup> da cidade marcam uma outra dinâmica urbana local. Cenário esse que estabelece a fronteira que simboliza a separação espacial de um preconceito, ao ter por base a localização e origem geográfica da atividade econômica praticada pelos ambulantes. Isso impõe maior rebatimento conferido ao uso de um território onde o preconceito “(...) é justamente aquele que marca (...) pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, (...)” (MUNIZ, 2007, p.11).

209 VENDEDORES ambulantes instalaram-se ontem na Praça da Bandeira. DB, 03 jul. 1982 (Editorial).

210 Como exploraremos mais a frente, na convergência pela busca de uma Campina Grande e menos segregada, posta pelos movimentos de luta pela moradia a partir dos anos 1980.

A lógica que circula no interior da ordem homogênea e disciplinadora do espaço incorpora o discurso assertivo e imperativo de caracterização dos ambulantes como empecilho a diferentes grupos — dos transeuntes aos comerciantes, por exemplo, por estes desfazerem, de acordo com essa lógica, a paisagem citadina projetada à ‘Rainha da Borborema’.

É essa paisagem que recorta o centro e que agora se realiza por distintas e múltiplas espacialidades em seu interior; paisagem que toma forma de uma problemática (a dos ambulantes) e se desenvolve fora do âmbito normativo oficial. Paisagem que se move por elementos contrários aos ambulantes e à sua presença na área central da cidade: “Ultimamente tem aumentado o número de vendedores praticistas e ambulantes nas ruas centrais da cidade. Fato este que está preocupando, não só as autoridades como também a *população da cidade Rainha da Borborema, que enfrenta uma verdadeira batalha (...)*” (Grifo nosso).<sup>211</sup>

Sobre essa questão é preciso entender a noção de paisagem por um sentido amplo, pois, longe de ser um elemento natural, a paisagem é constituída por relações que têm por referência o lugar, dispositivo tático sobre o qual se movem os ambulantes.

Não se trata de focar a paisagem como uma simples construção estética ou sensível de apreensão da natureza no trabalho de adaptação e transformação ao meio, em uma distância de olhar sobre o vivido, mas de ver e ler o que se coloca fora desse contexto (PESAVENTO, 2006). Essa configuração particular do espaço, por seu turno, se encontra na maneira como se qualificam as atividades dos ambulantes.

Paisagem social que, cuidadosamente e de maneira precisa, joga com a forma e o ritmo pelo qual se desenha o processo de mudança em curso no espaço central de Campina – tensões, permanências e rupturas que marcam as transformações urbanas. Podemos dizer que essa paisagem norteia a leitura que os ambulantes realizam de Campina Grande.

Percebida pelo que transforma, elimina e restitui em termos das funções urbanas quanto ao uso do espaço público, a paisagem social classifica a rua e seus espaços: a cidade oficial zoneada, as formas de lazer, os espaços públicos privilegiados da área central e as partes reservadas

211 AMBULANTES e pedestres travam uma batalha por espaço nas ruas centrais. DB, 20 dez. 1991 (Caderno Cidades).

à circulação de pessoas e ao comércio formal. Tudo isso possibilita aos ambulantes, diferentemente, se apropriarem da remontagem desses espaços pelo o que recorta, organiza e explicita como remontagem da paisagem social melhor compreendida na experiência que vivenciam os ambulantes nos Calçadões e nas sociabilidades que gravitam em torno da rua.

Sinônima de atração e repúdio, aproximações e afastamentos de um espaço urbano também transformado, a paisagem social dos ambulantes se coloca por imagens cidadinas em que estes não poderiam se organizar (espacialmente) e, também, se forja a paisagem – imagem distintiva de Campina Grande:

Faltou pulso e sensibilidade às pessoas que decidiram pela manutenção dos vendedores ambulantes (...). Diante dos protestos, sabiamente decidiu-se concentrar a todos os camelôs ao lado da Praça da Bandeira. *Solução prática, sem criar problemas sociais* (Grifo nosso!). (...) Acertou-se a data da transferência várias vezes e depois o que se presenciou foi um vai-vem (sic) de causar indignação e risos. E decidiram que os camelôs permanecessem espalhados (...) desfigurando o ambiente de lazer e de livre trânsito para os pedestres. Resta tão somente identificar o porquê da não efetivação da transferência talvez bafejada pelos ventos eleitoreiros de 15 de novembro.<sup>212</sup>

Essa paisagem cidadina ilustra e representa os ambulantes e suas práticas como (novos) ‘ilegalismos’ do mundo social da cidade e de não aceitação dos significados destes, em seu interior. Paisagem compreendida pela leitura dos ambulantes no espaço citadino e pensada a partir de uma experiência, repleta de significados materiais e simbólicos.

A paisagem social dos ambulantes no centro comporta o significado de uma divisão espacial, que assinala sentidos díspares de conflitos aí gerados. Conflitos que marcam a produção de um lugar e as transformações operadas pelos ambulantes, no desenho social dos traçados e

212 VAI-E-VEM (sic). DB, 07 jun. 1982 (Caderno Cidades).

usos das ruas centrais de Campina Grande.

Esse desenho social se revela intercambiável às resistências dos ambulantes e se realiza como desconstrução de um discurso, isto é, do poder público ao homogeneizar a paisagem social e o que representa o ambulante e sua prática na imagem de Campina Grande. Pois, há um discurso posto pela PMCG em associá-los, insistentemente, à imagem do caos urbano que afetaria Campina. Na ótica desse discurso, os ambulantes não teriam custos de localização, aluguel e impostos; em contraposição ao lugar legalizado pelo comércio formal.

O discurso público constitui assim, quase sempre de maneira preconceituosa e estereotipada da paisagem dos ambulantes pelo centro da cidade, pressuposto do limite de ordenação no espaço onde estes se movimentam. Não obstante o que é notável de se considerar é a referência que os ambulantes fazem sobre a imagem de Campina Grande em seu espaço público.

Toma-se a rua como lugar onde realizam a itinerância de seu comércio e, paralelamente, anunciando à cidade novos usos e paisagens. A rua é o recorte, é o atalho, espaço paralelo de manifestar, denunciar e dar visibilidade sobre a expansão do comércio informal e sua prática em meio às contradições dos processos socioespaciais presentes na cidade.

A rua é sugerida por formas ativas de os ambulantes se dirigirem ao espaço público, de resistirem ao circuito do poder público, doravante os modos de ação acionados neste espaço:

Somente na manhã de hoje é que os ambulantes vão desobstruir o quarteirão da Rua Simeão Leal, Centro, entre a Rua Maciel Pinheiro e a feirinha de Frutas da Rua Peregrino de Carvalho. Eles avançaram a faixa lateral e colocaram as barracas no meio da rua, impedindo a passagem de carros. A obstrução foi um protesto do Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Pracistas (Sivepa), para forçar a Prefeitura a instalar blocos de “gelo baiano” ao longo daquele trecho da Simeão Leal, demarcando a faixa onde as barracas devem permanecer (...).<sup>213</sup>

---

213 AMBULANTES interditam a Rua Simeão Leal. DB, 17 jun. 1985 (Editorial).

Dessa forma, a imagem de Campina Grande é sinônima da trama de organização classificatória que associa os ambulantes ao *ethos* de desordem, indisciplina; desvio de uma imagem e de um modo de entender e valorizar a cidade. Esse discurso adquire um *status* em termos qualitativo junto à população local na medida em que a definição dos usos, do que deve ou não ser ocupado como “pontos” por ambulantes.

O que só acentua a controvérsia no exercício de um poder público sobre a cidade, ao espacializar a subordinação da escolha por lugares cuidadosamente projetados como de uso aos ambulantes. Nestes termos, fundamenta-se o discurso da transferência dos ambulantes do centro, por uma operação de *segregação dos lugares* “(...) entendida não em sua dimensão objetiva, com um fenômeno ou processo dado e, sim, como um fenômeno a ser explicado perante outros processos econômicos, políticos e/ou culturais. (...)”. (CARNEIRO, 2009, p.196).

Segregação essa que pensa o valor atribuído ao espaço público ocupado pelos ambulantes através da classificação gerada pela porosidade entre legal e ilegal, ordem e a desordem; pureza e impureza. Nesta referência, destaca-se a combinação de ações que “autorizam” determinadas práticas postas pelos ambulantes no centro principal, a partir do que o poder público define como local ideal a essa prática econômica. Daí por que a transferência para o chamado shopping popular, camelódromo ou outras denominações ou classificação acionadas pelo poder público definem o desenho da territorialidade do comércio ambulante na cidade:

Iramir [Então, Secretário de Obras – PMCG] explicou, (...), que está disposto a conversar com os ambulantes e entrar em um entendimento (...). Posteriormente, os também cadastrados serão remanejados para um local com toda a infra-estrutura (sic), que pode ser chamado de shopping popular, camelódromo ou outras denominações’, disse.<sup>214</sup>

### A possibilidade de reorganização das ruas centrais, pela retirada dos

<sup>214</sup> PMCG ADIA ação contra camelô – Secretaria de Obras vai esperar que os não cadastrados saiam da rua espontaneamente. DB, 23 jan. 1999 (Editorial).

ambulantes, é acionada por poder público e comerciantes como possibilidade de revalorização do comércio formal. Subsumida a determinados usuários desse espaço [desigual] e temendo simplesmente por ser outro. Explícito processo de distinção social, onde a ordem é extinguir os ambulantes e suas paisagens de modo a “devolver” o centro aos transeuntes, revigorar o comércio, estabelecer a imagem (re) vitalizada de Campina Grande em um, amplamente divulgado, reencontro da cidade consigo mesma.

Reencontro que é oficialmente potencializado pela vinculação da imagem de Campina Grande a uma difusa prática de enobrecimento urbano a qual o centro passaria como vitrine da cidade e amplo destaque de uma imagem de Campina Grande e seu patrimônio histórico. Patrimônio acionado para fortalecer o comércio mais tradicional, o turismo, o setor de serviços, pelo intuito de atrair novos negócios e impulsionar o investimento do capital tecnológico quando da competição entre cidades.

Desse modo, o poder público redefine as formas de produzir e circular a imagem da cidade pela estratégia de vender Campina Grande, através de seu atributo histórico. É por este atributo que se concretiza a tentativa de expulsar e extinguir a paisagem dos ambulantes do centro, em nome de uma memória que vincula uma espécie de retorno nostálgico do centro principal de Campina.

Nomeia-se um discurso que se ampara na revitalização do centro histórico da cidade e, em especial, do conjunto arquitetônico em *art déco*, como termo análogo que assume estrategicamente a necessidade de realocar (leia-se expulsar!) os ambulantes do espaço público da rua. Para tanto, o poder público teria ainda que se deparar com a cenografia dos ambulantes em seus *contra-usos*, como trabalharemos a seguir.

## **A CENOGRAFIA DOS AMBULANTES EM SEUS *CONTRA-USOS***

A inserção dos ambulantes no centro de Campina Grande, aqui a ser trabalhada, é percebida pelos *contra-usos* que estes fazem no espaço dos Calçadões. A presença dos ambulantes se intensifica a partir do contexto da crise atravessada pela cidade, com a diminuição do número de empregos na indústria e decadência do seu comércio tradicional;

atividade esta que historicamente participa das transformações pelas quais tem passado Campina Grande.

O centro da cidade será o lugar propício à prática econômica dos ambulantes e das disputas que caracterizarão a produção de uma nova paisagem social, na relação entre imagem e espaço público na Campina Grande contemporânea. Essa paisagem estaria disposta de forma hierárquica, organizada a partir de uma imagem-síntese [*a cidade da crise*] e de discursos que acompanharão a requalificação do seu centro pela construção de uma trama.

Tal trama revela um lugar onde se redefinem sujeitos, tempos e significados da imagem de Campina em seu espaço público. A leitura dos ambulantes expressa uma espécie de resistência relacionada ao comércio informal no espaço público de Campina Grande e suas condições de trabalho, fazendo-se presente nas astúcias acionadas quando da relação entre ambulantes, poder público e comerciante formais.

Projeta-se uma relação onde os conflitos na cidade partem dos *contra-usos* que fazem os ambulantes, escritos sob outra cartografia: a lei da rua, das disputas dos “pontos”, das sociabilidades e ambiências derivadas de práticas que se filiam distantes do desenho urbano das autoridades.

Esta relação tem por ponto de vista a significação social e política que opera o espaço reformatado por novos usos em um processo de reapropriação, que se intensifica com transformação da percepção de usuários e cidadãos do centro principal de Campina Grande e em sua paisagem urbana apropriada pela dimensão simbólica, capaz de representar o espaço e o jogo que ressignifica esse espaço (CORADINI, 1995).

Ao discutirmos as práticas que caracterizam esta relação, estaremos percebendo como e o que constituem os ambulantes na cidade a rica experiência social, definida pelos rumos de suas inserções no centro e na problemática acentuadamente visível a partir do contexto da chamada ‘década perdida’ e das tensões implicadas sobre a imagem do espaço público em Campina Grande.

Como vimos anteriormente, a partir dos anos 1970, há uma justaposição das ocupações ocorridas na “organização” do tecido urbano

central de Campina Grande<sup>215</sup> onde aos ambulantes se reservaram duas imagens (vide Figura 50), ambas estabelecidas por relações assimétricas em torno de um mesmo lugar – o centro.



**Figura 50** - Os ambulantes e suas errâncias (I)

**Fonte:** DB 07 jul. 1982.

Uma primeira imagem é orientada pela norma, na tentativa de manter a cidade sob o domínio e controle oriundos do poder público e uma outra, a segunda imagem, vincula os ambulantes como sinônimos de transgressão da imagem anterior. Duas imagens fechadas em si mesmas, reconhecidas enquanto tensão e expressão da inscrição dos ambulantes em Campina Grande.

Nesse processo, os ambulantes jogam com o espaço da rua, espaço esse que se constitui pela restrição da função pública em seu uso em uma relação de oposição estabelecida entre as imagens hegemônicas, projetadas sobre a cidade, e os sentidos da rua. Os ambulantes potencializam um conflito a partir das mudanças ocorridas no território da rua, do centro da cidade, e, nessa medida, organizam os *contra-usos* do espaço público dos Calçadões.

*Contra-usos* esses que, aos olhos do comércio formal e do poder público, geram uma “nova” paisagem social de Campina, trazida pelo que

215 Conforme trabalhado no capítulo II.

a cidade lhe reservara aos ambulantes (vide Figura 51). É nesta recomposição de territórios que se torna interessante perceber as imagens dos ambulantes, por um legado negativo da crise que atingira Campina em meio ao fechamento de grande parte do seu parque industrial e estabelecimentos comerciais.



**Figura 51** - Os ambulantes e suas errâncias (II)

**Fonte:** JP 14 out. 2008.

Os ambulantes emergem como destacado objeto de reflexão sobre Campina Grande e, ao mesmo tempo, como incessante disputa entre diferentes ordens na cidade. Disputa que tem por lugar-comum discursos e práticas, incorporadas por interesses assimétricos que passam a articular a experiência urbana e o uso do espaço público em Campina Grande:

(...) grande parte dos camelôs ainda continua instalada nas calçadas das ruas principais de Campina Grande, impedindo a passagem dos transeuntes e dificultando aos estabelecimentos comerciais desta cidade.  
(...). *As calçadas da grande maioria das ruas centrais campinenses são obstruídas pelos camelôs que, com suas*

*despadronizadas barracas, impedem a passagem dos transeuntes e, por outro lado, dificultam o acesso aos estabelecimentos comerciais, fato este que provoca sérios aborrecimentos entre eles próprios e os comerciantes (...)*  
(Grifo nosso).<sup>216</sup>

Assim, as intervenções do poder público no centro tomam e afirmam Campina Grande em suas imagens pela tentativa de expulsar os ambulantes deste espaço. Como se possível fosse ocultar, negar e não permear o uso identitário desses usuários na imagem da cidade:

A partir de agora, a ordem é retirar todos os vendedores que forem encontrados nas ruas centrais da cidade, (...), num trabalho que visa à devolução dos transeuntes dos espaços ocupados pelos camelôs e melhorar o aspecto urbanístico da cidade, que vive a iminência de uma invasão de turistas que vem para o maior São João do Mundo (...).<sup>217</sup>

Projetado por esta dimensão, o poder municipal formula uma série de instrumentos que tende a constituir o agente legitimador e ordenador da imagem consensual, sobre valores e normas imprescindíveis à ordem pública na cidade. Impede, assim, a mobilidade de práticas e atividades dos ambulantes neste cenário; pela consideração destes como um problema de ordem social, estética e policialesca que necessitava ser banido da imagem pública de Campina Grande.

Identificamos, assim, os arranjos disciplinares impostos pela interdição de barracas, apreensão de mercadorias, retirada de balaios e ameaças a qualquer forma de trabalho dos ambulantes. A respeito disso é interessante assinalar que:

(...) por trás da imagem consensual de civilidade e civismo, do espaço público pacificado, uma “outra

---

216 AMBULANTES ainda ocupam calçadas de ruas centrais. DB, 06 jan. 1988 (Editorial).

217 GUERRA aos vendedores de frutas. DB, 10 maio 1988 (Editorial).

cidade”, desigual e agonística, está escondida. Esta “outra cidade” escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca (...) — por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais — existe e resiste por trás de todos os cartões postais das cidades espetaculares contemporâneas e esta poderia ser vista de fato como uma forma de resistência ao processo de espetacularização. As imagens (...) consensuais não conseguem apagar essa “outra cidade” latente e pulsante dos espaços opacos lisos dissensuais. Estes espaços não correspondem às imagens criadas e vendidas pelo marketing urbano, mas são sempre de uma intensa vivacidade (JACQUES, 2004, s.p).

Não podemos deixar de pensar no esvaziamento deste sentido, pela própria permanência dos ambulantes nos principais espaços públicos da cidade em meio à tentativa de apagamento de uma outra Campina. Em resumo, a tentativa de negar a prática econômica dos ambulantes no espaço central da cidade, dispositivo bastante utilizado pelo poder público, termina por reforçar a negação da cidade com problemas decorrentes da cenografia da rua, marca das errâncias de ambulantes e pobres urbanos; nômades na própria cidade.

A imagem de Campina Grande no seu espaço público é sustentada assim pela maneira como os ambulantes desfazem a ordem estabelecida e reempregam um sistema próprio, diferente e não redutível às metáforas e crenças do poder público. Neste cenário, dois universos distintos se impõem – a cartografia da rua e a tentativa de sua ‘domesticidade’; estratégia do poder público em impor uma dualidade, perigosa e recorrente, à separação física e social dos ambulantes na cidade, ao proibir suas práticas e atividade econômicas.

Juntos, estes universos (a rua e sua tentativa de domesticidade) põem em discussão a paisagem que desloca a imagem de Campina Grande, vocacionada para o trabalho e a pujança ligada à diversificada atividade comercial, a Campina ordeira e progressista acionada por suas imagens-sínteses. Os ambulantes fundam uma forma diferenciada de nomear

Campina (vide Figura 52), em modos de agir, tantas vezes ocultados, sob a ordem oficial estabelecida.



**Figura 52** - A cidade negada

**Fonte:** JP, 31 maio 2001.

Desse modo, a figura do ambulante surge na imagem contemporânea de Campina Grande, na relação com o espaço público, como algo que não deveria ser referenciado em sua dimensão física, simbólica, nem tão pouco pública. Isso condizente com a representação (sempre negativa) deste personagem nos espaços públicos: ao mesmo não poderia perdurar a imagem duradoura da cidade.

Os ambulantes representariam o espaço acionado pela rubrica do poder público, a (não) estética da cartografia da cidade; processo esse que será estrategicamente apoiado como "reinvenção" do centro através da retórica disciplinar da construção da imagem do espaço público de Campina Grande. Recurso que nega as evidências dos *contra-usos* e do processo que oferecem os ambulantes em suas praticas:

(...) a fiscalização nos calçadões de Campina Grande continuará. É objetivo da Prefeitura manter os calçadões exclusivamente destinados aos pedestres. O incidente de anteontem em que fiscais da Secretaria

de Serviços Urbanos agrediram vendedores de frutas e quase foram linchados não intimidou nem a prefeitura (sic) nem a SSU. A ordem é continuar fiscalizando (...). Ainda conforme Edvan [então, Secretário de Serviços Urbanos], *boa parte dos ambulantes obedecem às leis. 'O que acontece é que muito deles, insuflados por lideranças sindicais ou mesmo com intenção de tumultuar os serviços da SSU, vão para o calçadão, mesmo sabendo que é proibido. Isto é uma forma errônea de proceder, pois criam conflitos perfeitamente desnecessários, além de gerar problemas para os populares que se encontram nas imediações da área conflituosa'*, observou. Para o Secretário, (...), a Prefeitura também sabe das condições dos vendedores ambulantes, mas não irá recuar no cumprimento da ordem na cidade. (...) (grifo nosso).<sup>218</sup>

Descaracterizar a imagem pública do ambulante, como resíduo de uma paisagem histórica da *cidade em crise*, é desvinculá-lo de qualquer sentido de pertencimento, ao que se constitui como identidade do comércio local. Esta estratégia, acionada pelo poder público, reserva aos ambulantes a característica secundária de uma presença surgida, quase que “ao acaso”, na imagem de Campina Grande.

Desse modo, promover a imagem do centro pela recuperação das vivências e vínculos do comércio formal com este lugar:

*Era pujante o comércio da Campina Grande. A rua Maciel Pinheiro — centro vital do nosso comércio — há mais de cem anos vinha se impondo como principal artéria comercial da cidade. (...), na última década [1980], (...), permitiram a proliferação do comércio paralelo, com barracas móveis, desenvolvido por camelôs, (...). Os calçadões foram construídos com outra finalidade e por outra mentalidade. O então Prefeito ENIVALDO RIBEIRO (sic), edificou os calçadões pensando em*

---

<sup>218</sup> A GUERRA dos camelôs: Secretário diz que ‘rapa’ vai continuar DB, 23 mar. 1991 (Caderno Cidades).

permitir tranquilidade (sic) aos transeuntes na oportunidade das compras. A demagogia política dos seus sucessores, permitindo a ocupação daquela artéria pelos camelôs, contribuiu para a derrocada do comércio ali existente e então próspero (...) (grifo nosso).<sup>219</sup>

Por essa constatação, vemos as práticas dos ambulantes por maneiras próprias de fazer (vide Figura 53) que, ao se combinarem como resistências e deslocamentos, remetem a desarticular a racionalização e mitificação estratégicas que instauram o texto da cidade planejada do discurso urbanístico. Exclui-se, assim, a base do espaço público, ao diferenciar e hierarquizar-lo através da produção funcional da *cidade-conceito*, definida enquanto *organização racional*; estabelecimento de um *não-tempo* e, por fim, a criação de um *sujeito universal e anônimo* que é a própria cidade.<sup>220</sup>



**Figura 53** - Práticas dos ambulantes na cidade

**Fonte:** DB, 20 dez. 1991.

Ponto de junção entre o *sábio* e o *comum*, as maneiras de agir são fundamentais por tecerem um espaço distinto do que insiste em suprimir

219 O PARQUE dos camelôs. DB, 17 ago. 1992 (Odimar Agra).

220 Conforme CERTEAU, 1994.

e fazer desaparecer os ambulantes. Tomam, por inverso, a designação dada aos ambulantes em astúcias que se definem pela experiência.

Nesse sentido, em relação aos parâmetros que regulam as práticas e procedimentos no espaço público da cidade, a cartografia transcrita pelos ambulantes na rua subverte regulamentos e discurso oficiais e configura a escrita alternativa das imagens de Campina Grande.

A imagem do espaço público dos Calçadões é apresentada como localização (não permitida!) dos ambulantes que de maneira tática se apropriam da maior área de circulação de pessoas. Tática aqui pensada como maneiras pelas quais os cidadãos vivem a cidade e a praticam por marcas que impõem outros territórios, outras formas de ver, habitar, ler, questionar e problematizar a cidade. Natureza precisa da operação de burla; astúcia e do *fazer com*, pela qual os ordinários da cidade se utilizam da estratégia do forte.

A partir de constituição das práticas cotidianas e dos gestos hábeis dos usuários na cidade, torna-se necessário compreendermos, para além de simples distinção, atributo precisado a partir de Certeau (1994), quanto ao recurso traduzido por estratégias e táticas:

(...). Chamo de *estratégia* (Grifo do autor!) o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir de um momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* (Grifo do autor!) suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* (Grifo do autor!) e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). (...).

(...), chamo de *tática* (Grifo do autor!) à ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a função de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno

que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (...) a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, (...) e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende (...) (CERTEAU, 1994, p.99-100, grifo nosso).

A noção de *criatividade sub-reptícia* marca assim a produção do espaço sobre o qual se assenta a paisagem urbana contemporânea de Campina Grande, em sua relação com os ambulantes (vide Figura 54). Regulações levantadas pelos conflitos na prática do comércio informal, dos “formalmente não autorizados” a projetar o espaço da rua como arranjo do comércio local.



**Figura 54** - Conflitos no uso do espaço público

**Fonte:** DB 29 set. 1989.

De modo que a construção das táticas desnuda o lugar praticado de que se valem os usuários, nas delimitações espaciais que realizam como método e que consistem em isolar a geografia do discurso estratégico

na cidade. Os usuários apropriam-se, como ação, e supõem a existência de um lugar próprio que imprima e neutralize a influência de produção estratégica por circunstâncias particulares de tempo, lugar e competição dadas em metáforas, fissuras, subversões e percursos que põem em jogo a linguagem do traçado oficial da cidade.

Linguagem que sintetiza o lugar praticado como paisagem do centro principal de Campina e seus Calçadões como locais de onde se expressam as vivências dos ambulantes em seu comércio informal, em uma organização própria, contrária ao enquadramento instaurador e idealizador da cidade imposta.

Variam assim de operações, conforme o tipo de uso que definem ao se apropriarem da cidade pelo uso que organiza a forma como se desenvolvem suas práticas e a relação entre o lugar e o não lugar de onde tais práticas se produzem e, igualmente, entrelaçam-se em outras errâncias, a exemplo dos pobres urbanos, que se multiplicam pelo tecido urbano de Campina a título do que distinguem ou manifestam (vide Figuras 55 e 56), diversamente, a cidade e os termos variáveis de seus procedimentos.



**Figura 55** - Usos conflitantes da rua

**Fonte:** DB, 17 out. 1987.



**Figura 56** - Imagem dos *contra-usos* na cidade

**Fonte:** DB, 23 jul. 1999.

A partir dos peradores simbólicos destes lugares (o centro e seus Calçadões), os discursos dos ambulantes são utilizados no cotidiano local, para destacar o lugar de trocas, vivências da inventividade, consolidada na cidade. É nela que as *práticas do espaço* disciplinar correspondem e põem em jogo a distinção das formas empregadas pela ordem espacial hegemônica ao tentar, por exemplo, organizar os ambulantes pelo impedimento destes em prosseguirem no quadro em que se constituem suas práticas e seus percursos nas ruas do centro.

Combinações de estilos e usos que se tornam impossíveis de serem extraídas do contexto em que foram produzidas e eliminadas em suas operações pelo poder público. Sobressaem-se neste ambiente as formas e recursos utilizados como espaço, tacitamente negociados pelos ambulantes ao realizarem a cartografia dos usos na rua e nos Calçadões, especificamente por interações completamente diferentes das então reservadas pelo poder público ou originalmente destinadas.

Clara disputa de um lugar que se irrompe e se constitui por formas próprias de sociabilidade dos ambulantes, lugar praticado e exercitado por um tipo de uso não esperado:

(...). O Secretário de Serviços Urbanos, (...), disse que “os calçadões não foram feitos para a área de comércio. Inclusive eu assumi um compromisso com os comerciantes e o povo para retirar toda venda ambulante. (...) *Precisamos ter em mente que os calçadões sejam o cartão de visita, e lutamos para isto. Campina é uma cidade bonita, temos que melhorá-la.*” (...) Disse ainda (...) que “a decisão já foi tomada e os camelôs têm de aceitar, porque nós estamos propondo o melhor para eles” (...) (Grifo nosso).<sup>221</sup>

Ao serem apropriados como conjunto de práticas que se configuram como dimensão simbólica de manifestações, os ambulantes não se prendem ao quadro oficial ou jurídico das marcas que imprimem o cenário da cidade. Caráter público que destaca e recupera os usos (conflitantes) da rua e os problemas daí decorrentes; mais precisamente, pela subversão espacializada dos usos; espécie de remodelação de usos no espaço dos Calçadões:

*Providencial invenção dos urbanistas, os famosos calçadões, tão adequadamente aproveitados nos centros maiores do País, encontraram em Campina Grande o inverso das suas finalidades. Se em outros recantos eles se prestam ao ir e vir descontraído, (...), aqui eles espantam o cidadão abastado — aquele de poder aquisitivo mais elevado e acabam por prejudicar a própria atividade comercial. Nossos calçadões Venâncio Neiva, Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira viraram feira! (Grifo nosso!). E longe estão de parecer Mercado Persa, pois a proliferação de mercadores e mercadorias não permite mínima comparação. O que temos hoje, nas ruas centrais da cidade, é uma feira sem ordem, onde, misturam-se camelôs (...) e todo tipo de quinquilharia. Já não existe o “passeio público”, mas a desordem pública”. (...).*

---

221 AMBULANTES protestam e não vão para a praça. DB, 17/ jun. 1982 (Caderno Cidades).

Pena ainda que tenhamos de conviver com esse tipo de desordem, prejudicando a distinta classe comercial estabelecida nos calçadões e o público que se arrisca a vir ao centro para as suas compras.<sup>222</sup>

Essa subversão de usos do espaço é atualizada pelos ambulantes ao constituírem os sentidos de suas permanências na rua, *contra-usos* que “(...) controlam a sua própria localização, zombam, assim, dos esforços dos que procuram a pureza “para colocarem o seu lugar”, (...)” (BAUMAN, 1998, p.15).

Os Calçadões implicam em uma espécie de ‘subversão espacializada que nos permite entender as demarcações socioespaciais. Esta postura termina exigindo uma alteração na paisagem política na relação entre ambulantes e poder público, ao portar a tática dos ambulantes deslocarem as estratégias do poder público ao lidar com a problemática:

Os vendedores ambulantes do centro da cidade ficaram revoltados com as declarações do Secretário de Serviços Urbanos, Geraldo Nobre, de que em 60 dias tiraria os camelôs dos locais onde estão instalados. Em Assembléia (...), a categoria decidiu que não aceita a imposição para sair da rua Maciel Pinheiro. E alertam: Campina Grande não é igual a Recife. (...). Os camelôs não aceitam a idéia de serem transferidos para o antigo Terminal Rodoviário. (...). Se o projeto de tirar os camelôs das ruas for colocado em prática. Segundo Márcio Porto [Presidente do Sindicato dos Vendedores Pracistas e Ambulantes], “*os ambulantes campinenses irão reagir à altura*. Não vai acontecer o mesmo que em Recife. Nós somos organizados e poderemos reagir a qualquer tentativa de relocação dos vendedores”, declarou (...)<sup>223</sup> (Grifo nosso).

---

222 CAMINHOS para o camelô. DB, 21 ago. 1987.

223 GUERRA aos camelôs — ambulantes não aceitam sair do centro e desafiam o Secretário. DB, 08 maio1992 (Caderno Cidades).

Um dos eixos das intervenções públicas, no final dos anos 1980 e início dos 1990, passa a ser o esforço mais detido sobre o discurso público da prolapada extinção dos Calçadões, enunciado pela PMCG ao se colocar como guardiã de uma ordem e ação que se figuram pela não aceitação dos ambulantes nestes espaços:

Ao reafirmar, ontem, a possibilidade de extinção dos calçadões situados nas ruas centrais de Campina Grande, o Secretário Edvan Pereira Leite, (...), garantiu que o mais tradicional deles, que fica na Cardoso Vieira não será demolido, por entender que para aquele setor acorrem as mais expressivas personalidades deste município, cuja finalidade relaciona-se ao debate sobre política e a vida da cidade, de modo geral. *Ao fazer esta afirmação quanto à extinção dos calçadões campinenses, o titular de Serviços Urbanos afirmou que isso só acontecerá em caso dos camelôs não seguirem a orientação da Secretaria no que diz respeito à sua reorganização.* Caso eles insistam em firmar onde estão fatalmente os calçadões serão demolidos, advertiu Edvan Pereira Leite. O Projeto que prevê a disciplina dos camelôs já está sendo elaborado, pela Secretaria de Serviços Urbanos e de acordo com o que está sendo traçado, todos os camelôs que se encontram instalados nos calçadões centrais da cidade serão removidos (...) <sup>224</sup> (Grifo nosso).

A paisagem urbana dos Calçadões é reatualizada por um processo sistemático de regeneração em seu uso original, ao exercitar as funções de centro aglutinador e espaço público da cidade alterado na correlação entre usuários distintos – poder público, ambulantes, frequentadores do local, transeuntes e comerciantes.

Esta paisagem é, tantas vezes, destoante do símbolo que o centro e os Calçadões pretensamente guardariam no discurso sobre Campina

<sup>224</sup> SECRETÁRIO diz que pode haver extinção de calçadões. DB, 06 nov. 1987. (Caderno Cidades).

Grande e no plano de valorizações das sociabilidades passadas, espaços que não se sujeitariam às leis e códigos do comércio informal. Subterfúgio necessário à regra discursiva do poder público em “não conflitar” com a cartografia inscrita pelos ambulantes mesmo que em sua pouca, ou quase nula, funcionalidade e aplicabilidade:

*O problema da proliferação de vendedores ambulantes nas calçadas do centro comercial de Campina Grande parece não ter solução. (...). O Código de posturas do Município diz que não é permitido instalar qualquer tipo de comércio nas calçadas, pois impede o passeio público. No entanto, a lei abre uma brecha quando diz que o comércio informal pode ser instalado nestas áreas, salvo com autorização do poder público. A Prefeitura não consegue mais controlar esta situação, apesar das Secretarias de Meio Ambiente e Serviços Urbanos colocarem fiscais nas ruas mais problemáticas. O titular da Secretaria, Carlos Alberto Clemente, informou que os fiscais também conscientizam os vendedores para deixarem o local (...)<sup>225</sup> (Grifo nosso).*

A maneira como os ambulantes concebem e vivenciam o espaço da rua e do seu comércio em um ambiente hostil e excludente se torna tática de também, tal como o poder público, hierarquizar, classificar e separar este espaço. Maneira diferenciada de resistir às ideias-sínteses da *cidade do trabalho*, do *progresso*, cidade moderna e dinâmica.

Lógica de território percebida como constituição de um espaço, que é físico, mas que se configura como espaço social. A construção deste território (vide Figura 57) enfoca questões relativas às práticas sociais definidas e delimitadas a partir de relações desiguais entre ambulantes e poder público.

---

225 COMÉRCIO informal ainda desafia a lei municipal. DB, 27 jun. 1996 (Editorial).



**Figura 57** – *Contra-usos da rua*

**Fonte:** DB, 24 jul. 1991.

Os ambulantes estabelecem uma espécie de campo de forças articulado em um território que refaz as imagens hegemônicas de Campina Grande – cidade do trabalho, povo disciplinado, moralizado – ao reinventarem a cidade apropriada pelos territórios que consigo levam a marca dos Calçadões e da rua: lugar do espaço vivido, projetado, dotado de significados e constituído pela experiência deste grupo, apreensão tátil, resistente, astuciosa e singular que reinscreve outra ordem e disciplina na cidade:

*Não satisfeitos com a localização na Praça da Bandeira para onde haviam sido transferidos pela Secretaria de Serviços Urbanos da municipalidade, os camelôs resolveram por conta própria abandonar o local invadindo novamente as ruas Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro, de onde haviam sido retirados. Essa história de invasões por conta própria que vem se verificando ultimamente em Campina Grande está precisando ter um “basta” (...). A invasão das ruas Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro sem o consentimento da Secretaria de Serviços Urbanos foi um ato de indisciplina que não*

se coaduna com os níveis de civilização e cultura de uma cidade como Campina Grande. (...). Tomando a iniciativa que tomaram de invadir novamente as ruas de onde tinham sido desalojados, os camelôs cometeram uma infração e estão por isso sujeitos às punições legais<sup>226</sup> (Grifos nosso).

Debatendo-se contra essa inventividade dos ambulantes, há um padrão de ação do poder público em uma estrutura “racional”, “técnica” “planejada” que designa a ordem instaurada para evocar o espaço público por uma permanente vigilância que ao que parece principal aspecto em suas intervenções que pereniza e converte, em relativo consenso, as punições às quais estariam sujeitos os ambulantes.

Estratégia de não lhes permitir trânsito livre, no uso do espaço público da cidade, de onde se esquece de que “(...) o dissenso, o qual não é simplesmente o conflito de interesses ou de valores entre grupos, mas, mais profundamente, a possibilidade de opor um mundo comum a um outro” (JACQUES, 2004, [s.p]).

Além disso, elabora-se uma trama que não somente desaloja os ambulantes como modifica e também produz sentidos negativos ao espaço público, ao escamotear as tensões existentes neste espaço e propagar o discurso de um “espaço sereno e sem conflito”, procedendo a um entendimento restrito do espaço público da cidade.

Ao agir com vista a minorar o espaço público, pelo tratamento dado aos ambulantes como trajeto de contraventores, o poder público se apresenta como empecilho à ordem pública e à forma deste experimentar e inscrever o espaço da rua. Não qualquer rua, nem qualquer ator, mas somente àqueles enunciados pela ótica da legalidade, do permitido.

Essa trama desenvolve o reconhecimento do poder público da sua própria (in) capacidade legal da ameaça à forma de trabalho dos ambulantes e dos símbolos de uma inabilidade ao que se produz como condução do conflito com os ambulantes.

É estabelecido o sentido de uma ação pública do espaço e dos lugares públicos na cidade que postula a resignificação da paisagem urbana de Campina Grande, pela introdução de uma incerteza: o ambulante e

---

226 CAMELÔS. DB, 29 jun. 1983 (Caderno Cidades).

seu comércio. Incerteza que realiza o espaço público que se faz ser pelo refugio, ‘estranho’ ou ‘objeto fora do lugar’.

Em volta desse sentido, passam-se as condições da disputa entre ambulantes e poder público no cenário que estabelece a imagem de Campina Grande pela incerteza, gerada no ambulante e seu comércio e expressa por um conflito que acentua a problemática da *cidade apartada*, que traduz a itinerância dos ambulantes e de suas localizações; disputas e dotação de controle sobre uma prática econômica.

Sob essa ótica, seriam os ambulantes e não a ordem “legal” que necessitariam ser avaliados, controlados e solucionados. Todavia, os ambulantes, usuários errantes pela cidade, abrigam-se por relações assimétricas no espaço público de Campina Grande.

Relações diferentemente instaladas e com importantes atores – comerciantes formais e transeuntes – que ameaçam e desarrumam o suposto equilíbrio de tensões no jogo de interesses que perdura a leitura consensual do poder público, em sua também (instável) relação com estes mesmos atores no espaço público:

Com a promessa que fez aos comerciantes da rua Maciel Pinheiro em retirar os camelôs, o prefeito sem dúvida irá provocar uma *verdadeira guerra entre aqueles pequenos comerciantes ambulantes e a Secretaria de Serviços Urbanos, (...). O problema é que os ambulantes teimam em não sair do calçadão da Maciel Pinheiro. (...). Caso realmente o prefeito insista em tirar os camelôs do Calçadão da Maciel Pinheiro, a direção do Sindicato [dos Ambulantes] irá instruir seus associados a não desmontarem as barracas, como eles fazem todos os dias ao final do expediente, e orientar para que se for necessário, eles tragam camas, painéis e acampem no Calçadão, (...)*<sup>227</sup>(Grifo nosso).

Isto insere o discurso de pureza que atribui a visão de ordem imposta à cartografia dos ambulantes como algo sujo, desorganizado, coisas

227 FIM dos calçadões mobiliza os camelôs das ruas centrais. DB, 24 jul. 1991(Caderno Cotidiano).

fora do lugar', dispensáveis ao equilíbrio de tensões. Os ambulantes necessitariam ser organizados, padronizados, legalizados e controlados aos olhos do poder público, para o qual, "Campina não poderia ficar aquém deste comércio":

O problema da proliferação de vendedores ambulantes nas calçadas do centro comercial de Campina Grande parece não ter solução. A cada dia aumenta o número de camelôs e de barracas fixas, deixando os pedestres sem espaço para transitar normalmente. (...). As reclamações dos pedestres são constantes, pois para transitar no centro comercial é necessário passar para as avenidas, correndo o risco de sofrer acidentes. Nos locais onde estão localizados (sic) pontos de coletivos, a situação é mais crítica. Os passageiros não têm espaços de ficar nas calçadas. (...). *Para o secretário [de Meio Ambiente e Serviços Urbanos], a construção do Camelódromo resolveria o problema em parte, porque nem todos os vendedores aceitariam deixar o centro comercial (Grifo nosso!).*<sup>228</sup>

A imagem dos que "estão fora" do legal, do organizado e da disciplina passa a ser reservada aos ambulantes que não teriam lugar certo dentro da idealização da ordem urbana de Campina Grande: coisas sem lugar certo em suas localizações.

Essa imagem tem o propósito de estabelecer a ordem espacial de uma operação segregadora que reedita, por novos termos, antigas versões higienistas do espaço urbano ao se recriar um processo de curetagem social<sup>229</sup> em substituição às práticas dos ambulantes. A não aceitação do lugar onde os ambulantes vivenciam suas práticas (vide Figura 58) firma a imagem necessária à busca e o estabelecimento de processos excludentes, ao deixar claros os espaços controlados pelo poder público.

---

228 COMÉRCIO informal ainda desafia a lei municipal. DB, 27 jun. 1996 (Editorial).

229 Expressão utilizada por Certeau (1994) e que aqui se vincula à estratégia, por parte do poder público, em tentar subtrair os antigos usuários do centro da cidade.



**Figura 58** - A lógica da limpeza – ordem aos que dela “estão fora”

**Fonte:** JP, 11 jan. 2001.

A tradução desse embate recoloca a busca por formas de organização do espaço em recorrência a práticas que acenam o instrumento do “rapa”; aquele que expurgaria a imagem negativa dos ambulantes no espaço público de Campina Grande.

É dessa forma que se reedita a figura do *rapa* como agente que, então, caberia limpar as ruas do centro, expulsar, disciplinar, submeter pelo medo a lógica da limpeza e da ordem aos que dela “estão fora”:

*Tentando fazer uma limpeza nas principais ruas do centro da cidade, totalmente tomadas pelos vendedores ambulantes, a Secretaria de Serviços Urbanos iniciou ontem (...) a “Operação Rapa”, usando um pequeno caminhão e vários fiscais (...). No entanto, devido ao grande tumulto que se forma em torno do tradicional “rapa”, os ambulantes sentiam sua presença a metros e corriam (...). Diante desse fato, poucos foram os ambulantes que caíram nas malhas do “rapa” e que ficaram, assim, revoltados com a atitude do Secretário de Serviços Urbanos, (...), que ordenou a “operação”.*

O trabalho dos fiscais da Prefeitura Municipal durou todo o dia de ontem, mas os resultados não foram muito satisfatórios, já que o número de (...) apreendidos foi insignificante<sup>230</sup> (Grifo nosso).

Porém, em sua capacidade, o “rapa” se revela por reduzidos e insatisfatórios resultados; mais uma vez predomina a idealização de pureza e hierarquização do espaço, perspectiva essa utilizada mesmo quando, em raríssimas e brevíssimas inserções, questiona-se o rapa em defesa do ambulante:

A palavra já choca; “Rapa” (sic). Imaginem a ação! Numa cidade em que a falta de emprego se caracteriza como um dos mais gritantes problemas até hoje enfrentados em nossa história, (...), quando então surge o famigerado “Rapa”. (...). O que querem? (...) O que pretendem que sejam? Marginais!? (...). Gostaríamos que nos fôsse (sic) dado uma explicação! *Se estão a sujar a rua, se estão a impedir o trânsito das pessoas pelas calçadas, se estão molestando de uma maneira ou de outra a população*, por acaso esta cidade é tão organizada assim? Por acaso as suas ruas são tão limpas? Será que são eles também os causadores da sujeira nas ruas? (...) <sup>231</sup> (Grifo nosso).

Ancorado nesse modo específico de pensar a dimensão urbana, em recorrência a práticas marcadas por enfrentamentos e conflitos com o ‘rapa’ e agentes fiscais da ordem pública, o reconhecimento da imagem de Campina Grande na relação com o seu espaço público se coloca por um viés negativo.

Ao representar o ambulante como aquele que suja a rua, impede o trânsito, causa a sujeira, provoca prejuízo, atrapalha a estética do centro, dentre outras imagens, tem-se por desdobramento o sentido de

230 “OPERAÇÃO Rapa” em prática DB, 01 maio 1987 (Caderno Cidades).

231 A QUESTÃO do “Rapa”. DB, 31 mar. 1991 (Caderno Cidades).

uma condição urbana negativa de Campina Grande em seu desenho social.

É a condição urbana deste desenho que deve ser entendida a partir dos permanentes processos de transformação do tempo, dinâmicas, formas e relações sociais que constituem a cidade como produção da cultura.<sup>232</sup> Isto é, enquanto entendimento das consequências da contemporaneidade no espaço da cidade; o que denuncia um debate fértil e possível em várias direções dos próprios termos dessa condição. Condição essa que opera com a força de um discurso, ao designar o ambulante e seu comércio como práticas insurgentes na cidade.

É contra este modo que os ambulantes informam o sentido de suas práticas e exigem, por seus *contra-usos*, ser incorporados de forma mais clara ao processo de produção do planejamento da cidade. Na perspectiva do agente público, os movimentos de organização em territórios a que recorrem os ambulantes nos Calçadões, necessitariam ser ordenados, disciplinados e moralizados.

Ora nomeia os ambulantes como desviantes e invasores ou se concebe o espaço público de Campina Grande como que reservado apenas àqueles que “produzem” os maiores investimentos na dotação da cidade, em uma ação empreendedora no seu comércio formal:

*(...). O prefeito (...) recebeu diversas correspondências de entidades de classes do Município, solicitando um posicionamento da Prefeitura Municipal sobre a atuação de comerciantes ambulantes nos calçadões (...). Em ofício enviado ao Prefeito (...), o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado da Paraíba, por exemplo, destaca como “nefasta a presença dos camelôs nas ruas centrais da cidade, fazendo uma concorrência desigual e provocando prejuízos aos que fazem o comércio legal.” O Clube de Diretores Lojistas de Campina Grande, por sua vez, (...) diz o seguinte: “Diante da problemática existente no Centro Comercial de nossa cidade, com os transtornos causados pelos vendedores ambulantes, desfigurando*

---

232 A esse respeito, cf.: Santos (2002), Gomes (2002) e Bauman (2001), entre outros.

nossas principais ruas, vimos solicitar providências imediatas para a retirada dos vendedores para o local designado (...) <sup>233</sup> (Grifo nosso).

Campina Grande e seus espaços públicos são assim requalificados em uma cartografia, acentuadamente percebidos pela cidade normatizada e “viável economicamente” em oposição à cidade insurgente e “do caos”. Insurgência que aos olhos das intervenções públicas necessita ser não apenas regulada, mas ocultada, abafada, omitida em suas ressonâncias e caráter público.

Fundamentado como constituição do universo tecnocrático, o poder público instaura a leitura que produz a memória do centro na experiência urbana recente de Campina Grande, no intuito de eliminar as operações dos ambulantes para, dessa forma e sem nenhuma condição prévia, consistir em se debruçar sobre o espaço público da rua e referenciar o centro como um lugar não simplesmente de pura troca e venda ou de mercado, mas espaço de memória.

O fato é que o poder público ratifica os comerciantes formais à histórica destinação sobre Campina e o seu centro principal para, contraditoriamente, e de forma quase que privativa, negar aos ambulantes (vide Figura 59) este mesmo uso e destinação. Tentativa essa de lançar para fora e desarraigar, por definição, os ambulantes supostamente “corpos constituídos como estranhos”.

---

<sup>233</sup> VENDEDORES ambulantes instalaram-se ontem na Praça da Bandeira. DB, 03 jul. 1982 (Caderno Cidades).



**Figura 59** - Imagem de negação do espaço público

**Fonte:** JP, 20 set. 2001.

Como veremos no capítulo seguinte, este discurso tenta acionar o centro principal como patrimônio histórico de Campina Grande, para inserir os ambulantes como usuários que não estabeleceriam identidade com a cidade e sua história, em uma relação não simbolizada com esse lugar.

## CAPÍTULO IV

# DISCURSOS DA REVITALIZAÇÃO: O “PROJETO CAMPINA GRANDE DÉCO”

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? (...). À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo (BOSI, 1994, p.452).

### “REVITALIZAR” O CENTRO: “CAMPINA DE CARA NOVA”?

A partir da década de 1990, a orientação do poder público tende a reforçar a garantia de um retorno do centro, fixado como critério de definição e permanência das sociabilidades deste lugar. Para tanto, retoma-se estrategicamente a referência de registros e lembranças reservadas a um passado situado como palco de tradições e espaço lúdico da cidade, em uma concepção que omite a imagem do conflito e disputas entre ambulantes e poder público.

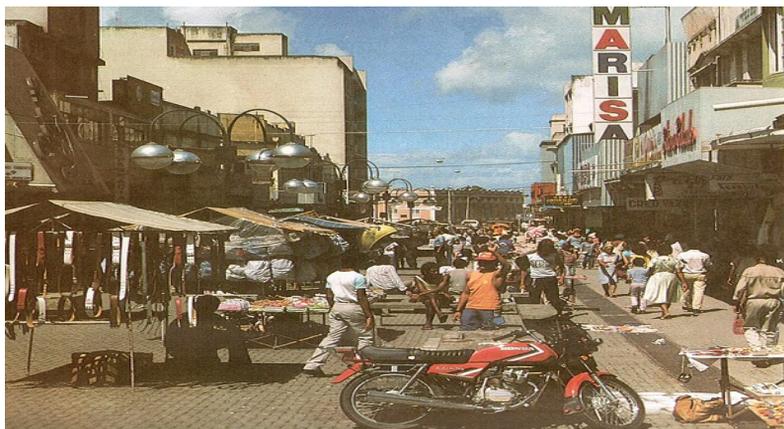
O poder público evoca pela memória o “lugar perdido”, então projetado no próspero comércio outrora existente no centro e, tantas vezes, apoiado apenas como permanências simbólicas de um passado nostálgico do centro; atualizando tal lugar para assim conceber a negação dos ambulantes.

O crescente acirramento do conflito entre ambulantes e poder público ganha proporção, em frequência e abrangência, pela formulação de uma intervenção do poder público que se delinea fundamentalmente como revitalização do centro da cidade.

A respeito disso, observa-se uma confusão muito presente nas falas dos planejadores públicos, imprensa e comerciantes estabelecidos em

suas associações e entidades quanto à intervenção proposta no centro e os termos envolvidos. Ora pensados como revitalização, enobrecimento ou ainda requalificação.

Cabe esclarecer que aqui recorreremos ao conceito de revitalização, não por que com este concordemos, mas por ter sido o mais amplamente utilizado pelos atores locais ao se referirem a este processo. Processo decisório que terá em Campina Grande por magnitude a transferência dos ambulantes do espaço da rua (vide Figura 60), até então por estes ocupados, para dar lugar a outra configuração da imagem da cidade em seu espaço público.



**Figura 60** - Calçadão da Rua Maciel Pinheiro (Década de 1980)

**Fonte:** [http://cgretalhos.blogspot.com/2010\\_07\\_01\\_archive.html](http://cgretalhos.blogspot.com/2010_07_01_archive.html).

Esse processo culminará com a transferência dos ambulantes para as ARCCAS e o Shopping Centro Edson Diniz; para esse propósito, foram desapropriados três imóveis, todos localizados na principal Avenida da cidade – Floriano Peixoto – onde se construíram duas ARCCAS (Catedral e Titão) e o Shopping Popular Edson Diniz. Este último, no prédio onde funcionou a LOBRAS (Lojas Brasileiras).

Podemos observar que a concepção da estratégia de eliminação dos ambulantes se inicia em julho de 1993, ao ser lançada a primeira proposta de revitalização do centro comercial, que teve por slogan “*O Centro Aberto é Negócio Certo*” e que consistiu na reabertura e retirada dos

ambulantes dos Calçadões das Ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e a reforma do Calçadão da Cardoso Vieira, todas com o intuito de proibir a permanência dos ambulantes nestes espaços.

Em consonância a este propósito é lançado, em outubro de 1996, o Projeto *Campina Grande Déco*, chegando à sua execução plena com a retirada dos ambulantes dos principais pontos do centro da cidade em janeiro de 2002. Para tanto, é projetada a criação de locais específicos onde os ambulantes deveriam estabelecer suas práticas econômicas — ARCCAS e o Shopping Centro. Isso, em resumo, estabelece a linguagem simbólica de inclusão e exclusão em nome de uma imagem que terá por discurso a necessidade de revitalizar o centro pelo consumo do seu patrimônio histórico.

O *Projeto Campina Grande Déco* propunha a recuperação e revitalização de 150 prédios em estilo *art déco* localizados no centro da cidade.<sup>234</sup> Conjunto este que no passado transformara a fisionomia da cidade, com a demolição de inúmeros prédios em estilos colonial, clássico e neoclássico:

Foi na década de 40 que o então Prefeito Vergniaud Wanderley decidiu modernizar a cidade. Para isso, houve uma demolição em massa no centro da cidade. O prefeito decidiu demolir todos os casarões tradicionais do centro da cidade para construir tudo de novo em estilo internacional (sic). Ele determinou que todos os casarões coloniais da rua fossem derrubados e que os comerciantes construíssem novos prédios, em estilo art déco, com a aplicação de multa para os que não acatassem a determinação. Tudo foi feito num período de cinco anos. Hoje se vê a trajetória desse audacioso comando, onde há sobrados ricamente trabalhados em várias ruas da cidade a exemplo da Maciel Pinheiro, Marquês do Herval, Venâncio Neiva, João Pessoa, Índios Cariris e até no Bairro de José Pinheiro, entre outros, que se encontravam escondidos aos olhos do cidadão comum. (...).<sup>235</sup>

---

234 A esse respeito, cf.: Souza (2001).

235 FIDELIDADE – apenas oito prédios seguiram fielmente as indicações do

O *Campina Grande Déco* objetivava mudar o perfil urbanístico do centro associando as intervenções de recuperação das fachadas de edificações remanescentes do período *déco* (vide Figura 61), em suas maiorias localizadas na Rua Maciel Pinheiro, às de infraestrutura e realocação dos ambulantes, essa concepção envolveria todo um trabalho de resgate e preservação dos casarios em *art déco* na tentativa de transformar o centro histórico em local de permanente visitação.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), o perímetro do centro histórico de Campina corresponde ao núcleo primaz da cidade, delimitado pelas seguintes ruas: Vila Nova da Rainha, Marquês do Herval, Irineu Joffily, Av. Floriano Peixoto, Maciel Pinheiro, Barão do Abiaí, Cardoso Vieira e Venâncio Neiva.



**Figura 61** - Conjunto em *art déco* revitalizado – Rua Maciel Pinheiro

**Fonte:** <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=618612>.

A PMCG investiu em recursos próprios R\$ 1.285.000 com a compra do prédio da LOBRAS e R\$ 1.299.410,91 na execução do Projeto como

---

projeto original de resgate do art déco no centro comercial JP, 14 jul. 2002 (Caderno Cidades).

um todo, abrangendo uma intervenção equivalente a 168 mil metros quadrados, englobando a construção de 17.110 metros quadrados de calçadas e a previsão inicial da restauração de 196 prédios em *art déco* (não executada em sua totalidade).

Foi executada ainda a desobstrução das calçadas com a padronização em várias ruas da artéria central, colocação de cabos e dutos subterrâneos para a instalação de rede elétrica, saneamento básico e telefonia com cabos de fibra ótica (apenas na Maciel Pinheiro), além do “disciplinamento” do comércio ambulante. Tal como colocava em seus objetivos o Projeto.

Revitalizar o centro, em conjunto com outros investimentos, naquele momento, realizados na cidade (Shopping Iguatemi, instalação da Coteminas Embratex — Companhia de Tecidos Norte de Minas e outras novas indústrias em Campina Grande), era sinônimo de “fazer o centro reviver e Campina Grande se reencontrar consigo mesma” em sua vocação econômica, cultural e com o desenvolvimento desejado por segmentos do comércio.

Ao adjetivar o patrimônio histórico da cidade como polo de atração comercial e cultural, que precisava ser revivido, a retórica do poder público consolida assim a imagem da revitalização do centro marcada fortemente pela tentativa de expulsar os ambulantes:

O Secretário (...) considera que a transformação do centro de Campina Grande em pólo de atração comercial e cultural, somada a advenços como a inauguração do Shopping Iguatemi, além da criação das Áreas de Livre Comércio (Arcas) (sic), exercerá papel preponderante na ‘alavancagem’ do desenvolvimento da cidade. Na opinião de Catão [Então Secretário de Planejamento], a revitalização deve observar uma questão importante: *o centro também precisa reviver* (Grifo nosso!). Isso significa que essa área deve ser transformada em área de ponto de aglutinação e lazer noturno. (...). A ‘transformação’ será iniciada dentro em breve.<sup>236</sup>

---

236 CATÃO sugere união em defesa da Borborema. DB, 16 mar. 1999 (Caderno Cidades).

A visão compartilhada por gestores e comerciantes locais da realocação dos ambulantes já fora posta em prática em outros momentos, como vimos em capítulos anteriores; desde o final dos anos 1970, vinham sendo acionadas ações nesse sentido.

A saber, cenários de autoritarismo e insucessos: tentativas de remanejá-los para a Praça da Bandeira, para o antigo terminal interestadual de ônibus da cidade (Rodoviária Velha) e abertura para o trânsito dos espaços anteriormente reservados aos Calçadões. Expedientes estes que apenas contribuíram para o maior acirramento entre comerciantes, ambulantes e poder público.

A novidade é que a imagem do centro histórico suscita agora o uso de uma intervenção urbana que se apoia numa operação simbólica dos ideais de revitalização (vide Figura 62), com vistas a consolidar a nova imagem de pujança do centro e de Campina no terceiro milênio ('a cidade de cara nova'), em um foco delimitado predominantemente pela transferência dos ambulantes para outro local e pelo discurso da necessidade de suas retiradas da rua.



**Figura 62** - Discursos da Revitalização

**Fonte:** JP, 24 abr. 1999.

A valorização do patrimônio histórico passa a ser fundamentada em recorrência às permanências do passado de Campina e por um consenso

em direção à produção de uma cidade ‘imaginária’, mítica, utópica,<sup>237</sup> de onde, de acordo com Leitão (2007, p.67), pudesse “reviver a ilusão de volta a espaços, tempos e memórias (...), quer individual, quer coletivamente falando (...)”.

Esse discurso representaria a construção de uma imagem – o centro renovado, histórico e arquitetonicamente modificado em seu perfil urbanístico. Tal concepção mostra a clara intenção de utilizar a preservação do patrimônio histórico em justificativa à necessidade de expulsar os ambulantes da porção do espaço público para as ARCCAS e o Shopping Centro, dessa maneira, devolver a rua aos transeuntes:

*(...). A Revitalização promete mudar o perfil urbanístico do centro de Campina Grande, uma vez que envolve um trabalho de resgate e preservação do casario Art Déco, visando a transformar o centro num espaço permanente de visitação e dessa forma consolidar de vez o potencial turístico de Campina Grande. A obra foi iniciada pela construção das área (sic) de comércio e cultura ao ar livre, onde serão instalados os vendedores ambulantes que hoje ocupam as calçadas do centro (...)*<sup>238</sup> (Grifo nosso).

Para tanto, necessário seria ‘extinguir a poluição visual da cidade’ — entendida como marcas dos ambulantes e seu comércio:

*(...). Para dar suporte a esses ambulantes, em conjunto com a revitalização do centro da cidade, a Prefeitura Municipal de Campina Grande, desenvolveu o projeto Arcca (...), com o intuito de entregar um espaço adequado para o trabalho dos vendedores de rua, e ao mesmo tempo melhorar o aspecto visual da cidade e facilitar o*

---

237 A reflexão sobre a relação entre a cidade e o sonho, a utopia e o mito está presente em Walter Benjamin, segundo o qual todo cidadão viveria na tensão entre a cidade real e a cidade utópica. A esse respeito, cf. Rouanet (2007).

238 CÁSSIO faz palestra sobre revitalização do centro. DB, 19 abr. 2000 (Caderno Cidades).

*trânsito de pedestres nas ruas. A revitalização do centro consiste em melhorar as fachadas dos prédios, embutir as fiações elétricas e telefônicas, e tentar diminuir ao máximo a sujeira das ruas centrais. Dessa forma, a poluição visual da cidade será praticamente extinta, (...)* (Grifo nosso).<sup>239</sup>

A realocação dos ambulantes representava a recuperação desse passado atualizado pelos agentes (públicos e privados) como recurso de uma imagem duradoura da cidade. Interessante aqui citarmos uma propaganda presente no DB de um empreendimento imobiliário recém-chegado à cidade, para observarmos como esse discurso é trabalhado em “um novo tempo da cidade”:

(...). Campina Grande vive um novo tempo, que é de progresso e prosperidade. A economia da cidade começa a fazer valer a sua força e criatividade. Depois de fábrica de fios [EMBRATEX], Shopping Center, indústria de calçado, e tantos outros investimentos que estarão sendo aplicados na cidade nos próximos anos, a CEENGE [Construções Empreendimentos e Engenharia Limitada] vem trazer uma pequena parcela de contribuição, desenvolvendo projetos que acrescentem e acentuem em ainda mais qualidade de vida já existente nesta cidade, que nasceu para ser realmente grande.<sup>240</sup>

Estas imagens vão se movendo no intuito de projetar estrategicamente outro centro, sem a presença dos ambulantes, em um sentido expresso por um discurso que pregará a imagem da proposta de revitalização em Campina Grande ao diferenciá-la de outras experiências:

---

239 MAIS de 550 ambulantes estão nas ruas de Campina JP, 28 abr. 2001 (Rogério Oliveira).

240 FÁCIL morar bem com qualidade. DB, 08 dez. 1996 (Propaganda — Caderno Cidades).

(...). Lia Mônica [na época pesquisadora UFPB e Coordenadora do Projeto *Campina Grande Déco*] enfatizou a importância do projeto para Campina Grande, observando que “não é uma obra de um governo, é um patrimônio da cidade.” *A retirada dos vendedores ambulantes das ruas centrais de Campina Grande, na opinião da pesquisadora, foi um diferencial muito importante para que o projeto desse certo.* (...) (Grifo nosso).<sup>241</sup>

Porém, esse discurso caracteriza o processo homogeneizante que constituirá a retórica de recuperação da imagem do centro em vistas a transformá-lo, lugar pelo qual a cidade se reconheceria e reinventaria seus símbolos de grandeza. O *Campina Grande Déco* apresenta a *cidade de cara nova* onde não se reservara significado algum aos ambulantes, visto que estes não teriam o pertencimento necessário às marcas históricas do comércio local e do que se previra como resultado econômico de novos investimentos na cidade:

*Campina Grande estará de cara nova* (...). (Grifo nosso!). (...), no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Prefeito (...) fez a apresentação do Programa de Revitalização (sic) aos comerciantes da cidade. O Programa abriga vários projetos que podem garantir a inserção da cidade na rota do turismo permanente, com o “Campina Déco” e a “Casa da Cultura Estação Velha”. *Mas, o primeiro passo, considerado prioritário, é o projeto das Arcas (sic) (Áreas de Comércio e Cultura ao Ar Livre)*, com a transferência dos vendedores ambulantes para áreas específicas de comercialização, desafogando as calçadas do Centro de Campina, que hoje estão intransitáveis. O projeto das Arcas prevê a construção de seis [06] Áreas de

---

<sup>241</sup> FIDELIDADE: apenas oito prédios seguiram fielmente as indicações do projeto original de resgate do art déco no centro comercial. JP, 14 jul. 2002 (Caderno Cidades – Helda Suene).

Comércio e Cultura ao Ar Livre, (...). Em todas as Arcas haverá quiosques fixos e barracas desmontáveis que serão financiados pelos próprios ambulantes. O projeto prevê arelocação de 800 camelôs (...) <sup>242</sup> (Grifo nosso).

A imagem explicitada pelo poder público realiza a cidade e seus sentidos pela precisão em tratar, mais uma vez, os ambulantes e sua permanência no centro como paisagem indesejável e empecilho ao desenvolvimento do comércio e, por conseguinte, ao próprio projeto de revitalização:

(...). Apesar do secretário (sic), (...), ter anunciado anteriormente pela imprensa (...) que iria fazer uma “limpeza” das ruas..., ele decidiu adiar ação e agir com cautela para evitar que ocorram atos de violência. (...) O ideal é que eles [os ambulantes] saiam espontaneamente porque *a Prefeitura não vai permitir que as ruas continuem ocupadas. Temos o projeto de revitalização do centro da cidade e para colocá-lo em prática é preciso, em primeiro lugar fazer a “limpeza”, disse (Grifo nosso).* <sup>243</sup>

Em recorrência a esse discurso, a revitalização é pensada como uma limpeza no centro onde a imagem de Campina Grande passa a revelar o seu comércio mais tradicional como força histórica que necessitaria ser reforçada, em contraposição ao comércio popular que deveria ser extinto das ruas.

Personagem urbano, o ambulante incorpora no *Campina Déco* a imagem negativa da cidade em sua forma de domínio e disciplinarização do espaço público. No entanto, o que é interessante perceber é como o ambulante resistirá <sup>244</sup> aos ideais representados como política de

<sup>242</sup> CIDADE terá cara nova até fevereiro de 2000. DB, 24 abr. 1999 (Caderno Cidades).

<sup>243</sup> SOSUR (sic) ainda não sabe como retirará camelôs. DB, 29 jan. 1999 (Caderno Cidades).

<sup>244</sup> Serão inúmeros os embates acionados pelos ambulantes neste momento; a esse respeito vale consultar o vasto material publicado, com ênfase para os arquivos

revitalização do centro:

A idéia (sic) de retirar os vendedores ambulantes dos calçadões relocando-o (sic) para áreas especiais do centro da cidade não convenceu a maioria dos vendedores ambulantes. Eles estão resistindo ao principal empreendimento do Projeto de Revitalização do Centro da cidade, que é a intervenção das Áreas de Comércio e Cultura ao Ar Livre. (...). Para o vendedor ambulante Severino Rosas, (...), *a transferência para qualquer um dos cinco pontos [sic] não é interessante. O local é esse mesmo. Lugar de camelô é no meio da rua (...)*<sup>245</sup>(Grifo nosso).

O foco da revitalização é marcado como necessidade em solucionar o problema dos ambulantes pelo reforço de uma imagem da Campina Grande nobre, do centro reinventado e da reativação do comércio. Introduce também diferentes opiniões que perpassam o recurso adicional de salvaguardar um debate necessário do ponto de vista político, vinculado à abertura de um tenso espaço de participação entre diferentes atores locais.

Constitui um consenso político que tem por objeto o fortalecimento de um debate anunciado em termos de o que fazer com os ambulantes<sup>246</sup> e, ao mesmo tempo, como recuperar o sentido histórico e identitário do centro compartilhado pelos campinenses.

O discurso do poder público, para tanto, será reforçado pela alegação de que a saída dos ambulantes apenas visava cumprir a determinação da 2ª Vara da Fazenda Pública que julgou procedente a Ação Civil impetrada pelo Ministério Público, ao solicitar a retirada de barraqueiros e ambulantes das calçadas do centro da cidade.

Ao fixar um prazo de 90 dias para que todas as barracas móveis e

---

DB das seguintes edições: 19/01/1996; 26/07/1996, 27/08/1997; 23/01/1999; 26/05/1999; 24/07/1999; 27/07/1999; 12/01/2000; 28/04/2001; 16/06/2001, dentre outros.

<sup>245</sup> AMBULANTES resistem às mudanças. DB, 26 maio1999.

<sup>246</sup> A esse respeito, cf. DB 31/05/1997.

fixas das principais artérias do centro fossem retiradas, o debate dos ambulantes se reforça como ativas resistências urbanas às estratégias impostas pelo poder público e comerciantes estabelecidos.

A estratégia utilizada pelo poder público de incorporar a resolução dessa questão urbana especificamente à proposta de revitalizar o centro inaugura um amplo espaço de debate entre diferentes atores da cidade que juntos experimentariam, através de Fórum e eventos, a tentativa de solucionar o problema do comércio informal; lido como o mais expressivo e visível dentre todos.

Interessante observar que, em 1995, já havia sido criado o ‘*Fórum Permanente de Estudos e Debates sobre Campina Grande Ano 2000*’.<sup>247</sup> Idealizado pelo Jornalista Geovaldo de Carvalho, apoiado por Edvaldo do Ó e retomado pela Associação Comercial, o Fórum não alcançou os objetivos esperados que dentre os quais colocava “contribuir para extinção do comércio informal na cidade”.

A respeito dessas ações e por esse objetivo é implantado em 1997<sup>248</sup> o *Fórum de Debates Vergniaud Wanderley* que, enquanto espaço e instrumento de participação, inaugura sob bases conflitantes os enfrentamentos reveladores no espaço urbano de Campina Grande. Vale, assim, recorrermos ao discurso presente no Decreto de Lei N° 2.617/97, que instituiu o Fórum:

(...) **Considerando** (Grifo do autor!) que os problemas urbanos, para seu melhor equacionamento, devem ser ampla e livremente debatidos pelos segmentos representativos da população. **Considerando** (Grifo do autor!) ser altamente valiosa para melhor desempenho da Administração Pública, a participação da comunidade na busca de soluções dos assuntos

---

247 Essa discussão reaparece em 2005 quando do lançamento do *Movimento Campina Grande Sempre — Pacto de Campina Grande* que toma por tônica a perspectiva de pensar a cidade e seus problemas a partir de um pacto de cooperação com os Municípios que compõem o chamado Compartimento da Borborema

248 Cf. FÓRUM Campina. DB, 10 mar. 1995; FÓRUM Campina 2000. DB, 06 jun. 1995; CAMPINA: Fórum ano 2000. DB, 14 jun. 1995; CAMPINA Grande sempre. JP, 01 jul. 2005; PACTO de cooperação. JP, 07 jul. 2005.

de interesse geral ligados à vida da cidade.(...). **DECRETA: Art.10**(Grifo do autor!) — É instituído o Fórum de Debates Vergniaud Wanderley, destinado ao livre debate de assuntos com caráter específico, ligado aos problemas urbanísticos, econômicos e sociais da cidade de Campina Grande. (...) **Art.20** (Grifo do autor!) — O Fórum de Debates **Vergniaud Wanderley** (Grifo do autor!), reunir-se-á periodicamente, contando com a participação democrática de autoridades, técnicos em assuntos urbanísticos econômicos (sic), sociais, políticos, jornalistas, representantes de universidades e entidades classistas, instituições religiosas, parlamentares e outros segmentos da sociedade que demonstrem interesse pela temática (...) (Grifo nosso).

O *Fórum Vergniaud Wanderley* é criado como lócus de intervenção política diferenciado da cidade, instância deliberativa composta em sua maioria por entidades e representantes do comércio que incorpora o *Campina Déco* como conteúdo e, por esse intuito, reforça o objetivo de recuperar a imagem da cidade pelo uso econômico do seu patrimônio *déco*.

Essa imagem é representada e promovida como proposta de revitalização do centro tradicional onde, para tanto, necessitaria desencadear a produção de um cenário que teria por apelo a realocação dos ambulantes como garantia de um consenso construído em torno da solução de históricos problemas apresentados pelo centro como marcas do comércio informal:

Se revitaliza um centro, desmontando tendas árabes e quinquilharias (...) que macula a visão urbana, com dinheiro e coragem. Salvo engano, a prefeitura parece que reuniu os dois ingredientes básicos e vai partir para a luta. A realocação dos camelôs do centro da cidade para uma área específica vem em boa hora. No status quo, pedestre não tem mais calçadas e as

lojas centrais não tem vitrinas (sic). Tudo anda tomado pelo comércio irregular, tocado e alimentado pelo argumento de que cada um tem que lutar pela sobrevivência. No casos (sic) dos camelôs, ele sobrevivem mas matam o comércio estabelecido, impedido de expor seus produtos, exibir sua fachada, mostrar, enfim, a sua cara de legalidade, só então reconhecida na obrigatoriedade e recolhimento de seus impostos.<sup>249</sup>

As práticas de intervenção dos agentes urbanos públicos e privados presentes no *Fórum Vergniaud Wanderley* tendem, assim, a criar uma imagem que se estabelece como consensual, no sentido em que poder público e comerciantes se articulam pelo intuito de estabelecerem a recuperação de suas edificações em estilo *art déco* como alternativa viável para o aumento do fluxo de turistas na cidade e estímulo à renovação do comércio no centro.

Todavia, efetivamente, a adesão ao *Campina Grande Déco* destes segmentos do comércio – Associação Comercial e Câmara de Diretores Lojistas – não se deu conforme esperado pela PMCG. Por parte do poder público, surgiram reclamações de que os lojistas não teriam realizado o que lhes cabiam na efetivação da intervenção (recuperação das fachadas das lojas).

Já os empresários, chegaram a alegar o difícil diálogo entre lojistas e técnicos da Prefeitura e atraso e demora dos trabalhos por parte da PMCG; erros que, segundo os mesmos, incorreram em grandes prejuízos em função do volume e tempo demandados quando da execução das obras.

Para se ter ideia, dos cento e noventa e seis prédios edificadas na cidade em estilo *art déco* cento e cinquenta foram identificados na área mais central do comércio para serem revitalizados; deste total, apenas oito lojas seguiram o padrão definido no Projeto:

(...) Para fazer jus ao projeto, a prefeitura determinou que os lojistas pintassem em tons pastéis e letreiros vazados na frente das lojas. O que se vê atualmente é

---

249 REVITALIZANDO o centro. DB, 28 fev. 1999 (Geovaldo Carvalho).

que poucos lojistas levaram em consideração as orientações (...) da Secretaria de Planejamento do Município. Algumas lojas foram pintadas em cores fortes (...).<sup>250</sup>

Mesmo com a promessa garantida em lei de descontos via IPTU, aos comerciantes, a participação não foi a esperada. A PMCG garantiu descontos parciais durante o período de dez anos – nos primeiros cinco anos, o desconto seria de 80%; nos anos seguintes, a isenção cairia para 40%.

O que não implica dizer que, nesse quadro, a crítica aos circuitos superpostos presentes no ilegalismo dos ambulantes tenha ficado ausente. Pois é conclamado como prioritário o tratamento dispensado aos ambulantes, seu comércio informal e sua presença no centro por menção e definição de atribuições, dadas por fortes setores empresariais, que se manifestam favoravelmente e convergem com a PMCG na ação de transferência dos ambulantes:

*As entidades representativas do comércio campinense são a favor da Prefeitura, na ação de retirada dos camelôs do centro da cidade. Em várias reuniões e encontros com o Prefeito Cássio Cunha Lima foram feitas reivindicações para que o centro da cidade passasse por uma reordenação. Os comerciantes alegam prejuízos pelo fato de terem invadido suas calçadas, (...) e escondendo a fachada do estabelecimento, como também por estarem concorrendo de forma desigual com a categoria. O presidente da Associação Comercial de Campina Grande, (...), disse que mesmo nas gestões anteriores na entidade se posicionou contra a permanência dos ambulantes nas ruas centrais. (...). De acordo com ele, o problema ainda existe e precisa ser solucionado, (...). “Queremos a ordenação do centro da cidade. Temos o direito de não permitir que nossas lojas sejam*

---

250 FIDELIDADE: minoria dos lojistas adere ao Campina Déco. JP, 14 jul. 2002 (Caderno Cidades – Helda Suene).

invadidas pelos camelôs”, enfatizou. A presidente (sic) da Câmara dos Dirigentes Lojistas, (...), já participou de várias reuniões com o prefeito (sic) e sempre tem defendido a retirada dos ambulantes do centro, mas de forma que a Prefeitura encontre uma solução para o problema, instalando os camelôs em uma área que não seja nas ruas (...) <sup>251</sup> (Grifo nosso).

O poder público elege a imagem de Campina Grande tendo por ponto de partida a revitalização do centro como condição *sine qua non* de extinguir a forma de ocupação deste espaço, percebido pela PMCG e comerciantes como caótico. A transferência dos ambulantes para as ARCCAS atua significativamente como referência simbólica ao convencimento de diferentes segmentos à convergência, nunca visto antes na cidade, da fundamentação do valor histórico do centro e, nessa nova definição, de uma ação que atingiria fortemente a prática dos ambulantes na rua:

(...). Acreditamos no projeto de revitalização do centro da cidade como instrumento indispensável para o incremento do comércio varejista campinense nos próximos anos, e sua implementação dará um novo perfil urbanístico à área central da cidade. Esta obra é muito importante para o futuro de Campina Grande, especialmente porque tende a mudar o perfil e melhorar o fluxo comercial do centro, que se transformará num expressivo pólo de cultura e lazer; além de ponto turístico, permitindo a geração de emprego e renda no município. <sup>252</sup>

Simultaneamente, a este processo é investida uma memória espacial local para a realização da construção do sentido de Campina Grande, através do seu centro histórico. De um lugar onde a relação entre

251 PARA comerciantes, os camelôs dão prejuízo. DB, 26 jan. 1999. (Editorial).

252 O COMÉRCIO de Campina no século XXI. JP, 31 dez. 2000 (José Borges de Medeiros).

comerciantes, cidadãos, transeuntes e poder público é guiada pela expectativa gerada como nostalgia de um “reencontro da cidade consigo mesma”, e do que definiria a relação da população com o centro da cidade.

Tenta-se reconstruir as marcas e concentração do potencial turístico apresentado pelos prédios em *art déco*; potencialmente localizados nas Ruas Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales; Venâncio Neiva; Cardoso Vieira e Simeão Leal. Ruas que passam a ser redescobertas pela população e acionadas adicionalmente à memória compartilhada desse espaço na cidade por meio da valoração subjetiva; negada aos ambulantes que, ao que parece, esvaíam-se das ruas para as ARCCAS e Shopping Centro:

*“Tinha camelô no meio do caminho, no meio do caminho tinha camelô”.* Para os pedestres de Campina Grande os caminhos não estão livres, e é preciso ter paciência para conviver com a ocupação desordenada das calçadas do Centro da cidade. *É gente querendo transitar livremente e gente ocupando a passagem para sobreviver. (...)* Mas, para ganhar dinheiro sem comprometer o trânsito nas calçadas e a estética da cidade, os ambulantes deverão se concentrar em áreas específicas, chamadas de áreas de Cultura e Comércio ao Ar Livre (ARCCAS) (...)”<sup>253</sup> (Grifo nosso).

Essa “operação de resgate” das ruas, estrategicamente realizada pelo poder público, passa a impor relações com o centro por uma vinculação a antigos laços existentes na estrutura espaço-tempo das históricas ruas de Campina. A perspectiva é eliminar o estabelecimento dos ambulantes de uma memória que possa vir a caracterizar o território por este ocupado como de algum valor histórico ou de algum tempo vivido pelos mesmos neste espaço.

Ao acionar práticas de distinção social higienísticas, a revitalização e suas paisagens recuperam a história da cidade pela eliminação dos

---

253 CRESCE o comércio informal. DB, 23 set. 2000 (Caderno Cidades).

ambulantes, constitui a imagem de uma Campina de ‘cara nova’<sup>254</sup> e, dessa maneira, reinventa seu centro histórico:

*O centro comercial de Campina Grande amanheceu de “cara nova.” com a transferência dos camelôs que congestionavam o tráfego de veículos e pedestres nas ruas (...). (...), Campina Grande, que assume uma postura de vanguarda, foi a primeira cidade do país a encontrar uma solução pacífica para o problema do comércio ambulante. (...). Durante a solenidade inaugural do Shopping Centro (...), o prefeito (sic) (...) disse ter realizado um dos seus maiores sonhos, “desafogando” as ruas centrais e instalando os vendedores ambulantes nos melhores pontos comerciais da cidade, de forma pacífica, envolvendo entidades classistas, como Associação Comercial, Câmara de Dirigentes Lojistas, Sindicato do Comércio Varejista, Instituto da Previdência do Servidor Público Municipal, Câmara de Vereadores, entre tantas outras. O prefeito disse que não vai permitir que os ambulantes retornem às ruas do centro. Nesse sentido ele pediu o apoio dos próprios camelôs transferidos<sup>255</sup> (Grifo nosso).*

A imagem da cidade é reforçada sistematicamente e em vários momentos por uma experiência afetiva, onde a relação com suas ruas mais antigas passa a vincular a ordem simbólica do tempo e espaço no centro, agora reconhecido por seu valor patrimonial e orientado pela introdução de funções turísticas em seu sítio histórico, com o intuito de revitalizar e promover o uso do centro de forma diferenciada.

Aqui necessitamos colocar os significados imediatamente identificáveis, pela população campinense, como experiência de higienismo na cidade em sua natureza arquitetônica e valor patrimonial. Valor este

254 Essa imagem também será capitaneada politicamente, descaracterizando o longo processo de embates que constituiu essa discussão na cidade.

255 SAÍDA DE AMBULANTES DEIXA CIDADE LIMPA. JP, 06 fev. 2002 (Caderno Cidades – Francinete Silva).

que, ao se ligar às atividades remanescentes da pujança econômica do Município em sua destinação comercial, define um uso que esvazia a presença dos ambulantes deste espaço (vide Figura 63) na medida em que suscita questões importantes que remetem a interdição da rua através da alocação do comércio informal.



**Figura 63** - Visibilidade do comércio informal

**Fonte:** DB, 23 set. 2000.

Esse processo é percebido pelos comerciantes como algo positivo na medida em que se associa à estratégia de recuperar os atrativos turísticos do local, ao olhar do poder público e comerciantes, em parte ofuscados pelo crescimento dos ambulantes e sua prática econômica. Relaciona, assim, a modificação do uso do tecido histórico do centro pela funcionalidade, embelezamento e distinção deste tecido em relação a outros espaços da cidade. Neste mesmo sentido, concordamos com Gomes para o qual:

(...) expressões como “renovação” e “revitalização urbanas” correm sempre o risco de ganharem consistência ideológica e moral negativa, já que denunciam as intenções de aniquilamento e destruição de marcas identitárias construídas ao longo do tempo sobre um território, considerado ele próprio também “herança e patrimônio” de determinados grupos e

suas respectivas formas de vida social; (...) (GOMES, 2006, p.148).

A forma como os ambulantes até então ocupavam as ruas e praticavam seu comércio por ritmos e identidades bastante diferentes, do comércio mais tradicional da cidade. Há invariavelmente um jogo de representações (vide Figura 64) que recupera antigas imagens do centro de Campina Grande, para assim limpar e eliminar os territórios sobre os quais se desenharam os ambulantes em mais de três décadas.



**Figura 64** - No meio do caminho, não há mais ambulante...?

**Fonte:** JP, 06 fev. 2002.

É interessante não esquecermos que de modo geral as experiências de revitalização e enobrecimento, tais como as de requalificação e reabilitação, cunham termos análogos que tratam de modalidades contemporâneas de um mesmo processo seletivo de distinção social e de higienismo. Processo que em Campina Grande reporta aos setores “ilegais”, praticantes e usuários da cidade que não se coadunam em operações dessa natureza.

O âmbito desse *processo de remodelação urbana*, no Brasil acentuado a partir dos anos 1990<sup>256</sup>, define um tipo de intervenção baseada

<sup>256</sup> Em termos bastante genéricos, podemos remeter como experiências mais significativas deste processo: Baltimore City Fair (EUA–1972), Barcelona (Espanha 1992

no consumo e em novos usos dos espaços públicos. As intervenções e planos urbanísticos passam a articular uma trama que consigo coloca novos conflitos em torno do uso destes espaços.

De tal modo as dinâmicas que orientam a ocupação do espaço público em Campina Grande passam, a partir da revitalização do seu centro tradicional, a colocar outras bases e um novo padrão de produção e disciplinarização de usos até então “acomodados” em seu espaço urbano (vide Figura 65).



**Figura 65** - A higienização — “da rua ao shopping”

**Fonte:** JP, 06 fev. 2002.

Destacamos aqui o estratégico alibi do poder público ao arranjo da retirada de centenas de ambulantes dos seus pontos de trabalho, de modo a também entendermos em que reside o processo contemporâneo de higienismo. Visto que, “(...) a cidade é feita de fronteiras, que tanto impedem que os atores sociais considerados impróprios entrem, como que os legítimos saiam e assim se desclassifiquem” (RUBINO, 2009, p.25).

– Olimpíadas) e, no Brasil, destacam-se as experiências de Reabilitação do Bairro do Varadouro no Centro Histórico de João Pessoa (iniciada em 1987), Salvador – Operação Pelourinho (1992) e o “Projeto Cores da Cidade” no Bairro do Recife Antigo (1993). Em 1999, surge o Programa Monumenta/BID que previa a mobilização de aproximadamente US\$ 200 milhões em Programas de Revitalização, contemplando Olinda, São Luis, Rio de Janeiro, Ouro Preto e São Paulo.

A cidade passa a adequar um embelezamento estratégico que teria por intenção o esvaziamento do uso da rua pelos ambulantes e a revitalização do centro por propósito de ganhos, tão somente ligados aos usos correspondentes às necessidades do comércio tradicional e, ainda, a uma espécie de garantia total de usufruto àquele espaço frente ao não reconhecimento dos ambulantes.

A partir dessa concepção, mais uma vez são evocados ideais históricos pelos quais a revitalização do centro pauta um “lugar perdido e recriado”, como se o recurso ao passado pudesse definir a expulsão dos ambulantes. Ou seja, o caráter de incentivar o autorreconhecimento do patrimônio por parte da população local dos prédios mais antigos e remanescentes do *art déco* teve por propósito estabelecer uma ligação histórica, com o que se define e constitui a Campina Grande contemporânea em suas marcas no comércio.

Revitalizar o centro significaria restabelecer o sentido histórico do comércio campinense, renovar o tecido mais antigo da cidade e retirar os ambulantes deste espaço e devolver as ruas aos cidadãos. Podemos situar, assim, o próprio uso estratégico de um marketing que projeta a imagem ‘Campina Grande limpa e de cara nova’ em promoção à remoção dos ambulantes <sup>257</sup>:

*No dia 6 de fevereiro Campina Grande viveu um momento inesquecível. Foi a remoção dos camelôs das ruas centrais da cidade para pontos comerciais determinados. Tal evento, sem dúvida, projetou ainda mais a imagem de nossa urbe no contexto das cidades brasileiras. (...). Campina Grande há mais de uma década que enfrentava essa situação que aumentava a passos acelerados, (...). No entanto, evitar que os camelôs ocupassem espaços nas ruas fixando ali seus pontos de negócios, de forma desordenada e em prejuízos dos interesses comuns dos cidadãos, comerciantes estabelecidos e do poder público, era uma meta difícil e delicada. (...). Mas, o bom de tudo isso não foi a inauguração.*

---

<sup>257</sup> Mais uma vez, não podemos deixar de mencionar o uso e ganho políticos locais, em nome da revitalização definida como alocação de ambulantes do centro da cidade.

Naquele dia, Campina amanheceu diferente, saudável e risonha. (...) Pelas calçadas caminhei livremente, como se estivesse seguindo caminhos dantes navegadis. (...). (...), após tanto tempos senti-me cidadão. E espero assim continuar!<sup>258</sup> (Grifo nosso).

A construção das ARCCAS e do Shopping Centro Edson Diniz (vide Figura 66) deixam claro a estratégia de reforçar o patrimônio *art déco* e a relação, sempre excludente<sup>259</sup>, da cidade com os ambulantes, como intuito em reorganizar a referência a Campina Grande e seu centro. Isso resulta na tentativa em inserir o centro como lugar “nostálgico, glorioso, saudosista e popular” de um passado urbano relido e apoiado em permanências simbólicas, atualizadas pelos discursos de práticas de revitalização (RUBINO, 2006).



**Figura 66** - Shopping Centro Edson Diniz

**Fonte:** [campinagranderainhadaborborema.blogspot.com](http://campinagranderainhadaborborema.blogspot.com).

Isso resulta na tentativa de deslocar o comportamento expresso nas

<sup>258</sup> NOVA CAMPINA. JP, 20 fev. 2002 (Aílton Elisiário).

<sup>259</sup> De acordo com Rufino (2006, p.95), a *gentrification* não é a exclusão que a define, mas a forma de exclusão, suas práticas e discursos.

ruas, ao eliminar os ambulantes do centro e redefinir a imagem do espaço público na cidade, condensaria o esforço em “fazer o centro reviver”, relacionando o sentimento de identidade local que marca os usos neste espaço.

Agudo esforço este, por parte do poder público, em por um lado promover o patrimônio histórico da cidade editado por uma nova política no comércio local e, por outro, redefinir os ambulantes e seus ritmos de ocupação por uma paisagem delimitada física e geograficamente em outra centralidade e por novas condições de trabalho.<sup>260</sup>

Com a ida de considerável parte dos ambulantes ao Shopping Popular Edson Diniz, passa-se, mesmo que em parte, a associar os ambulantes ao comércio formal por uma dinâmica de negociação que irá requerer outras práticas de trabalho, diferentes das promovidas até então; denominados comerciantes populares e por novos arranjos disciplinares, impostos pelo poder público enquanto tentativa de ‘regularizar’ a “nova” atividade.

Para tanto, os equipamentos das ARCCAS e do Shopping Centro deveriam também ser transformados em espaço de entretenimento voltados ao lazer, com praça de alimentação, lanchonetes e restaurantes.<sup>261</sup> Registramos, no entanto, o espantoso estado de danificação e abandono em que se encontram as ARCCAS, logo após suas inaugurações: paredes pichadas, bancos e luminárias quebrados e o reforço de um tipo de uso não esperado pelo poder público e por novos frequentadores; a ponto da ARCCA TITÁO passar a ser reconhecida por usos inicialmente não previstos.

Também há o problema daqueles que, por outras razões, não foram instalados naqueles espaços, ficando, deste modo, numa situação de maior precariedade.

---

260 A esse respeito, cf. AMBULANTES ameaçam ocupar calçadas da Rua Maciel Pinheiro. JP, 17 maio 2000.

261 A título de informação: em 2006, foi ampliada a ‘Praça de Alimentação’ no Shopping Centro que, em parceria da PMCG com o Governo Federal, foi construído o *Restaurante Popular* e que teve também por objetivo dar visibilidade e reforçar as vendas neste espaço.

Estes últimos migraram para as calçadas de outras ruas da área central da cidade, como ocorre atualmente na Rua João Pessoa, onde está o antigo terminal rodoviário, entre outros pontos. Muitos ambulantes continuam nas ruas da cidade a delimitar os seus territórios perto dos pontos dos ônibus coletivos, das praças, esquinas e nas proximidades de alguns prédios importantes (escolas particulares, edifícios públicos e lojas), comercializando desde frutas, legumes e verduras a cigarros, materiais escolares, doces e salgados, bombons, ervas, bijuterias, produtos importados, entre outros artigos, em alguns horários do dia, principalmente nos horários de “pique”, apontados como os de maior movimento de pedestres e veículos (...) (DINIZ; CASTILHO, 2009, p.15).

Isso para nós expressa a subversão dos usos, bem menos tolerados e eficazmente controlados pelos ambulantes como burlas face ao descontentamento e a pouca vinculação com os espaços para onde foram realocados, os ambulantes empreendem resistências (vide Figura 67) ao que fora discursivamente colocado pelo poder público através de questionamentos dos espaços a estes destinados.



**Figura 67 - Do Shopping à Rua**  
**Fonte: JP, 10 maio 2002.**

A tentativa de regularização da atividade econômica dos ambulantes coloca em contraposição o uso do espaço público por estes personagens urbanos em sua sociabilidade, práticas de vendas, organização, código de ideias e sistema de classificação (socioespacial) por anos a fio praticados no espaço da rua.<sup>262</sup> Uma outra questão pode ser observada, também, quanto à desconstrução das ARCCAS enquanto espaço “seguro, tranquilo, limpo e mais amplo” onde os mesmos poderiam exercer suas atividades. Pois, em contraposição ao discurso da PMCG, os ambulantes chamam à atenção quanto as suas reais aspirações e demandas e, assim; denunciam a fragilidade destes equipamentos (vide Figura 68).



**Figura 68** - A subversão dos usos nas ARCCAS

**Fonte:** JP, 24 mar. 2002.

262 Exemplo disso foram a assinatura do *Termo de Permissão de Uso* que normatizou o tipo de uso, prazos da locação (20 anos) e formas de relações entre poder público e ambulantes; assentadas na proibição dos ambulantes contemplados com Box e/ou barracas nas ARCCAS e no Shopping Centro Edson Diniz assim como no não repasse destes espaços e não retorno à ruas. Proibições estas quase sempre burladas pelo aluguel dos Boxes, da venda de produtos sem notas fiscais; da não padronização por setores e produtos, dentre outros. Exigências essas percebidas pelo poder público como contrapartidas e “garantia” de permissão da atividade econômica dos ambulantes, com a inibição de expedientes como o ‘rapa’. O que não ocorrerá em tese, tendo em vista o expressivo número de fiscais da PMCG que ainda permanecem fiscalizando e proibindo nas ruas centrais da cidade a prática econômica do comércio informal; reinício do histórico conflito entre ambulantes e ‘rapa’.

Isto pode ser tomado como uma explicação ao conflito, ainda persistente e muito presente, que em distintos momentos mostra a resistência às transformações impostas pela PMCG e remete ao cotidiano da sobrevivência de práticas econômicas informais e valores vigentes ao contexto da rua, no uso do espaço público que supõe assim o questionamento da alocação:

Os vendedores ambulantes de Campina Grande, instalados há três meses no Shopping Centro Edson Diniz (antiga Lobras), fizeram protesto, em frente ao estabelecimento, ontem, com o fechamento do prédio onde funcionam as 310 lojas. As faixas e cartazes expostos com dizeres como: “Fora IZINETE Brasil”; “Fora Sindicato”; “*Cozete [Cozete Barbosa, então Prefeita da cidade], não se faz uma Campina Grande com o povo passando fome*”; “*Gaiola bonita não dá comida a passarinho*”; “*Cássio [Governador do Estado à época e Prefeito quando da realocação], você transformou nosso sonho maior em um grande pesadelo*”; *demonstraram a revolta dos vendedores ambulantes, que garantiram estar vivendo o pior momento de suas vidas*. Eles exigem da prefeitura (sic) campinense, que os retirou das ruas, o não-pagamento da taxa do aluguel do Shopping Centro (...), e do condomínio, de igual valor, e que já deve ser paga (...). Os vendedores ambulantes, (...) tacham a Presidente do Ipsem [Instituto de Previdência do Servidor Público Municipal], (...), de intransigente (...). Gritando frases como “Camelôs unidos jamais serão vencidos”, os manifestantes que se posicionaram durante toda a manhã de ontem em frente ao prédio da antiga Lobras ameaçaram voltar às ruas. (...)”<sup>263</sup> (Grifo nosso).

### A maneira como os ambulantes passam a lidar com as ARCCAS e o

263 SHOPPING CENTRO – Manifestantes exigem isenção do pagamento de aluguel dos imóveis – Protesto de comerciantes acaba em tumulto em Campina Grande. DB, 30 abr. 2002 (Caderno Cidades).

Shopping Centro assenta uma classificação socioespacial que qualifica a rua e, mais uma vez, expressa, por outros moldes, a disputa pelo direito ao espaço público em Campina Grande. Ao questionar o tipo de gerenciamento imposto pela PMCG aos “ex-ambulantes” e ao persistirem práticas e sociabilidades, trazidas da rua através de seus códigos sociais e de condutas.

Tal como na rua, o Shopping Centro e as ARCCAS são caracterizados por uma multidão efusiva de pessoas, personagens e de vendedores que ainda anunciam as mercadorias em voz alta marcando uma fronteira frágil e fluida com a rua. A rua e seus códigos permanecem ativos e presentes: a disposição das mercadorias, a relação com os fregueses e o barulho característicos na forma de anunciar e vender os produtos. Em tais espaços, encontram-se, inclusive, produtos pirateados e mercadorias sem nota fiscal, proibidas na rua, mas lá “permitidas”.

As ARCCAS e o Shopping Centro identificam uma imagem que organiza, conduz, acompanha e concentra os ambulantes nestes espaços vigilantemente operados pelo poder público. Concepção que engendra a organização por uma visão negativa levada a efeitos sob o espaço público em Campina Grande: seleção e exclusão que ainda percebe a rua, os ambulantes e seu comércio como algo perigoso, ostensivo, agressivo e que necessita ser vigiado, disciplinado, organizado e regulamentado em suas práticas.

Talvez a isso se deva o fato dos equipamentos e serviços (ARCCAS e Shopping Centro) terem sido organizados em sua larga medida pela intenção de enaltecer os usos e símbolos de grandeza do centro comercial mais tradicional e, dessa forma, reforçar como os planejadores, comerciantes e cidadãos lidam com a imagem de Campina Grande em seu espaço público. Espaço que para os ambulantes, especificamente, até agora reserva a tentativa de extinguir a prática de seu trabalho na rua; o que não tem conseguido o poder público.

Porém, isso não é tudo, pois a transferência do espaço da rua não eliminou o conflito e a correlação de forças existentes no interior das práticas dos ambulantes que, mais uma vez, escapam à visão disciplinar dos planejadores. Basta verificar o que passa a ocorrer, de maneira bastante crescente, com a prática de repasse, venda e aluguel dos boxes alocados (vide Figura 69) tendo caso de ambulantes que ou voltaram à rua ou exploram a atividade na rua em sua dupla modalidade — “fora”

e “dentro” do circuito “formal”.



**Figura 69** - Astúcias e fronteiras dos ambulantes com a rua

**Fonte:** JP, 31 dez. 2008.

As promessas da revitalização não se cumpriram em sua plenitude nas ruas que, do ponto de vista da recuperação e da necessidade imposta de reinventar o centro pelo glamour dos casarios em *art déco*, não conseguem fazer do centro de Campina um espaço enobrecido<sup>264</sup> por novos usos em substituição dos ambulantes deste local.

De tal modo que não assegurou o fim do conflito que suscitara as questões remetidas à atividade econômica dos ambulantes no espaço público de Campina Grande (vide Figura 70). Os ambulantes recuperaram, aos seus moldes, a paisagem urbana sob critérios estéticos e de resistência na imagem da cidade em sua relação com o espaço público.

---

264 Ao identificar Campina Grande no sentido de torná-la mais competitiva, ou seja, ‘exibir a cidade para o mundo, buscando um lugar ao sol na globalização’ (VAINER, 2000).



**Figura 70** - A permanência na rua como espaço de trabalho

**Fonte:** JP, 17 maio 2003.

A distinção social da imagem da cidade repassada pelo trabalho de revitalização do centro é reeditada pelos ambulantes em seus trajetos e deslocamentos como tentativas de retomar o centro e as antigas áreas as quais negociavam introduzindo, mais uma vez, o potencializado dissenso na produção das imagens de Campina Grande em seu espaço público:

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Campina Grande, (...), encaminhou ofício à prefeita (sic) Cozete Barbosa manifestando a preocupação dos lojistas em relação a diversos vendedores ambulantes que começam a ocupar algumas ruas centrais da cidade, principalmente durante os feriados e nos finais de semana. A presidente Valéria Valença [CDL] informou que o relaxamento na fiscalização abre um perigoso precedente para que os camelôs ocupem novamente o centro comercial. “Esperamos que a Prefeitura Municipal mantenha uma vigilância constante para evitar um mal pior”, disse a dirigente. (...). (...), desde o mês de fevereiro

cerca de 630 vendedores ambulantes cadastrados (...) foram retirados do centro comercial e colocados nas áreas de Comércio ao Ar Livre (Arcas) e no Shopping Edson Diniz (...), deixando as ruas livres para os campinenses caminharem livremente pelas calçadas e dando um novo visual às ruas centrais da cidade. Mas para evitar que novos ambulantes se instalem no centro de campina Grande, o departamento de fiscalização (sic) da Secretaria de Serviços Urbanos vem realizando fiscalizações, no entanto, algumas pessoas têm conseguido driblar os fiscais e fixado pontos de vendas, mesmo que seja de forma temporária.(...) <sup>265</sup> (Grifo nosso).

A revitalização teve um efeito limitado e não conseguiu atingir a tarefa precípua e destinação estratégica que objetivou adequar a atividade dos ambulantes aos requisitos do comércio formal e, dessa maneira, garantir o esvaziamento de práticas remanescentes das ruas.

A revitalização do centro de Campina Grande, ao dotar determinados equipamentos (as ARCCAS e o Shopping Centro Edson Diniz) enquanto formas de marcar um limite aos rumos da experiência dos ambulantes nas ruas, não conseguiu inviabilizar as atividades, predominantes na tradicional figura dos ambulantes.

De tal modo que os ambulantes resistem e continuam a renovar em seus modos e recriam a imagem pública da cidade, mesmo tendo por base as contradições engendradas pela pretensa transferência de espaços almejada nas ações do *Projeto Campina Grande Déco*.

Ações que implicaram em possibilidades de vender a imagem de Campina Grande por um discurso sobre as decisões na cidade, alicerçadas na vocação econômica do seu comércio e no turismo histórico. Todas reforçadas em um discurso que balizou o traço significativo da tentativa de eliminar os ambulantes do espaço público de Campina Grande.

Esquecendo, porém, como os ambulantes poderiam fazer valer os propósitos da articulação fronteiriça entre as dimensões públicas em

265 CDL Teme volta de camelôs às ruas do centro. JP, 06 jul. 2002 (Caderno Cidades).

seus itinerários sob a cidade, em uma interessante e rica subversão espacializada quando dos usos das ARCCAS, do Shopping Centro e da imagem pública da cidade.

Mais do que um simples espaço, dotado de uma interface entre o público e o privado, os usos da rua evocam o movimento e embates que revelam uma cartografia singular na imagem contemporânea de Campina Grande em sua relação com o espaço público.

Os ambulantes retomam a paisagem urbana de Campina Grande ao desenvolverem práticas, sempre crescentes, do comércio informal que, aos poucos, volta a ocupar as calçadas do centro da cidade. O que irá ocorrer no Calçadão da Cardoso Vieira (vide Figura 71), Rua João Pessoa; Rua Marquês do Herval e Praça da Bandeira. Locais ocupados com a venda de lanches, CDs e materiais eletrônicos, à noite, após o horário normal de funcionamento do comércio.



**Figura 71 - E o Calçadão resiste!**

**Fonte:** DB, 02 abr. 2008.

É notório o revigoramento ocorrido no Calçadão da Cardoso Vieira, que ainda resiste como imperativo de disputa, de condutor de atividades ditas “ilegais” e reapropriadas pelos praticantes da cidade. O que acentuando antigos conflitos de interesses e usos aparentemente transformados, em um frágil consenso entre a imagem projetada e o conflito “escamoteado”:

*É grande a reclamação da sociedade e dos empresários com a descaracterização do Calçadão da Cardoso Vieira, no centro da cidade, que se transformou numa verdadeira feira de troca e venda de mercadorias, a maioria sem origem comprovada. Na última quarta-feira, por ocasião da ACCG [Associação Comercial de Campina Grande], o diretor José Borges de Medeiros despertou a atenção dos presentes para o problema que se amplia a cada dia. Na oportunidade, o conselheiro José Anchieta Bernardino propôs que o problema fosse apresentado ao Ministério Público para as devidas providências. Também durante a reunião da Associação Comercial, os empresários denunciaram o avanço do comércio informal na calçada da Rua João Pessoa, onde se pode encontrar de tudo: desde batata doce a CD's piratas. (...), a presença das barracas, além de impedir acesso dos consumidores às lojas, também dificulta a passagem dos pedestres<sup>266</sup> (Grifo nosso).*

A tentativa de revitalização do centro da cidade desencadeia a reestruturação do espaço público da rua a partir de um evidente processo da atribuição de sentidos a uma parte da cidade – includente ou excludente dependendo de quem se posiciona neste espaço se comerciantes, ambulantes ou cidadãos, reestruturação que tropeça na dura realidade configurada nas ruas e que não seria tão facilmente recebido sem conflito entre a ordem desejável pelos planejadores e os *contra-usos* experimentados pelos ambulantes.

À época da intervenção, havia a informação de que mais de oitocentos ambulantes estariam espalhados pelo centro de Campina tendo sido realocados pouco mais de seiscentos de tal modo que movida pela utopia em remodelar o seu sítio mais antigo sob a ótica de uma imagem da cidade planejada, moderna e funcional em seus usos e atributos, a revitalização buscou padronizar e racionalizar as práticas de rua do comércio informal.

---

266 ASSOCIAÇÃO comercial vai ao MP. JP, 14 out. 2008 (Informativo ACCG – Associação Comercial de Campina Grande).

Ao construir as ARCCAS e o Shopping Centro, com base em um discurso de retomar a rua para assim devolvê-la aos cidadãos, terminou-se por formatar espaços mais amplos de práticas neo-higienistas e de consumo da cidade por um fluxo incessante de uma nova visualidade urbana do centro, a qual, pelo menos em nível de discurso oficial, não teria assento os ambulantes.

Entanto, não se conseguiu eliminar este personagem, usuário que ainda continua a subverter os usos espacializados oficialmente, ao resistir e, desse modo, reinscrever a imagem de Campina Grande em seu espaço público em destaque à histórica e peculiar resistência do Calçadão da Cardoso Vieira e dos pobres na cidade; como veremos a seguir.

## CAPÍTULO V

# IMAGENS DA POBREZA EM CAMPINA GRANDE

É pedra que apóia a tábu, madeira que apóia a telha. Saco plástico, prego, papelão. Amarra corda, cava buraco, barraco. Moradia popular em propagação. Cachorro, gato, galinha, bicho de pé. E a população real convive em “harmonia normal”. Faz parte do dia a dia: banheiro, cama, cozinha no chão. Esperança, fé em Deus, ilusão. Quando a maré encher. Quando a maré encher. Tomar banho de canal quando a maré encher (NAÇÃO ZUMBI — *Quando a maré encher*).

### A DIMENSÃO SOBRE OS POBRES

Neste último capítulo, realizaremos uma reflexão sobre as imagens de Campina Grande a partir da leitura que se realiza dos modos e tratamentos dados aos pobres, aqui apresentados a partir das ocupações “irregulares” do solo e do arranjo espacial segregado no Município. Procuraremos, de modo geral, entender as tensões e condições que contemporaneamente produziram as imagens da pobreza urbana em Campina.

Esta não foi uma tarefa simples, pois constatamos, quando da pesquisa de campo, a inexistência de projeto ou estudo mais amplo voltado ao enfrentamento desta questão em Campina Grande, residindo daí a dificuldade em analisar, nas imagens da cidade, essa população. Visto a tentativa (oficial!) em desconhecer como os pobres usam e produzem a cidade.

É importante frisar que se torna difícil detectar o surgimento da população que poderia ser denominada pobre. É evidente que, ao longo

da sua história, sempre existiu um segmento social percebido como pobre que vive, trabalha, mendiga ou apenas circula por suas ruas.

Isso nos faz supor que, localmente, embora PDLI, CURA e PNC-CPM tivessem definido a questão urbana, em termos de intervenções que terminariam por agregar à cidade um perfil urbano, não houve a preocupação em se elaborar políticas que tivessem por foco a pobreza urbana. Portanto, deliberadamente por uma invisibilidade mais do que por sua ausência material na cidade.

Neste aspecto, apesar da peculiaridade, a pobreza em Campina Grande não é original e reproduz a característica mais geral das cidades brasileiras de um crescimento urbano rápido, contraditório e desigual.<sup>267</sup> Podemos pontuar, a partir da discussão dos pobres, a favelização e precariedade das condições de habitabilidade e da luta por moradia (vide Figura 72) enquanto fenômenos que, de modo mais acentuado, têm atingido Campina nos últimos 30 anos.



**Figura 72** - Campina na luta por moradia

**Fonte:** JP, 21 ago. 2002.

Daí atentarmos, ainda mais, para a rara e preciosa informação abrigada nas entrelinhas dos jornais, através de matérias que expunham

267 Dados mostram que a *Incidência de Pobreza* no Município alcança 58,88%. Fonte: Mapa de Pobreza e Desigualdade – Municípios Brasileiros 2003 – IBGE (Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003).

as condições e experiências da luta por moradia em Campina Grande no contexto de diversas ocupações, que atuaram de maneira decisiva a demarcar o lugar dos pobres na cidade. Campina Grande acentua o processo migratório de população da área rural, iniciado ainda nos anos 1970, que impulsiona o crescimento da sua mancha urbana.

Ao registrar uma intensa e rápida transformação de sua estrutura urbana, coloca-se, nos anos 1980, o crescimento de glebas em loteamentos na periferia da cidade, típico de uma estrutura socioespacial segregada e com variações bastante significativas nas diversas localidades que compõem sua malha urbana, logo a seguir representada:



**Figura 73** - Malha urbana de Campina Grande

**Fonte:** PMCG / SEPLAN.

Reflexo de um quadro mais amplo da sociedade brasileira é bastante claro o número, cada vez maior, de pessoas sem emprego e moradia vivendo em favelas que passam a ter visibilidade na paisagem de Campina e em manchetes dos noticiários locais das décadas de 1980-1990.

Deste modo, os suportes impressos do DB e JP garantiram a publicização do problema gerado em Campina Grande com a pobreza urbana, mediante os relatos e coberturas dos jornais trabalhados que ecoam das áreas periféricas e que acenam com a visibilidade dos pobres. Todavia, cabe pontuar que:

(...), a invisibilidade que ocorre entre os sujeitos que lutam por um espaço para morar contribui para o

agravamento de um quadro crítico de indiferença social. Portanto, quando verificamos a inversão desse processo, ou seja, quando vemos a aparição desses “marginalizados” na mídia, (...), estes sujeitos por um lado tornam-se visíveis, mas por outro, terão que lutar mais ordenadamente pelo seu reconhecimento e direitos, em geral, desconhecidos. Dessa forma, passam por um novo processo de estigmatização (DOWLING, 2006, p.61).

Quase que sem querer, ou seja, forçosamente, a imprensa local pauta o debate que extrapola o caráter pontual da pobreza em Campina Grande, ao revelar o drama de inúmeras famílias com trajetórias e grau de vulnerabilidade semelhantes<sup>268</sup> a partir de um cotidiano que repercute, enquanto noticiário (vide Figura 74), em torno de questões que envolvem a pobreza e as dimensões que esta assume nas imagens e paisagens de uma Campina Grande fragmentada.<sup>269</sup>



**Figura 74** - As ocupações emitem os sentidos de novas paisagens  
**Fonte:** DB, 10 set. 1988.

Tal paisagem, certamente, coloca-se em razão de impactos e tensões ocorridas, a partir do crescimento de conflitos relacionados ao uso do

268 Trajetórias que traçam a imagem de um cotidiano de privações dos moradores de áreas periféricas a qual revela a condição da pobreza urbana em Campina Grande.

269 Fragmentada no sentido trabalhado no capítulo I.

solo urbano. De tal modo que:

(...), ao mesmo tempo em que os jornais refletem o grau de vulnerabilidade dos pobres, também emitem sentidos por meio das interpretações sobre as situações retratadas nas reportagens, as ilustrações deixam transparecer um aspecto característico do ambiente de acolhimento dessas histórias – o de que (sic) terminam por revelar o caráter polifônico dos discursos. (...), outra observação que requer um detalhamento maior diz respeito ao próprio modo de condução das coberturas segundo as quais esse problema social é cotidianamente exibido no noticiário (SAMPAIO, 2007, p.117-118).

Cabe advertir que, neste cenário, a discussão sobre a pobreza urbana e suas consequências no território (vide Figura 75) se situa na imprensa local não pelo objetivo de dar visibilidade aos pobres, ou ainda mostrar suas reações em torno dessa problemática, mas chamar a atenção de como as práticas destes estariam repercutindo enquanto *ameaças* às imagens hegemônicas de Campina Grande.



**Figura 75 - A pobreza como território instável da cidade**

**Fonte:** JP, 21 ago. 2002.

Dois elementos explicam essa transformação, acarretada mais precisamente a partir do momento em que, **primeiro**, um número expressivo de pessoas passou a ocorrer a Campina Grande em busca de moradia e alternativas de trabalho, o que contribuiu para o aumento de contínuo desemprego, comprometimento das condições, habitabilidade e deslocamento da pobreza para a área urbana, expondo setores mais pobres a todos os riscos.

Ao trazer personagens de uma população sobrevivendo a partir das táticas que circulam e ocupam os espaços da pobreza, um **segundo** elemento tem a ver com o fato de Campina Grande passar a ser marcada de maneira indelével por uma população empobrecida, com múltiplas vivências que reconfiguram, pelas ocupações (vide Figura 76); territórios de tensões de construção do seu espaço urbano através de sujeitos que lutam na cidade, descrevem e transformam a busca pela moradia.<sup>270</sup>



**Figura 76** - Imagens da pobreza como ameaças

**Fonte:** DB, 05 set. 1988.

270 De acordo com DOWLING (2006, p.42), no contexto das ocupações, a casa passa a ser associada a uma questão primordial de ordem identitária desses sujeitos. Ao revelar costumes, estilos de vida e valores dos ocupantes, no espaço escolhido com meio provisório de moradia.

Transformação essa que altera o modo de pensar os pobres, em uma nova espacialização das cidades que tem a ver com uma questão não apenas local, mas nacional.<sup>271</sup> Paralela à produção desse espaço urbano, há todo um contexto de mudanças, redefinidas em função da transição do fordismo para o regime de acumulação flexível, com consequências na rede urbana do país que especificamente apontava para uma orientação sob os novos papéis que as cidades médias do Nordeste brasileiro deveriam cumprir dentro da rede urbana brasileira, como contenção do processo migratório nacional e força de atração populacional regional.<sup>272</sup>

Associa e se justifica oficialmente a integração dos agentes, presentes no espaço urbano local, aos diversos setores produtivos tendo por base a discussão sobre a atração populacional exercida pelo Município e sua conformação espacial no sistema nacional de cidades. Campina é reportada como polo regional de desenvolvimento e alcance espacial da sua área de influência, no âmbito de uma nova divisão técnica e social do trabalho.

Campina Grande cumprirá regionalmente o papel de articuladora do território, naquilo que pode ser denominada por uma *urbanização espraiada* (SANTOS, 1993), marcada pela periferização, fragmentação e dispersão com grandes contrastes socioespaciais. Em análise desse processo, Maia (2010) observa que tal momento também foi impulsionado pela execução de programas como o CURA e o PNCCPM:

O processo de urbanização de Campina Grande arrolado revela-se parcialmente no quadro demográfico referente ao período de 1970 a 2000. (...). Analisando-se os dados dos Censos Demográficos do período de 1970 a 2000 (...), verifica-se um crescimento de 54,96%. Tal crescimento deu-se em ritmos diferentes. Na primeira década, 1970 a 1980 o aumento populacional foi de 52.524 habitantes. Este acréscimo é entendido por alguns autores como sendo decorrente das intervenções feitas a partir dos Programas Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA)

---

271 Conforme nos esclarece QUEIRÓZ (1993).

272 Cf.: SILVA JR., 2009; PONTES, 2006; LIMA, 2004.

e o Programa Nacional para Cidades de Porte Médio (PNCPM) (sic). Apesar da ineficácia em dirimir a especulação imobiliária, os mesmos favoreceram modificações na infra-estrutura e principalmente na economia urbana (particularmente o PNCPM), permitindo a fixação da população local (MAIA, 2010, p.5-6).

No período de 1980-1991, observa-se um acréscimo<sup>273</sup> da população do Município em quase 1/3,<sup>274</sup> com a redistribuição espacial da sua população que modificará seu tecido, acarretando a proporção de pobres na cidade, pois a disputa pelo espaço urbano começa a mudar ao aprofundar as diferenças socioespaciais em um ritmo significativamente mais intenso do que as cidades médias da região: “(...) Campina Grande, a partir dos números de seus Censos Demográficos, evidencia a *barbarização do padrão urbano-social* que se moldou aqui. (...)” (SILVA JR., 2009, p.25, grifo nosso).

As correntes migratórias de população da área rural, muito presentes até início dos anos 1990, impulsionaram a mancha urbana de Campina Grande registrando-se significativo crescimento populacional com a ampliação do perímetro urbano e rápida transformação de glebas rurais, em loteamentos periféricos (vide Figura 77) com variações bastante significativas nas diversas localidades que compõem esta malha, típica de uma conformação segregada.

---

273 Ao contrário de décadas anteriores, nas quais a cidade apresentara taxas de população decrescentes: 1,98% a.a no período de 1950/60 e 0,46% a.a no período de 1960/70. A esse respeito, cf.: CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PC-CPM/MINTER – Perfil do Município* (Evolução). Campina Grande: COMDECA, 1980 (s.p). Entre 1991-2000, há um decréscimo no ritmo do aumento populacional em Campina também explicado, de acordo com Maia (2010, p.5), por uma maior centralidade que passa a exercer João Pessoa.

274 A esse respeito, cf.: SILVA JR., 2009.



### Mais uma favela

A vigésima sétima favela de Campina Grande começa a surgir nas proximidades do Hospital da FAP, vizinha a um riacho onde desaguam os detritos dos bairros da Palmeira, Jeremias e Araxá. Edificada à base de taipa, plásticos e papelão, a nova aglomeração de improvisados

casebres é o mais denunciador dos retratos da crise na habitação vivida pelo município, que ressentem-se da imperiosidade da construção de pelo menos 30 mil novas moradias.

O mais grave é que a favela começa a ser construída dentro de uma antiga lagoa e seus mo-

radores não desconhecem a certeza de que as primeiras chuvas, todos os casebres serão inundados.

O pessoal da 'Favela dos Telmossos' se acostumou a viver dentro d'água. Por que não iremos também nos acostumar? - pergunta Maria José dos Santos, 65, residente ao local.

**Figura 77** - A Campina segregada em circulação

**Fonte:** DB, 12 dez. 1989.

Em razão das consequências sociais, atribuídas à crise que se abatera em Campina Grande, naquele momento, agrava-se a escassez dos postos de trabalho e a ausência de uma ação pública que pudesse acompanhar o quadro crescente de demandas urbanas.

Sob essas condições, Campina passa da existência de apenas 03 grandes áreas pobres em 1980 – Jeremias, Pedregal e, a então, Cachoeira – para 38 favelas, 739 cortiços e considerável déficit habitacional<sup>275</sup> além de inúmeros parcelamentos irregulares com ocupação inadequada de áreas e deterioração da estrutura urbana do seu território. Contudo, observamos o aumento bastante significativo do número de favelas,

275 O *Déficit Habitacional Básico* (DHB) em Campina Grande era, em 2008, de 12.192 habitações, 13,97% dos domicílios existentes no Município, com uma população de 50.451 hab. e 12.130 domicílios localizados em áreas marcadas pela ilegalidade fundiária e urbanística; podemos ainda constatar o número de pessoas morando em cortiços — 24.444 hab. A esse respeito, cf. CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diagnóstico Urbano-habitacional de Campina Grande*. Campina Grande: SEPLAN, 2001; CAMPINA: urbanização já chegou a 19 comunidades. JP, 22 jun. 2008 (Caderno Cidades).

já existentes na década de 1970, conforme deixam claras as passagens abaixo:

O incremento do número de subhabitações em Campina se deu, sobretudo, nos últimos cinco anos: até 1979, a cidade contava com apenas três favelas de maior expressão: Cachoeira, Pedregal e Jeremias. No último quinquênio [1980-1985] (sic), entretanto, verificou-se um acelerado processo de favelamento, como consequência de cinco anos de seca na região Nordeste (que, inclusive, intensificaram o êxodo rural) e do processo de proletarização de vastas camadas da população, fruto da grave crise econômica, social e política a que foi conduzido o país, pelos sucessivos governos militares (MELO, 1985, p.31).

João Pessoa e Campina Grande estão entre as três cidades do Nordeste que apresentaram o maior crescimento populacional nas favelas no período de 1980 a 2000. A capital da Paraíba é a segunda cidade nordestina em aumento de população vivendo em favelas — com um crescimento anual de 12, 38% — e Campina Grande ficou na terceira colocação no ranking — com crescimento anual de 9,62%.<sup>276</sup>

É significativo que, nos anos 1980, a Campina “informal” passe a ser construída, em clara vinculação com a ordem urbanística regida pela combinação de ocupações “irregulares” de terrenos públicos e privados, originadas em torno das situações de pobreza em circulação na sua periferia. Assim, a modificação da morfologia urbana, a qual impulsionará a periferia em Campina Grande, reproduz um crescimento não

<sup>276</sup> CAPITAL e CG (sic) lideram o crescimento de favelas no Nordeste. JP, 22 jun. 2008 (Aline Lins — Caderno Cidades). A título de informação, a referida matéria recorre aos dados de pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre os *Principais Problemas Regionais Urbanos*. Cabe também mencionar que a primeira cidade, no ranking nacional e no Nordeste, é Maceió (AL) que tem taxa anual de 20,99% de pessoas vivendo em favelas.

contínuo, espreado e fragmentado.

Podemos verificar que a estratégia local de desenvolvimento urbano se dará no sentido de destacar a função de Campina dentro do sistema intraurbano, micro e macro regional, e de obediência a uma diretriz nacional. Justificada quando, por exemplo, da inclusão da cidade no PCCPM /MINTER:

Isto se deve a privilegiada posição do Município em relação ao estado da Paraíba, (...). Assim sendo, Campina Grande, ressalta como elemento de domínio sobre a significativa parcela do espaço estadual, fornecendo serviços e atraindo contingentes populacionais que se fixam em seus limites.

Como estratégia básica do seu desenvolvimento, vale ressaltar que sua inclusão no PCCPM orientou o seu planejamento no sentido de fortalecer a estrutura urbana em consonância com as diretrizes emanadas da CNDU e traduzidas em nível regional pela SUDENE, (...).<sup>277</sup>

Consolida-se na paisagem de Campina Grande a presença de determinadas tramas e arranjos socioespaciais, trazidos com a luta pela moradia e a ocupação de inúmeras áreas do sítio urbano, em um desenho na hierarquia social dado a partir das itinerâncias dos pobres urbanos neste território.

Merece mencionar também mudanças que reportam ao próprio Estado brasileiro, ao conferir atenção especial às demandas dos pobres urbanos através de uma “estratégia participativa” (QUEIRÓZ, 1993). O Estado passa a apresentar uma outra postura em relação à gestão da pobreza e, por extensão, aos conflitos urbanos, e tem a participação como elemento de controle social<sup>278</sup>.

<sup>277</sup> CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCPM/MINTER — Perfil do Município* (Estratégia Local de Desenvolvimento Urbano). Campina Grande: COMDECA, 1980 (s.p).

<sup>278</sup> De acordo com Queiróz (1993), ocorrerá uma apropriação do discurso da participação na Paraíba, de modo que um conjunto de fatores leva o governo do Estado

A visibilidade dos pobres<sup>279</sup> e o espetáculo da pobreza aparecem, neste momento específico, vinculados às faces de um debate sobre o qual se inserem, novamente, as sínteses hegemônicas de Campina Grande. É notório também que, nesse momento, em meio à chamada “nova questão social”, o Estado passa estrategicamente a “reconhecer” e a se “responsabilizar” pela pobreza urbana.

A urbanização de Campina Grande, tal como a maioria dos municípios brasileiros, revela a associação entre o colapso das estratégias e modelo de desenvolvimento centrados no progresso material e crescimento econômico dos anos 1970, com consequências desastrosas na década seguinte em termos de polarização social e aumento da pobreza.

Este processo vai caracterizar as relações entre o Estado e os pobres urbanos por novos mecanismos de regulação social e novas formas de administração da pobreza no Brasil, em função da intensificação do seu crescimento no espaço urbano com amplos significados e conteúdos das ambivalências entre legal-ilegal; regular-irregular dos pobres urbanos em suas itinerâncias (vide Figura 78).

Define-se localmente o espaço de tensões que constitui a mudança de olhar sobre Campina Grande, expressa na instauração da (des) ordem (CATTÀ, 2009; FERRARINI, 2009) que passa a ocorrer em proliferação da pobreza e a partir das ocupações e conflitos provocados pelas transformações no urbano.

---

a modificar as formas de interação com a pobreza urbana em suas expressões organizativas.

279 Uma das imagens mais fortes que dissemina a leitura sobre os pobres é a que projeta os pobres pela noção de “classes perigosas” (Chevalier, 2002). A pobreza, aos olhos de determinados setores, torna-se não só visível, mas, potencialmente, perigosa às primícias da ordem. A esse respeito, cf.: CARNEIRO (2009); FERRARINI (2009), PESAVENTO (2008).



**Figura 78** - Itinerâncias dos pobres em Campina

**Fonte:** DB, 12 dez. 1989.

É nesse prisma que se observa em Campina Grande a confluência de uma imagem, que corre em paralelo e se coloca para além da oficial, de uma ordem urbanística e ambiental ditada pela “irregularidade”, a qual a divisão aparente entre a cidade e suas partes se vincula, em uma intrincada rede de relações contraditórias das dualidades do aparato jurídico formal e os conteúdos ideológicos atribuídos ao legal-ilegal (COSTA, 2006).

Podemos perceber que essas transformações são advindas de uma *cidade não realizada* (CERTEAU, 1994), não aceita nas sínteses hegemônicas e sob suspeição em sua projeção. Os pobres e suas ocupações no território emitem os sentidos de novas paisagens, marcando em definitivo a dinâmica urbana de Campina Grande. Mesmo em momentos em que se é exigido deixar transparecer uma não conformação com essas presenças neste território.

A imagem dos pobres se coloca enquanto *(des) ordem* nas projeções da cidade e descortina, aos olhos das sínteses, o significado de tensões que consigo trazem sujeitos e situações novas no espaço urbano de Campina Grande:

Contrastando visivelmente com as modernas instalações das fábricas ali [Distrito Industrial] implantadas

uma série de barracas sem a menor estética vem ultimamente incidindo (sic) as áreas (...) do Distrito Industrial constituindo um espetáculo degradante aos olhos de quem visita (...) nossas organizações empresariais no setor da indústria. (...). *Justamente agora, quando o governo do município está se interessando tanto no desenvolvimento das atividades turísticas em Campina Grande, precisando, por isso mesmo, apresentar aos visitantes uma boa imagem da cidade, aquelas barracas infectas e mal arranjadas não podem a nenhum pretexto, permanecer ali* (Grifo nosso).<sup>280</sup>

Esta paisagem coloca a compreensão dos pobres que, na ótica de setores mais abastados, revelam um problema ao espetáculo da urbe o qual deveria ser controlado para não contagiar as imagens desta, pelo que representa de perigo à ordem estabelecida. É importante destacar que tal leitura procede de uma construção histórica do espetáculo da pobreza nas cidades brasileiras, de tal modo que: “(...) É necessário que Campina Grande não cresça forçada pelas invasões e ocupações de sua periferia, pelos loteamentos de sentido econômico (sic) que tem (sic) sido feitos, enfim pelas favelas que quase cercam a cidade (...)”.<sup>281</sup>

O conteúdo dessa escrita mobiliza, assim, a possibilidade de esconder, dispersar e omitir os pobres campinenses, mais do que os significados a eles atribuídos, projeta-se o distanciamento destes como *espacialidades invisíveis*.<sup>282</sup>

São distintas as características que sustentam o contraste entre as duas imagens — a da cidade disciplinada/disciplinar e a da cidade labiríntica (usuários — pobres), o que nos faz lembrar a descrição de *Maurília*, sob a impressão de Calvino (1990):

Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões -postais ilustrados que mostram como esta havia sido:

---

280 DISTRITO industrial. DB, 02 jun. 1977 (Editorial).

281 PLANEJAMENTO urbano. JP, 18 jan. 2001 (Editorial).

282 Favor, cf.: FERNANDES, 2001.

a praça idêntica, mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. *Para não decepcionar os viajantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira à atual, tomando cuidado, porém, em conter sem pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas (...).* Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si. Às vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos; *mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos* (CALVINO, 1990, p.31-32) (Grifo nosso).

Está claro que o raciocínio desse processo reporta aos cartões-postais que tentam polir a beleza e tirar a poeira. Em Campina Grande, isso se dá pela realização de cenários onde à diferenciação, de quem deve ou não permanecer em sua memória, é disposta em perspectivas estratégicas que efetivamente conduzem o ideal de sua modernidade pela ocultação de partes da cidade.

Estas partes deveriam ser não apenas esquecidas, mas desmobilizadas em suas representações e memória, não referidas ou reconhecidas como valor turístico atrativo e peculiar à história de Campina através do suporte de uma imagem, “(...), segundo a qual os pobres não são pensados a partir de sua positividade concreta – pelo que são, de fato –, mas por sua face negativa, ou seja, pelo que lhes falta e pelo que não possuem, (...)” (SAMPAIO, 2007, p.119).

Portanto, o conceito de pobreza é portador de múltiplas dimensões (da vida individual e coletiva), muitas vezes situadas apenas no contexto de desigualdades materiais que o definem e o mensuram pelo crescimento econômico, único modo de expressão agregado aos processos de riqueza e expansão seja no plano socioeconômico, cultural, político, moral, etc.

Desse ponto de vista chamamos a atenção para o que se impõe como tentativa de compreensão da imagem de Campina Grande, ao nos possibilitar pensar *pobreza e segregação urbanas* como processos combinados. O que no exige deixar claro que referenciais e suportes estamos operacionalizando, ao refletirmos a partir de tais conceitos.

Passa-se a se conceber riqueza e desenvolvimento através do crescimento infinito e indiscriminado do ser humano, com pleno acesso ao consumo. Nesta perspectiva, a pobreza seria sinônima de insuficiência de renda e carência de recursos materiais. Contrariamente, o crescimento econômico seria o meio para as pessoas ampliarem suas liberdades e qualidade de vida: se riqueza é expansão das liberdades, pobreza é a sua privação.

Tais conceitos vêm sendo questionados em razão do caráter economicista, com mensurações a partir da renda. Assim, podemos distinguir quatro perspectivas para o conhecimento da problemática dos pobres e da pobreza. Quatro rostos tal como veem o pobre: *marginal, explorado, dependente* e, por consequência, o pobre como *desafiado* (BAJOIT, 2006). Historicamente, cada um destes “rostos da pobreza” se inscreve numa concepção do contrato social.

A esse respeito, questionamos o conceito de exclusão social, devido unilateralidade e ambiguidade do mesmo, ao propor a leitura da reconfiguração da questão social que apontaria para as formas contemporâneas de ação dos pobres. Pois, “(...) os ‘excluídos’ não constituem, propriamente, um grupo homogêneo. (...)” (CASTEL, 2006, p.63).

Ou seja, deva a pobreza urbana ser problematizada a partir dos planos socio-históricos, institucionais e socioantropológicos que se manifestam como modos de apreensão da cidade que traduzem, sob novas formas de desigualdades e ações (vide Figura 79), o conjunto heterogêneo de situações que exige múltiplas leituras.

Historicamente, a exclusão social foi, num dado momento, a forma de problematização da questão social<sup>283</sup> e, como tal, conduzida a deixar de ser objeto privilegiado quando esta última assume um conjunto heterogêneo de configuração da miséria no mundo atual.

Em relação à sociabilidade urbana, consideramos que, contemporaneamente, há uma profunda transformação na experiência e conflitos

---

283 A esse respeito cf.: BALSÁ; BONETI; SOULET (Orgs.), (2006).

urbanos, cujas dimensões devam ser percebidas em torno do lugar dos pobres nesse processo<sup>284</sup>.



**Figura 79** - O que há de novo no espetáculo da pobreza urbana?

**Fonte:** DB, 18 maio 1987.

A discussão da pobreza urbana se impõe, portanto, para além da exclusão ao destacar a heterogeneidade de territórios pelo retrato da cidade crescentemente desigual e dimensionar espaços, igualmente pobres, que se apresentam em características muito diferentes ao que produzem (e reproduzem) as condições de pobreza nestes mesmos espaços. Os processos de pobreza se manifestam, ao introduzirem o significado de nova paisagem e imagem urbanas devido novas formas de desigualdade e segregação (próximos espacialmente, porém afastados socialmente).

A segregação, tal como a pobreza, é um processo fundamental para a compreensão da estrutura espacial intraurbana (VILLAÇA, 2001). Observa-se que a ideia de segregação é excessivamente abrangente,<sup>285</sup> pois

284 Cf. MACHADO, 2009; SILVA, 2009; MATTOS, 2004.

285 A esse respeito, cabe situar o debate na Sociologia Urbana, derivado pela *Escola de Chicago*, ao afirmar a 'segregação ecológica' como concentração dentro de

nomeia heterogêneos processos que produzem separação ou concentração de grupos sociais. De tal modo que podemos dizer que a segregação socioespacial envolve sentidos ou processos distintos.<sup>286</sup>

Esses processos traduzem principalmente o controle do acesso ao lugar e violência reproduzida simbolicamente (BOURDIEU, 1997) no espaço arquitetônico e em decorrência de *habitus*, tacitamente, exigidos para se ocupar fisicamente um *habitat*, ao criar uma situação socioespacial entendida por *efeitos de clube*:

(...) *efeitos de clube* (Grifo do autor!), que resultam da associação durável (nos Bairros chiques ou nas residências de luxo) de pessoas e coisas que, sendo diferentes da grande maioria, têm em comum não serem comuns, isto é, na medida em que elas excluem, em direito (por uma forma de *numerus clausus* (Grifo do autor!) ou de fato o intruso está fadado a provar um sentimento de exclusão capaz de privá-lo de certas regalias à pertença), todos os que não apresentam as propriedades desejadas ou que apresentam uma (pelo menos) das propriedades indesejáveis (BOURDIEU,

---

uma mesma área residencial que procede ao fato de os habitantes da cidade serem diferentes e interdependentes; *Lojkine* (1981) — para o qual a segregação é uma *manifestação da renda fundiária* urbana produzida pela formação dos preços do solo; *Castells* (1978; 1987) que entende a segregação urbana como uma tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e forte disparidade social entre as quais há uma estratificação urbana. Citamos, ainda, a já também clássica contribuição de *Caldeira* (1992) que, por uma ótica antropológica, atualiza o conceito de segregação numa rica análise propondo ler a nova ‘cidade de muralhas’ demonstrada pelo mapa cognitivo advindo da narrativa do medo, de crise econômica, incertezas e de um processo de distinção que geraria a maior *proximidade entre diferentes grupos sociais*.

286 Com base em Marques (2005), a segregação pode estar associada a três ideias: primeiro, ao gueto ou como estratégias pelos próprios grupos em isolamentos. Em segundo sentido, a segregação significa desigualdade de acesso e, em terceiro sentido, segregação significa separação ou homogeneidade interna e heterogeneidade externa na distribuição dos grupos no espaço.

Quanto ao conjunto do território, em situações de coabitação entre ricos e pobres, a proximidade do espaço físico não é suficiente para a apropriação dos *efeitos do lugar*. São bastante comuns as práticas de lutas pela apropriação do espaço, onde o lugar ocupado permite o acesso a outras formas de capital inscritas no território, seja pela capacidade de dominação simbólica do espaço – que mantém a distância pessoas e coisas indesejáveis – ou ainda, através da *violência simbólica* (BOURDIEU, 1997) que permite reforçar as posições de poder no conjunto do território.

Nesta perspectiva, pobreza e segregações urbanas promovem uma releitura importante, ao sugerirem fenômenos que se colocam em função da apropriação diferenciada do urbano sobre o social e da desigual localização dos recursos neste espaço. A pobreza urbana não mais pode ser interpretada apenas pelo caráter objetivo e material, fenômeno explicado por única dimensão, em outra forma de interpretá-la:

Uma multiplicidade de leituras se sucede para sustentar o argumento segundo o qual se define a presença do pobre – *fora do lugar* – por uma presença, traduzida na ordem urbana por práticas que excluem “os de baixo” e ignoram a capacidade dessa população em reagir coletivamente (vide Figura 8o) em implicações de processos socioespaciais significativos à produção desigual do urbano.

De forma geral, a produção desigual do urbano incide sobre a forma da mancha urbana, nas direções de crescimento, na verticalização, nas densidades, no pouco ou nenhum acesso a serviços de saneamento básico, saúde, educação, segurança econômica, social, enfim, no direito à cidade.

Práticas de distinção social que chamam à atenção na medida em que a solução para a pobreza na cidade seria o distanciamento físico e, por resultado, o distanciamento social e as representações que fazem sobre o seu lugar e nas práticas de uso e apropriação do território (RIBEIRO, 2009).

Proximidade e distância têm por pertinência as diferenças de localização, promoção imobiliária, política de investimentos (públicos) em habitação popular, transportes, acesso a equipamentos de serviços,

ou ainda, o desenrolar das lutas e ações coletivas como tentativas de melhoria das condições de vida neste lócus. São processos e transformações que, por sua vez, representam particularmente a apreensão do que ocorre como busca por fixar no urbano uma imagem dos pobres em Campina Grande (vide Figura 8o).



**Figura 8o** - A percepção dos pobres urbanos em seus deslocamentos

**Fonte:** DB, 21 set. 1988.

Portanto, de acordo com Ribeiro (2009), o fundamento da *pax urbanus* da cidade brasileira resulta e alimenta o lado estamental da ordem social, ao marcar a hibridez de valores hierárquicos e igualitários que legitima a crença de que as pessoas são naturalmente desiguais. Essa dinâmica social indica intensas e grandes transformações, numa maior complexidade de processos no urbano, dentre as quais a pobreza. O que produz uma maior distinção e distribuição dos grupos no tecido social da cidade, expressas por meio do padrão de proximidade física e da distância social.

Em termos gerais, essas transformações incidem sobre o desaparecimento da cidade como forma urbana caracterizada pelo sentido centro-periferia e, ao se acentuar o crescimento rumo às bordas e áreas periurbanas do território, na construção dos espaços periféricos.

Espaços estes que representam a configuração de processos históricos

de estruturação intraurbana das cidades brasileiras pelo que implicam em consequências das localizações e, por sua vez, acabam por gerar outro modelo urbano-segregado, diferenciado e pobre (MATTOS, 2004).

Em Campina Grande, este cenário marca o redirecionamento da ocupação do território (vide Figura 81) com a acentuação segmentada do espaço urbano, iniciada ainda na década de 1970 pelo PDLI e o CURA. Isso se configurou em um rápido processo de transformação desse espaço por novas formas e usos, que consigo trouxeram a inscrição de um conjunto heterogêneo de sujeitos (favelados, ocupantes, migrantes, ambulantes, etc.) e significativo impacto de reações populares.



Figura 81 - As reações dos pobres em Campina

Fonte: DB, 10 set. 1988.

As reações dos pobres são percebidas quase sempre como desordem, e por nós pensadas como formas contrapostas ao padrão das intervenções na cidade e aos mecanismos de segregação gerados. Embora aparentemente não fosse planejado, esse padrão de uso do solo, nos anos 1980, é resultado de uma estratégia deliberada do Estado e empreendedores privados de permitir o desenvolvimento “desordenado” (KOWARICK, 1994).

A ideia é aliviar a crise de escassez de moradia, beneficiar proprietários de terras e loteadores, e utilizar a retórica da desordem como

substituto para gastos públicos. Consideramos, assim, que a difusão da desordem trata de afetar a pretensa coesão do conflito social, tal como passa a ser vivido e pensado na cidade (vide Figura 82).



**Figura 82** - Tensão nos ditos “espaços malditos da urbe”

**Fonte:** DB, 16 dez. 1987.

Em Campina Grande, esse processo dialoga com um contexto mais amplo de programas nacionais, executados em não conformação com os padrões locais, onde os modelos de modernização do território postos por programas e planos governamentais, dentre esses o PDLI e CURA, colocam-se de modo bastante desigual: “Em Campina Grande, a maioria das pessoas que foram desalojadas para que as obras tivessem andamento se refugiaram em áreas periféricas, formando o acréscimo de favelas na cidade, (...)” (LIMA, 2004, p.248).

Cabe lembrar que quando da sua execução em Campina Grande, o CURA estabeleceu a estratégia<sup>287</sup> da imposição de usos, através do zoneamento, pelo objetivo de controlar a ocupação com o preenchimento dos vazios urbanos, posterior adensamento de determinados espaços e, ainda, desenvolver e ordenar o sistema viário urbano, enquanto

<sup>287</sup> Conforme pontuado no capítulo II.

elemento de incentivo à ocupação em áreas periféricas.<sup>288</sup>

Especificamente em Campina Grande, isso contribuiu para definir uma nova dinâmica de atividades e empreendimentos na cidade, ao desvalorizar prematuramente certos terrenos, para revalorizar outros, com a valorização imobiliária de algumas áreas para fins comerciais ou enquanto vetores de expansão. O que exigia locais específicos e adequados às suas implantações.

Interessante observarmos que a imagem dos distintos usos que assumirão contornos e demarcarão a problemática da moradia dos pobres neste território, nos anos 1980-1990, já estava posta nos anos 1970, conforme demonstra discurso presente em documento que analisa o então padrão de habitação no Município:

A pesquisa sobre padrão de habitação surgiu da necessidade de se conhecer exatamente a situação habitacional de Campina Grande, dada a falta de documentação existente em nossas instituições oficiais de informação. A inexistência total de dados atualizados sobre a problemática habitacional obrigou-nos, (...), a um levantamento direto, tipo censo, atingindo todos os Bairros da cidade, com o objetivo de quantificar o número de edifícios existentes, por tipo de ocupação. (...). *Sendo a cidade de Campina Grande possuidora (sic) de Bairros, muitos dos quais sem nenhum sentido, seja do ponto de vista ecológico, urbanístico ou sociológico, tornou-se imperiosa uma nova divisão da cidade, em termos de compartimentos ou zonas homogêneas, levando-se em consideração o padrão habitacional aparente (Grifo nosso).*<sup>289</sup>

---

288 Podemos constatar essa questão também em outros Municípios brasileiros, pois, de acordo com Santos (2009), os Projetos Cura fizeram parte de um projeto mundial de revitalização urbana, que acaba por levar à expulsão dos centros das cidades, em benefício de camadas mais restritas da sociedade.

289 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PDLI – Padrão de Habitação na cidade de Campina Grande*. Campina Grande: COMDECA, 1972 (s.p).

Deste modo, constitui-se o discurso que reforça a tônica de crescimento dos pobres em Campina Grande pela tradicional e histórica concepção que os define como perigosos e, em diferentes contextos, para distinguir as áreas pobres (percebidas como sujas, feias e anti-higiênicas) do restante da cidade.

Essa leitura implica em buscar ampliar as formas de ordenamento por uma função (civilizadora) que conduziria a modernização e requalificação urbanas de Campina, pela higienização de amplos segmentos populares incorporados a este reordenamento através da tentativa em disciplinar, pela repressão, suas vivências coletivas:

De repente, num roupante negativo de cidade grande, Campina passou a ter seus principais Bairros, e mesmo o centro, assolados por uma onda de aglomerados, surgidos indisciplinadamente, verdadeiras favelas à moda sulista, (...). *Normalmente girando em torno de barracos e bares de má fama, os primeiros a chegar, essas verdadeiras ilhas dentro da cidade, logo vão ganhando corpo, proliferando, tornando-se o recanto preferido de marginais e prostitutas que ali (sic), longe dos olhos da lei, (...).* Com o mínimo de condições higiênicas, sem obedecer nenhum traçado, sem ao menos constarem do mapa, esses redutos vão ganhando nomes curiosos, plenamente identificados com sua condição marginal. “Cortiço Ferroviário” nas imediações do Quartel da Polícia, “*Cova da Onça*” no Centro, “*Cachoeira*” no Monte Castelo, “*Beco da Pavoia*” na Liberdade e “*Buraco da Gia* (sic)” na Conceição, são alguns dos muitos aglomerados de casebres e barracos que infestam, de um tempo para cá, a cidade, centro de reunião para os elementos do sub-mundo (sic), ou ponto de residência para uma população sub-alimentada e de recursos ínfimos. Depois de sua criação, torna-se praticamente impossível uma medida drástica, saneadora, o que iria pôr ao desabrigo centenas de elementos que absolutamente não têm condições de pagar aluguel (...). A

solução mais lógica seria impedir a criação desses focos, cortar o mal enquanto no começo, evitando que a favela tome forma e vida independente, constituindo-se depois num verdadeiro *câncer social*, um *parasita* agregado à cidade, e dela retirando sua sobrevivência, no mais das vezes, por meios ilegais<sup>290</sup> (Grifo nosso).

Portanto, ainda nos anos 1970, a imagem que nomeia o espaço dos pobres em Campina Grande obedece a uma percepção que reproduz no uso deste território as desigualdades sociais, circunscritas em soluções que desejavam ocultar tais espaços, aos olhos das autoridades:

Encravada entre os Bairros de Santo Antônio e José Pinheiro a “Maloca Pé de Galinha” é atualmente o principal reduto dos marginais de Campina Grande. A própria Polícia reconhece o fato e tão logo recebe uma denúncia contra conhecidos ladrões, maconeiros ou desordeiros, (...). *As moradias são barracos construídos sem nenhuma ordem (...). QUAL A SOLUÇÃO?* (sic)

— A erradicação de favelas — É a resposta mais lógica para a pergunta e esta foi respondida por técnicos que elaboraram o *plano urbanístico da cidade, no qual está previsto o fim de outras favelas que são também antro de marginais e motivo de preocupação (...)*. (Grifo nosso).<sup>291</sup>

Geograficamente se demarcava o centro para afastar e substituir seus antigos moradores — pobres urbanos, em função da localização dos cortiços, produzidos em consequência da favelização. Os pobres do centro foram “convocados” a desaparecer, pois era preciso dar outra forma a esse espaço, definido por planos urbanísticos que reforçariam a imagem de uma Campina moderna, distante do que os pobres urbanos teriam a oferecer.

290 FAVELAS invadem os Bairros de Campina Grande. DB, 29 dez. 1973 (Editorial).

291 FAVELAS: antro de promiscuidade que gera bandidos (sic) e marginais. DB, 04 jun. 1976 (Caderno Cidades).

Os contrastes e consequências a caminho da rápida urbanização de Campina Grande avançarão muito mais pela tendência de ocupações “irregulares” do solo e trabalhos informais, alternativas da população pobre para sobreviver ao processo de modernidade, lançado em Campina Grande através da requalificação urbana pela qual passará a cidade no período que vai de 1970-2000.

A pobreza urbana vai adquirindo contornos e começa a aparecer pela vinculação com o precário padrão de habitações, localizadas em um espaço valorizado e vocacionado ao comércio da cidade (seu centro principal). Assim caracterizando o processo de modificação deste espaço, através da restrição aos pobres, e seu conseqüente afastamento.

Assim, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a execução do PCCPM/MINTER, em Campina Grande, é justificada como tentativa em reverter a deterioração dos espaços centrais da cidade para dar lugar às atividades econômicas, incentivar e disciplinar fatores de atração para ocupação do espaço urbano. O Programa relacionava pequenos produtores e negociantes atendendo às populações de baixa renda, ao propor uma intervenção física no espaço urbano de modo a absorver, através de pequenos negócios na periferia, a mão de obra vinda do fluxo migratório campo/cidade.

Há uma imagem de proximidade e, ao mesmo tempo, de capacidade de dominação simbólica desse espaço que necessitaria manter os pobres afastados do centro, distância à época fundamentada nas seguintes justificativas:

São áreas [cortiços] deterioradas, localizadas em terrenos altamente valorizados no Centro (sic) da cidade. (...).

São populações submetidas a um forte processo de expulsão, por parte de empresas, particulares e política municipal para a melhoria e remanejamento do espaço central da cidade.

Ocupam áreas de reduzidas dimensões, e a população, sem a apropriação do espaço, não oferece resistência suficiente contra as forças de expulsão.

Condições insuficientes de conforto físico, não

possibilitando melhorias adequadas.

A alternativa de erradicação encontra no interesse político-administrativo um forte agente de apoio, dado os tipos de benefícios ofertados pelos projetos a serem implantados nas áreas.<sup>292</sup>

Os pobres passam a ser considerados fatores de restrição das atrações ao crescimento e desenvolvimento de Campina, no desempenho das funções econômicas urbano-regionais para as quais se vocacionaram. Para tanto, buscou-se, mais uma vez, expulsar os moradores das favelas do centro para espaços distantes da periferia sem infraestrutura:

As áreas sujeitas à intervenção do Projeto [PCCPM/MINTER] (...), correspondem àquelas ocupadas pela população de baixa renda, distribuídas em forma de aglomerações compactas pelo espaço urbano.

Foram ainda identificadas pelas mesmas variáveis outras mais pobres, as quais, pela precariedade do espaço e condições de vida da população, receberam a denominação de áreas deterioradas, abrangendo um total de 14.058 habitantes, sujeitos a uma vasta gama de carências e segregações sociais e quase sempre à expulsão do espaço que ocupam, quer por parte da população vizinha mais rica, quer por parte do próprio Poder Municipal, na sua ação política de melhoria das áreas centrais.<sup>293</sup>

Deste modo, em termos gerais, as intervenções propunham gerar emprego e renda à população pobre e, conseqüentemente, barrar o fluxo migratório para Campina Grande pela oferta de equipamentos

292 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM / MINTER — Projeto Melhoria do Espaço Físico* (Pequenos Negócios). Campina Grande: COMDECA, 1978 (p.131).

293 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM / MINTER — Projeto Melhoria do Espaço Físico* (Pequenos Negócios – v. 2). Campina Grande: COMDECA, 1978 (p.02-03).

de lazer, educação, saúde, redes de infraestrutura, acessos e condições especiais para o desenvolvimento do trabalho (propostas ao Centro de Bairro no PCCPM /MINTER) e melhoria do espaço habitacional das áreas de população de baixa renda<sup>294</sup>.

Essa dinâmica espacial acaba por levar à expulsão dos pobres do centro, em benefício de grupos de maior poder econômico e político — a exemplo dos comerciantes da área central. Deste modo, foi pensada a proposta urbanística do CURA (I, II e III), enquanto nova realidade que projetaria a cidade:

(...) imperativo de crescimento, de paralelismo e de acompanhamento às velocidades das mudanças que assinalam as sociedades organizadas. Campina Grande efetivamente demonstrou seu febril entusiasmo em ajustar-se a outros níveis de Desenvolvimento (sic), no afã de *flexionar sua própria estrutura urbana e dar maior mobilidade ao seu extenso contingente populacional. Ora recheado de migrantes que demandam seus espaços*, em razão de seus atrativos climáticos, geográficos, econômicos e comunitários<sup>295</sup> (Grifo nosso).

Neste processo, tenta-se transmitir uma imagem que distancie as formas de ordenamento de Campina Grande dos contrastes mais notórios da sua pobreza urbana. Em função desta imagem, *Maloca, Tamandaré e Coqueiros de José Rodrigues*, todas eliminadas para surgirem novas centralidades.

O reconhecimento dos pobres na Campina Grande contemporânea é operado pelo deslocamento das camadas populares para as bordas do Município e avanço em seu entorno, com o crescimento do número de favelas e aglomerações urbanas desprovidas de infraestrutura.

294 A esse respeito, cf.: CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM/MINTER — Projeto Melhoria do Espaço Físico* (Pequenos Negócios). Campina Grande: COMDECA, 1978.

295 CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira*. Campina Grande: COMDECA, 1980 (s.p).

É por essa nítida referência, de mudança de significado interno e sentido histórico, que vai se consolidando o desenho e a classificação de periferização da pobreza urbana na cidade:

*Um problema que é típico das grandes cidades, as favelas, estão tomando conta de Campina Grande, que com isso dá mostras de está (sic) assimilando às avessas o que há de bom e produtivo nas grandes metrópoles, justamente seus problemas, colocando-os em grau menor dentro do nosso contexto urbano. Nascidas pela tolerância, elas lentamente começam a integrar em definitivo a paisagem da cidade e terminam por serem aceitas como um fato natural, do qual ninguém pode fugir. (...), as favelas, ou os aglomerados nascidos sem nenhuma ordem não podem ser a solução. (...). A favela, por sua própria natureza de desligamento com o resto do mundo que lhe cerca, tende a mais tarde tornar-se um problema (Grifo nosso), seja urbanístico, seja de segurança, ou mesmo de saúde. (...), é o foco propício para instalação de epidemias (sic) que depois ameaçam a cidade. Os setores do urbanismo consultados mostraram-se sem condições de debelar o mal. (...), a cidade é atacada só em áreas distintas, e nunca em seu todo, os responsáveis pela cidade, deixam que cada dia surjam novos aglomerados (...), que já começam a formar um verdadeiro cinturão em torno de Campina. (...)<sup>296</sup> (Grifo nosso).*

Há uma concepção negativa dos pobres que assinala as desigualdades sociais no espaço urbano de Campina Grande visando ao controle moral, higiênico e físico daqueles. Em termos de Brasil, desde o século XIX se coloca a necessidade de valorizar e adequar a cidade pela imposição aos pobres de três formas de controle higienista: o sanitário, o urbanístico e o da circulação (VAZ, 1994).

Essas formas de controle higienistas assinalam as desigualdades

---

<sup>296</sup> FAVELA: a marginalia urbana. DB, 22 fev. 1974 (Caderno Cidades).

sociais no espaço a partir da própria legislação brasileira, ao visar ao controle urbanístico e legal dos pobres urbanos e definir a orientação que reproduz no território a representação de um espaço urbano *fractal*, marcada por fortes contrastes de acesso à cidade e à lei (RIBEIRO, 2004; MARICATO, 2000; VAZ, 1994).

Desse modo, as diferenças que caracterizaram o espaço da cidade fordista, guiado pelo modelo centro x periferia, são substituídas por contrastes que estão nas partes da cidade transformando-a em *espaço fractal* (RIBEIRO, 2000).

As desigualdades estariam em todo o território e resultariam da combinação de um modelo que estabelece, via de regra, a intervenção do Estado pela periferização da pobreza com a tentativa em fixar na cidade uma imagem (quase sempre pejorativa) para as comunidades pobres<sup>297</sup>.

Tais imagens são critérios através dos quais se dá a divisão de várias partes da cidade segundo uma ordem, também valorativa, que parte dos significados atribuídos aos grupos que constituem o território. Partilham simbolicamente do significado de pertencimento em que se funda a cidade, como sistema de classificação de territórios.

No quadro em que se apresenta essa discussão, os pobres são apropriados por um amplo processo de desigualdades sociais, sob o qual delineiam suas condições, e por um discurso construído em razão da crescente favelização, associada a diferentes grupos que ocupam espaço em fronteiras mais simbólicas do que geográficas<sup>298</sup>.

Nota-se que ainda se repete a tradicional dicotomia entre o legal e o “irregular”<sup>299</sup> que associa, quase sempre, péssima qualidade residencial, riscos ambientais e a perversa maneira como se alocam os ricos e se expulsam os pobres.<sup>300</sup> Para além das diferenças entre ricos e pobres, são marcadas enquanto áreas degradadas, inseguras e ainda abrigadas sob o estigma do crime e da pobreza.<sup>301</sup> Ou seja, “(...) apesar de ter

297 Cf. CECCHETTO & FARIAS, 2009.

298 A esse respeito, vale a pena a leitura de ROCHA & SILVA FILHO, 2009.

299 Cf.: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcus (Orgs.). *Um século de favelas*. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

300 A esse respeito, consultar: Marques & Torres (2005).

301 Persiste aos dias de hoje a velha oposição na imagem ricos e pobres que contribui,

construído a paisagem (...), a favela foi subtraída da cidade, compondo um processo de segregação residencial balizada por uma hierarquização social, que determinou um espaço de moradia aos pobres” (RODRIGUES, 2004, p.33).

Neste aspecto, a favela e os pobres urbanos trazem para Campina Grande algo de novo, pois o crescimento da periferia passa a assinalar o arranjo dos pobres no mapa de Campina Grande provocando, a partir de seus itinerários, a leitura de uma imagem amplamente marcada por formas desiguais de pertenças:

Dando seqüência à onda de invasões de terrenos em Campina Grande, ontem toda uma imensa área que liga a Avenida Floriano Peixoto ao Bairro de Santa Cruz, (...), foi literalmente tomada pelos sem terras. (...), formando um cenário (...) que se assemelha a uma devastação numa vila, tal é o mosaico grotesco externando o retrato social da periferia (*Grifo nosso*) (...).<sup>302</sup>

Podemos entender a imagem que se inscreve em Campina Grande pelas várias formas de uso do território, especificamente a existência heterogênea dos grupos sociais estabelecidos na periferia, distintas ao restante da cidade. A referência à rápida difusão da autoconstrução e moradia popular,<sup>303</sup> em terrenos de propriedade incerta e com a ocu-

---

por narrativas estratégicas, para perpetuar discursos e estigmas negativos sobre o pobre. A esse respeito, conferir: CARNEIRO & SANTANA (Orgs.). 2009 (p.193-218).

302 E HAJA invasão. DB, 10 set. 1988 (Editorial).

303 Cabe observar que com a extinção da Companhia Municipal de Habitação da Borborema (COHAB), fundada em 1964 e incorporada pela CEHAP (Companhia de Habitação da Paraíba) em 1967, não se registrou nenhuma acomodação dessa demanda no Município. Conforme deixa clara a seguinte passagem: “(...), num período de 12 anos [1967-1979], nenhuma casa popular foi construída em Campina Grande e só, nestes últimos 10 anos [1970-1980], a população aumentou em 51.990 (dados de 1980 — IBGE)”. In: CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diretrizes para Campina Grande* (Diagnóstico e Proposições). Campina Grande: PMCG/COPLAN, 1983 (p.189-190).

pação de áreas periurbanas, demarca a imagem dos pobres: “Dando prosseguimento à rotina que se estabeleceu em Campina Grande, de invasões e despejos, Oficiais de Justiça e soldados da Polícia Militar cumpriram, na tarde de ontem, mais um mandado judicial expulsando os invasores (...)”.<sup>304</sup>

Esta paisagem muda o desenho urbanístico, imagens e discursos hegemônicos sobre os quais historicamente se refletira Campina, ao romper com a homogeneidade dos modos de apreensão dos seus pobres urbanos. Os pobres dividem sob outras fronteiras os espaços da cidade, invertem a geografia e se apropriam deste território:

*O clima anárquico de invasões continua se espalhando nos limites da cidade (...). A maioria dos invasores se constitui de pessoas humildes e, portanto, sabem pouco ou quase nada do que realmente estão fazendo. Contudo, quando decidem invadir um terreno já chegam ao local de “cabeça feita” (sic) e tudo leva a crer que são bem orientados para a execução de tal tarefa. “Não tenho para onde ir e a saída é ocupar este terreno”, afirmou uma senhora que, com unhas e dentes, procurava demarcar seu pedaço de terra. (...). Os invasores revelaram, por outro lado, que todos os terrenos desocupados em Campina Grande serão invadidos nos próximos dias e até explicaram como essas invasões vão ocorrer. Com informantes dentro da própria Prefeitura, eles descobrem os proprietários de imóveis que estão com seus impostos atrasados junto ao município e, então, organizam a ocupação<sup>305</sup> (Grifo nosso).*

Esta imagem suscita o universo da *cidade-organismo/urbe-monstro* (PESAVENTO, 2008), objeto de uma referência metafórica que no plano da ordem simbólica estabelece a correlação de forças entre o individual e o corpo social. *Espaços malditos* que infestam a urbe em

304 POLÍCIA expulsa invasores de Belinho Figueiredo. DB, 10 set. 1987 (Editorial).

305 VIROU moda: nova invasão — carentes ocupam outro terreno. DB, 04 set. 1987 (Editorial — Caderno Cidades).

‘zonas perigosas’, um problema e uma ameaça, os desgarrados da ordem estável.

Leitura que percebe a dinâmica da reprodução da periferia de maneira bastante simplificada, ao associar e girar em torno de barracos, má fama e insegurança gerada na cidade. Os pobres têm que lidar com o peculiar descrédito de planejadores e importantes atores locais, a exemplo dos comerciantes, contrários à transformação operada no território de Campina Grande.

Esta visão situa os pobres a partir da imagem atribuída por um duplo caráter – *atração* e *repúdio* – e se alimenta de significados expressos em intenções, desejos e mitos que revestem a alteração do padrão de urbanização e redirecionam o processo de expansão urbana de Campina Grande (1970-1980).

Configura-se a *visão maldita da cidade* encontrada, em outras palavras, na leitura e entendimento que neste contexto correspondem aos pobres urbanos e ao crescimento desordenado em espaços restritos. Traduzindo, por outros modos, temos as situações de pobreza compostas no universo da favela e expressas em Campina pela acentuação das imagens de desigualdades.

Em meio ao crescimento e modernização do seu território, Campina Grande pensa o lugar dos pobres urbanos, através da rápida urbanização que evidenciou um processo que estabeleceu as ocupações dos pobres em espaços *quase* abandonados, entendidos como violação de propriedade privada, ocupação (DOWLING, 2006).

Dessa forma, a construção social da periferia e o entendimento da transição demográfica ocorridos em Campina Grande passam a caracterizar a dinâmica da pobreza em seu tecido urbano, registrada na relação entre pobreza e urbanização. Neste sentido, podemos afirmar que a urbanização apreende localmente a produção da pobreza (SANTOS, 1993).

Isso envolve um processo de construção social da periferia da cidade, difundido através da favelização que começa a se fazer notar na paisagem de Campina Grande por sucessivas ocupações de terrenos voltados a acomodar a demanda por habitação. Neste processo, encontra-se o reconhecimento de questões que remetem à publicização da luta pelo uso do solo urbano na cidade:

A população campinense está assustada com as *constantes invasões* de terrenos pertencentes ao acervo municipal e a conseqüente criação de inúmeras favelas em todos os recantos da cidade. Aproveitando os dias de campanha eleitoral, (...), políticos de todos os partidos (...) têm incentivado o povo pobre à invasão e criação de favelas em locais destinados à implantação de obras comunitárias. (...). (...). A constatação de que quase todos os terrenos pertencentes à municipalidade estão sendo paulatinamente invadidos, leva o campinense a uma séria dúvida: e depois? A Prefeitura vai reconhecer essa ‘posse’? (...). *Como ficará Campina Grande? (...), triste realidade que se alastra por todos os recantos da antes tão decantada cidade de Campina Grande* que, apesar de incravada (sic) em pleno Nordeste, apresentava foros de civilização, com um crescimento ordenado, dentro dos parâmetros necessários a qualquer urbe. Ainda há tempo. Que as autoridades façam valer a lei e as invasões parem de uma vez por todas. Não queremos ver nossa cidade ser transformada numa “serra pelada” (sic) do dia para a noite<sup>306</sup> (Grifo nosso).

Configuradas significativamente por expressiva parcela da sua população, os pobres ampliam seus lugares na cidade, caracterizando a localização em áreas distantes do centro, as precárias condições de habitação enquanto portadores de uma dinâmica bastante peculiar à reprodução do espaço urbano de Campina:

O clima anárquico de invasões continua se espalhando nos limites da cidade e ontem, dois dias após os ‘sem-casa’ terem ocupado um terreno na Bela Vista, outra

---

306 FAVELADOS estão sendo usados por políticos a cata de votos. DB, 02 nov. 1982 (Editorial).

área localizada por trás do Reservatório da Cagepa [Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba] (...), foi ocupada por centenas de pessoas (...). Os invasores revelaram, por outro lado, que todos os terrenos desocupados em Campina Grande serão invadidos nos próximos dias e até explicaram como essas invasões vão ocorrer. Com informantes dentro da própria Prefeitura, eles descobrem os proprietários de imóveis que estão com seus impostos atrasados junto ao município e, então, organizam a ocupação.<sup>307</sup>

A concepção da pobreza é realçada por um claro conteúdo simbólico que, por um lado, remete à cena pública a visibilidade dos pobres urbanos e suas demandas e, por outro modo, confere uma percepção muito particular das imagens que povoam a dimensão sobre estes em Campina Grande.

Por sua vez, os pobres se manifestam trazendo o seu papel na relação com a cidade pelos deslocamentos repercutidos na luta por moradia, demarcados pela favelização e definidos em suas imagens com Campina. Traçam assim um *modus vivendi* que recupera, para além do discurso oficial, modos distintos de interpretar as imagens da cidade e enfrentarem suas condições de pobreza.

Ao partir destas condições, decorre a percepção dos pobres sobre o que se passava na cidade: dos vários embates que indicam a tensão entre modos, usos, grupos de interesses urbanos distintos, maneiras de ler e compreender Campina Grande.

Através dos usos e *contra-usos*, acionados taticamente a partir dos espaços periféricos, os pobres campinenses criam um lugar neste processo, bastante diferente dos que haviam enfrentado ao longo de suas condições de pobreza, pois passam a se dar pela organicidade de uma ação (coletiva) originada nos territórios da pobreza.

---

307 VIROU moda: nova invasão — carentes ocupam outro terreno. DB, 04 set. 1987 (Caderno Cidades).

## USOS E CONTRAUSOS DOS POBRES EM CAMPINA GRANDE

Tentaremos nessa seção compreender a leitura que os jornais realizam sobre as reações mobilizadas pelos pobres e seus significados na cidade, em modos de interpretar e enfrentar a condição da pobreza no processo de luta pelo solo urbano em Campina Grande. Apontaremos para as marcas constitutivas da relação dos pobres com a cidade: modos de dizer, operar e retratar as imagens e discursos sobre Campina a partir dos posicionamentos operados pelos pobres (vide Figura 83). Usuários que enfrentam a condição de pobreza, na tradução de uma espacialidade definida pelas ocupações.



**Figura 83** - Percursos dos pobres em Campina

**Fonte:** DB, 29 maio 1985.

Estas ocupações podem ser lidas como maneiras de como os pobres consomem o espaço local, lugar de onde se manifestam em um “engajamento social” (CERTEAU, 1996), uma arte de conviver que se fundamenta em processo de apropriação do espaço urbano.

Apropriação que demarca as posições utilizadas pelos pobres, usos e trajetos que implicam em operações de distinção na cidade, indícios bastante elucidativos da diferenciação que fazem entre si e os outros neste percurso, “(...), ao se situarem no mundo como pobres, reconstróem,

em suas representações, a imagem genérica da pobreza, referida às desigualdades sociais entre si (...)” (LIMA, 2004, p.12).

Os pobres expressam suas presenças pela demarcação que fazem das mudanças socioespaciais da paisagem de Campina Grande, ordenam posições distintas, significativamente pensadas em uma divisão espacial para onde não convergiram costumeiramente as sínteses da cidade.

Essa distinção se apoia em razão dos *contra-usos* operados pelos pobres, em uma configuração social híbrida e simbólica que comumente os define como favelados, invasores e miseráveis. Noutros termos, os *contra-usos* evidenciam as imagens da pobreza urbana de Campina Grande por um significado que, tacitamente, recupera lugares e posições neste lócus que os pobres (re)fabricam para seu uso próprio.

Tomam não apenas para si, mas para todo o conjunto da sociedade campinense, a questão que envolve a pobreza urbana e, por esse uso, ganham, efetivamente, espaços de visibilidade dessa condição através de conflitos, tantas vezes sucedidos e conduzidos em tentativas de expulsão dos pobres das áreas por estes ocupadas.

De toda a parte, advêm fatos marcantes que imprimem nas feições de Campina Grande episódios das errâncias e resistências dos construtores de outra imagem da cidade, acentuada e sintetizada nos ecos das reações de que seriam portadores os pobres:

(...). O maior protesto dos invasores, demonstrado com palavras, era mesmo contra os políticos, e muitos passaram das palavras à ação, rasgando título de eleitor, como forma de demonstrar a revolta e segundo eles, de ter dado um voto perdido. Nomes de prefeitos, senadores e até governadores eram citados pelos ocupantes, como sendo os culpados pela situação deles que já prometeram muito e nada fizeram até o momento.<sup>308</sup>

Esse uso traduz o limite que não caberia na delimitação do território que definira os pobres, por uma não conformação com o que Campina

308 POLÍCIA expulsa invasores de Belinho Figueiredo. DB, 10 set. 1987 (Caderno Cidades — matéria de capa).

Grande reservara a estes, ao tempo em que coloca uma imagem relatada a partir de práticas advindas dos próprios pobres, em resposta às imposições decorrentes do visível processo de empobrecimento de uma população surgida pela *cidade não realizada*, pois, despossuídos, estão condenados à imobilidade e localizados em lugares de desonra social (RIBEIRO, 2009).

Há um caráter múltiplo da prática dos pobres sobre si próprios que, ante as sínteses de Campina Grande, marca a rede de escrita que compõe a história formatada por tal prática situada nas ocupações e reações que dispõem desenhos, paisagens e deslocamentos que retomam a cidade, em uma ação pensada taticamente.

Nesse contexto, ganham importância entendermos os usos e *contra-usos* dos pobres, inteiramente associados às reações por toda a Campina Grande e fora dos limites da ordem jurídico-urbanística quase sempre tomada de surpresa pelo poder público.

À revelia da tentativa de negação levada por essa ordem, os pobres urbanos ilustram, de forma incontestável, a fronteira baseada na organização espacial de Campina Grande, pondo em movimento outra materialidade, distinta e voltada a (*des*)organizar o lugar totalizador (ORLANDI, 2004).

Já não basta apenas se integrar à cidade, no sentido de uma regeneração urbana que ordene as comunidades pobres como tendência de neutralizar a resistência expressa, tantas vezes lida pelo olhar de confusão, barulho, multidão e desconfiança.

Transformação urbana<sup>309</sup> por padrões conservadores no trato com as comunidades pobres, proposta oficialmente enquanto estabelecimento de um “equilíbrio” para dentro e para fora destas, no intuito de não atralhareem a cidade.

Localmente, os usos se diferenciam e introduzem a luta pelo solo urbano investindo em contornos e espaços que abrigam a alusão de outra Campina Grande dada pelas ocupações que, tamanha a gravidade em que assumia a ausência de uma política de habitação no Município, passam a ter rápida e complexa penetração em diversos bairros; em ampla publicização e destaque das reações dos pobres.

Fato é que os pobres adquirem visibilidade ao ser definidos tanto

---

309 Aqui trabalhada no sentido dado por RODRIGUES (2009); SEVCENKO (1984).

pela aquisição de um significado político, acerca da disputa dos territórios conquistados ou a conquistar, quanto pelo incômodo de uma leitura traduzida nas sínteses de Campina, segundo a qual os deslocamentos proporcionados pelos pobres gerariam um tipo de ação que perturbara o pretense consenso social na cidade, onde a ordem urbana estaria ameaçada pela capacidade de intervenção dos pobres.

A tentativa de solucionar o que representaria a favelização em Campina Grande termina por contribuir para que o recurso das ocupações trouxesse à tona imagens que identificam a montagem dos pobres na cidade e, neste âmbito, recuperam os modos inscritos por estes na relação com a *Campina em movimento*:

O problema de favelas em Campina Grande foi debatido ontem na Câmara Municipal através do pronunciamento feito pelo Vereador José Luiz Júnior, quando *esclareceu que o problema que menos tem sido debatido naquela Casa e que talvez por isso não tenha existido por parte dos poderes competentes o interesse por uma solução adequada e específica é o da habitação para o povo mais pobre (...)*. Lembrando estudos feitos pela COMDECA, apresentado através de projeto, visando debater ou iradicar (sic) o problema da favela que parecia uma obra-prima, que se destinava a construção de núcleos habitacionais que estavam inclusive a merecer prestígio de servirem de modelo para resolver-se de forma econômica e inteligente o problema habitacional de outros centros urbanos do país, o vereador perguntou: por que não se tira esse estudo esse projeto do papel e não se transforma em viva realidade? (...) <sup>310</sup> (Grifo nosso).

Reações essas produzidas no cotidiano da cidade através da maneira pela qual se expressa o conflito que toma as *ruas em movimento* (passeatas, protestos, ocupações). Os pobres circunscrevem-se, tornando

310 CÂMARA Municipal debate o problema das favelas em Campina Grande. DB, 22 maio 1974 (Editorial).

visível o que aparentemente estava oculto – fronteira e limiar de uma clandestinidade inscrita entre a pobreza e a cidade “ilegal”:

Passados quase 30 dias de invasão, o terreno localizado nas imediações da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], no Centenário, continua ocupado (...). Situado num espaço totalmente acidentado, o terreno invadido não oferece as mínimas condições para a sobrevivência (...). Apesar das péssimas condições, os invasores estão dispostos a permanecerem na área, argumentando-se que não têm onde morar. (...).

(...), começam a transformar o local numa futura favela. Mais de 10 casebres, construídos a pau-a-pique encontram-se prontos, já ocupados (...). Outros são erguidos lentamente, com os invasores confiantes que encontram local onde morar. (...).<sup>311</sup>

A esse respeito, os pobres urbanos não só ocupam os espaços aparentemente normatizados, mas fazem uso da tática que, dependendo dos seus deslocamentos e itinerâncias, mobiliza e pauta a ação provocada por modos sutis que centram domínio e atuação na luta pelo direito de morar. Isso se revela em formas de socialização sujeitas a normas diferentes da “ordem urbana”, ao se opor ao limite e eficácia de um *poder urbano*<sup>312</sup> que tem por objetivo modificar tudo e todo aquele que se diferencia da ordem social. Segundo Rolnik (1994, p.98): “(...). A eficácia está na estigmatização de certos grupos sociais e consequentemente–pela via da condenação de suas ações – na reificação da ordem urbana dominante”.

Conduzidos por formas diferenciadas de perceber a cidade em seus contrastes, os pobres, de modo frequente e acirrado, transformam as ocupações em fator de pleno exercício da Campina Grande (i)legal. Em ações percebidas, nas sínteses hegemônicas, como conflito, obstrução

311 INVASORES, no Centenário, constroem seus casebres.DB, 31 set. 1989 (Caderno Cidades — matéria de capa).

312 No sentido definido por ROLNIK (1994).

e invasões que direcionam a forma urbana local a partir do espaço da periferia; lócus de expressão e reações sob a cidade:

Depois de uma trégua de aproximadamente dois meses, os campinenses voltaram a viver o drama das invasões de terrenos e ontem uma nova área passou a ser ocupada (...), nas proximidades da Favela dos 'Teimosos', que também foi ocupada por força de invasão. Ontem cedo, cerca de 35 famílias chegaram ao terreno, aparentemente de forma organizada e logo deram início ao desmatamento e a construção das barracas de lona e papelão. (...). Os invasores, como sempre acontece, garantem que não foram incentivados por militantes de esquerda, a exemplo do que já ocorreu em situações idênticas, anteriormente. No entanto, se prevalecem do fato de que, em se tratando de ano eleitoral, eles possam adquirir em definitivo o imóvel. Somente este ano pelo menos 10 ocorrências de invasão forma registradas nesta cidade, (...).<sup>313</sup>

Capazes de produzirem um conhecimento, as ocupações se situam meio a incompletude de como Campina Grande interpreta seus pobres urbanos e o significado que tais ações passam a ser tratadas pelo poder público. Ao repercutir e, pela desqualificação, inscrever os deslocamentos dos pobres sob a lógica de uma espécie de manipulação:

Manipuladas por grupos políticos que se identificam como sendo de esquerda, famílias carentes dos mais variados pontos vêm intensificando as invasões de terrenos em Campina Grande, não levando a consideração, sequer, se o imóvel pertence ao poder público ou à propriedade privada. O pior de tudo é que os insufladores depois de fazerem a 'cabeça' dos carentes escondem-se no anonimato e os deixam em má

---

313 OUTRO terreno ocupado em Bodocongó. DB, 01 set. 1988 (Caderno Cidades – matéria de capa).

situação, principalmente quando a Polícia chega, por ordem judicial, chega para processar a expulsão.<sup>314</sup>

Porém, este espaço de aparente desorganização das ocupações dá corpo às imagens de rupturas e resistência dos pobres, atravessadas em flagrantes de práticas que revelam a busca por respostas precisas à aquisição da moradia e, num mesmo grau de recorrência, a despeito dos obstáculos encontrados na sobrevivência da cidade.

Latentes em uma Campina pobre, miserável e desigual, os pobres urbanos aglutinam a transformação de imagens, a partir de uma organização espacial distinta, força evocativa dos *modus vivendis* dos pobres na cidade.

*Modus* que alicerçam a postura dos pobres através do propósito de reivindicar e, não raro, conferir a aquisição da moradia como uma maneira (talvez a mais importante) de transformar suas condições por um conteúdo, em nada velado, de combate à imagem que os definia como “invasores”. De forma a fornecer as bases para traduzir a cidade como sua por direito, advinda das ocupações taticamente pensadas como lugares seus por efeito:

A mobilização provocada pelos pobres estabelece a responsabilidade pública quanto à questão da moradia na cidade por outro viés, que inverte a habitual lógica do favor da resolução desta demanda, ao “superar” a tradicional dominação, ainda bastante utilizada como fundamento de ajuda, fruto da boa vontade dos representantes políticos aos pobres, como deixa bem clara a seguinte passagem:

(...) Visivelmente emocionado, o Prefeito Enivaldo Ribeiro fez um discurso perante a multidão que o cercou no Pedregal, destacando que *aquele era um dos momentos mais importantes de sua administração, porque “dava casas ao povo que não tinha um teto para se abrigar.”* (...). O chefe do Executivo municipal acrescentou ainda no seu pronunciamento que tudo o que tem feito por aquele e pelos outros Bairros da periferia

---

314 POLÍCIA começa a expulsar invasores. DB, 05 set. 1987 (Caderno Cidades – matéria de capa).

da cidade, antes incluídos entre os subúrbios marginalizados pelo Poder Público, tem um único objetivo: “*melhorar as condições de vida do pobre para que proporcione uma convivência natural entre este e o rico (...). É o que penso e trabalho para atingir este objetivo*”<sup>315</sup> (Grifo nosso).

Os deslocamentos dos pobres resultarão no surgimento de reações e luta por moradias,<sup>316</sup> jamais presenciado na história recente de Campina e ao que podemos denominar de luta pelo direito à cidade.

As reações se colocam no interior de usos que motivam posições e, por efeito, formas variadas de contraposição à ordem urbana, através de confrontos que giram em torno dos deslocamentos configurados na textura urbana de Campina Grande como luta pela moradia:

*Se o prefeito Ronaldo Cunha Lima não tomar uma posição de se formar intermediário nas negociações entre invasores da Ramadinha II e a direção da CEHAP, aqueles ocupantes irão invadir todos os terrenos do município, isso foi o que ficou acertado entre os moradores da Ramadinha II, que na última sexta-feira denunciaram vários acontecimentos naquele local, inclusive um possível complô armado para retirá-los de lá e em seguida serem construídas casas populares destinadas somente aos que têm condições financeiras. (...). Os ocupantes denunciam, por fim, que a CEHAP não está querendo discutir um plano de moradia com eles. Com isso, a situação daquele terreno continua sem definição, uma*

---

<sup>315</sup> ENIVALDO dá casas novas para o povo do Pedregal. DB, 17 nov. 1982 (Caderno Política).

<sup>316</sup> Esclarecemos que não tivemos interesse em promover uma discussão sobre os movimentos sociais na cidade, já amplamente abordados sob o impacto ocasionado pelas práticas dos populares no movimento de luta pela moradia no Brasil. Merecem destaque as contribuições de LEFEBVRE (1991); GOHN (2004); BONDUKI (1994); KOWARICK (1994); SADER (1988), dentre outras; em nível local, ressaltamos SILVA (1987); MELO (1985).

vez que agora a briga começa a esquentar e nenhum dos dois lados quer ceder<sup>317</sup> (Grifo nosso).

É preciso compreender que as reações dos pobres influenciam, de maneira decisiva, o solo urbano em Campina Grande. Na medida em que trazem outra leitura, perspectiva e imagens que incidem em usos que se localizam fora do controle dos planejadores locais.

O que autoriza perceber a formação de uma imagem de Campina, dada por outros construtores, com errâncias e posições demarcadas a partir dos usos dos pobres neste espaço:

*A onda de invasão em Campina Grande intensificou-se, porém, nos últimos dias, vez que pelo menos quatro terrenos foram ocupados (...). A ação dos invasores é rápida e para ter-se uma idéia (sic), em menos de 24 horas as áreas são demarcadas e barracos são levantados.*

*Ontem pela manhã cerca de 40 pessoas ocuparam, como num passo de mágica, dois enormes terrenos. Um deles (...), pertencente ao senador (sic) Raimundo Lira. (...).*

*Bem instruídos ao que se refere ao processo de invasões de imóveis, as famílias carentes, em conversas com estranhos, não revelam como se processa a organização das massas visando à ocupação dos terrenos. Entre elas a palavra de ordem é uma só: “Não temos onde morar e por isso estamos invadindo os terrenos desocupados.”.*

*A propósito das constantes invasões já foi criada, inclusive, uma comissão denominada dos “sem casas”, que tem à frente membros de entidades comunitárias, religiosas e, principalmente, partidárias. (...)”<sup>318</sup> (Grifo*

---

<sup>317</sup> OCUPANTES da Ramadinha ameaçam invadir terrenos da Prefeitura. DB, 12 abr. 1987 (Caderno Cidades).

<sup>318</sup> POLÍCIA começa a expulsar invasores. DB, 05 set. 1987(Caderno Cidades).

nosso).

O percurso da resposta fornecida pelos pobres é lacônico ao afirmar e esclarecer soluções, igualmente territorializadas, do que necessitaria e mobilizaria a periferia da cidade. O que não descarta a percepção de alguns setores, dentre estes, o Estado, em tentarem desqualificar as lutas e ações coletivas dos pobres urbanos. Pois, as conquistas são, quase sempre, apresentadas como doações do Estado.

As reações constituem, neste contexto, o tratamento dos problemas urbanos de Campina Grande sob práticas maneiras de reapropriação do espaço, onde se movimentam os pobres. Práticas interpretadas por nós como ações pelas quais os pobres se reconhecem e, substantivamente, confrontam-se em torno das tradicionais imagens de Campina e de suas presenças nesta paisagem urbana.

Os pobres acionam mobilidades que, pelo seu caráter de reação e significado, propiciam o desenvolvimento de práticas e modos, bastante distintos, em reconhecimento aos seus lugares na cidade e em questionamento às sínteses de Campina Grande:

A imagem recorrente da fronteira dos pobres para com Campina é sustentada pela permanente tensão, onde as ações de despejo e remoções se destacam como principais arenas de vulnerabilidade e confronto entre pobres e poder público, nos usos que estes fazem da cidade: A remoção dos invasores dos terrenos ocupados no Bairro de Santa Rosa transformou a área numa verdadeira praça de guerra. A Polícia chegou ao local por volta das três horas da tarde, com um pelotão de choque e várias guarnições contando com soldados fortemente armados de fuzis, metralhadoras, (...). O ambiente tornou-se tenso, com os soldados enfileirando-se de um lado, e os invasores de outro (...). O ato de leitura do mandado de reintegração de posse, (...), devolvendo a terra aos seus legítimos proprietários foi o estopim para a deflagração de um confronto entre a polícia e os invasores. (...). Enquanto a derrubada das barracas ia acontecendo, os invasores organizavam

grupos no intuito de fazer o cadastramento das famílias despejadas, (...). Paralelamente, outros grupos se organizavam gritando palavras de ordem e cantando o Hino Nacional. A essa altura dos acontecimentos faltavam poucas barracas para serem destruídas, diante da ação da Polícia, que chegou a usar de violência. (...). O tenente (...) informou que a polícia deixou de agir no turno da tarde, como tática para impedir o retorno dos invasores durante a noite. Porém a maioria deles advertia aos gritos que iria voltar, retirando as peças das barracas no sentido de evitar que fossem destroçadas pela Caterpillar (sic).<sup>319</sup>

Em postura assumida distintamente, os modos de vida de contingente significativo de pobres urbanos escrevem um outro texto urbano, pois: “(...) Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem, (...). Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, (...) é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. (...) (CERTÉAU, 1994, p.171).

Por esta interpretação, também deve ser percebido o uso do ‘auxílio pobreza’, iniciativa estratégica do poder público, como maneira de barrar as ocupações. Porém, o ‘auxílio’ é acionado pelos pobres por uma dimensão tática definida como critério adotado para, igualmente, produzir suas imagens de pertencimento em Campina. Astúcia, nascida das circunstâncias e inventividade dos ordinários cujos meios fazem da cidade um lugar de vida possível.

Pois, ao recorrerem ao expediente do registro do atestado de pobreza (vide Figura 84), ampliam o alcance e o número de pessoas focalizadas ao auxílio e, nesta mesma medida, legitimam o direito na luta pelo solo urbano.

---

319 EXPULSÃO de invasores é marcada por violência e prisões. DB, 14 set. 1988 (Caderno Cidades — matéria de capa).



**Figura 84** - Os ordinários em suas leituras da cidade

**Fonte:** DB, 12 dez. 1978.

Um olhar mais detido traduz neste mecanismo uma prática singular, presente quando de uma aparente conformação dos pobres ao tratamento lhes dado. Conveniência tácita como código de reconhecimento e burla, pois ao se remeterem ao processo de empobrecimento acionam de forma eficaz, por apropriação e uso da relação mantida com o poder público, a composição e definição de quem seriam os pobres urbanos de Campina Grande:

(...). Os favelados do Pedregal continuam apoiados na firme convicção de que não irão sair facilmente do terreno onde se instalaram, mesmo ilegalmente. *Por todo o dia de ontem, mais de mil favelados formavam fila na Delegacia de Polícia para conseguirem atestado de pobreza, (...). “Esta medida – afirmaram – vai abrir as perspectivas para que a luta pelo local conquistado”*(...), explicando mais adiante que foram orientados por um “bom advogado”. Vamos também provar – frisaram – que somos realmente miseráveis e que não podemos ser jogados assim a noite para o dia, Por que deixaram que a gente construísse? O Pedregal hoje é

Bairro, (...). (...), grande parte dos favelados argumenta que “só deixa o Pedregal à força e de lá vão morar de frente a Prefeitura Municipal”<sup>320</sup> (Grifo nosso).

Não obstante, a visível insegurança e temeridade desprovidas da instabilidade das ocupações, recorre-se a tática em mostrar a condição de pobreza para sobressair e, assim, assegurar um uso que preserve o espaço das ocupações – lugares de controle e domínio próprios, acionados pelos pobres.

Seja pela reação e desconstrução da definição imposta pelo poder público – de quem teria direito ao referido auxílio, ou ainda pela condução do conteúdo substantivo, os usos opostos ao esperado pelo poder público passam a orientar as reações dos pobres urbanos, em situação de conflito pelo solo em Campina Grande.

Por este preâmbulo, sugerimos que os pobres urbanos propiciam a dimensão da imagem de Campina, compartilhada em pertencimentos que se escrevem em tramas apontadas nas reações dos pobres neste espaço. Reações significativamente potencializadas pela crítica que se dá em torno da atuação do poder público:

(...). Revoltados com a ação da Prefeitura, os invasores prometeram invadir, caso continue a perseguição, o terreno da casa do prefeito da cidade. “Nós sabemos onde está situada a mansão do prefeito e caso atos de violência como este voltem a acontecer, nós invadiremos o terreno de sua residência”, desabafou um dos invasores, que não quis se identificar. A informação que os invasores têm sobre o terreno pertencente à prefeitura (sic) é de que o prefeito (sic) jamais aceitará que seja montada mais uma favela na cidade, principalmente perto “as ricas instalações do futuro prédio do Senai [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial], que está sendo construído ao lado de nossa invasão. Para Campina Grande seria uma vergonha

---

320 FAVELADOS recebem atestado de pobreza – “Vamos mostrar que somos miseráveis”. DB, 12 dez. 1978 (Caderno Cidades – matéria de capa).

ter uma prédio deste porte localizado ao lado de uma favela como a que nós estamos pensando em erguer”, declarou José Paulino de Araújo, um dos invasores.<sup>321</sup>

As tramas e pertenças dos pobres revelam o afastamento entre a cidade real e a vocação nobre e moderna requerida por Campina Grande, em práticas acionadas nas ocupações (vide Figura 85) e vivências em uma Campina não realizada, percebida entre (tensos) modos diferenciados de associá-la.



Figura 85 - As tramas da cidade

Fonte: JP, 20 jan. 2005.

É no estabelecimento deste quadro urbano que se percebe a ação da polícia e seu papel, intermediária entre a população pobre e o poder público em ação fundamental ante a criação de mecanismos autoritários, que definem ordenamentos e tentativas de coibirem as ocupações em Campina.

321 INVASÃO em Bodocongô: PMCG tenta expulsar invasores. DB, 09 ago. 1991 (Caderno Cidades – matéria de capa).

Em meio a expedientes, empreendidos para desqualificarem e minimizarem as pertenças dos pobres neste território, há a legitimação de uma tensão pretensamente civilizadora sobre o processo de regeneração da cidade.<sup>322</sup> É por essa tensão que se insere a polícia (vide Figura 86), agente construtor da ordem e bloqueio da desordem que os pobres vão ganhando relevo em Campina Grande. Distância entre a forma de ordenamento da cidade (a polícia; o Estado), as reações dos pobres e o entendimento do sentido de limpar a cidade de tudo o que poderia vir a representar o seu oposto – a desordem.



**Figura 86** - A tensão [“civilizadora”] da cidade

**Fonte:** DB, 16 out. 1987.

A imagem de Campina é estruturada por uma polarização, divulgada pelos jornais DB e JP, também constituída como fator de insegurança ao atributo da cidade, expresso pela não permissão dos pobres quanto ao seu uso. Praticado para reafirmar a repressão e o aniquilamento da desordem e perigo que alimentariam a pretensa necessidade de “segurança total”, observa-se um choque entre a cidade e a rua, de tal modo que: “(...) Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão mas também felicidade”,

322 Favor, consultar OLIVEN (2009).

“harmonia” e até mesmo “liberdade” (...) (CALDEIRA apud MAIA, 2006, p.166).

Podemos relacionar a “segurança total” com o medo enquanto construção imaginária da cidade, continuamente constituída por processos de semelhanças e diferenças entre indivíduos e grupos sociais, com base na afirmação e superação de estranhamentos. Processo de sujeição, risco e disciplinamento dos pobres urbanos, expostos pela leitura do perigo como possibilidade de uma articulação reativa, de estranhamento e conflito com os pobres urbano (KOURY, 2005).

Todavia, os impactos que geram e os resultados que produzem os pobres em Campina, no comportamento da sua estrutura urbana, se valem da recriação do processo de “segurança total” (CALDEIRA, 2000; 2006) empregado pela polícia. Em um sistema de classificação muito mais complexo, do que o simples dualismo “desordem” x “ordem”.

Os pobres inscrevem a pertença com Campina Grande pela relação conflituosa, tensa e provocativa, que têm com a função representativa da ordem (polícia) em um entendimento diferenciado da cidade e da produção dos seus pobres. Aqui posta pela porosidade de uma fronteira, de valores atribuídos aos territórios da pobreza na cidade:

Literalmente uma verdadeira batalha campal. Assim foi a terceira tentativa de expulsão dos ocupantes de um terreno localizado no Pedregal, invadido há mais de três meses. As cercas de 200 famílias ocupantes do local resolveram enfrentar a Polícia militar com pedras e porretes, e esta, por sua vez, revidou com tiros de fuzil e revólver (...), provocando corre-corre, pânico e uma quase tragédia. Enquanto a Polícia usava a força e as armas para retirar os invasores eles se uniam cada vez mais e revidavam como podiam, *dividindo as lágrimas e os gritos de revoltas (...), em enfrentarem as balas da PM, de mãos vazias. (...). A exemplo do que já tinham feito nas outras duas tentativas de expulsão, os invasores resolveram resistir à ação da Polícia Militar, (...) fazendo um cordão de isolamento em torno dos cem barracos instalados no local.(...).(.), a máquina foi*

ligada e quando partiu para cima do primeiro barraco, para surpresa do tratorista, foi cercada pelos invasores e apedrejada, (...). A partir daí, os policiais, já nervosos e com os ânimos esquentados resolveram enfrentar os invasores com o que tinham em mãos: as armas. (...), os invasores portando as bandeiras da Paraíba e do Brasil cantavam o Hino Nacional e também hinos religiosos tentando conservar viva a coragem entre eles de continuarem lutando, (...). (...), a Justiça ficaria desmoralizada pela terceira vez (Grifo nosso).<sup>323</sup>

A organização dos territórios da pobreza se constituiria não apenas pelo viés da divisão geográfico-social da cidade, mas pela nítida projeção de fronteiras territoriais se apresenta como imagens que sustentaria dois universos distintos das ocupações *versus* a ordem (vide Figura 87). Atentos para a instabilidade, frente a este processo, os pobres não somente problematizam a visão dicotômica de Campina Grande como restabelecem a reação que instala o poder público e, na outra ponta, a justificativa das ocupações.



**Figura 87 - Ordem versus (des) ordem?**

**Fonte:** DB, 14 set. 1988.

Esta postura envolve conflitos e embates, sobretudo, violentos nos

323 INVASORES resistem a PM e Juiz manda suspender ato de despejo. DB, 16 out. 1987 (Apolinário Pimentel — matéria de capa).

casos de reintegração de posse, ocasionados como definição e expressão da pobreza urbana, espelhada em Campina Grande através da demanda por moradia. Se de um lado, criou-se a imagem da cidade do progresso, de outro, têm-se as práticas maneiras de sobrevivência.

Ao protestarem contra o uso desmedido da força, das arbitrariedades e violência, os pobres parecem inserir o processo mais amplo de reivindicações e modalidades de ações a que recorrem, ao expressarem e pautarem suas reações em Campina. A ação provocada em seus *contra-usos* sustenta a expressão de mudanças significativas, pois taticamente os pobres remetem a usos diferenciados que se dão no interior do espaço social de onde derivam suas reações para, deste modo, acionarem a cidade pelo recurso de resistência oposta ao mecanismo da ação policial:

Por pouco não houve uma tragédia na tarde ontem, quando 4 oficiais de Justiça e oitenta homens da Polícia Militar tentaram fazer cumprir um mandado judicial de reintegração de posse num terreno de 6 hectares no “Pedregal”, invadido por mais de 100 famílias. Os “Sem-casa” (sic), armados de porretes e pedras, reagiram, enquanto os policiais chegaram a efetuar vários disparos de revólveres e fuzis para o ar, sem conseguir intimidar os invasores. Tão logo os policiais chegaram para fazer cumprir o mandado (...), os ocupantes da área advertiram que só sairiam mortos. *A Caterpillar (sic) chegou a tentar derrubar alguns barracos quando veio a reação, com pedras e porretes. A polícia começou a atirar para o alto e o pânico foi geral. Mulheres e crianças chorando e ajoelhados, (...) oram em frente à bandeira brasileira hasteada no meio do “teatro de guerra”. O comandante do policiamento suspendeu a operação. (...), e deu meia hora para que os ocupantes deixassem o terreno; em vão. Eles permaneceram e voltaram a reagir a pedradas, (Grifo nosso) (...).*<sup>324</sup>

---

324 NEM as balas da PM desalojaram os ‘sem-casa’. DB, 16 out. 1987 (Matéria de capa).

Em larga medida, a intenção das reações parece ser a de assinalar o quadro crescente de confronto com uma determinada ordem urbana. Essa atuação vai desconstruindo a ação policial como controle do espaço urbano, de tal modo que os pobres estabelecem, para si e o restante da cidade, a justificativa da necessidade de permanência nos terrenos ocupados – zonas de tensão, que atingem situações de violência. Os pobres se apropriam de Campina Grande por regras tacitamente negociadas entre si e em territórios percebidos por outros como desordem.

Os pobres chamam a atenção para a truculência com que a PMCG lida com eles e expõem, de forma visível, pelos seus usos, a relação contraditória de Campina com os mesmos.<sup>325</sup> Por esses usos, agregam o sentido político dos territórios disputados, espaços de reações acionados na feição caótica da (des) ordem na qual mergulhara a cidade.

Por este procedimento, as ocupações são lidas e remetidas à variedade de usos e práticas que torna possível a imposição dos lugares dos pobres urbanos nas imagens de Campina Grande (vide Figura 88). Imagens que colocam em movimento os embates que se processam no âmbito das contradições urbanas e que, pelo espaço que passam a ocupar quanto à forma, levam a revisão de suas sínteses hegemônicas em legitimação às reivindicações do direito à cidade.



**Figura 88** - Arenas de confronto no direito à cidade

**Fonte:** JP, 22 set. 2000.

325 Descrita pela linha tênue que divide a representação da sociedade sobre o pobre entre o vagabundo, o malandro e bandido. A esse respeito, cf.: ZALUAR; ALVITO (2006).

Contribui esse procedimento para a prática que aponta a iminência de tensões, crescentes na cidade, pelas marcas e usos capazes de proporcionarem e garantirem ganhos, incertos, mas fundamentais aos pobres quando da relação com o poder público. É nos espaços tidos como “ilegais” que os pobres projetam, mobilizam e recriam os territórios, demarcando usos que sublinham traços próprios em uma disputa pela cidade.

Em boa medida, as ocupações mobilizam e demarcam espaços que se tornariam singulares no imaginário social de Campina Grande. Singulares por indicarem, para além de uma tensão que revelava a Campina dual, o reforço do significado dos pobres que deveriam nesta ser reconhecidos e legitimados. As ocupações estabelecem expedientes coletivos de significarem suas presenças no espaço urbano (RIBEIRO, 2009), em razão dos territórios construídos como pertencças na cidade. Ou seja, visíveis à luta pelo solo urbano em Campina Grande, a exemplo das Malvinas (vide Figura 89).



**Figura 89** - Malvinas, território singular de *contra-usos*

**Fonte:** DB, 16 dez. 1987.

Os pobres mudam o enfoque de seus predicativos (perigosos, marginalia, favelados) expressando a defesa de um comportamento que simbolicamente propicia a relação deles com as imagens de Campina

Grande, mesmo que por inversão. Tal como ocorrera quando das ocupações do Pedregal e do Serrotão, hoje bairros, a ocupação das Malvinas foi constituída e divulgada pela imprensa<sup>326</sup> como símbolo de expressão dos pobres urbanos em Campina:

Três mil famílias invadiram as três mil casas do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz [Malvinas] construído pelo Governo do Estado através da CEHAP (...). A invasão teve início na madrugada de ontem, ao meio dia mil moradias já estavam ocupadas e antes das 17 horas todas as unidades se encontravam habitadas. (...) *À medida que as casas iam sendo ocupadas, os invasores tomavam a primeira providência: colocar o nome da frente da casa, avisando que tinha dono, as frases eram até divertidas: “Essa casa pertence a João e família”, “Pertence a Vanda, favor não ocupar”, “a Quitanda do Edson”, “Até que enfim ocupei minha casa”* etc. (...) (Grifo nosso).<sup>327</sup>

As Malvinas, atualmente o maior bairro e principal adensamento populacional de Campina Grande, com uma população residente de 88.457 hab. (IBGE – 2008), e zona de expansão da cidade, destaca-se como subcentro em ascensão por uma reorganização desse espaço através da alocação de inúmeras empresas filiais do centro da cidade ou até mesmo que surgem no próprio local.

Especificamente, observa-se aqui uma inversão de sentidos pelos pobres urbanos, operados inicialmente por uma visão que relaciona pobreza e favelização como causas diretas das transformações no espaço urbano de Campina, pois colocam em prática uma outra lógica de organização da cidade.

---

326 O nome Malvinas surge em alusão ao conflito armado entre Inglaterra e Argentina pela posse das Ilhas Falkland, popularmente conhecida como Malvinas. A referida ocupação foi iniciada precisamente em pleno conflito (março de 1983) e, tal como este, foi transmitida por emissoras de rádio e TV da cidade. A esse respeito, cf.: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Malvinas\\_\(Campina\\_Grande\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Malvinas_(Campina_Grande)).

327 A INVASÃO do conjunto. DB, 27 mar. 1983 (Editorial – matéria de capa).

Organização essa descrita por usos que solidificam imagens e, por este modo, carregam a nomeação e distinção das comunidades pobres, imagens pouco afeitas nas sínteses hegemônicas de Campina Grande, visto que a pobreza será acionada pelos *contra-usos* dos pobres urbanos.

Os pobres descrevem marcas que já não podem ser ignoradas por territórios que se constituem ao sabor da remodelação do espaço urbano: territórios que saltam aos olhos dos campinenses pelas ocupações, conflitos, despejos, remoções e violências, tantas vezes, provocados como medo e repulsa nas imagens hegemônicas de Campina.

Responsabilizados como portadores materiais da desordem local, os pobres urbanos se constituíram, aos olhos da população e planejadores, num mesmo e único grupo: sem distinções ou significados e tão somente nomeado por uma tensão resultante nos ditos *espaços malditos da urbe*. Sentimentos subterrâneos de perigos e afastamentos dos usos sobre a cidade que ganham os pobres nas imagens cotidianas de Campina Grande.

Ao contrário do que insinuam e levam a pensar as matérias presentes nos DB e JP, os pobres urbanos passam também a ser percebidos pelas ricas dinâmicas das lutas sociais. São essas que os definem, através dos *contra-usos* que fazem os pobres a partir das mesmas, quem são e que relação deva ser estabelecida com Campina.

Nesta mesma proporção, para aqui finalizarmos, os pobres alteram a percepção das suas imagens, na cidade, pelo que trazem à cena urbana: práticas reações e lutas pelo solo urbano; contraditoriamente distantes da percepção das sínteses hegemônicas em que se encontra inserida a cidade, *contra-usos* que impõem distintas condições de repensar Campina Grande.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

AO NOSSO ENTENDER, O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO URBANA DE Campina Grande, de 1970 a 2000, revela uma complexa gramática de discursos, identificada a partir dos conteúdos construídos sobre esta cidade e realizada por intervenções públicas que tiveram intenções e objetivos consolidados nas históricas imagens-sínteses de Campina.

A requalificação deva ser percebida, não apenas pelas transformações urbanísticas operadas no espaço, mas, principalmente, pelo que mobiliza e interpreta, como palavras e discursos sobre esta cidade. O que ocorre em cada cena e momento desse processo, como relações sociais construídas neste espaço, são modos de inscrever as diferentes imagens de Campina Grande.

A requalificação identifica assim os elementos de diferenciação das imagens de Campina. O que torna necessário perceber como se comportam as distintas paisagens da cidade, no período analisado (1970 – 2000). Para tanto, destaca-se a releitura das imagens hegemônicas da *Campina do trabalho, cidade rainha, cidade do progresso, cidade da crise*, pela criação da atual *Campina tech city*.

Imagens que colocam interpretações ambíguas sobre Campina na medida em que, ao serem acentuadas como práticas sociais, variam de acordo com as projeções da ordem urbana em cada momento histórico. Pois, são imagens que diferenciam e ilustram Campina Grande, descrita em um percurso histórico de um *discurso hiperbólico do viver e morar nesta cidade*.

Muito além daquilo que é mostrada, a imagem é um tipo de linguagem sobre o texto urbano modificado como reconstrução de

significados da requalificação de Campina. Trabalho de criação dos vários sentidos que são fundamentados, em tais imagens, para interpretar a Campina contemporânea.

Os discursos da requalificação interpretam Campina, naquilo pela qual esta significa como experiência urbana. Através de um processo que demarca seus elementos de diferenciação competitiva, orienta as transformações socioespaciais ocorridas e, ainda, define uma pluralidade de discursos acionados para expressar a paisagem social da cidade hoje.

Paisagem social essa enunciada nos discursos oficiais e em setores como imprensa e comércio, por uma clara tentativa de negar e subtrair os *contra-usos*. É dessa forma que, na perspectiva de interpretar o trabalho de criação das imagens de Campina Grande, DB e JP produzem discursos que, ao serem apresentados como consensos, reforçam as sínteses (desiguais) da leitura de Campina.

É proeminente assim a leitura preconizada mediante os enfrentamentos, disputas e negociações observadas enquanto traços autoritários das intervenções públicas experimentadas por Campina Grande no período de 1970-2000. Planos e programas que, ao transformarem seu espaço urbano, permitem remeter a representações, interesses e objetivos conflitantes.

O alcance do olhar das intervenções públicas do PDLI, CURA, PCCPM/MINTER em Campina revela a postulação de um discurso que teve por objetivo produzir uma imagem da cidade incidida pelo desenho institucional do urbano, em contraposição à cidade vivida. Ao tentarem se colocar como neutros ou apolíticos, os programas tomam a técnica como regra e modelo,<sup>328</sup> em um desenho institucional percebido como “aquele que superaria os efeitos de um empirismo pela renovação das velhas estruturas da administração”.<sup>329</sup>

Assim é importante notar que as intervenções públicas, no período analisado, foram relevantes não pelo fato de terem sido obras grandiosas,

328 Aqui pensados pela perspectiva de *A Regra e o Modelo*, de Françoise Choay (2010), ao abordar o espaço e a cidade pertencem à ordem da escrita e do texto, dos mitos que caracterizam o pensamento urbanístico.

329 A esse respeito, consultar: ADMINISTRAÇÃO planejada transforma Campina Grande. DB, 31 mar. 1970; A Comdeca. DB, 23 jul. 1972.

mas por se destacarem como ações em contínua relação com as históricas imagens de Campina Grande; em um discurso que a chamava a ser revitalizada e melhorada em suas condições sociourbanísticas.

Tratava-se de reordenar espaços e disciplinar vivências coletivas sob a ótica de que, abrigadas em distintos espaços e tempos da cidade, reafirmam a imagem do crescimento urbano, industrial e econômico que supostamente necessitaria Campina.

A partir dos anos 1970, é essa nomeação que irá orientar o desenho e a prática do planejamento urbano em Campina Grande, por um discurso urbano que vai se constituindo enquanto argumento do que deveria ser propiciado à cidade em sua capacidade de se modernizar e desenvolver.

Assim, reforça-se o discurso de intervenções urbanas públicas guiadas meramente pelo uso de políticas remetidas em planos e programas, tais como o PDLI e o CURA. Ambos, PDLI e CURA, ampliam a imagem constituída do desenho institucional, ao se colocarem pelo discurso do ordenamento oficial de Campina.

O PDLI impõe uma leitura assumidamente técnica da cidade, pois o planejamento local começa a apontar para processos sociourbanísticos suficientemente pretensiosos em sua realização. Da mesma maneira, o CURA, elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas para a expansão urbana no PDLI, criou um diapasão no sentido de “organizar racionalmente o tecido urbano de Campina Grande”.

Guiada por essa mesma concepção de um desenho institucional, a partir dos anos 1990, a propalada gestão participativa passa a se constituir em nível local numa importante imagem – Campina Grande agora identificada como inovação do planejamento praticado nos anos 1970-1980 e dos problemas que passariam a nortear a cidade.

Todavia, isso envolveria problemas apontados pelos limites da participação na agenda pública da cidade, com a perspectiva de reestruturar o planejamento por experiências imbuídas na mobilização de novos atores. Questões mais amplas se destacaram, marcadas pelo pouco avanço dos novos formatos e modelos de descentralização política na gestão local.

A incorporação da participação às práticas de intervenção relativas ao planejamento de Campina Grande surge associada à esfera

governamental; o que termina por envolver a construção de uma imagem ainda identificada por práticas homogêneas, e por dimensões reduzidas da participação. Ao procurar se distanciar de interesses contraditórios, demarcados em conflitos entre distintos grupos sociais locais (ambulantes, comerciantes, pobres urbanos, dentre outros).

Para além dessa compreensão é necessário, porém, entendermos que o campo de experiências da imagem do orçamento participativo em Campina Grande se inscreve em meio a um debate que envolve uma *democratização incompleta*, ou em vias de ser feita. Visto que o Orçamento Participativo (OP) não tem conseguido se contrapor às velhas práticas do planejamento na cidade, ao se mostrar fonte de continuidades de tradicionais compromissos políticos.

As intervenções propostas pelas requalificações enfocam a preocupação dos administradores em estabelecerem uma imagem distintiva sobre Campina Grande, de maneira a corroborar e definir os usos a serem efetuados com a implantação de equipamentos voltados à manutenção e fortalecimento do lazer, da circulação urbana, do turismo; lócus de construção de sociabilidades que marcam o cotidiano da cidade em sua imagem pública.

É notório que o discurso que, contraditoriamente, visa ampliar o espaço público na cidade ao disponibilizar determinados espaços voltados ao encontro entre diferentes grupos sociais atraídos por festividades, passeios, celebrações, festejos e divertimentos [Parque do Açude Novo, instalação dos Calçadões, construção do Parque do Povo, chegada do shopping, dentre outros]. No entanto, também se subsomem mecanismos de apropriação do espaço público crescentemente denotado pelo uso assimétrico e conflitante. Exemplo do que ocorre com os ambulantes ao se movimentarem, direcionarem e circunscreverem intencionalmente na área central da cidade por uma prática ordinária que se conflita com a imagem pública de Campina.

Praticantes ordinários, os ambulantes, tal como os pobres urbanos, reapropriam o espaço da rua em Campina Grande e se contrapõem ao poder urbano ao colocarem Campina como um *espaço de tensões*, em uma prática identificada aqui pela capacidade que os mesmos demonstram em mobilizarem as imagens de disputas e enfrentamentos, ocorridos no centro e na periferia.

É significativo assim a articulação dos ambulantes sobre o espaço público da cidade — os Calçadões — em usos e *contra-usos* projetados sobre a Campina contemporânea em sua relação com o seu centro principal. Praticantes da cidade, ambulantes e pobres urbanos, reapropriam o espaço da rua — espaço público por excelência, o uso do centro, e se contrapõem à sintaxe imposta pelo poder público.

Tais práticas nesta esfera são pensadas como redefinição de um espaço público marcado pelo conflito de usos da rua, opostas às negações pelo poder público. A rua [o centro] é o palco de diferentes ordens e cenários, local de onde se situam os ambulantes através da reapropriação do espaço público. Ao mesmo tempo, explicitam os ambulantes uma escrita Campina Grande, marcada por um caráter conflitivo de cruzamentos e distanciamentos ante a leitura que realizam do espaço público da rua.

Cabe observar que, ainda nos anos 1970-1980, há todo um processo de “modernização” do tecido urbano de Campina que se fez acompanhar pela forte expulsão dos pobres, a exemplo da proibição da construção de cortiços localizados na área central e fechamento dos então existentes.

Assim, é a partir do centro principal que ganham significado os *contra-usos*; embates e denúncias do não direito à cidade por uma parcela da população — o comércio informal e os pobres urbanos especificamente. Por essa paisagem, o poder público amplia o discurso de preservação de uma ordem que, ao se colocar, exclui e submete a cartografia de ambulantes e pobres urbanos em Campina Grande.

Perspectiva pública, isto é, do poder público, de identificar na figura do ambulante a *paisagem-espelho* de transformações socioeconômicas no centro de Campina Grande. Pois, de acordo com o poder público, os ambulantes necessitavam ser subtraídos desse espaço.

O nível simbólico dessa paisagem implicou em uma projeção a qual nada e nenhum lugar poderiam contemplar os ambulantes, os pobres urbanos e as experiências por eles inscritos no espaço da rua. Inviabilizar a manutenção e expressão de práticas, originadas nestes *contra-usos*, em sua conotação pública, passa a ser o discurso mais recorrente do poder urbano quando das intervenções para o centro de Campina.

Alicerçado no discurso de reorganizar o centro pela “recuperação”

do seu patrimônio *art déco*, a revitalização foi percebida como inerente necessidade de fortalecimento do potencial turístico local e, por sua vez, do comércio mais tradicional de Campina Grande.

Nesta linha de construção, são empreendidas ações no sentido de preservar grande parte do acervo arquitetônico *art déco*, ao ser conferida uma imagem positivada à história recente de Campina Grande e, em paralelo, estimular a renovação e uso do patrimônio histórico localizado no tecido mais antigo da cidade.

A revitalização proposta pelo *Campina Grande Déco* agregou um discurso de recuperar o centro e as dimensões “perdidas” de convívio neste espaço enquanto usufruto de outra Campina Grande, possível de ser lida pela imagem do turismo e do uso do patrimônio histórico como estratégia de também vender a cidade.

Essa constituição passa a dar uma outra referência à Campina, agora associada a projetos de requalificação que visariam transformar não somente a fisionomia da cidade, mas a própria forma de apropriação do espaço público por sua população.

Em meio a esse quadro, é notória a precariedade de um processo de planejamento e gerenciamento do território marcado por rápida e acelerada urbanização, uso e ocupação desordenada do solo, comprometimento ambiental e crescente ocupação e deterioração da estrutura urbana de Campina.

É por este contexto que contemporaneamente ressurgem as imagens dos pobres urbanos em Campina, trazendo à tona a forma como a cidade define e se relaciona com estes em uma imagem desigual, circunscrita e hierarquizada por precários espaços de moradia.

Ao correlacionar o aumento do intenso fluxo migratório aos processos de favelamento na cidade é recorrente, nas diretrizes e soluções postas em promoção ao adensamento do Município, a desvalorização prematura de certas partes da cidade ao passo que outras se difundem como (novas) áreas de expansão.

Deste modo, a reformulação do espaço urbano de Campina Grande se constituiu, neste cenário, por parâmetros que propunham a extinção de camadas populares do seu centro principal. A imagem dos pobres passa a corresponder à condição que atua na compreensão e crescimento das periferias urbanas, abrigadas sob o manto de predicados pejorativos.

A ordem implantada pelos pobres em Campina Grande vai consolidar no espaço urbano a produção de uma imagem ancorada na periferia e em ocupações irregulares. Tal imagem incide sobre o tecido urbano, associada a uma estrutura designada como espaço labiríntico de periferização da pobreza.

A pujança hegemônica da Campina Grande de outrora passa a ser fortemente ancorada e questionada pela imagem dos seus pobres urbanos que, associada às formas de habitação produzidas fora do sistema de mercado, não compartilha do significado de modernidade apresentado, crescentemente a partir da última década, por formas espaciais constituídas por loteamentos caros, condomínios de luxo ou urbanizações fechadas.

E, assim, a periferia de Campina Grande vai ganhando visibilidade não apenas por se remeter à ótica geométrica da cidade, mas por tratar de fenômenos relacionados à dinâmica da produção de outras imagens, operadas dentro de um jogo de forças e imagens onde os pobres urbanos colocam na ordem do dia uma série de novos problemas e necessidades no conjunto do território da cidade. Espaços físicos que se tornam sociais, pois a imagem dos pobres passa a corresponder a uma condição que atua como compreensão do crescimento das periferias urbanas em Campina.

Apresendida, sobretudo, por intervenções públicas no espaço urbano requalificado, a presença dos *contra-usos* na cidade passa a integrar a imagem heterogênea da produção de distintas formas de uso, de outros atores e desigualdades; todas relacionadas ao espaço urbano. Por esta postura, as vivências e práticas dos pobres urbanos (re) inscrevem, por outras dimensões, os usos praticantes da cidade e as transformações urbanas pelas quais passou Campina, entre 1970-2000.

Ambulantes e pobres urbanos delimitam os territórios dos *contra-usos* de onde se estabelece outra dinâmica de Campina, bem distinta das suas sínteses hegemônicas — a rua, as ocupações, as burlas e táticas que se fazem em torno de novas territorialidades e paisagens disjuntivas da Campina Grande oficial.

Ambulantes e pobres urbanos são retratados, nos jornais e documentos, como irregularidades no arranjo espacial do Município ou em face às reações e embates acionados no espaço público da cidade.

A leitura das imagens hegemônicas de Campina, presentes nos documentos oficiais e nos jornais consultados, ainda orienta uma prática autoritária e higienista historicamente presente na requalificação do seu tecido urbano. Ao não incorporarem usuários propositalmente esquecidos e eliminados em suas falas ou, quando ainda, convidados a desaparecerem em tentativas de silenciamento e não reconhecimento de suas dimensões. Escapam, assim, os pobres urbanos, pela leitura que fazem do espaço, das sínteses hegemônicas de Campina e, por essa via, reinventam o espaço público cidadão.

Os ambulantes e pobres urbanos trabalham a cidade, especializam relações sociais, interpretam e produzem diferentes sentidos sobre o urbano. Em suas práticas ordinárias, expressam disputas e rupturas que rearticulam a cidade em seu ambiente construído. Contribuem, dessa maneira, para repensar Campina Grande.

É na leitura crítica da visão higienista no espaço urbano que as muitas Campinas se apresentam, através de distintos interesses traduzidos em uma pluralidade de imagens que se impõem como sínteses que *falam por Campina e tecem os modos de apresentar a cidade*. As imagens dos *contra-usos* também são acionadas, por ambulantes e pobres urbanos, para potencializar a disputa entre diferentes significados sobre esta mesma cidade.

Para finalizar, consideramos que, *primeiro*, o processo de transformação urbana expressa distintos significados das imagens estrategicamente positivadas de Campina Grande. De modo que, por não ser único, é mais interessante falarmos em termos de *requalificações*. *Segundo*, a visão hegemônica que atuou nesse processo continua presente e, ainda, tem por propósito reduzir os usos ordinários na cidade, as marcas e itinerâncias de ambulantes e pobres urbanos.

Portanto, o processo de requalificação se aproxima da referência pública da Campina Grande sedutora, impositiva e desigual. Ao destacar, assim, o conteúdo estratégico de um discurso urbano que, eficazmente, aciona e reforça imagens históricas e hegemônicas de Campina Grande mundo a fora: *Rainha da Borborema, centro do universo, cidade do ouro branco, cidade do trabalho, cidade do progresso, cidade universitária, cidade do maior São João do Mundo; cidade high tech, tech city...*

Reconhecível como processo significativo de transformação urbana

que passou Campina, no período de 1970-2000, a requalificação, ou melhor, *as requalificações* são demarcadas por um discurso flexível, incerto, estratégico, modelado para oferecer a forma satisfatória de cidade. Em *imagens sedutoras* que, com base no passado, atualizam continuamente a leitura de Campina Grande em sua singularidade.

## REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Paula. **Reflexões sobre o espaço público atual**. In: LIMA; MALEQUE (Orgs.). 2007, p.25-42.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **Confinamento e deriva**: sobre o eclipse do lugar público na cidade moderna. In: FERRAZ; PE-SAVENTO (Orgs.).2008, p.107-126.

ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. **Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea**. In: LIMA, Antônia Jesuíta de (Org). 2007, p.13-26.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. São Paulo: Vozes, 2000,192p.

AZEVEDO, Sérgio de; MARES GUIA, Virgínia Rennó dos. **Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004, p.98-110.

AZEVEDO, Sérgio de. **Relação público-privado e gestão democrática**: o papel dos governos locais para o futuro das cidades latino-americanas. In: LACERDA (Org.). 1995, p.43-64.

BALSA, Casimiro Marques; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henri (Orgs.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão**

**social:** uma abordagem transnacional. Ijuí (RS): Unijuí, 2006, 240p.

BALSA, Casimiro Marques. **Conceitos e dimensões da pobreza:** uma abordagem transnacional. In: BALSA; BONETI; SOULET (Orgs.). 2006, p.9-32.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 258p.

\_\_\_\_\_. **Vidas desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 170p.

\_\_\_\_\_. **Em busca da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, 213p.

\_\_\_\_\_. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, 145p.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, 272p.

BENETTI, Marcia. **Análise do discurso em jornalismo:** estudo de vozes e sentidos. In: LAGO; BENETTI (Orgs.). 2008, p.107-122.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única.** 5.ed. 3. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2000, p.9-71; 143-207. (Coleção Obras Escolhidas, v.2).

\_\_\_\_\_. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo.** 3.ed. 5. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2000, 272p. (Coleção Obras Escolhidas, v.3).

BAJOIT, Guy. **Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social.** In: BALSA; BONETI; SOULET (Orgs.). 2006, p.91-102.

BONDUKI, Nabil. **Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra**. In KOWARICK. 1994, p.113-146.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994, 448p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007,p.1-73.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 6.ed. São Paulo: Perspectivas,2005, p.3-26; 183-202.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.42-61.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p.30-150.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, 197p.

BRESCIANI, Maria Stella. **Cidade, cidadania e imaginário**. In: SOUZA; PESAVENTO (Orgs.). 2008, p.12-25.

BURNETT, Frederico Lago. **Da cidade unitária à metrópole fragmentada**. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. 2007, p.173-198.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34/Edusp, 2000, 400p.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2.ed. 8. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 150p.

CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. **Cidades, olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 480p.

CARNEIRO, Sandra de Sá. **Rio, Zona Norte e Zona Sul: fronteiras para além dos estigmas.** In: CARNEIRO; SANT'ANNA. 2009, p.193-218.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 236p.

CASTEL, Robert. **Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social.** In: BALSA; BONETI; SOULET (Orgs.).2006, p.33-62.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p.181-352.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede.** 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p.119-208; 467-522.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira: redes cobertas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2003, 304p.

CATTA, Luiz Eduardo. **A face da desordem.** São Paulo: Bucher Acadêmico, 2009, 439p.

CAVALCANTE, Marília; OLMOS, Susana (Orgs.). **Olhares sobre a paisagem.** Salvador: EDUFBA, 2008, 116p.

CECCHETTO, Fátima; FARIAS, Patrícia. **Tu moras onde?: território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca.** In: CARNEIRO; SANT'ANNA (Orgs.). 2009, p.219-240.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1996, 2v. 372p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994, v.1. 361p.

CHESSNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996, p.21-44.

CHEVALIER, Louis. **Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris pendant la première moitié du XIX siècle**. Paris: Perrin, 2002, 565p.

CORADINI, Lisabete. **Praça XV: espaço e sociabilidade**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes/Letras Contemporâneas, 1995, 156p.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. **A cidade ilegal: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade**. In: BRAN-  
DÃO (Org.). 2006, p.145-157.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Barsiense, 1985, 164p.

DAVIDOVICH, Fany. **A volta da metrópole no Brasil**. In: RIBEI-  
RO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004, p.197-231.

DE LÉON, Adriano. **As tramas das falas: a análise de discurso como ferramenta de interpretação**. In: DINIZ; BRASILEIRO; LA-  
TIESA (Orgs.). 2005, p.85-108.

DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção**. Porto Alegre: UFRGS/EDUSP, 2006, 311p.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva; BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; LATIESA, Margarita (Orgs.). **Cartografia das novas investigações em Sociologia**. João Pessoa: EDU-UFPB/Manufatuta, 2005, 218p.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **Planejamento Estratégico e**

- mercado urbano.** In: LIMA, Antônia Jesuíta de. 2007, p.199-212.
- FELDMAN-BIANCO. Bela; MOREIRA LEITE, Míriam (Orgs.). **Desafios da imagem:** fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. 3.ed Campinas: Papyrus,1998, 319p.
- FELDMAN-BIANCO. Introdução. In: FELDMAN-BIANCO; MOREIRA LEITE (Orgs.), 1998, p.11-20.
- FERNANDES, Cleudemar. **A análise do discurso.** São Paulo: Claraluz, 2008, 112p.
- FERNANDES, Edésio.**Legalizando o ilegal.** In: BRANDÃO. 2006, p.123-140.
- FERRARA, Lucrécia D' Alessio. **Cidade:** imagem e imaginário. In: FERRAZ; PESAVENTO (Orgs.). 2008, p.193-204.
- FERRARINI, Adriane Vieira. **Pobreza:** possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo (RS): Oikos, 2008,160p.
- FERRAZ, Célia; PESAVENTO, Sandra Jatáhy (Orgs.). **Imagens urbanas:** os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 2.ed. Porto Alegre: Edt UFRGS, 2008, 292p.
- FERRAZ, Célia. **Construindo o espaço da representação:** ou o urbanismo de representação. In: FERRAZ; PESAVENTO (Orgs.). 2008, p.107-126.
- FORTUNA, Carlos. **Cidade e urbanidade.** In: FORTUNA; LEITE. 2009, p.83-98.
- FORTUNA, Carlos; LEITE, Marcelo Proença (Org.). **Plural de cidade:** novos léxicos urbanos. Coimbra (Portugal): Almedina/CES, 2009, 340p.

FREHSE, Fraya. **Usos da rua**. In: FORTUNA; LEITE (Orgs). 2009, p.151-170.

\_\_\_\_\_. **Do impacto da modernidade sobre a civilidade nas ruas de São Paulo no século XIX**. In: FRÚGOLI Jr.; ANDRADE; PEIXOTO (Orgs.). 2006, p.198-227.

FREYRE, Gilberto **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 32.ed. RJ: Record, 1997.

FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). **A cidade e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006, 408p.

GOMES, Laura Graziela. **La Maison des Métallos: representações e estratégias de preservação do patrimônio no leste parisiense**. In: FRÚGOLI JR.; ANDRADE; PEIXOTO. 2006, p.128-149.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Planejamento urbano em Campina Grande: alcance e limitações. **Revista UNIPÊ**, João Pessoa, v. 2, n.3, p.2-10, 1998.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **A cidade ilegal: espaço de anulação da cidadania**. In: BRANDÃO (Org.). 2006, p.157-170.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997, 293p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2000, 349p.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998,p.89-106.

\_\_\_\_\_. **A era do globalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1996, p.65-200.

LACERDA, Norma; ZANCHET, Silvio Mendes; DINIZ, Fernando. Planejamento metropolitano. **Rev. Eure.** v.26, n.79, p.79-94,2000.

LACERDA, Norma; LEAL, Suely (Orgs.). **Relação público-privado: do local ao global.** Recife: UFPE, 1996, 303p

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** 2.ed Petrópolis: Vozes, 2008, 286p.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole.** Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/Revan, 2000, 240p.

LEAL, Suely Ribeiro. **Modelos de descentralização política na gestão local.** In: LACERDA; LEAL (Org.). 1995, p.87-126.

LEGROS, Patrick et.al. **Sociologia do imaginário.** Porto Alegre: Sulina, 2007, 287p.

LEITÃO, Lúcia; AMORIM, Luiz (Orgs.). **A casa nossa de casa dia.** Recife: UFPE, 2007, 197p.

LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil.** Recife: UFPE, 2009, 164p.

\_\_\_\_\_. **Entra na tua casa: anotações sobre arquitetura, espaço e subjetividade.** In: LEITÃO; AMORIM, (Orgs.). 2007, p.47-70.

\_\_\_\_\_. Um traço, muitos riscos. **Rev. Cronos.** Natal, v.7, n.2, p.311-320, jul./dez. 2006.

LEITE, Marcelo Proença. **Espaços públicos na pós-modernidade.** In: FORTUNA; LEITE (Orgs.). 2009, p.187-204.

\_\_\_\_\_. **Margens do dissenso.** In: FRÚGOLI Jr.; ANDRADE; PEIXOTO (Orgs.). 2006, p.23-44.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A luz que não se apaga**: a escola politécnica e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande (PB): EDUEPB, 2010, 121p.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Cidades brasileiras**: atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 288p.

\_\_\_\_\_. **Políticas urbanas, governos locais e segregação socioespacial**: alcances e limites das novas intervenções públicas. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. 2007, p.251-282.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Orgs). **Espaço e cidade**: conceitos e leitura. 2.ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2007, 183p.

LIMA, Roberto Kant de. **Cultura jurídica, administração institucional de conflitos e gestão de segurança pública**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004, p.317-324.

LIMA, Elizabeth. C. de Andrade. **A fábrica dos sonhos**: a invenção das festas juninas no espaço urbano. João Pessoa: Idéia. 2002, p.10-30.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3. tirag. São Paulo: Martins Fontes, 2006, 227p.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Caixões infantis expostos**: o problema dos sentimentos na leitura de uma fotografia. In: FELDMAN-BIANCO; MOREIRA LEITE (Orgs.). 1998, p.65-76.

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p.45-52.

MAIA, Doralice Sátyro. **Lotes e ruas: componentes para a análise da produção dos loteamentos fechados**. In: SPOSITO; SPOSITO; SOBARZO (Orgs.). 2006, p.155-174.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1997, 198p.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar, o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES; VAINER; MARICATO (Orgs.). 2000, p.169-188.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: SENAC, 2005, 329p.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009, 206p.

MATTOS, Carlos A. de. **Redes, modos e cidades**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004, p.157-197.

MELO, Orlinda Carrijo. **A invenção da cidade: leitura e leitores**. Goiânia: UFG, 2007, 246p.

MONTEIRO, Charles. **Construindo a história da cidade através de imagens**. In: PESAVENTO; SANTOS; ROSSINI (Orgs.). 2008, p.148-171.

MOREIRA LEITE, Míriam L. **Texto visual e texto verbal**. In: FELDMAN-BIANCO; MOREIRA LEITE (Orgs.). 1998, p.37-50.

MOTTA, Diana Meirelles da. **As metrópoles e os desafios da política urbana**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004, p.127-157.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: LAGO; BENETTI (Orgs.). 2008, p.143-168.

MOURA, Rosa. **Metrópoles em reestruturação - a lógica da desordem**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004, p.69-288.

MUNIZ DE ALBUQUERQUE, Durval. **Preconceito contra a**

**origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007, 135p. (Coleção Preconceitos).

NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). **Sociologia das capitais brasileiras:** participação e planejamento urbano. Brasília: Liber Livro Editora, 2006, 204p.

OLIVEN, Ruben George. **Cidades, territórios e identidades.** In: CARNEIRO; SANT'ANNA (Orgs.). 2009, p.73-84.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos sentidos.** Campinas: Pontes, 2004, 159p.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas: Pontes/Labe URB/UNICAMP, 2003, 224p.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso.** Campinas: Pontes, 2001, 100p.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. **As cidades nas narrativas sobre o Brasil.** In: FRÚGOLI Jr.; ANDRADE; PEIXOTO (Orgs.). 2006, p.177-197.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais.** Porto Alegre: Asterisco, 2008, 254p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo da imagem.** In: PESAVENTO; SANTOS; ROSSINI. 2008, p.99-122.

\_\_\_\_\_. **A cidade maldita.** In: FERRAZ; PESAVENTO. 2008, p.25-43.

\_\_\_\_\_. **O cativo de Clio:** narrativas entre memória e história. In: DIMA; LEENHARDT; PESAVENTO. 2006, p.157-174.

\_\_\_\_\_. **A paisagem social como imaginário de sentido.** In:

Idem. p.201-218.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas.** In: SPOSITO; SPOSITO; SOBARZO (Orgs.). 2006, p.327-347.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso:** ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Editorial, 2009, 213p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Proximidade territorial e distância social.** In: CARNEIRO; SANT'ANNA (Orgs.). 2009,p.43-72.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.) **Metrópoles:** entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Fase/Observatório das Metrópoles, 2004, 432p.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O futuro das metrópoles:** desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan/ FASE, 2000, 645p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática.** Rio de Janeiro: REVAN / FASE, 2003, 192p.

RINGOOT, Roselyne. Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo?**Rev. Comunicação e Espaço Público,** ano IX, n.1-2, 2006, p.133-139.

ROCHA, Viviane; SILVA FILHO, Dario Sousa. **Quem pacifica o pacificador e quem tem medo do caveirão.** In: CARNEIRO; SANT'ANNA. 2009, p.455-474.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **História da urbanização do Rio de Janeiro.** In: CARNEIRO; SANT'ANNA. 2009, p.85-120.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia.**Governar as metrópoles.** In:

- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004, p.111-124.
- ROLNIK, Raquel. **São Paulo, início da industrialização**: o espaço e a política. In: KOWARICK, 1994, p.95-112.
- ROUANET, Sergio Paulo. **Aspectos subjetivos da cidade**. In: LEITÃO; AMORIM (Orgs.). 2007, p.11-22.
- RUBINO, Silvana. **Enobrecimento urbano**. In: FORTUNA; LEITE (Orgs.). 2009, p.25-40.
- \_\_\_\_\_. **Os dois lados da linha do trem**. In: FRÚGOLI Jr.; ANDRADE; PEIXOTO (Orgs.). 2006, p.68-98.
- SAMAIN, Etienne. **Questões heurísticas em torno do uso das imagens nas ciências sociais**. In: FELDMAN-BIANCO; MOREIRA LEITE (Orgs.). 1998, p.51-66.
- SAMPAIO, Hugo Assunção. **Imagens da pobreza urbana em discursos construídos pela mídia**. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. 2007, p.111-132.
- SÁNCHEZ GARCÍA, Fernanda. **Curitiba anos 90**. In: FERRAZ; PE-SAVENTO (Orgs.). 2008, p.161-180.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **Cultura e renovação urbana**: a cidade mercadoria no espaço global. In: LIMA; MALEQUE (Orgs.). 2007, p.25-42.
- SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. **Urbanidade e segregação**. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. 2007, p.49-74.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. 2. ed. São Paulo: USP, 2009, 144p.
- \_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec,

1993.158p.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frenéticos anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 424p.

SILVA, Luis Antônio Machado. **Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas**. In: CARNEIRO; SANTANA (Orgs.). 2009, p.21-42.

SILVA, Ricardo Toledo. **Infra-estrutura urbana, necessidades sociais e regulação pública**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004, p.365-394.

SILVA JR., Geraldo Francisco da. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In: VÉRAS, Roberto (Org.). **Campina Grande em debate**: a condição urbana na periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEPB/EDUFCEG, 2009, p.11-34.

SILVA, Iranise Alves da. **A crise da moradia; a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande-PB**. João Pessoa: UFPB, 1987, 136p.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, 242p.

SOULET, Marc-Henry. **Para além da exclusão**. In: BALSÀ; BONE-TTI; SOULET (Orgs.). 2006, p.79-90.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos. Bezerra de. **Territórios de confrontos**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006, 193p.

\_\_\_\_\_. Na casa e na rua: cartografias das mulheres na cidade (Campina Grande-PB). **Cadernos Pagu**, Rio de Janeiro, n. 24, 2005,

p.52-174, jan./jun.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Construindo o espaço da representação:** ou o urbanismo de representação. In: SOUZA; PESAVENTO (Orgs.). 2008, p.107-126.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. Arrochar a titela, chambrear e criar um furdução: divertimentos e tensões sociais em Campina Grande (1945-1965). In: AGRA DO Ó, Alarcon et. al. **A Paraíba no Império e na República:** estudos de história social e cultural. 3.ed. Campina Grande: EDUFPG, 2006, p.157-191.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 192p.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, Parte II.

\_\_\_\_\_. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 560p.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004, 136p. (Coleção Paradidáticos - Série: Sociedade, Espaço e Tempo).

SOUZA, Celina. **Regiões metropolitanas:** trajetória e influência das escolas institucionais. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004, p.61-97.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades Médias.** São Paulo: Expressão Popular, 2006, 375p.

TAMASO, Izabela. **A cruz do Anhanguera.** In: FRÚGOLI JR.;

ANDRADE; PEIXOTO, (Org.). 2006, p.245-276.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES; VAINER; MARICATO (Orgs.). 2000, (Parte I).

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, 133p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Stúdio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001, 373p.

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítimas**. São Paulo: Ática, 1991, p.128-141. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO (Org.). 1987, p.90-113.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 372p.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p.30-45.

## ARTIGOS EM MEIO ELETRÔNICO

BARREIRA, Irllys. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. **Rev. Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n.9, p.314-339, jan./jun. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n9/n9a11.pdf> > Acesso em: 12 abr. 2008.

BENETTI Marcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Rev. Intextos**, v.1, n.14, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto> > Acesso

em: 15 set. 2008.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. A cidade cogumelo: Campina Grande das feiras às festas. **Mercator – Rev. de Geografia da UFC**, ano 01, n.2, 2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

CARDOSO, Selma Passo. **Salvador**: imagens, discursos e representações. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST1/LilianFesslerVaz.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2010.

DINIZ, Lincoln da Silva; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Faces atuais do espaço comercial em Campina Grande/PB: algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “nova” dinâmica sócio-espacial. **Rev. de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 2, p.20-60, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewArticle/192>> Acesso em: 12 abr. 2011.

GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Rev. Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 1, n.2, jul/set.1995. Disponível em: <[www6.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a13.pdf](http://www6.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a13.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

GURAN, Milton. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. Cadernos de antropologia e imagem. **Rev. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n.2, p.161-185, jul./set.1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/HorizontesAntropologicos/article/view/3523>> Acesso em: 10 dez.2010.

FERRARA, Lucrécia D’ Alessio. As máscaras da cidade. **Revista USP**, n. 5 — Dossiê Cidades. mar.-maio/1990. Disponível em:< <http://www.usp.br/revistausp.htm> > Acesso em: 21 fev.2009.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do

planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Rev. Estudos Geográficos**, Rio Claro, v.2, n.1, p.15-28, junho/2004. Disponível em:<[http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/outros/artigos/junior\\_01.pdf](http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/outros/artigos/junior_01.pdf)> Acesso em: 10 nov.2008.

FERREIRA, Júlio César. Políticas espaciais de requalificação urbana na área central do Rio de Janeiro: nova estética da desintegração local e espetáculo da projeção global. **Scripta Nova. Rev. de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, v. IX, n.194, p.43. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-43.htm>> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 25 maio 2010.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://dci52.4shared.com/doc/iN9jLdaX/preview.html>> Acesso em: 10 maio 2009.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, out. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>>. Acesso em: 04 abr.2010.

KITAMURA, Camila Kazumi; MIRANDA, Mariana; RIBEIRO,Victor. **O comércio e serviços ambulantes**: uma discussão. Disponível em:< <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em: 18 maio 2010.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Tenso convívio, sociabilidade, medos, hierarquização e segregação em um Bairro popular. **Rev. de Antropologia Experimental**, n.5, 2005. Texto 6. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1382841>>Acesso em: 02 mar. 2011.

LEITE, Marcelo Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.49, ANPOCS, p.115-134, fev. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-6909&script=sci\\_serial](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-6909&script=sci_serial)> Acesso em: 23 mar. 2009.

LOUREIRO DE CARVALHO, Juliano; QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de; TINEM, Nelci. Trem veloz, rupturas lentas: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande (1907-1935). **Arquitextos**, São Paulo: Vitruvius, 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.083/258>>. Acesso em: 14 set. 2008.

LUCENA FILHO, Severino Alves de. O Maior São João do Mundo em Campina Grande - PB: um evento gerador de discursos culturais. **Rev. Cultura Midiática**, v. II, n.1, jan./jun./2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgc/smartgc/uploads/arquivos/efe-7dae1b820101009055236.pdf>> Acesso: 12 fev. 2010.

MACEDO RIBEIRO, Fabíola. Arquitetura ilusória: a representação pós-moderna da cidade no discurso da arquitetura midiática. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, jun./ 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/242>>.

MAIA, Doralice Sátyro. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. Disponível em:< <http://eventos.filo.uba.ar/index.php/geocritica/2010/paper/view/162/44>> Acesso em: 22 jan. 2011.

MESQUITA, Zilá; SILVA, Valéria Pereira da. Lugar e imagem: desvelando significados. **Rev. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, 2004, p.1-20. Disponível em: <<http://www.virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh>> Acesso em: 30 abr. 2010.

NÓBREGA, Zulmira Silva. Os usos da festa do Maior São João do Mundo. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19411>>

Acesso: 18 fev.2011.

PEREIRA, Adriana; MACHADO, Fábio; ARAÚJO, Laudicéia. Vicissitudes da democratização do poder local: o caso de Campina Grande (PB). **Rev. Eletrônica Par'a'íwa**, n.5, 2004. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates**, 2007, [En línea], Puesto en línea el 05 enero. Disponível em: <. <http://nuevomundo.revues.org/3212> >. Acesso em: 30 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Rev. Estudos Históricos**, América do Norte, 8, dec. 1995, p.279-290. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008/1147>>. Acesso em: 14 ago. 2007.

POSSAMAI, Zita Rosane. Metáforas visuais da cidade. **Rev. Urbana**, ano 2, n.2, 2007, Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/\[13\]URBANA2\\_POSSAMAI.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/[13]URBANA2_POSSAMAI.pdf)>. Acesso em: 19 set./ago. 2010.

RINGOOT, Roselyne. Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo. **Rev. Comunicação e Espaço Público**, ano 09, n.1, 2, 2006. Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/infotec/comespub.htm> >. Acesso: em 18 out. 2008.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. A imagem da cidade turística. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Rev. Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 46, p.61-92. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n46/a04v2346.pdf>>

Acesso: 13 fev. 2010.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Rev. Novos Estudos CEBRAP**. 2009, n. 84, p.153-173. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a09.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2010.

VAZ, Lilian Fessler. **A culturalização do planejamento e da cidade: novos modelos?** Disponível em: < [http://www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/pdf/063\\_p.pdf](http://www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/pdf/063_p.pdf) >. Acesso em: 10 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Rev. Análise Social**, v. Xxix, n.127, 1994 (3.º), 581597. Disponível em: <:<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Cláudia. **Resistências e experiências culturais**. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST1/LilianFesslerVaz.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

## ARTIGOS EM ANAIS ELETRÔNICOS DE EVENTOS

CABRAL FILHO, Severino. Modernização, cotidiano e cultura material em Campina Grande (1930-1950). In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n.24, 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ANPHUR, 2007. 1 v.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. Requalificação urbana e gentrification de antigos centros urbanos — estudo comparativo França e Brasil. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, n.14, 2009, Recife. **Anais...** Recife: CISO, 2009. 1 v.

SOUSA, Natália Maia. **Memórias, imagens e imaginários da cidade**. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E

NORDESTE, n.14, 2009, Recife. **Anais...** Recife: CISO, 2009. 1 v.

## TESES

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região:** tramas político-econômicas e práticas culturais (1890-1925). 2001. 400f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros:** (RE) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais. 2007, 376f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Arquitetura\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Arquitetura_1.pdf)> Acesso em: 02 mar. 2009.

LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984).** 2004. 275f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo (USP):São Paulo.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado:** segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC): São Paulo. Disponível em<[http://www.cch.uem.br/observatorio/arquivo/teses/tese\\_analucia1.pdf](http://www.cch.uem.br/observatorio/arquivo/teses/tese_analucia1.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2011.

RODRIGUES. Fabíola. **A invenção da cidade:** população e planejamento urbano no imaginário e poder de formação urbana de Campinas (1930-2006). 2008, 376f. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade de Campinas (UNICAMP): Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/.../IFCH-tesesdoutorado.html>>. Acesso: 15 mar. 2010.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens**

**da cidade Campina Grande (1920-1945).** 2001, 378f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Campinas (UNICAMP): Campinas, 2001.

## DISSERTAÇÕES

BARRETO, Maria Cristina Rocha. **Imagens da cidade:** a idéia (sic) de progresso nas fotografias da Cidade da Parahyba. 1996, 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

COSTA, Flávia Danyelle Alves da. **Orçamento participativo:** a institucionalização da participação popular no controle do orçamento público. O município de Campina Grande-PB. 2005, 173f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade de Brasília: Brasília.

DOWLING, Gabriela Buonfiglio. **Reforma Urbana já;arroz, feijão, saúde e habitação:** a luta por moradia grande João Pessoa. 2006, 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Natal. Disponível em: <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/GabrielaBD.pdf> Acesso em: 20 fev. 2011.

MELO, Luiz Gonzaga. **Habitação popular em Campina Grande.** 1985, 100f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

QUEIRÓZ, Teresa Correia. **Políticas participativas e extensão da dominação.** 1993, 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SANTOS FILHO, Ernani Martins. **A emergência do tecnopolo Campina Grande-PB.** 2008, 142fp. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

## MONOGRAFIAS

SILVA, Fábio Ronaldo da; MONTENEGRO, Rosilene Dias. **A Escola Politécnica de Campina Grande pelo Diário da Borborema**: uma análise de discurso. 2007, 80p. Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/.../silva-fabio-escola-politecnica-campina-grande.pdf->. Acesso: 20 jan. 2011.

TORRES, José Valmi Oliveira; MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Escola Politécnica**: construindo o imaginário de modernidade em Campina Grande através do Diário da Borborema. 2007, 69p. Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

## RELATÓRIO DE PESQUISA

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra et al. **Urbanização, movimentos sociais e relações de poder em Campina Grande-PB (1964-1990)**. 1994, 150p. Relatório (Iniciação Científica) — Universidade Federal, Campina Grande.

## MATÉRIAS DE JORNAIS

A BARRAGEM de Campina. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande, 11 abr. 2006.

A COMDECA. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 23 jul. 1972.

ADMINISTRAÇÃO planificada transforma Campina Grande. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 31 mar. 1970.

A ESCOLA Politécnica. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 06 out. 1987.

A FEIRA de Tecnologia de Campina Grande. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 06 nov. 1988.

A GUERRA dos camelôs: Secretário diz que rapa vai continuar. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 23 mar. 1991.

A IMPLANTAÇÃO de novas empresas. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 14 mar. 1990.

A INVASÃO do conjunto. **Diário da Borborema**, 27 mar. 1983.

AMBULANTES ainda ocupam calçadas de ruas centrais. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 06 jan.1988.

AMBULANTES ameaçam ocupar calçadas da Rua Maciel Pinheiro. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 17 maio 2000.

AMBULANTES e pedestres travam uma batalha por espaço nas ruas centrais. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 20 dez. 1991.

AMBULANTES interditam a Rua Simeão Leal. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 17 jul. 1985.

AMBULANTES protestam e não vão para a praça. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 17 jun. 1982.

AMBULANTES resistem às mudanças. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 26 maio 1999.

AMBULANTES se reúnem para novo protesto no centro. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 19 jan. 1996.

A NOVELA dos camelôs. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 25 jan. 1995.

- A PALAVRA. **Jornal da Paraíba** Campina Grande, 12 dez. 1992.
- A PALAVRA. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 12 dez. 1992.
- A PERIMETRAL de Campina Grande. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 mar. 1971.
- APOIO ao PDLI. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 22 maio 1973.
- A PREFEITURA vai à comunidade. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 09 ago. 1993.
- A QUESTÃO do “Rapa”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 31 mar. 1991.
- A SALVAÇÃO de Campina. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 04 jan.1978.
- ASSOCIAÇÃO comercial vai ao MP. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 14 out. 2008.
- A TENDÊNCIA é a mudança. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 24 out. 1996.
- ATRAVÉS do diálogo cooperativo os camelôs já não são problemas. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 out. 1995.
- BAIRROS e distritos. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 dez. 1972.
- BITOLA estreita. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 20 ago. 1975.

BOOM da industrialização. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 23 nov. 1987.

CALÇADÃO chega aos 25 anos e se mantém como centro de irradiação. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 29 set. 2003.

CALÇADÃO da Flórida. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 09 ago. 1975.

CÂMARA Municipal debate o problema das favelas em Campina Grande. **Diário da Borborema**, 22 maio 1974.

CAMELÔS. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 29 jun. 1983.

CAMINHOS para o camelô. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 21 ago. 1987.

CAMPINA: urbanização já chegou a 19 comunidades. **Jornal da Paraíba**, 22 jun. 2008. (Caderno Cidades).

CAMPINA e a política urbana. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 20 set. 1978.

CAMPINA Grande e seu planejamento. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 05 maio 1974.

CAMPINA em destaque. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 29 abr. 2001.

CAMPINA em foco. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 16 maio 2002.

CAMPINA Grande — caminhos viáveis. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 24 set. 1988.

CAMPINA Grande e o desenvolvimento autônomo. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 out. 1978.

CAMPINA Grande mesmo! **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 out. 1975.

CAMPINA Grande: referência em ciência e tecnologia. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 out. 2000.

CAMPINA já é destaque na área de tecnologia. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 19 dez. 1992.

CAMPINA reage. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 15 jan. 1995.

CAMPINA sem campinismo. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 14 jan. 1978.

CAMPINA, cidade forjada na vocação para o trabalho. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 01 maio 1975.

CAMPINA, há 300 anos. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 07 dez. 1997.

CAMPINA, sempre Campina. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 23 abr. 1980.

CAPITAL e CG lideram o crescimento de Favelas no Nordeste. **Jornal da Paraíba**, 22 jun. 2008. (Caderno Cidades).

CÁSSIO faz palestra sobre revitalização do centro. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 19 abr. 2000.

CATÁO sugere união em defesa da Borborema. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 16 mar.1999.

CATOLÉ se consolida como pólo comercial e de entretenimento: de

sítio a Bairro nobre da cidade. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 11 jun. 2006.

CATOLÉ: do simples prado a um dos Bairros mais valorizados da cidade. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 01 jun. 2003.

CG tem mão-de-obra qualificada. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 11 out. 2006.

CDL teme volta de camelôs às ruas do centro. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 06 jul. 2002.

CIDADE terá cara nova até fevereiro de 2000. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 24 abr. 1999.

COMÉRCIO informal ainda desafia a lei municipal. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 27 jun. 1996.

CONSELHO de Desenvolvimento Comunitário. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 26 ago. 1973.

CRESCER o comércio informal. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 23 set. 2000.

DA POLI ao CCT. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 06 nov. 1994.

DESENVOLVIMENTO Integrado. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 16 abr. 1971.

DESTINOS de uma cidade. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 out. 1979.

DISTRITO industrial. **Diário da Borborema**, 02 jun. 1977.

DOCE loucura. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 out.

1996.

E AGORA, Campina? **Diário da Borborema**, Campina Grande, 10 ago. 1996.

E HAJA invasão. **Diário da Borborema**, 10 set.1988.

EM BUSCA da industrialização. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 25 maio 1996.

EMPRESA campinense ganha prêmio nos Estados Unidos. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 18 mar. 1997.

ENIVALDO dá casas novas para o povo do Pedregal. **Diário da Borborema**, 17 nov. 1982.

IVALDO na Estação Velha: é a Nova Campina que surge: mais moderna e mais consciente do seu passado. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 out. 1973.

EXPULSÃO de invasores é marcada por violência e prisões. **Diário da Borborema**, 14 set. 1988.

FÁCIL morar bem com qualidade. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 08 dez. 1996.

FAVELA: a marginalia urbana. **Diário da Borborema**, 22 fev. 1974.

FAVELAS: antro de promiscuidade que gera bandidos (sic) e marginais. **Diário da Borborema**, 04 jun.1976.

FAVELAS invadem os Bairros de Campina Grande. **Diário da Borborema**, 29 dez. 1973.

FAVELADOS estão sendo usados por políticos à cata de votos. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 02 nov. 1982.

FAVELADOS recebem atestado de pobreza — “Vamos mostrar que somos miseráveis”. **Diário da Borborema**, 12 dez. 1978.

FIDELIDADE: minoria dos lojistas adere ao Campina Déco. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 14 jul. 2002.

FIDELIDADE: apenas oito prédios seguiram fielmente as indicações do projeto original de resgate do art déco no centro comercial. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 14 jul. 2002.

FIM dos calçadões mobiliza os camelôs das ruas centrais. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 24 jul. 1991.

GUERRA aos camelôs – ambulantes não aceitam sair do centro e desafiam o Secretário. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 08 maio 1992.

GUERRA aos vendedores de frutas. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 10 maio 1988.

IGUATEMI em grande estilo. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 14 set. 1997.

IMPORTÂNCIA de Campina. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 27 fev. 1973.

INVASÃO em Bodocongó: PMCG tenta expulsar invasores. **Diário da Borborema**, 09 ago. 1991.

INVASORES, no Centenário, constroem seus casebres. **Diário da Borborema**, 31 set. 1989.

INVASORES resistem a PM e Juiz manda suspender ato de despejo. **Diário da Borborema**, 16 out. 1987.

MAIS de 550 ambulantes estão nas ruas de Campina. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 28 abr. 2001.

MUSEU da Ciência. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 25 out. 1992.

NEM as balas da PM desalojaram os sem-casa. **Diário da Borborema**, 16 out. 1987.

NOSSO desenvolvimento. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 13 ago. 1978.

NOTAS sobre Campina Grande. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 24 jan.1975.

NOVA CAMPINA. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 20 fev. 2002.

NOVA Campina. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 27 jan. 1971.

O CALÇADÃO. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 12 dez. 1975.

O COMERCIANTE campinense. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 08 set. 1993.

O COMÉRCIO de Campina no século XXI. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 31 dez. 2000.

OCUPANTES da Ramadinha ameaçam invadir terrenos da Prefeitura. **Diário da Borborema**, 12 abr. 1987.

O FUTURO de Campina. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 06 dez. 1994.

O PARQUE dos camelôs. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 17 ago. 1992.

OPERAÇÃO Rapa em prática. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 01 maio 1987.

O PROGRESSO de Campina. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 02 abr. 1970.

ORDEM de despejo no Pedregal vai atingir 600 famílias. **Diário da Borborema**, 05 dez. 1978.

OUTRO terreno ocupado em Bodocongó. **Diário da Borborema**, 01 set. 1988.

PAES DE LIMA novamente criticado na Câmara. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 31 mar. 1970.

PARA comerciantes os camelôs dão prejuízo. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 26 jan. 1999.

PARTICIPAÇÃO da comunidade. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 23 jan. 1997.

PLANEJAMENTO Urbano. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 18 jan. 2001.

PMCG adia ação contra camelô — Secretaria de Obras vai esperar que os não cadastrados saiam da rua espontaneamente. **Diário da Borborema**, 23 jan. 1999.

POLÍCIA começa a expulsar invasores. **Diário da Borborema**, 05 set. 1987.

POSIÇÃO da cidade. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 10 jun. 1999.

POVO e políticas públicas. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 31 jul. 1997.

PREFEITURA na comunidade, obras para Bairros pobres. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 out. 1995.

PREFEITO lança programa de administração democrática. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 10 jul. 1993.

PRESIDENTE da FIEP fala sôbre (sic) o plano diretor de CG. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 23 mar. 1971.

PROJETO Cura. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 26 ago. 1973.

RECUPERAÇÃO do Açude Novo. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 17 jul. 1973.

REVITALIZANDO o centro. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 28 fev. 1999.

SAÍDA de ambulantes deixa cidade limpa. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 06 fev. 2002.

SECRETÁRIO diz que pode haver extinção de calçadões. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 06 nov. 1987.

SHOPPING CENTRO: Manifestantes exigem isenção do pagamento de aluguel dos imóveis - Protesto de comerciantes acaba em tumulto em Campina Grande. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 30 abr. 2002.

SINOPSE de uma cidade exemplo. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 13 out. 1971.

SOSUR (sic) ainda não sabe como retirará camelôs. **Diário da**

**Borborema**, Campina Grande, 29 jan. 1999.

TÉCNICO fala no Rotary sôbre (sic) Desenvolvimento Integrado. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 20 jan.1971.

TRADIÇÃO do Maior São João do Mundo. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 out. 2003.

UMA história em construção. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 11 out. 2005.

UMA nova Campina. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 05 out. 1975.

VAI-E-VEM. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 07 jun. 1982.

VENDEDORES ambulantes instalaram-se ontem na Praça da Bandeira. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 03 jul. 1982.

VEREADOR afirma que é preciso repensar Campina. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 10 fev. 1983.

VIADUTO fica pronto em agosto. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 22 jul. 2007.

VIROU moda: nova invasão - carentes ocupam outro terreno. **Diário da Borborema**, 04 set. 1987.

## **DOCUMENTOS OFICIAIS (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - PMCG)**

CAMPINA GRANDE. Lei Complementar Nº 003 que promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande. **Gabinete**

**do Prefeito**, Campina Grande 09 out. 2006.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Diagnóstico Urbano-habitacional de Campina Grande**. Campina Grande: SEPLAN, 2001.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Diagnóstico urbano-habitacional de Campina Grande** (Programa Habitar Brasil BID-HBB). Campina Grande: SEPLAN, 2000.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Diretrizes para Campina Grande (Diagnóstico e Proposições)**. Campina Grande: PMCG/COPLAN, 1983.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Mensagem do Executivo Municipal à Câmara**. Campina Grande: Gabinete do Prefeito/COPLAN, 1983.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Relatório COMDECA** — situação da empresa. Campina Grande: PMCG, 1983.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **CURA III** — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira. Campina Grande: COPLAN, 1982.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Relatório de Atividades COPLAN (1981)**. Campina Grande: COPLAN, 1982.

CAMPINA GRANDE Prefeitura Municipal. **Proposta para Revisão do PDLI**. Campina Grande: COMDECA/COPLAN, 1981.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **CURA II** — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira. Campina Grande: COMDECA, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **CURA** — Contrato II.

Campina Grande: COMDECA, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **CURA II** — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica - Financeira. Campina Grande: COMDECA, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Proposta CURA II**. Campina Grande: COPLAN, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Proposta urbanística Programa CURA** — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômico-Financeira. Campina Grande: COMDECA/BNH, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **PCCPM/MINTER** — Perfil do Município (Estratégia Local de Desenvolvimento Urbano). Campina Grande: COMDECA, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **PCCPM/MINTER** — Perfil do Município (Evolução). Campina Grande: COMDECA, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **PCCPM/MINTER** — Perfil do Município (Evolução). Campina Grande: COMDECA, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **PCCPM/MINTER** — Perfil do Município (Estratégia Local de Desenvolvimento Urbano). Campina Grande: COMDECA, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **PCCM/MINTER** — Projeto Melhoria do Espaço Físico (Pequenos Negócios). Campina Grande: COMDECA, 1978.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **PCCM/MINTER** — Projeto Melhoria do Espaço Físico. Campina Grande: COMDECA, 1978. (Pequenos Negócios; v.2).

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **PCCM/MINTER** — Projeto Melhoria do Espaço Físico. Campina Grande: COMDECA, 1978. (Pequenos Negócios).

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **PCCM/MINTER** — Projeto Melhoria do Espaço Físico. Campina Grande: COMDECA, 1978. (Pequenos Negócios - v.2).

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Ofício 170/1973**. Campina Grande: Gabinete do Prefeito/COMDECA, 1973.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de Campina Grande PDLI. **Plano de Urbanização do Pátio da Velha Estação Ferroviária** (Programa de Implantação de Equipamentos de Recreação e Cultura). Campina Grande: COMDECA, 1973.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Plano de Erradicação de Favelas e Cortiços e Relocação de Comunidades**. Campina Grande: COMDECA, 1973.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Pronunciamento de Posse e Transmissão de Governo**. Campina Grande: Gabinete do Prefeito, 1973.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. PDLI. **Padrão de Habitação na cidade de Campina Grande**. Campina Grande: COMDECA, 1972.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Termo de Referência para o PDLI (Plano De Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande** — Proposições. Campina Grande: PMCG, 1971.

CAMPINA GRANDE Prefeitura Municipal. **Estudos Preliminares para o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande**. Campina Grande: PMCG, 1969-1970.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **CURA** — Urbanização Coqueiros de José Rodrigues. Campina Grande: COMDECA [s/d].

## Sobre o livro

**Projeto gráfico/capa** Erick Ferreira Cabral

**Revisão ortográfica** Elizete Amaral de Medeiros

**Mancha Gráfica** 10,5 x 16,7 cm

**Tipologias utilizadas** Adobe Garamond Pro 11/13,2 pt